· U C ·

Viver a morte em Portugal:
o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007)

Cristina Barroso Silva da Cruz

Viver a morte em Portugal:

o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007)

Cristina Barroso Silva da Cruz

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra

Dois mil e onze

Frontispício: detalhe de um enterramento encontrado no Castelo da Amieira do Tejo (Nisa – 2006).

Autoria da fotografia: Cristina Cruz

Tratamento gráfico: Ricardo Leandro

· U C ·

Departamento de Ciências da Vida

Faculdade de Ciências e Tecnologia da

Universidade de Coimbra

Viver a morte em Portugal:

o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007)

Cristina Barroso Silva da Cruz

Sob orientação científica da Professora Doutora Eugénia Cunha

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Biológica

Coimbra, dois mil e onze

Doutoramento em Antropologia biológica

Departamento de Ciências da Vida

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade de Coimbra

Titulo: Viver a morte em Portugal: o potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo (1994-2007)

Autor: Cristina Barroso Silva da Cruz

Orientador: Eugenia Cunha

Ano: 2011

Financiamento: Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/27417/2006)

Aos que sempre recordo: Moisés, Ilda, Elvira e Mário

... e aos que comigo os revivem: Gil, Fátima e Mónica

RESUMO

Resumo

Conhecer o passado e o modo de vida das populações pretéritas constitui uma empresa demasiado grandiosa para poder ser alcançada sem o recurso a diferentes estratégias teóricas e metodológicas. Partindo do enquadramento oferecido pela perspectiva interdisciplinar da Bioarqueologia e da abordagem abrangente ao trabalho de campo, proposto pela Antropologia de terreno, será possível maximizar o potencial informativo associados aos remanescentes humanos. A contribuição dada por estes vestígios para o conhecimento das Antropologia das populações do passado é fundamental, tornando-se por isso relevante avaliar o tipo e qualidade de informação que resulta destas intervenções antropo-arqueológicas. Nesse sentido foram analisados os registos de 464 indivíduos, encontrados em inumação primária, a partir dos dados contidos num conjunto relatórios antropológicos de campo produzidos entre 1994 e 2007, em depósito no Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia do Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra. A partir dos registos eleitos foram recolhidos os dados referentes aos aspectos relacionados com o estado de conservação, a Antropologia funerária, paleodemografia e paleopatologia para os indivíduos arrolados nestes registos. A recolha de dados foi norteada por um sistema de classificação criado de modo a representar de forma clara os conteúdos relatados. Os resultados indicam que apesar de haver alguma consistência no registo no que diz respeito ao enquadramento geográfico, paleodemografia e conservação, este padrão altera-se quando são tidos em consideração os elementos referentes à tafonomia, Antropologia funerária e a caracterização específica das variáveis paleopatológicas. Os resultados revelaram ainda uma assimetria a favor dos indivíduos adultos e do sexo masculino. Ao nível cultural existe uma forte prevalência das práticas funerárias de índole cristã. As evidências paleopatológicas mais referidas para os sujeitos com boa conservação são de carácter degenerativo articular e não articular. Pretende-se com este trabalho dar a conhecer a realidade pretérita que se encontra contida nos vestígios osteológicos do passado e, com base na análise crítica à informação recolhida, propôr uma abordagem sistemática à recolha de dados em campo que se deverá estender aos relatórios antropológicos de campo.

Palavras chave: Antropologia das populações do passado; Bioarqueologia; Antropologia do terreno; Arqueologia; Antropologia funerária; Paleodemografia; Paleopatologia.

Abstract

Supported by the bioarchaeological theoretical approach and field anthropology (*Anthropologie de terrain*) methodology, it is possible to take full advantage of the information held in funerary contexts and archaeological human remains. Anthropological field reports contain unique information regarding past behaviours and in that sense they represent important scientific tools. Information regarding 464 individuals found in primary inhumation were analysed, from anthropological field reports produced from 1994 to 2007 archived at the Paleodemography and Paleopathology Laboratory (Life Sciences Department; University of Coimbra). A register system was created to gather the information contained in the analysed documents, regarding conservation status, funerary anthropology, paleodemography and paleopathology. Results showed that, although geographic, paleodemographic and conservation data were consistently reported, evidences concerning taphonomy, funerary anthroplogy and paleopathology were not as frequent. The sample analysed consisted mainly of adult males, and showed cultural evidences of Christian funerary practices. Pathological evidences from well preserved subjects were mainly found in the joints and entheses. With this work, we aim to uncover some of the biological and cultural aspects of the past. In addition, through the evidences analysed, we further propose a sistematic method to gather field data and to report such information, with the ultimate goal of producing robust and consistent scientific documents.

Key words: Past populations anthropology; Bioarchaeology; Field anthropology; Archaeology; Funerary anthropology; Paleodemography; Paleopathology.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos

Acreditar que a elaboração do trabalho que deu origem a esta tese teria sido possível sem a contribuição de quem ao longo destes 4 anos teve de reaprender a conviver comigo, será uma ilusão. E foram tantos e tão pacientes e tão importantes que será de todas a minha maior falha, não os elencar e agradecer com as devidas palavras, que ao fim de tantas parecem ter-se esgotado. Tentarei o impossível sabendo que fico aquém do que me é devido... ou melhor dizendo, do que devo.

As minhas primeiras palavras vão para a Professora Doutora Eugénia Cunha que tem a minha gratidão, pela contribuição científica, mas acima de tudo pela paciência infinita votada a quem sabe agora, que sabe muito pouco.

Ao Fernando Cabral, da Empresa Sistemas do Futuro, agradeço o empenho no desenvolvimento deste projecto na sua vertente informática. Este contacto não teria sido possível sem a preciosa intervenção do Professor Doutor Paulo Gama Mota, a quem agradeço do fundo do coração.

Ao crescer numa casa como o (antigo) Departamento de Antropologia, rapidamente se percebe, que a excelência sobrevive com a proximidade de quem ainda está a aprender. Agradeço por isso a todo o corpo docente, em particular à Professora Doutora Cláudia Umbelino e à Professora Doutora Ana Luísa Santos com quem tenho procurado aprender a arte de conciliar o rigor e a qualidade científica com a boa disposição.

À Teresa Ferreira e a toda a equipa da Dryas/Styx, agradeço a oportunidade dada para trabalhar em campo. Neste contexto de colaboração, aproveito também para agradecer à Nathalie Antunes-Ferreira, pela troca de ideias e pela orientação no mundo das cronologias históricas.

À Doutora Sílvia Bello, na eventualidade remota de algum dia ler estas palavras, gostava de agradecer a brevidade com que atendeu aos meus pedidos e à forma solicita com que me facultou os dados solicitados.

A verdadeira estrutura, aquela que permite superar todos os desafios e obstáculos, é constituída pelas pessoas que todos os dias, de perto ou de longe, torcem por nós, sofrem por nós e se alegram por nós. Esta partilha assume um maior significado quando é vivida entre pares. Assim, à Filipa Cortesão, à Célia Lopes, à Sandra Assis e ao Francisco Curate, obrigada pelos momentos de maior ou menor insanidade vividos no nosso Sobral Cid. À Eugénia Loureiro, Carina Marques, ao Vítor Matos e em particular à Sónia a minha dívida de gratidão pelo tempo

dedicado à revisão da tese é imensa e espero algum dia poder estar à altura de tamanha prova de amizade.

Aos meus mais recentes colegas, Alfredo Dias, Célia Martins, Nuno Ferreira, Joana Campos e em particular à Maria João, pelo voto de confiança, obrigada por me ajudarem a manter este frágil equilíbrio entre Coimbra e Lisboa.

De uma vizinhança alimentada ao longo de anos com o laboratório de Etologia, surgiram os momentos mais insólitos, alegres. À Sandra Trigo pela sua amizade tranquilidade contagiante, ao Gonçalo pela sua incrível capacidade de resolução de problemas (em especial os estatísticos) mas em particular às *companheiras de armas* neste longo Verão de escrita, agradeço à Teresa Mamede e à Ana Leitão por todos os *força* e *vamos conseguir* que sempre me revestiam de alento.

A Sara Matos, a Liliana Simões, a Dora Simões e a Rita Domingos, são a família por mim escolhida. São as pessoas que melhor me conhecem e as mais negligenciadas ao longo deste processo. Mais do que agradecer, sinto que tenho de me desculpar.

À família Leandro... como agradecer as doses desmedidas de carinho e de boa disposição? Ao Valter e à Catarina por me terem aberto as portas do coração a par com a porta de sua casa, tornando as noites de Lisboa infinitamente agradáveis.

Ao Ricardo agradeço por me ter dado a força necessária, na forma do mais bonito amor, para matar todos os *dragões* e por ter desembainhado a sua espada quando eu já não tinha força para erguer a minha. Temo que não seja possível traduzir em palavras a majestade importância dos seus gestos.

À minha família, a melhor de todas as famílias! Ao meu pai, pelo carinho e pela forma calma e assertiva com que me ajudou a ultrapassar os piores momentos e pela revisão meticulosa das páginas que se seguem. Á minha irmã, por ser desde sempre a minha referência o modelo da pessoa que quero um dia vir a ser e por mesmo à distância me fazer sentir o seu apoio e a sua dedicação. À minha mãe... que sobreviveu a mais um doutoramento, parecendo acumular a cada embate resultante da ansiedade e frutração destes momentos, doses reforçadas de amor com que nos abraça e nos impele a avançar. Sem ela não teria valido a pena.

Agradeço por fim à FCT por ter financiado este projecto (SFRH/BD/27417/2006).

LISTA DE CONTEÚDOS

Lista de conteúdos

Resumo ..... **xi**

Abstract ..... **xii**

Agradecimentos ..... **xv**

Lista de figuas ..... **xxiii**

Lista de tabelas ..... **xxix**

1 Introdução **3**

1.1 Da vida e da morte: a importância dos remanescentes humanos *3*

1.2 Traçando perfis Antropológicos *7*

1.2.1 As colecções osteológicas 8

1.3 Preparar o terreno: análise do potencial informativo dos dados da Antropologia de campo *12*

1.3.1 A abordagem bioarqueológica 12

1.3.2 Os fundamentos da Antropologia de terreno 14

1.4 Objectivos *16*

1.4.1 Estrutura da tese 17

2 Metodologia aplicada na selecção dos relatórios antropológicos de campo **21**

2.1 Critérios de selecção dos relatórios antropológicos de campo *21*

2.2 Enquadramento legal e validade científica das intervenções arqueológicas *21*

2.3 Fundamentos teóricos para a selecção dos relatórios antropológicos de campo *23*

2.3.1 Critérios da selecção dos relatórios antropológicos de campo 25

2.3.2 Categorias de registo de dados dos relatórios antropológicos de campo 26

2.3.3 Identificação das categorias de registo dos relatórios antropológicos de campo 27

2.4 Caracterização dos relatórios antropológicos de campo seleccionados *34*

2.5 Caracterização geral da amostra dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo 37

2.5.1 Caracterização dos indivíduos seleccionados quanto à preservação 38

2.5.2 Caracterização dos indivíduos seleccionados quanto à tafonomia 40

3 Análise da Antropologia funerária registada nos relatórios antropológicos de campo 47

3.1 Introdução: a relevância da Antropologia funerária 47

3.2 Viver com a morte: percepção e ritualização 48

3.2.1 A morte, a identidade e a memória 49

3.3 Representando a morte: perspectiva histórica dos elementos funerários 52

3.3.1 As representações arqueológicas da morte na Pré-história no contexto geográfico português 53

3.3.2 As representações arqueológicas da morte na Antiguidade no contexto geográfico português – A influência Romana 58

3.3.3 As representações arqueológicas da morte no contexto geográfico português – a influência Islâmica 60

3.3.4 As representações arqueológicas da morte no contexto geográfico português – a influência Cristã 62

3.4 Material e métodos relativos à análise dos dados da Antropologia funerária 66

3.5 Resultados relativos à Antropologia funerária 69

3.5.1 Resultados dos dados relativos à arquitectura funerária 70

3.5.2 Resultados dos dados relativos aos gestos funerários 77

3.5.3 Resultados do dados relativos aos espólio funerário 85

3.6 Discussão dos resultados da Antropologia funerária 90

4 Análise da paleodemografia registada nos relatórios antropológicos de campo 97

4.1 Introdição: a relevância da análise paleodemográfica 97

4.2 A natureza da análise paleodemográfica 98

4.3 Entre os modelos teóricos e a realidade prática: os problemas da paleodemografia 100

4.3.1 Paleodemografia: entre o género e o sexo 106

4.4 Caracterização demográfica e das dinâmicas sociais das populações do passado 109

4.4.1 Pré-história e Época antiga 110

4.4.2 Época Medieval 111

4.4.3 Época Moderna 114

4.5 A paleodemografia em campo 116

4.5.1 Idade à morte 117

4.5.2 Diagnose sexual 120

4.6 Material e métodos relativos à análise Paleodemográfica *121*
4.6.1 Registo dos dados paleodemográficos 121
4.7 Resultados dos dados da Paleodemografia *123*
4.7.1 Análise dos registos relativos à paleodemografia 123
4.7.2 Caracterização dos dados paleodemográficos 124
4.8 Discussão dos resultados da Paleodemografia *139*

5 Análise paleopatológica 149
5.1 A relevância da análise paleopatológica *149*
5.2 A construção do estudo paleopatológico *150*
5.3 A doença no espaço social *153*
5.4 Breve enquadramento histórico da doença no território português *156*
5.5 Material e métodos relativos à análise paleopatológica *159*
5.6 Resultados *161*
5.6.1 Análise da frequência da avaliação paleopatológica nos relatórios antropológicos de campo 161
5.7 Análise da relação dos parâmetros paleodemográficos com os registos paleopatológicos *167*
5.7.1 Osteoartrose 167
5.7.2 Marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos) 169
5.7.3 Lesões traumáticas - fracturas 171
5.7.4 Indicadores de stresse não específico 173
5.7.5 Patologia oral 178
5.7.6 Defeitos do esmalte dentário – Hipoplasias do esmalte dentário 181
5.7.7 Perda de dentes ante-mortem 182
5.7.8 Patologia infecciosa 184
5.8 Discussão dos dados relativos à avaliação do registo paleopatológico dos relatórios antropológicos de campo *185*

6 Caracterização geral dos dados e apresentação de proposta metodológica para recolha e registo de dados antropológicos de campo 197
6.1 Caracterização geral dos dados *197*
6.2 Dificuldades da aplicação do sistema de registo criado *200*
6.3 Perspectivas e propostas futuras *202*
6.4 Fundamentos da proposta metodológica *203*
6.5 Proposta de registo para inumações primárias em contexto arqueológico *204*

6.5.1 Questões éticas associada ao tratamento de espólio osteológico humano 208

6.6 Proposta de ficha antropológica de campo *210*

7 Considerações finais **217**

Bibliografia **221**

Apêndices **259**

Lista de figuas

Capítulo segundo

Figura 2.1 – Distribuição das frequências relativas aos relatórios antropológicos de campo excluídos e incluídos na seleccção de estudo. 34

Figura 2.2 – Distribuição das frequências de acordo com os motivos de exclusão dos relatórios antropológicos de campo considerados para estudo. 35

Figura 2.3 – Distribuição das frequências pelas categorias da variável *tipologia de sítio arqueológico* referente aos relatórios antropológicos de campo seleccionados para análise..... 35

Figura 2.4 – Representação esquemática da concentração dos relatórios antropológicos de campo seleccionados para estudo, por distrito de localização da intervenção arqueológica. 36

Figura 2.5 – Distribuição das frequências por época histórica dos relatórios antropológicos de campo seleccionados para análise..... 36

Figura 2.6 – Distribuição do número indivíduos em função do relatório de pertença... 38

Figura 2.7 – Distribuição das frequências relativas à representatividade dos esqueletos registados a partir dos relatórios antropológicos de campo analisados..... 40

Figura 2.8 – Distribuição das frequências relativas à preservação dos esqueletos registados a partir dos relatórios antropológicos de campo analisados..... 40

Figura 2.9 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos promotores da alteração de forma associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados. 43

Figura 2.10 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos – Textura – associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados. 43

Figura 2.11 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos – Cor – associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados. 44

Capítulo terceiro

Figura 3.1 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação* relativos aos elementos da *arquitectura funerária* obtidos pela análise dos relatórios antropológicos de campo. 71

Figura 3.2 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *classificação da sepultura* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 74

Figura 3.3 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *tipo de sepultura* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 75

Figura 3.4 – Distribuição dos dados registados e *sem informaçao* referentes aos *gestos funerários*, recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 77

Figura 3.5 – Distribuição dos dados registados e *sem informação* referentes aos *gestos funerários* – Posicionamento dos membros superiores e inferiores, a partir da análise dos indivíduos dos relatórios antropológicos de campo. 78

Figura 3.6 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *orientação* da inumação, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 80

Figura 3.7 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *deposição* da inumação, recolhida da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 81

Figura 3.8 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento do crânio*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 82

Figura 3.9 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento dos membros superiores* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 83

Figura 3.10 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento dos membros inferiores* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 83

Figura 3.11 – Distribuição da informação frequências de deposição em decúbito dorsal por época histórica, recolhida da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 85

Figura 3.12 – Distribuição dos dados registados e *sen informação* referentes ao *espólio funerário*, recolhidos a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 87

Figura 3.13 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *indumentária* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 88

Figura 3.14 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *adornos*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 89

Figura 3.15 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *elementos votivos*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 90

Capítulo quarto

Figura 4.1 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação*, relativos ao enquadramento etário (*não-adulto / adulto*) obtidos a partir da análise aos relatórios antropológicos de campo. 124

Figura 4.2 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação*, relativos ao escalão etário, obtidos a partir da análise aos relatórios antropológicos de campo.124

Figura 4.3 – Distribuição dos dados relativos ao enquadramento etário, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, considerando a totalidade dos casos. 125

Figura 4.4 - Distribuição dos dados relativos à estimativa da idade à morte obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, removendo da análise os casos mal conservados. 127

Figura 4.5 – Distribuição dos dados relativos à estimativa da idade à morte e diagnose sexual, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, removendo da análise os casos de não-adultos e mal conservados. 129

Figura 4.6 – Distribuição dos dados relativos ao *espólio funerário* em função do enquadramento etário, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 130

Figura 4.7 – Distribuição dos dados relativos à *orientação* da sepultura em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 134

Figura 4.8 – Distribuição dos dados relativos ao contexto geográfico em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 137

Figura 4.9 – Distribuição dos dados relativos ao contexto histórico em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.138

Capítulo quinto

Figura 5.1 – Distribuição das frequências relativas aos registos de avaliação paleopatológica reportada nos relatórios antropológicos de campo. 162

Figura 5.2 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da osteoartrose, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 162

Figura 5.3 – Distribuição dos dados relativos à avaliação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos), a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 163

Figura 5.4 - Distribuição dos dados relativos à avaliação da patologia oral, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 164

Figura 5.5 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da hipoplasias do esmalte dentário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 165

Figura 5.6 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da patologia infecciosa, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....166

Figura 5.7 – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 168

Figura 5.8 – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações múculo-esqueléticas (entesofitos) em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 170

Figura 5.9 – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações provocadas por fracturas em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 172

Figura 5.10 – Distribuição das frequências relativas à avaliação de *cribra orbitalia* em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.174

Figura 5.11 – Distribuição das frequências relativas à avaliação periostite em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 177

Figura 5.12 – Distribuição das frequências relativas à avaliação do tártaro em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 180

Figura 5.13 – Distribuição dos casos identificados com patologia infecciosa em função do escalão etário. 184

Lista de tabelas

Capítulo segundo

Tabela 2.I – Variáveis criadas para o registo da informação contida nos relatórios antropológicos de campo relativa ao enquadramento histórico. 33

Tabela 2.II – Variáveis de representatividade e preservação para registo do estado de conservação dos esqueletos referidos nos relatórios antropológicos de campo analisados. Escala adaptada da proposta de Buikstra e Ubelaker (1994) e de Bello *et. all*, (2006) e Bello e Andrews (2006). 39

Tabela 2.III – Variáveis de classificação tafonómica para registo das alterações presentes nos esqueletos referidos nos relatórios antropológicos de campo analisados. 42

Capítulo terceiro

Tabela 3.I – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos da *arquitectura funerária*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 67

Tabela 3.II – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos aos *gestos funerários*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 68

Tabela.3.III – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos do *espólio funerário*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 69

Tabela 3.IV – Distribuição dos resultados relativos à *arquitectura funerária* associada aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo analisados..... 70

Tabela 3.V – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aplicado aos dados da *arquitectura funerária* e *contexto geográfico* registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação. 72

Tabela 3.VI – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados da *arquitectura funerária* e divisão geográfica Norte-Sul, registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação..... 73

Tabela 3.VII – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados da *arquitectura funerária* e contexto histórico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo tendo excluindo os casos sem informação..... 76

Tabela 3.VIII – Distribuição dos resultados relativos aos *gestos funerários* associados aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo analisados..... 78

Tabela 3.IX – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados relativos aos *gestos funerários* e contexto geográfico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo excluindo os casos sem informação. 79

Tabela 3.X – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados relativos aos *gestos funerários* e Contexto histórico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação. 84

Tabela 3.XI – Distribuição dos resultados relativos à *espólio funerário* associados aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. 86

Capítulo quarto

Tabela 4.I – Caracterização das variáveis de dados paleodemográficos registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....123

Tabela 4.II – Distribuição dos valores relativos ao enquadramento etário dos casos analisados a partir dos relatórios antropológicos de campo, tendo em conta o estado de conservação registado para o esqueleto.....126

Tabela 4.III – Distribuição dos valores relativos à diagnose sexual dos casos analisados a partir dos relatórios antropológicos de campo, tendo em conta o estado de conservação registado para o esqueleto e o enquadramento etário. 128

Tabela 4.IV – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de *cultura material* em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....131

Tabela 4.V – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de *cultura material* em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....132

Tabela 4.VI – Distribuição dos dados relativos à *orientação* da sepultura em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.133

Tabela 4.VII – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de cultura material em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....135

Tabela 4.VIII – Distribuição dos dados relativos à distribuição dos dados do escalão etário em função da divisão geográfica Norte-Sul, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....137

Tabela 4.IX – Distribuição dos dados relativos ao contexto histórico em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 138

Capítulo quinto

Tabela 5.I – Variáveis criadas para análise dos dados relativos à paleopatologia a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 160

Tabela 5.II – Distribuição das frequências dos registos relativos aos indicadores de stresse não específico a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 164

Tabela 5.III – Distribuição das frequências dos registos relativos à perda de dentes *ante-mortem* a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 165

Tabela 5.IV - Distribuição das frequências dos registos relativos às lesões traumáticas (fracturas) a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 166

Tabela 5.V – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 167

Tabela 5.VI – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 169

Tabela 5.VII – Distribuição das frequências relativas à avaliação da alterações músculo-esqueléticas em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 169

Tabela 5.VIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos) em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 171

Tabela 5.IX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de lesões traumáticas – fractura em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 172

Tabela 5.X – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações provocadas por fracturas em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 173

Tabela 5.XI – Distribuição das frequências relativas à avaliação da *cribra orbitalia* em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. 174

Tabela 5.XII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de *cribra orbitalia* em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....174
Tabela 5.XIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hiperostose porótica em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....175
Tabela 5.XIV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hiperostose porótica em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....175
Tabela 5.XV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de periostite em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....176
Tabela 5.XVI – Distribuição das frequências relativas à avaliação de periostite em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....177
Tabela 5.XVII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cáries em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....178
Tabela 5.XVIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cáries em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....179
Tabela 5.XIX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....179
Tabela 5.XX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....180
Tabela 5.XXI – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....181
Tabela 5.XXII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hipoplasias do esmalte dentário em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....182
Tabela 5.XXIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação da perda de dentes ante-mortem em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.....182

Tabela 5.XXIV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo..... 183

Tabela 5.XXV – Distribuição das frequências relativas à perda de dentes ante-mortem em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.... 183

Tabela 5.XXVI – Distribuição dos casos diagnosticados com tuberculose em função do sexo e do escalão etário..... 185

Capítulo Primeiro

Introdução

1 Introdução

1.1 Da vida e da morte: a importância dos remanescentes humanos

(…) - Por fim Vossa Excelência compreende – explicava o Silvério passando o guardanapo por sobre a larga face suada e por sobre as imensas barbas negras, como as de um turco, - naquela mixórdia... Oh! peço desculpa a Vossa Excelência! Naquela confusão, quando tudo desabou, não pudemos mais conhecer a quem pertenciam os ossos. Nem sequer, falando verdade, nós sabíamos bem que dignos avós de Vossa Excelência jaziam na capela velha, assim tão antigos, com os letreiros apagados, senhores de todo o respeito, certamente, mas, se Vossa Excelência permite, senhores já muito desfeitos... Depois veio o desastre, a mixórdia. E aqui está o que decidi, depois de pensar. Mandei arranjar tantos caixões de chumbo, quantas as caveiras que se apanharam lá em baixo na Carriça, entre o lixo e o pedregulho. Havia sete caveiras e meia. Quero dizer, sete caveiras e uma caveirinha pequenina. Metemos cada caveira no seu caixão. Depois... Que quer Vossa Excelência? Não havia outro meio! E aqui o sr. Fernandes dirá se não acha que procedemos com habilidade. A cada caveira juntámos uma certa porção de ossos, uma porção razoável... Não havia outro meio... Nem todos os ossos se acharam. Canelas por exemplo, faltavam! E é bem possível que as costelas daqueles senhores ficassem com a cabeça de outro... Mas quem podia saber? Só Deus. Enfim fizemos o que a prudência mandava... Depois, no Dia de Juízo, cada um destes fidalgos apresentará os ossos que lhe pertencerem. (Queiroz, 1901:165-166).

As palavras de Eça de Queiroz, transcritas de *A cidade e as Serras*, terão, por ventura, sido redigidas enquanto arqueólogos e naturalistas portugueses desenvolviam os primeiros esforços para deslindar os segredos da vida que os ossos encerram e, que apenas, se revelam após a morte. É no fascínio pelo passado desconhecido que encontramos o motor das ciências que operam no sentido de revelar o Homem que fomos e somos. O que move a Antropologia das populações do passado é algo que terá uma dimensão mais emocional que científica. Todas as sociedades, em todos os tempos, procuram, de alguma forma, registar os acontecimentos e zelar pela preservação da memória colectiva (Ortner, 2006). A morte, na medida em que impõe o fim da pertença ao mundo dos vivos – os que existem e são nomeados - e conduz ao desaparecimento do corpo inanimado, agiganta a preocupação do esquecimento, do não reconhecimento, da não existência, instigando, nos que ficam, a busca de uma identidade que possa ser atribuída aos remanescentes anónimos. Será, talvez, o temor que o esquecimento

provoca e o desafio de o evitar, que desencadeiam os mecanismos que, desenvolvendo-se de forma sistemática, tomaram a forma de ciência e o seu conhecimento imprime uma noção paradoxal de individualidade e partilha (Knudson & Stojanowski, 2008). É neste contexto que deverá ser compreendida a inquietude sentida pelo personagem de Eça. A *mixórdia* a que se refere Silvério, pela pena do escritor, contrasta com a individualidade que, desejavelmente, seria atribuída a cada indivíduo (Knudson & Stojanowski, 2008), principalmente quando o estatuto social em vida assim o impõe.

É na tentativa de criar alguma ordem nos contextos em que a morte do ser humano é revelada que a Antropologia física[1], na parte dedicada aos restos osteológicos, se desenvolve. Nomes como os de Carlos Ribeiro e Nery Delgado, a que legitimamente se podem acrescentar os de Bernardino Machado, Eusébio Tamagnini e Mendes Corrêa, foram alguns dos obreiros do edifício que constitui, hoje, a Antropologia das populações do passado em Portugal (Cardoso, 1999; Cunha, 1986). Apesar da tendência da época de desvalorizar o potencial informativo dos remanescentes humanos, desenvolveram-se, essencialmente sob a influência da Escola de Antropologia Francesa e alimentados pelo positivismo próprio da ciência do século XIX e inícios do século XX, os primeiros estudos sobre as populações pretéritas portuguesas, com especial incidência nas questões

[1] À longa história da Antropologia em Portugal, não corresponde o consenso expectável de uma disciplina com tamanha tradição. A necessidade de designar de forma clara a área em que se desenvolve o presente trabalho, conduziu à selecção de um conjunto de termos que, pela sua história e uso generalizado, serão, de modo mais imediato, associados ao estudo dos vestígios osteológicos humanos resultantes de contextos de escavação arqueológica.
O termo *Bioarqueologia* tal como é proposto e debatido por Buikstra e Beck (2006), por englobar não só os aspectos de cariz biológico, como por levar em consideração o contexto histórico-sociocultural a que os remanescentes estão associados, satisfaz a premissa interdisciplinar que norteia o presente trabalho. Em apoio desta interpretação apontamos a publicação de Duarte (2003), na qual se assume esta designação com o objectivo de caracterizar a área de estudo associada às intervenções arqueológicas de onde resulte material esquelético humano.
Já a designação *Osteoarqueologia*, avançado na década de 70 por Møller (1973), apesar de se restringir mais às variáveis arqueológicas e osteológicas e de negligenciar um pouco a componente cultural, poderá servir de designativo, ainda que em situações mais específicas.
Actualmente, a designação *Antropologia das populações do passado* apresenta-se como uma boa alternativa na medida em que contempla não só a área dos elementos relativos ao esqueleto, mas também entra em linha de conta com toda a dimensão sociocultural em que os seres humanos pretéritos se moviam.
A adopção do conjunto *Antropologia física* reside mais na tradição científica a si associada, do que no seu valor ilustrativo. Em contraste como o anacrónico do termo anterior, surge *Antropologia biológica*. Neste caso, a sua dimensão mais abrangente não permite deslindar, por si só, a especificidade que reside na análise dos restos osteológicos das populações do passado, na medida em que encerra em si um conjunto variado de áreas que vão desde o comportamento à genética. Por estes motivos, será de limitar o recurso a estes termos a situações em que o enquadramento histórico-científico assim o justifique.

craniométricas e osteométricas, (Areia & Rocha, 1985; Cunha, 2002; 2007; Santos, 2005). Apesar desta visão fragmentária do esqueleto humano e do seu potencial informativo, emerge, destas abordagens, a vontade e a necessidade dum maior conhecimento daqueles que viveram antes de nós. Actualmente, o estudo da biologia do esqueleto assume uma perspectiva distinta, relativamente aos séculos anteriores. A característica unificadora de todas as linhas de investigação é o reconhecimento do potencial informativo do esqueleto humano, quando considerado como um todo. Este todo é o resultado da soma do corpo, enquanto veículo de experiências culturais, com o esqueleto, como suporte e registo dessas vivências, ainda que a vertente cultural continue a ser pobremente explorada (Joyce, 2005).

A missão das ciências que estudam o passado passa pela procura do entendimento sobre os padrões de vida pretéritos. Comuns a todas as épocas serão, por ventura, as reflexões que a vida humana suscita – quem somos? o que fazemos? o que comemos? em que acreditamos? de que mal padecemos?... - e que se impõem numa perspectiva póstuma, quando, em análise, estão os remanescente humanos (Armelagos & van Gerven, 2003). Nesse sentido, a presença de um enterramento surge, para um antropólogo, como um filme mudo para o qual se procuram as legendas que mais fielmente responderão a essas questões. O conjunto *contexto funerário / esqueleto inumado* encerra uma tal diversidade de informações, que pode ser considerado como uma via privilegiada de acesso ao passado (Larsen, 2000; 2002; 2006). Se, por um lado, podemos aceder ao ritual (ou falta dele) da despedida do mundo dos vivos, por outro, o esqueleto revela de que forma a fisiologia do indivíduo reagiu às alterações ambientais a que esteve sujeito, na medida em que o esqueleto congrega, em si, propriedades que são simultaneamente duráveis e plásticas (Knudson & Stojanowski, 2008).

Durante a juventude científica da Antropologia das populações do passado, o enfoque era colocado, mormente, nas questões biológicas associadas à paleodemografia, paleopatologia e características morfométricas. Hoje em dia, fruto dos consecutivos avanços nas áreas afins da Antropologia de campo, a componente cultural, que se resgata durante as intervenções arqueológicas, tem vindo a assumir um papel de progressivo destaque, na medida em que oferece uma visão integradora do indivíduo na sociedade de pertença e dessa sociedade na história (Knudson & Stojanowski, 2008; Ortner, 2006). Esta dimensão da vida em grupo, integrada em mundos culturais com manifestações

específicas, fica, o mais das vezes, à porta do laboratório – durante muito tempo o único espaço de actuação dos antropólogos – sendo, contudo, importante contrariar esse pressuposto que, no mínimo, peca por ser anacrónico (Knudson & Stojanowski, 2008). A morte, apesar de universal, promove um sem fim de respostas culturais (Huntington & Metcalf, 1979). A ocultação do corpo morto por via do embalsamamento, da queima ou da inumação, é, normalmente, acompanhada de rituais de luto, despedida ou celebração, que resultam do processo de retirar o cadáver da sua condição liminar (Cabral, 1984). O *negativo* dessas manisfestações pode, muitas vezes, ser lido no processo de exposição do cadáver e, dessa forma, se acrescentam aos aspectos biológicos, elementos histórico-sócio-culturais que podem, por vezes, ajudar a deslindar dilemas da biologia do esqueleto. É esta ponte entre as duas esferas em que se move a humanidade – a biológica e a sociocultural – que importa construir (Vargas *et al.*, 1991).

Um labor de tamanha complexidade só poderá ser levado a bom termo se, para ele, concorrerem uma multiplicidade de abordagens. Será, cada vez mais, função da Antropologia que se dedica aos restos mortuários, congregar, em si, elementos dos vários ramos das ciências biológicas e sociais (Knudson & Stojanowski, 2008). É nesta perspectiva, de integração de múltiplas abordagens, que se deve construir o caminho a trilhar pela Antropologia das populações do passado, implementando-se esta visão desde a sua fonte, isto é, as intervenções arqueológicas em contextos funerários.

Com o dealbar do século XXI, foram várias as alterações de paradigmas científicos e metodológicos verificadas. As redes intrincadas de trocas de informação, que conduziram à partilha de campos de actuação, resultaram no desenvolvimento de linhas de investigação de natureza interdisciplinar. Este fenómeno revelou-se, igualmente, na área da osteoarqueologia (Larsen, 2006). As transformações introduzidas por esta abordagem multidisciplinar implicam uma melhor gestão de tempo e recursos e têm, ainda, como subproduto a recolha de dados mais ricos que tornam, exponencialmente maior, o potencial informativo da análise dos remanescentes humanos (Goldstein, 2006). Prova disso mesmo, é o crescente número de publicações científicas que relacionam os dados resultantes da análise dos vestígios mortuários, originários da cultura material associada aos enterramentos, com as evidências da biologia do esqueleto (Nystron *et al.*, 2005; Robb, 2001); o cruzamento de relatos, em fontes históricas, de episódios epidemiológicos, com a descoberta de necrópoles (Castex, 2008); a combinação de dados

de relatos de violência interpessoal, de natureza ritual, com a análise de particularidades osteológicas (Ogilvie & Hilton, 2000) ou, até, as contribuições que as manifestações artísticas aportam, por exemplo, para o estudo da paleopatologia (Miranda *et al.*, 2010).

O reconhecimento da primazia deste tipo de abordagem aos dados resultantes da recuperação de vestígios osteológicos, provenientes de intervenções arqueológicas, implica a adopção de metodologias de campo uniformes e integradoras, no sentido da recolha e tratamento da informação (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a). Uma abordagem abrangente, mas detalhada, de todas as perturbações deposicionais do esqueleto e da localização do eventual espólio associado, parece ser a via que melhor responderá ao esforço para produzir resultados que, mais fielmente, reproduzam, numa primeira análise, a possibilidade de reconstruir o ritual de deposição do cadáver na sua *morada final*. Numa perspectiva mais alargada, deverá, também, permitir a construção de quadros populacionais e culturais que mais próximos estarão do enquadramento histórico-sociocultural (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b; Duday & Guillon, 2006). Desta forma, ficam salvaguardadas as premissas avançadas por Knudson e Stojanowski (2008) que defendem que a contribuição dada pela Antropologia das populações do passado só é salvaguardada se, na sua base, existir uma cuidada recolha de dados, de modo a oferecer às várias ciências sociais e humanas, que em torno dela gravitam, um cenário fiel das realidades pretéritas. Existem, contudo, dificuldades associadas a estas vias de conhecimento do passado que, ao longo da história das disciplinas arqueológicas, têm vindo a ser contornadas com recurso a metodologias específicas.

1.2 Traçando perfis Antropológicos

Um desejo que passará pela mente de todos os antropólogos, que se dedicam ao exercício de análise aos restos osteológicos humanos, é o de que os ossos *falem* (Larsen, 2000; Rosales & Brito, 2001). Encontrar a voz que antes se albergava nos corpos, agora esqueletizados, é o desafio do estudo da Antropologia das populações do passado. Contudo, a elaboração desta *anamnese osteológica* esbarra, invariavelmente, em dúvidas e ausências (Rosales & Brito, 2001). A ressurreição das biografias dos que sucumbiram surge, apenas, na combinação de histórias: as que se lêem nos ossos e as que resultam dos registos a eles associados. Dos que pereceram, apenas se salvarão do completo

anonimato aqueles em que incida o olhar perspicaz de cientistas convictos de que a morte revela as histórias de vida e, assim, zelaram para que estas esferas, aparentemente antagónicas, não se apartassem. Dos restantes, podemos, apenas, aproximar-nos da sua individualidade pelos vestígios da cultura material a eles associada. É nesta dualidade, entre a natureza do material esquelético identificado e não identificado, que a evolução metodológica e científica da osteoArqueologia se tem feito.

1.2.1 As colecções osteológicas

A natureza resiliente do material osteológico confere-lhe as propriedades necessárias para o seu armazenamento em forma de colecção (Sofaer, 2006). Tendo em conta essas características e a importância atribuida à ciência na decifração dos fenómenos, nos séculos da modernidade, ficam criadas as condições necessárias para se dar início ao processo de constituição das colecções de esqueletos humanos. No século XVIII, o interesse pela diversidade biológica humana é assumido como temática de grande importância (Tobias, 1991). Tendo como principal impulsionador William Turner, na Universidade de Edimburgo, é nesta época que se inicia, em vários centros de investigação, por todo mundo, a demanda da organização de um acervo de material osteológico humano (Albanese, 2003; Quigley, 2001; Tobias, 1991). Sob a influência de Turner, muitos outros anatomistas e médicos envolveram-se nesta colecta de fragmentos do passado. Como resultado desse empreendimento, o mundo científico reúne, entre o século XVIII e final do século XIX, um conjunto importante de colecções. Em homenagem a Carl A. Hamann e Thomas Wingate Todd, surge a *Hamann-Todd Collection* que é, hoje, pertença do Museu de História Natural de Cleveland (Albanese, 2003; Quigley, 2001; Tobias, 1991). Robert James Terry, um discípulo de Turner, reuniu em 1900, na Universidade de Washington, uma colecção de cadáveres dos quais se conhecia idade e sexo (Albanese, 2003; Hunt & Albanese, 2005; Tobias, 1991). São, ainda, de referir as colecções de crânios angariados por Paul Brocca e pelo seu discípulo Hrdlicka, actualmente reconhecido como o *pai* da Antropologia física. Este, com a colaboração de Ernest Hooton, conseguiu, com base nos resultados obtidos com as suas investigações, distanciar-se e distanciar a Antropologia física, da perspectiva eugenista de Franz Boas (Buikstra, 2006b; Clower & Finger, 2001; Quigley, 2001). Num esforço de semelhante

motivação científica, importará referir, também, os espécimes recolhidos por Samuel Morton (Buikstra, 2006b; Erickson, 1997; Quigley, 2001). Raimond Dart e Phillip Tobias envolveram-se em empresas semelhantes, coligindo material esquelético humano que passou a integrar as colecções osteológicas da África do Sul (Albanese, 2003; Tobias, 1991). Mais recentemente, na sequência da intervenção na cripta da Christ Church de Spitalfields (Reino Unido), reuniu-se mais uma valiosa colecção de esqueletos, aos quais foi possível associar alguns dados biográficos (Molleson & Cox, 1993).

Portugal assume, neste particular, um papel de algum destaque, na medida em que conta com três conjuntos de colecções identificadas.[2] Assim, no Departamento Ciências da Vida da Universidade de Coimbra, estão reunidas as seguintes colecções: *Colecção das Escolas Médicas*, *Colecção das Trocas Internacionais* e a *Colecção de Esqueletos Identificados* (Areia, 2001; Areia & Rocha, 1985; Cunha & Wasterlain, 2007; Fernandes, 1985; Rocha, 1995; Santos, 1995a; 2000; Santos, 2005). Se a primeira foi reunida por Bernardino Machado, pai da Antropologia Conimbricense, as restantes resultaram do esforço de Roberto Tamagnini, que lhe sucedeu no comando da disciplina (Areia, 2001; Areia & Rocha, 1985; Cunha & Wasterlain, 2007; Fernandes, 1985; Rocha, 1995; Santos, 1995a; 2000; Santos, 2005). Só estão disponíveis alguns dos dados biográficos dos 505 indivíduos da *Colecção de Esqueletos Identificados*, cuja inumação ocorreu, maioritariamente, no Cemitério da Conchada (Areia, 2001; Areia & Rocha, 1985; Cunha & Wasterlain, 2007; Fernandes, 1985; Rocha, 1995; Santos, 1995a; 2000; Santos, 2005).

Em Lisboa, a *Colecção Luís Lopes* veio substituir a anterior *Colecção Ferraz de Macedo,* destruída em 1978, sendo ambas pertença do Museu Bocage, também reconhecido como Museu Nacional de História Natural de Lisboa (Cardoso, 2006; Cunha & Wasterlain, 2007). Com a recolha iniciada em 1981 e complementada já no início do século XXI, nos mais emblemáticos cemitérios Lisboetas – Alto de São João, Benfica e Prazeres, aos quais, numa segunda fase, se juntaram os da Ajuda e Lumiar – reuniram-se os restos mortais de mais de um milhar e meio de indivíduos, dos quais apenas 729 estão disponíveis para estudo (Cardoso, 2006).

[2] Para além das colecções de Coimbra, Lisboa e Santarém, há ainda a referir a colecção, em processo de curadoria, que se encontra no Departamento de Biologia da Universidade de Évora (Cunha & Wasterlain, 2007).

Em 2009, é finalizado o protocolo que irá permitir constituição de uma terceira colecção: a *Colecção de Esqueletos Identificados do Século XXI* (Cemitério dos Capuchos, Santarém). Os 77 sujeitos desta colecção nasceram todos já no século XX e encontram-se, actualmente, em fase de estudo e elaboração de resultados (Curate, 2010).

Em comum, estas colecções de esqueletos identificados apresentam um relato biográfico em que constam não só os parâmetros geográficos, demográficos e patológicos, mas também elementos, bastante completos, do quadro social e profissional dos indivíduos que a constituem. Partilham, igualmente, uma composição demográfica que se caracteriza por apresentar uma distribuição equitativa dos sexos – nem sempre representativa do contexto cronológico em questão (Curate, 2010) – e uma proveniência dos sectores mais humildes e desfavorecidos da população a que pertenceram em vida e se replicou no momento da morte (Cardoso, 2006).

Em Portugal, as colecções osteológicas e, principalmente, as colecções de esqueletos identificados contribuiram, de modo significativo, para o desenvolvimento científico da Antropologia biológica, assentando nelas, em virtude da sua natureza e características excepcionais, muita da investigação científica realizada nesta área. A corroborar essa importância estão as contribuições, que delas resultaram, na área da tuberculose (Matos, 2003; Matos & Santos, 2006), osteoporose (Curate, 2005; 2010), espondiloartropatias (Marques, 2007), análises de padrões de desenvolvimento e crescimento (Wasterlain, 2000a; Wasterlain, 2000b), análise de indicadores de stressee fisiológico (Cunha & Gomes, 1994) e mecânico (Cardoso, 2008a), estudo da patologia oral (Wasterlain, 2006; Wasterlain & Dias, 2009; Wasterlain *et al.*, 2009), episódios de trauma (Matos, 2009a) e, até, sobre a avaliação da eficácia das metologias de aferição da idade à morte (Cunha, 1995).

De acordo com Phillipe Tobias, não só a chave do conhecimento da evolução e adaptação humanas reside na análise comparativa da diversidade morfológica, mas, também, a identificação das fronteiras entre as alterações normais e patológicas do esqueleto (Tobias, 1991). Ortner (2003) salienta o papel central que o estudo das várias colecções exerceu no desenvolvimento da paleopatologia, ao que outros autores acrescentaram a sua importância no conhecimento dos parâmetros demográficos das populações pretéritas e no desenvolvimento de metodologias de aferição desses mesmos

parâmetros (Quigley, 2001). Parece existir unanimidade no reconhecimento da importância fundamental da função que as colecções assumem no ensino da Antropologia física associada às populações do passado. A ausência de manipulação ou de referenciais reais, compromete a formação de todos quantos se venham a dedicar a esta ciência (Hunt, 2001; Quigley, 2001; Tobias, 1991)

Sendo verdade que as mais-valias congregadas nestas colecções constituem um terreno fértil de progresso, liberto do silêncio informativo e da incoerência metodológica a que estão sujeitos os remanescentes humanos que provêem de escavações, não será menos verdade que existem problemas, igualmente relevantes e difíceis de contornar, associados a este espólio. No caso das colecções portuguesas, as limitações, que podem comprometer uma utilização mais profícua e alargada dos elementos que encerram, são de diversas naturezas. Qualquer uma dessas colecções está circunscrita a contextos históricos, geográficos e socioculturais muito específicos. Sendo verdade que a população portuguesa do século XIX-XX, proveniente das classes sociais mais desfavorecidas das regiões urbanas, se encontra relativamente bem representada por estas colecções, não devemos esquecer que, só por falta de alternativas e com a legitimação de uma origem biológica comum, será lícito extrapolar as conclusões que resultam do seu estudo, para contextos mais antigos e de caracterização sócio-demográfica distintas. Por outro lado, o carácter raro destes acervos limita, necessariamente, o seu acesso e o tipo de investigação a que se poderá sujeitar este material. Neste sentido, torna-se necessária a gestão do acesso aos dados e às próprias colecções, enquanto que a aplicação de metodologias destrutivas, ainda que em pequena escala, terá de ser sujeita a uma minuciosa avaliação.

O desenvolvimento, cada vez mais intenso, da ciência obriga a um esforço constante de actualização e de procura de vias de investigação alternativas. Tendo em linha de conta os aspectos limitantes das colecções identificadas – não deixando, contudo, de reconhecer o seu enorme potencial científico – acreditamos que será possível explorar mais e mais eficientemente, o material osteológico humano resultante dos contextos de escavação arqueológica.

1.3 Preparar o terreno: análise do potencial informativo dos dados da Antropologia de campo

À contribuição dada pelas colecções osteológicas, provenientes de contextos arqueológicos, devem acrescentar-se, num âmbito analítico mais alargado, os elementos resultantes das intervenções arqueológicas. Contudo, para que possa haver um aproveitamento eficaz destes dados, importa encontrar-lhes um enquadramento sólido. Das múltiplas orientações teórico-metodológicas que, entretanto, surgiram, na tentativa de enquadrar a análise dos vestígios osteológicos das populações do passado, duas parecem reunir os elementos que poderão permitir um melhor aproveitamento dos dados recolhidos em campo. Tanto o modelo da Bioarqueologia proposto, em 1976, por Buikstra (Buikstra, 2006a) e, mais recentemente, desenvolvido por Larsen e outros (Buikstra, 2006a; Larsen, 1997; 2000; 2002; 2006), como o da Antropologia de terreno, entendido como metodologia de intervenção em contextos funerários e desenvolvido por Duday e colaboradores (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b), parecem combinar os aspectos necessários para a obtenção de dados, cujo potencial de análise sobreviverá muito para além do momento da exumação dos remanescentes humanos. Neste particular, as fronteiras ténues, que delimitam e diferenciam as duas propostas, parecem concorrer para uma maior riqueza informativa, podendo contribuir para o engrandecimento científico da Antropologia das populações do passado.

1.3.1 A abordagem bioarqueológica

Ainda que sem esta designação, mas já com a mesma orientação teórica, a Bioarqueologia surge no final da década de 70 do século passado (Goldstein, 2006). Afastando-se da definição britânica proposta por Grahame Clark em 1972[3] (Buikstra, 2006a; Wright & Yoder, 2003), ela assenta, desde a sua origem Norte Americana (Buikstra, 2006a), num modelo interdisciplinar (Larsen, 2006) que permite, no seu terreno de análise, a contribuição de uma panóplia de ciências, incluindo: naturais (Biologia; Geologia), ciências exactas (Química; Física) ciências sociais (Sociologia; Antropologia social e cultural) e tecnológicas (Engenharia) (Larsen, 2006). O enfoque

[3] O termo *bioarchaeology* surge na publicação intitulada *Starr Carr: a case study in bioarchaeology* em 1972, associada ao estudo de restos osteológicos de fauna (Buikstra, 2006).

original desta proposta foi dirigido para a necessidade de haver uma maior proximidade entre os antropólogos físicos e os arqueólogos (Goldstein, 2006; Wright & Yoder, 2003). Como se compreende, não sendo possível conter as vivências humanas, passadas e presentes, em esferas estanques, só uma abordagem multidisciplinar poderá concorrer para a construção de uma noção mais aproximada da realidade das vidas passadas (Larsen, 2000; 2006). O objectivo da Bioarqueologia será o de procurar reproduzir o *modus vivendi* dos nossos antepassados, preservando todas as suas dimensões: demográficas, sociais, culturais e tecnológicas (Larsen, 2000; 2006; Wright & Yoder, 2003). O cumprimento deste objectivo passa, por um lado, pela necessidade de aproximar as várias ciências envolvidas na recolha e interpretação dos elementos de campo e, por outro, pela sistematização no processo de intervenção e recolha de dados. Constituindo, a Bioarqueologia, um modelo de abordagem interessante, no estudo da Antropologia das populações do passado, importa encontrar uma metodologia que traduza esta abordagem e possa ser aplicada no momento da descoberta dos vestígios osteolológicos em contexto arqueológico.

A Arqueologia, em Portugal, encontra-se já bem estabelecida e legalmente regulamentada[4]. Contudo, a Antropologia de campo só começou a dar os primeiros passos, nesse sentido, nos anos 90 do século XX (Duarte, 2003; Neves *et al.*, 2005; Santos *et al.*, 1991/1992). Só no final da década de 90, passou a estar reservado um papel para o Antropólogo em campo, sendo que, até esse momento, a sua participação estava, em grande medida, dependente do critério de actuação do director de escavação. Assim, era comum que o material osteológico, resultante das intervenções arqueológicas, fosse analisado apenas em laboratório, com escassos elementos relativos ao enquadramento arqueológico.

Apesar de já estar prevista a presença de um Antropólogo físico, em contextos em que se antevisse a existência de material esquelético humano, tanto o registo de campo como os relatórios técnicos espelham o *divórcio* existente, durante anos, entre uma e outra ciência (Larsen, 1997). Não é, pois, de estranhar que, no que diz respeito à componente osteoarqueológica, o recurso ao material osteológico e ao registo técnico-científico, procedente de contextos arqueológicos, esteja longe de ser frequente. À excepção das publicações científicas que possam resultar da identificação de algum

[4] Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, Publicado em Diário da República – I Série A.

fenómeno incomum encontrado em campo, o acesso à informação contida nos relatórios antropológicos não se realiza com frequência. Estes registos, e por consequência as evidências que reportam, ao serem arquivados, caem no esquecimento e na invisibilidade. Esta não é, contudo, uma condição exclusiva da Arqueologia lusa como se depreende da seguinte opinião de Larsen: *Previous generations of bioarchaeologists typically studied archaelogical skeletons without ever having seen the context of recovery. (...) Oftentimes, the results of the investigation of the remains ended up in an obscure archaeological report publication or report as an appendix.* (Larsen, 2006:359).

O subaproveitamento deste espólio e das informações, a ele associado, compromete, necessariamente, a caracterização e conhecimento das populações do passado, na medida em que o investimento colocado nas intervenções de campo não se traduz numa produção ou divulgação científica relevante e abrangente. Por outro lado, a não inclusão de uma abordagem multidisciplinar, como é proposto pela Bioarqueologia (Larsen, 1997; 2000; 2002), faz perder elementos que, apenas quando combinados, permitem compreender na plenitude o contexto funerário, devendo este ser entendido como o conjunto dos vestígios osteológicos e arqueológicos, bem como todas as relações que daí se podem inferir (Knudson & Stojanowski, 2008). O caminho, para o reconhecimento deste potencial informativo, passa pela aplicação de metodologias de campo que, além da minúcia de critérios de análise e registo obrigatórios, introduzam, também, uma perspectiva holística e integradora de todos os elementos que compõe os sítios arqueológicos usados para realizar enterramentos humanos (Knudson & Stojanowski, 2008). Este tipo de abordagem terá, indubitavelmente, o seu reflexo no momento da redacção dos relatórios de intervenção em campo, tornando a sua utilização ulterior mais aliciante.

1.3.2 Os fundamentos da Antropologia de terreno

O modelo proposto pela Antropologia de terreno (*Antropologie de terrain*), que tem vindo a ser desenvolvido desde o final da década de 70 do século passado, parece reunir as premissas supra-expostas (Duday, 2005b). Isto é, permite uma abordagem, em campo, que salvaguarda e analisa todos os factores que actuam sobre o processo de decomposição do cadáver e a sua relação com o ambiente envolvente: estrutural e natural

(Knudson & Stojanowski, 2008). Tendo como principal motivação a frequente ausência de fontes históricas, os mentores desta metodologia acreditam que as sepulturas constituem um recurso importante, na medida em que permitem inferir sobre a ideologia funerária e estrutura social das populações pretéritas, objectivo fundamental da Arqueologia em contextos funerários (Crubézy *et al.*, 1990). Esta proposta metodológica rompe com a visão de uma Arqueologia mais antiga, que atribuía aos vestígios humanos uma importância menor, concedendo ao cadáver o protagonismo óbvio no conjunto sepulcral, já que é em função dele que todos os elementos existem e se organizam (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; Williams, 2003).

A designação de Antropologia de terreno não é fortuita. Para Duday e Crubézy (1990), é ao nível da decapagem do terreno que se começam a revelar os dados que irão permitir a clara e completa compreensão do contexto funerário (Duday, 2005a; b). Esta compreensão passa pela distinção entre as alterações que ocorrem no esqueleto, identificando as que são de carácter pré-deposicional - que dizem respeito à preparação do corpo para o depósito –, as práticas que resultam da deposição do esqueleto e aquelas que ocorrem depois deste momento. Estas últimas produzem perturbação dos gestos resultantes do momento ritual, o que pode acontecer por via da acção de agentes tafonómicos naturais ou por acção humana (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b). Desta forma, será possível controlar as ilações sobre a existência e natureza de práticas rituais de cariz funerário, controlando algumas assunções abusivas que resultam de análise superficiais (Crubézy *et al.*, 1990).

Na aplicação desta metodologia, deve merecer uma atenção especial o conhecimento das várias etapas do processo de decomposição e o ambiente em que este ocorre. De facto, as condições em que o processo de decomposição ocorre irão influênciar a configuração das articulações lábeis, que são peça fundamental para a compreensão dos gestos funerários evidenciados com a exposição do esqueleto (Duday, 2005a; b; Duday & Guillon, 2006). Fundamental é, também, a identificação dos factores tafonómicos que possam ter actuado sobre o falecido, durante o processo de esqueletização (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005b). Embora reconhecendo a importância de se aplicar a metodologia adequada para diagnosticar a idade à morte, bem como o sexo, os autores defendem que a avaliação paleopatógica seja feita no laboratório, devendo contar, para isso, com os dados provenientes da identificação *in situ*

de lesões de origem patológica eventualmente presentes no material osteológico posto a descoberto (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b). A mais-valia desta abordagem assenta não só na qualidade dos dados reunidos, mas também na amplitude da sua aplicabilidade, na medida em que não se restringe a uma época histórica ou a terrenos de características específicas (Duday, 2005a). Pecará, contudo, por ser menos eficaz em contextos de inumação múltipla, colectiva e secundária (Duday, 2007; 2008a). Os constrangimentos impostos pelo campo, designadamente no que se refere à disponibilidade de recursos e de tempo, são factores que concorrem para a dificuldade da sua aplicabilidade (Duday, 2008a; Knudson & Stojanowski, 2008).(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)(Knudson & Stojanowski, 2008)

É sobre os pilares teóricos e metodológicos da Bioarqueologia e da Antropologia de terreno que se irá balizar o presente trabalho.

1.4 Objectivos

Procurando testar o potencial informativo e científico dos relatórios antropológicos de campo, relativos a enterramentos primários, para os quais tenham sido reportados elementos referentes ao enquadramento histórico, geográfico e arqueológico, será compilado um conjunto de dados, relativos a cada indivíduo exumado, que irão permitir perceber a existência de relações entre as variáveis que compõem a análise Antropológica de campo.

Os objectivos desta compilação são:

1. Perceber, por via da consistência e uniformidade de conteúdos, se os relatórios antropológicos de campo, constituem ferramentas científicas robustas e de fácil utilização no estudo das populações do passado.

2. Analisar as frequências de registo das variáveis analisadas, a partir da informação contida nos relatórios antropológicos de campo;

3. Caracterizar, a partir dos relatórios antropológicos de campo, os indivíduos registados em função das categorias criadas;

4. Averiguar se, a partir das informações referentes aos indivíduos registados, é possível identificar relações, entre as variáveis criadas, que permitam explorar novas estratégias de análise.

5. Identificar as dificuldades de transpor o discurso técnico-científico, contido nos relatórios antropológicos de campo, para um sistema de categorização;

6. Sugerir um sistema que uniformize e maximize a informação passível de ser recolhida em contexto de escavação, de modo a criar uma base de dados que torne esta informação facilmente acessível para investigações futuras.

1.4.1 Estrutura da tese

Ao longo deste capítulo primeiro, foram apresentados os pressupostos teóricos e metodológicos que irão nortear as análises subsequentes. No capítulo segundo, será feita a explanação da metodologia subjacente à escolha dos relatórios antropológicos de campo, em depósito no Departamento de Ciências da Vida (antigo Departamento de Antropologia), enquanto, no capítulo terceiro, serão apresentados os elementos relativos à Antropologia funerária. Nos capítulos seguintes – Capítulos quarto e quinto –, serão analisados os dados respeitantes à preservação e representatividade do material osteológico e tafonomia, bem como os registos que, em geral, permitem a elaboração de um perfil paleodemográfico e paleopatológico. Sobre os dados reunidos através da análise da Antropologia funerária, da conservação, da paleodemografia e da paleopatologia, procurar-se-á averiguar a existência de relações entre variáveis, que possam ajudar a identificar eventuais padrões caracterizadores dos contextos em causa.

No capítulo sexto, será discutida a consistência e natureza dos dados registados nos relatórios antropológicos de campo, de modo a traçar-se um quadro bio-sociocultural que caracterize os sujeitos analisados e será apresentada uma proposta que oriente a recolha sistemática dos dados observados em campo e sirva de base à criação dum modelo informático que permita a gestão e o acesso facilitado a esta informação.

Partindo da proposta da Bioarqueologia e da Antropologia do terreno, e tendo por base os resultados obtidos, no capítulo sétimo propõe-se um modelo de registo sistematático de dados em contexto de escavação que se traduza na uniformização dos relatórios antropológicos de campo.

No momento em que estão prestes a ser comemorados 20 anos de funcionamento da licenciatura na área da Antropologia na Universidade de Coimbra, fará todo o sentido tentar apresentar alternativas que complementem o paradigma científico que tem norteado o desenvolvimento da Antropologia biológica, de modo a que o ritmo de crescimento, que caracteriza actualmente a ciência, possa ser continuado.

CAPÍTULO SEGUNDO

METODOLOGIA APLICADA NA SELECÇÃO DOS RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS DE CAMPO

2 Metodologia aplicada na selecção dos relatórios antropológicos de campo

2.1 Critérios de selecção dos relatórios antropológicos de campo

(...) A morte não teria, por conseguinte, nenhuma relação nem com vivos nem com os mortos, uma vez que ela nada é para os primeiros e os últimos já não existem (Catroga, 1999:8). Se esta depreciação da morte, enquanto mecanismo libertador da desordem que ela provoca naqueles que com ela têm de conviver, é desejável e útil para a existência sã dos sobreviventes, não é, contudo, um processo que seja uniformemente observado. O trabalho dos antropólogos contraria, em certa medida, esta reflexão de Epicuro[5], uma vez que, para estes cientistas, a morte é um veículo poderoso para o reconhecimento da vida e para o conhecimento das populações do passado (Catroga, 1999). Enquanto, durante séculos, se procurou domesticar a morte, no sentido de a prever e de a evitar (Ariès, (1975) 1988), a ciência procura ressuscitá-la, conhecer as suas causas e conferir-lhe outros significados e funções (Morin, 1988). Deixa-se, assim, de fugir da morte, para a procurar e interpretar nas suas mais diferentes manifestações. Encontrar nos vestígios da morte os indícios da vida e da realidade passada é o que alimenta este ramo da Antropologia.

Um caminho a percorrer na busca pela vida do passado e na tentativa de conhecer as pessoas que viveram essas vidas, será através da recuperação dos vestígios que elas deixaram, sendo que alguns dos blocos, que compõem esse caminho, se encontram registados nos relatórios das viagens ao passado que as intervenções arqueológicas possibilitam.

2.2 Enquadramento legal e validade científica das intervenções arqueológicas

O espólio osteológico humano encontrado na sequência de intervenções arqueológicas é, em Portugal, classificado como património nacional. De acordo com a

[5] Na obra *O Céu da Memória*, Catroga introduz o adágio de Epicuro: *o mais temível dos males nada é para nós, pois enquanto existimos, a morte não é, e, quando ela está lá, já não existimos nós….*

Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, entende-se por *património arqueológico e paleontológico todos os vestígios bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos (...) cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; (...) cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.*[6] Uma vez que a descoberta de remanescentes humanos do passado é indissociável das intervenções arqueológicas, torna-se obrigatório o relato dos progressos das acções técnicas que contemplam a *(...) relação dos participantes, meios utilizados, duração dos trabalhos de campo e condição do sítio ou sítios intervencionados antes de iniciados os trabalho,* a *(...) descrição da estratégia da intervenção,* e a *(...) descrição dos trabalhos de campo realizados,* de acordo com o as alíneas *a*, *b* e *c* do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho[7].

O enquadramento legal a que os trabalhos arqueológicos estão sujeitos confere-lhes, por via das determinações supracitadas, uma natureza científica e rigorosa, atestada por técnicos superiores seleccionados pelos poderes estatais. Nessa medida, os relatórios produzidos e aprovados pelos organismos competentes poderão ser tomados como fontes informativas válidas e credíveis que, de acordo com a legislação em vigor, deverão ser utilizadas no sentido de promover a *(...) conservação, gestão, valorização e divulgação através dos organismos vocacionados para o efeito nos termos da lei*[8] dos vestígios recuperados.

A credibilidade conferida pela competência técnica, legalmente assegurada, de arqueólogos e antropólogos confere valor científico aos relatórios arqueológicos e antropológicos de campo, podendo estes, por isso mesmo, ser usados como ferramentas de investigação, especialmente na área da Antropologia das populações do passado.

---

[6] Artigo 2.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural - , Publicada em Diário da República, I-Série A (página 5808);

[7] Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, 1999, publicado em Diário da República, I-Série A, que apresenta no Anexo I o Regulamentos dos Trabalhos Arqueológicos.

[8] Artigo 74.º, ponto 3 da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro.

2.3 Fundamentos teóricos para a selecção dos relatórios antropológicos de campo

No âmbito das Ciências Sociais, a procura da generalização de teorias e conclusões à população ou a nichos concretos dessa população constitui um dos objectivos mais ambicionados (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003). Entende-se a população *(...) como sendo um grupo finito ou infinito, mais ou menos extenso de humanos, objectos, eventos ou qualquer outra entidade física ou não, sobre a qual estamos interessados em generalizar* (Marôco & Bispo, 2003:77). Contudo, na esmagadora maioria das vezes, não é viável desenvolver estudos com a totalidade dos elementos que constituem o *universo em análise*, também designado por *população teórica*, sendo por isso necessário criar estratégias que permitam a extrapolação de resultados (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003). Apertando um pouco mais o crivo metodológico, importa ainda identificar, dentro da população teórica, aquela que será a *população de estudo* ou *população alvo* (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003). Concretizado este processo, torna-se então possível seleccionar os elementos que serão, de facto, estudados e que, na sua configuração final, constituirão a amostra (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003).

No processo de identificação dos parâmetros estatísticos anteriormente referidos, a população teórica em análise, no presente trabalho, constitui-se pela totalidade de relatórios antropológicos de campo, algum dia produzidos. Tal como referido por Marôco & Bispo (2003), um conjunto variado de limitações, sendo a mais constrangedora a do tempo, não torna viável o estudo deste universo em análise. Nesse sentido, a selecção de documentos desta natureza, no depósito de relatórios do Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia do Departamento de Ciências da Vida, foi assumida como constituindo a *população de estudo*.

Com a instituição, em 1992, da Licenciatura de Antropologia na Universidade de Coimbra, a participação de investigadores e alunos em escavações arqueológicas com presença de remanescentes humanos assumiu uma dimensão relevante, ainda que de cariz informal, dado o vazio institucional que envolveu, durante anos, o papel do antropólogo em campo. Em 1999, com a instituição legal da presença de um *especialista*

em Antropologia física[9] nas intervenções arqueológicas, tornou-se obrigatória a elaboração de um relatório relativo aos trabalhos desenvolvidos nesse âmbito. Contudo, segundo Santos (1999-2000), desde pelo menos o final dos anos 80[10] que se produzem documentos dessa natureza no Departamento de Ciências da Vida (que inclui actualmente o que até 2010 era o Departamento de Antropologia).

É da arte de um conjunto reduzido de investigadores em Antropologia física[11] que se estabelece a bitola que regeu, e rege, aquelas que serão genericamente consideradas como as boas práticas no que diz respeito ao estudo da biologia do esqueleto, tanto em campo como em laboratório. Um momento importante no processo de uniformização e sistematização da recolha de elementos em campo reside na publicação, datada de 1991/1992, de uma das primeiras fichas de recolha de dados antropológicos em campo (Santos *et al.*, 1991/1992). Essa ficha regeu intervenção da maioria dos antropólogos que, formados ou em processo de formação, participaram em escavações de contextos funerários com vestígios osteológicos humanos.

No início da década de 90, foi-se formalizando a prática de criar um depósito com os relatórios antropológicos de campo produzidos por investigadores e antigos alunos do referido Departamento da Universidade de Coimbra, na sequência de intervenções devidamente autorizadas e fiscalizadas por entidades competentes. O acervo composto por estes registos constitui um manancial de parte das intervenções arqueológicas que decorreram ao longo dos últimos 20 anos. Esta recolha reúne um conjunto de elementos que tornam aliciante a sua análise. O número significativo de relatórios em depósito resulta de um processo de compilação que teve a sua origem no momento da produção dos primeiros relatórios antropológicos de campo. Por esse motivo, o espectro cronológico representado, no que diz respeito às intervenções antropológicas, é bastante alargado, permitindo compreender a evolução das metodologias e práticas da Antropologia física, desde o momento da sua formalização até ao presente. Por outro lado, a grande diversidade de registos de campo em depósito traduz-se numa multiplicidade de contextos arqueológicos, cronológicos e geográficos.

---

[9] Ponto 1, do Artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, 1999, publicado em Diário da República, I-Série A,

[10] De acordo com Santos (1999-2000:171) *(…) Em Portugal uma presença mais sistemática de um especialista em antropologia na escavação de esqueletos humanos começou em 1986 com Teresa Fernandes.*

[11] Alguns nomes são indissociáveis do desenvolvimento da Antropologia das populações do passado. Teresa Fernandes, Ana Luísa Santos e Eugénia Cunha, são a face de uma Antropologia biológica suportada numa sólida estrutura científica e metodológica que prevalece até à actualidade.

Os argumentos apresentados oferecem a sustentação para a escolha do conjunto de relatórios disponíveis e em depósito, à data da recolha (2008), como base das análises que serão apresentadas adiante.

2.3.1 Critérios da selecção dos relatórios antropológicos de campo

A partir de um conjunto de 60 relatórios antropológicos de campo a ser submetido a estudo, seguiu-se a escolha das características que cada registo deveria reunir para que pudesse ser considerado como integrante do grupo sujeito a análise. A necessidade de aproximar o conteúdo dos relatórios antropológicos de campo aos modelos teóricos e metodológicos que norteiam o presente trabalho – a Bioarqueologia e a Antropologia de terreno – levou à elaboração de um conjunto de premissas a ser tidas em consideração. Este modelo de *amostragem objectiva* permite controlar as características dos elementos que irão constituir a amostra (Marôco, 2010; Marôco & Bispo, 2003). Esta via de amostragem é muitas vezes preterida em favor de métodos aleatórios, contudo, e como referido por Marôco & Bispo (2003:83), *nem sempre é prático ou teoricamente aconselhável proceder a uma amostragem aleatória.*

A disparidade de contextos reportados, abrangendo intervenções em sítios arqueológicos com material descontextualizado e muito fragmentado juntamente com o cariz mais laboratorial que certos relatórios assumem, irá criar problemas de sistematização de dados, comprometedores duma análise científica sólida, atendendo a que, em causa, se encontram realidades distintas que inviabilizam a comparação dos dados registados. Assim, os relatórios considerados remetem para contextos de escavação onde se verificaram inumações primárias[12] (Andrews & Bello, 2006; Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b) sobre as quais existam informações de campo que permitam uma reprodução do momento em que o esqueleto se expõe. Essas informações incluem dados relativos às questões paleodemográficas e paleopatológicas bem como elementos referentes ao enquadramento histórico do sítio arqueológico em questão[13]. Deste modo,

[12] Entende-se por inumação primária como sendo o depósito de um cadáver recente, no seu local de permanência definitivo, não estando por isso sujeito a qualquer tipo de perturbação externa de cariz intencional. A aferição deste tipo de deposição faz-se a partir da avaliação da prevalência das regiões articulares (Andrews & Bello, 2006; Crubezy et al., 1990; Duday, 2005a; Duday, 2005b).

[13] Consultar o Apêndice A onde se encontram descritas as categorias criadas para o registo da tipologia de sítio antropológico, bem como todas as outras variáveis que compõem o sistema de registo de dados.

foram excluídos, após a aplicação deste primeiro filtro analítico, os relatórios que, sendo de campo, diziam respeito a depósitos secundários[14] e ossários[15] ou a material osteológico muito fragmentado e disperso (Andrews & Bello, 2006; Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b). Igual destino tiveram os relatórios de cariz essencialmente laboratorial que, apesar de fazerem uma análise detalhada da biologia do esqueleto, negligenciam os dados de campo. Descartados foram ainda os documentos cuja informação não permitisse uma clara interpretação dos contextos ou uma associação inequívoca das informações de campo aos indivíduos exumados.

A partir desta selecção, foi possível proceder à análise dos relatórios antropológicos de campo dos indivíduos registados que irão constituir o grupo sobre o qual irá incidir a análise que será apresentada em maior detalhe ao longo dos próximos capítulos.

2.3.2 Categorias de registo de dados dos relatórios antropológicos de campo

A natureza descritiva dos relatórios antropológicos de campo não é compatível com uma análise objectiva dos dados. Por esse motivo, recorrendo a técnicas estatísticas, que visam permitir uma análise robusta e diversificada, foram criadas categorias e, dentro destas, estabelecidas variáveis consoante a tipologia dos dados. Este procedimento teve como objectivo traduzir, dentro dum espectro limitado de hipóteses, as informações reportadas nos relatórios, criando-se, assim, critérios que viabilizam a comparação dos dados. A conversão dos elementos registados implicou a utilização das escalas nominal[16] e variáveis ordinais[17], dizendo ambas respeito à inclusão de dados qualitativos (Marôco &

---

[14] Os depósitos secundários atribuem-se aos conjuntos osteológicos, que após um período de permanência no local de depósito original, são transportados para uma outra localização que será a definitiva. A deslocação do material esquelético ocorre ao longo ou no fim do processo de decomposição, sendo este o principal factor a concorrer para o desarranjo anatómico que se manifesta nos locais de depósito secundário (Andrews & Bello, 2006; Crubezy et al., 1990; Duday, 2005a; Duday, 2005b).

[15] Os ossários correspondem a uma forma de depósito secundário, intencionalmente criados com o intuito de gerir o espaço funerário, conservando a associação das peças dos indivíduos em causa (Artigos 2º e 61º do Regulamento dos Cemitérios Municipais do Município do Porto; Separata ao Boletim Municipal, nº3685, de 30 de Novembro de 2006).

[16] (...) *variávis cujas modalidades se traduzem em categorias qualitativas, mutuamente exclusivas não hierarquizáveis* (Marôco & Bispo, 2003:32)

[17] Variáveis que se definem por poderem *ser ordenadas de acordo com um determinado critério* (Marôco & Bispo, 2003:32)

Bispo, 2003). Serão apresentadas, de seguida, as categorias e as variáveis esquissadas para registo dos dados relativos aos relatórios de campo, bem como os critérios que regeram todo o processo de criação destes campos de análise.

2.3.3 Identificação das categorias de registo dos relatórios antropológicos de campo

Será legítimo pensar-se que a escrita de cariz científico se caracteriza por uma maior monotonia, em consequência da necessária sistematização a que os processos de investigação obrigam: *(...) A linguagem científica é informativa, pois o seu uso a destina a transmitir a verdade. Por força desse uso ela deve tornar-se objectivada, precisa e dezambiguada. (...) A clareza é a condição da sua existência, pois permite traduzir a complexidade das relações casuais nos seus diversos níveis* (Costa, 1984: 13). Contudo, será sempre possível encontrar o traço próprio do autor que, de forma mais ou menos subtil, sublinha os seus interesses e subestima os aspectos que considera menos relevantes. Esta tendência torna-se mais evidente, na ausência de um protocolo que estabeleça as linhas orientadoras dos aspectos a relatar. No caso dos relatórios antropológicos de campo, a justificação para esta ausência residirá, por ventura, no facto da Antropologia de campo estar ainda a viver a sua época de amadurecimento científico e metodológico em Portugal. Nesse sentido, a leitura dos relatórios e a consequente categorização dos dados não decorre como um processo linear, como seria expectável, num primeiro momento.

Para contornar essas dificuldades, utilizou-se como suporte as bases do sistema de inventariação e registo em bases de dados. Procurou-se identificar os campos passíveis de categorização, onde se pudessem observar variáveis com propriedades que permitissem a sua análise estatística, possibilitando, ao mesmo tempo, representar de modo claro – ainda que limitado – a realidade reportada.

Usando como plataforma de registo o programa SPSS Statistics© 17.0 num primeiro momento, e o PASW Statistics©, resultante da actualização do primeiro programa, ulteriormente, foi atribuído a cada relatório um número de inventário alfa numérico e sequencial. A determinação da entidade responsável pela produção do documento encontra-se codificada no primeiro campo de registo, composto por duas

categorias: *Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia* da Universidade de Coimbra (LPP) e por outra entidade designada por *Empresa de Arqueologia* (EA). De acordo com a pertença a uma ou outra categoria, o código de inventário dos relatórios assume uma de duas formas possíveis: *LPP.001* ou *EA.002*, sendo a numeração atribuída sequencialmente, independentemente da origem.

2.3.3.1 Tipo de intervenção e tipologia do sítio arqueológico

Dada a variabilidade de contextos a que estão associados os relatórios antropológicos de campo, foi criada uma categoria com a função de informar sobre a natureza da intervenção associada à descoberta de remanescentes humanos. Nesse sentido, e recorrendo às variáveis incluídas nos regulamentos de trabalhos arqueológicos, estabeleceram-se oito variáveis de registo: *acompanhamento*, *levantamento*, *prospecção*, *salvamento*, *sondagem*, *escavação* e *conservação/restauro*[18]. Tal como o referido para outras categorias, perante a inexistência de uma referência explícita, nos relatórios antropológicos de campo, à tipologia da intervenção e na impossibilidade de inferir sobre a mesma a partir do relato técnico, optou-se por sinalizar estes relatórios na variável *sem informação*.

Um dos aspectos relevantes no processo de análise dos dados é a natureza do sítio arqueológico de onde foram recuperados os remanescentes humanos. Com o intuito de permitir, no futuro, um possível cruzamento de dados, foi feito um esforço no sentido de integrar as categorias criadas pelo IGESPAR para a base de dados arqueológica designada *Endovélico* (Bugalhão *et al.*, 2002). Não sendo, esta plataforma, restrita a contextos funerários com remanescentes humanos, fez-se uma selecção, de entre as variáveis apresentadas, onde se procurou seleccionar aquelas que, mais directamente, estivessem relacionadas com recuperação de vestígios humanos. De entre as cerca de 155 variáveis descritas[19], foram seleccionadas 36, mas, destas, apenas 13[20] se

[18] Artigo 2.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, publicado em Diário da República – I Série – A.
[19] Informação disponível no sítio da Internet do IGESPAR.
[20] Consultar a Tabela A.II do Apêndice A, onde se encontram descritas as categorias criadas para o registo da tipologia de sítio arqueológico, bem como todas as outras variáveis que compõem o sistema de registo de dados.

revelaram adequadas ao estudo. Sempre que não era feita uma referência expressa à tipologia do local de escavação foi utilizada a categoria *sem informação*.

2.3.3.2 Enquadramento geográfico e histórico

Sendo o enquadramento geográfico um factor relevante no momento de caracterizar as populações do passado, torna-se imperativo o registo desta informação. Deste modo, os relatórios foram distribuidos pelas variáveis que compõem a categoria *Distrito da intervenção arqueológica*, tendo essa informação sido completada com a indicação, num campo descritivo, do concelho em questão. Foram, assim, considerados os 18 distritos de Portugal continental[21] e as regiões autónomas, havindo, ainda, um campo reservado para as situações de ausência dessa informação.

Apesar do sem fim de incertezas que a divisão do tempo acarreta, o enquadramento cronológico assume-se como uma variável relevante, na medida em que, por si só, permite identificar um conjunto de pressupostos que conferem ao contexto antropológico informações prévias de grande riqueza (Raposo, 1999). O tempo define-se como uma medida exacta e clara, contudo, as marcas que são deixadas ao longo do tempo são de natureza mais subjectiva e de fronteiras difusas. Encontrar, na complexidade dos fenómenos sociais, um momento específico de ruptura constitui, para além de um desafio, uma falsa sensação de ordem. A diversidade de reacções a um ou outro evento não se compadece com a vontade nem com a necessidade de compartimentar o tempo. Por conseguinte, importa criar estratégias que permitam construir uma visão global da história. De modo a contornar possíveis dificuldades associadas ao estabelecimento de cronologias específicas, assumiu-se a utilização de uma escala temporal mais alargada que poderá ser aferida, em caso de necessidade e de disponibilidade de informação, com os elementos cronológicos mais específicos que são também alvo de registo.

[21] As variáveis que compõem esta categoria foram codificadas de acordo com os distritos a saber: Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Setúbal, Évora, Beja e Faro. Foram incluídas também na codificação as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Nesse sentido, e de modo a não perder informação, foram criadas duas categorias de registo de dados cronológicos: a *época histórica* em que se enquadra o material osteológico recolhido e o *intervalo cronológico* que lhe está associado. Sempre que estas informações não se encontravam claramente referidas nos relatórios antropológicos de campo, optou-se pela variável *sem informação*. Nesta fase, o registo dos dados do intervalo cronológico foi feito em campos não categorizáveis. Ainda assim, no campo destinado a esta informação, foram contempladas, preferencialmente, as cronologias mais antigas e as mais recentes mencionadas no relatório ou, em alternativa, apenas o século, eventualmente, referido. No campo dedicado à época histórica, foram utilizadas as divisões tradicionais do tempo (Raposo, 1999), com o intuito a criar categorias mais abrangentes, as quais apresentam uma maior robustez no momento da análise estatística dos dados. Numa lógica temporal, do passado para o presente, estabelecemos as seguintes categorias para a variável *época histórica*: *Pré-história*; *Época Antiga*; *Época Medieval*; *Época Moderna* e *Época Contemporânea*[22].

O senso comum caracteriza a Pré-história como um momento particularmente pobre da vida social. Qualificativos como *primitivo* são muitas vezes usados como ilustradores de uma suposta simplicidade sociocultural. Contudo, a complexidade humana não é própria de um tempo específico, mas antes de todos os tempos. Só erradamente se pode considerar que a diversidade cultural, que hoje encontramos entre os 6 biliões de pessoas que ocupam o planeta terra, não encontraria paralelo nas comunidades humanas – e até pré-humanas – que habitavam o planeta há, pelo menos, 200 000 anos (Cunha, 2010; Lewin, 2005). Tendo presente esta ideia, a opção de criar uma única categoria designada de Pré-história poderá parecer incongruente. Contudo, esta escolha justifica-se pelo escasso acervo osteológico, dos períodos mais remotos da Pré-história, encontrado no território nacional. Sabe-se que, para o Paleolítico, são pouco mais de uma dúzia os contextos com remanescente humanos. Estes são constituídos, essencialmente, por peças dentárias avulsas e/ou pequenos conjuntos de ossos isolados, encontrando-se entre eles um enterramento primário (Cardoso, 2002; Cruz, 2007; Marques, [1997]2010; Zilhão & Almeida, 2002). Qualquer descoberta de outros achados deste período estaria sujeita, dada a sua raridade, a um grande escrutínio e, por via disso, contaria, necessariamente, com o acompanhamento de especialistas desta área.

[22] Consultar o Apêndice A, onde se encontram descritas as categorias criadas para o registo da tipologia do sítio arqueológico, bem como todas as outras variáveis que compõem o sistema de registo de dados.

Os vestígios do Mesolítico português assumem uma importância que extravasa as fronteiras nacionais (Cunha *et al.*, 2003). As várias centenas de enterramentos encontradas nos concheiros do Sado e do Tejo estabelecem-se como um conjunto único no quadro da Pré-história europeia (Araújo, 2003; Cardoso, 2002; Cunha *et al.*, 2003; Duarte, 2003; Marques, [1997]2010; Rolão, 1999; Umbelino, 2006). À profusão de estudos baseados neste material, contrapõe-se a relativa escassez de outros sítios, deste período, onde se tenham verificado enterramentos primários. O Mesolítico, além de mais bem representado, comparativamente com o Paleolítico, encontra-se, também, bastante estudado e referenciado (Cardoso & Gomes, 2009; Cunha & Umbelino, 2001; Cunha & Umbelino, 2003; Cunha *et al.*, 2002; Cunha *et al.*, 2007).

O Neolítico será, dentro da Pré-história portuguesa, o período que tem mais vestígios osteológicos associados o que permite, ainda hoje, novas descobertas (Cardoso, 2002; Fabião, 1997; Marques, [1997]2010). A tal facto não serão alheias as alterações culturais e o intenso movimento populacional que o território português conheceu, em particular durante a idade dos metais (Cardoso, 2002; Fabião, 1997; Marques, [1997]2010). As inovações tecnológicas, a par da chegada dos povos indo-orientais, terão permitido um importante crescimento populacional e uma ocupação mais alargada do território (Cardoso, 2002; Fabião, 1997; Marques, [1997]2010). A categoria Pré-história abrangerá, assim, todos os vestígios relatados com datação anterior ao século IV a.C[23] (Cardoso, 2002; Raposo, 2004), sendo de esperar uma maior recorrência de documentos que recaiam sobre a sub-variável *Pré-história – Neolítico* (Tabela 2.I).

A transição para a Época Antiga faz-se num período de importantes transformações na ocupação do espaço geográfico (Fabião, 1997; Marques, [1995]1998; [1997]2010). A convivência das comunidades indígenas com os colonizadores fenícios promove um estilo de vida, de cariz mediterrânico, que terá como consequência uma maior permeabilidade ao contacto com os Romanos. De facto, esta convivência assume uma dimensão de natureza intercultural – no sentido de haver uma aceitação e integração de práticas culturais diversas. A preponderância do Império romano assumiu um papel de destaque dentro da antiguidade. Por esse motivo, a definição de uma sub-categoria

[23] Apesar de se apontar o início da Pré-história para os 2,5 milhões de anos (Raposo, 2004), em Portugal as evidências arqueológicas mais antigas têm cerca de 1 milhão de anos e pertencem à cultura acheulense ou mesmo abbelillense (Marques, [1997]2010). Os vestígios osteológicos mais antigos (241000 BP + 30000/-22000), pertencem às peças dentárias descobertas no complexo das Galerias Pesadas na Gruta da Aroeira (Cruz, 2007)

dedicada a esta influência impôs-se como uma necessidade (tabela 2.I). Será a morte de Teodósio, em 375 d.C., a marcar o declínio do Império que, no actual território português, encontra o seu fim no ano de 411 d.C. (Fabião, 1997; Marques, [1997]2010), apesar de se convencionar o ano de 476 d.C. como o fim do domínio romano a ocidente. Este momento de ruptura marca também a entrada na Idade Média.

O início da Época Medieval está associado a um período de desestruturação. A organização sólida construída pelos romanos apresenta brechas que são, rapidamente, aproveitadas pelos bárbaros (Mattoso, 1997). Suevos e Visigodos entram no território nacional, provocando ainda maior desordem e um aumento do domínio da Igreja (Mattoso, 1997). O lento declínio é travado por uma nova vaga de colonizadores. Vindas do norte de África, comunidades Berberes chegam à Península em 711 d.C. (Macías, 1997; Marques, [1997]2010; Torres, 1997). Tal como já tinha acontecido no passado, também o convívio com o povo islâmico se assumiu como um período de diversificação do processo cultural, apesar dos confrontos e disputas pelo território (Macías, 1997; Marques, [1997]2010; Torres, 1997). Também neste caso, a assimetria entre as práticas de influência árabe e as de cariz cristão, manifestas particularmente ao nível dos rituais funerários, concorreram para a determinação de uma sub-categoria dedicada aos contextos islâmicos (tabela 2.I). Os séculos seguintes caracterizaram-se por constantes avanços e recuos de fronteiras, tendo a hegemonia islâmica findado no século XIII (Macías, 1997; Marques, 2010; [1997]2010; Torres, 1997). Desse ponto em diante, a sociedade da Idade Média restabelece-se em torno dos valores cristãos e das hierarquias sociais que dividiam a população entre privilegiados de diversa ordem e os que os suportavam, trabalhando e pagando impostos (Marques, 2010). Uma nova mudança cultural estabelece-se no século XV, quando se abrem as portas a novos mundos, por via das descobertas marítimas.

A entrada na modernidade não conhece um consenso cronológico[24], podendo, contudo, apontar-se o ano de 1450 como referência. É, no entanto, reconhecido que os intensos avanços científicos, culturais e tecnológicos, marcam de forma decisiva a sociedade deste período (Marques, [1997]2010). Desde o século XV até à entrada no século XVIII, as alterações produzidas, fruto da continuidade cultural que se estabeleceu

[24] Datas como a de conquista de Ceuta (1415), a tomada de Constantinopla pelos Otomanos (1453) ou o início das viagens de descoberta (1492) são alguns dos marcos que tem servido de fronteira ao período Medieval (Marques, [1997]2010).

no que é agora o território nacional, deixaram marcas bem patentes (Magalhães, 1997; Mendes, 1997). O fervilhar da insatisfação, face a um sistema social muito próximo daquele que é estabelecido pelo sistema de castas, faz-se sentir de forma exacerbada em França e marca o início de uma viragem sociocultural importante no contexto europeu (Araújo, 1993; Marques, [1995]1998; Xavier & Hespanha, 1993). Assim, é consensual a ideia de que a revolução social de 1789 marca a entrada na Época Contemporânea (Araújo, 1993; Marques, [1995]1998; Torgal & Roque, 1993). Estes dois períodos – Moderno e Contemporâneo – caracterizam-se, fundamentalmente, por intensas alterações ao nível social, político e económico (Araújo, 1993; Xavier & Hespanha, 1993). Vive-se um período de *morte do tradicional* em favor do *moderno* (Araújo, 1993; Xavier & Hespanha, 1993). A extrema diversidade cultural, traduzida pela presença de comerciantes ingleses, holandeses e franceses em solo lusitano, contrasta grandemente com a monotonia ao nível das práticas culturais ligadas à morte. O forte domínio da Igreja delimita, preponderantemente, o espaço disponível para outras manifestações culturais. A excepção será feita, num e noutro período, à comunidade de Judeus residentes no território português (Wilke, 2007) e à comunidade escrava, importante em número, mas sem qualquer relevância no quadro social da época (Marques, [1995]1998).

Na tabela 2.I apresentam-se as variáveis definidas para a categoria de registo do contexto cronológico dos relatórios antropológicos de campo e algumas sub-categorias criadas com o intuito de fazer face a períodos históricos mais curtos, mas com especificidade cultural relevante, ainda que circunscritas no tempo e no espaço.

Tabela 2.I – Variáveis criadas para o registo da informação contida nos relatórios antropológicos de campo relativa ao enquadramento histórico.

Variáveis utilizadas para registo do contexto histórico dos relatórios antropológicos de campo			
Época histórica	**Intervalo cronológico**	**Período cultural específico**	**Intervalo cronológico**
Pré-história	1 Milhão de anos – IV a.C	Neolítico	V a.C. – IV a.C.
Época antiga	IV a.C. – V d.C.	Época antiga – Domínio Romano	II a.C. – I d.C
Época Medieval	V - XV	Época Medieval – Domínio Islâmico	VIII d.C. – XIII d.C.
Época Moderna	XV – XIX		
Época contemporânea	XIX – actualidade		

2.4 Caracterização dos relatórios antropológicos de campo seleccionados

No total, encontravam-se em depósito, no Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia do Departamento de Ciências da Vida, 60 relatórios, sendo a maioria (76,70%) produzida por investigadores desta instituição e os restantes (23,30%) da responsabilidade de empresas de Arqueologia. Após a aplicação dos critérios de selecção, a distribuição dos relatórios antropológicos de campo por estas duas entidades sofre uma pequena alteração, sendo a percentagem de relatórios promovidos por empresas de Arqueologia de 33,3% e os documentos produzidos sob a alçada do antigo Departamento de Antropologia de 66,7%.

A primeira fase de selecção levou à escolha de 33 registos de campo e à rejeição de 27 relatórios (Figura 2.1). O motivo da não inclusão destes relatórios na amostra final prende-se na maioria dos casos (55,56%) com o facto de se tratar de relatórios de cariz essencialmente laboratorial, já que, neles, são privilegiados os dados resultantes das análises antropológicas – realizadas, após a intervenção de campo, em contexto de laborarório, – em detrimento dos elementos de campo. Os restantes motivos de exclusão referem-se a intervenções realizadas em ossários (14,81%) ou em contextos de material muito fragmentário e/ou desconexo (18,52%) (Figura 2.2).

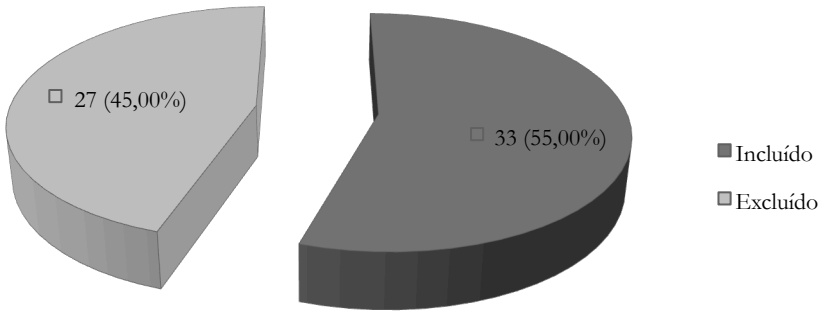


Figura 2.1 – Distribuição das frequências relativas aos relatórios antropológicos de campo excluídos e incluídos na seleccção de estudo.

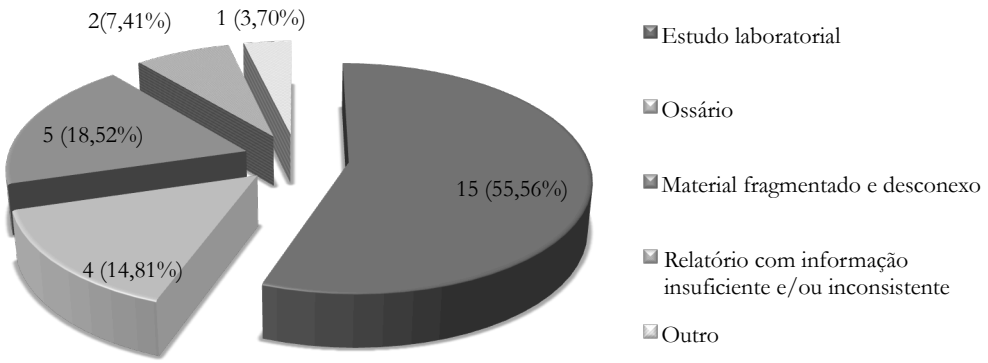


Figura 2.2 – Distribuição das frequências de acordo com os motivos de exclusão dos relatórios antropológicos de campo considerados para estudo.

Um dos critérios de registo consistiu na análise da tipologia do sítio arqueológico intervencionado. A categoria *Necrópole* é a que apresenta maior representatividade (27,30%), havendo uma dispersão bastante equitativa pelas restantes tipologias (Figura 2.3).

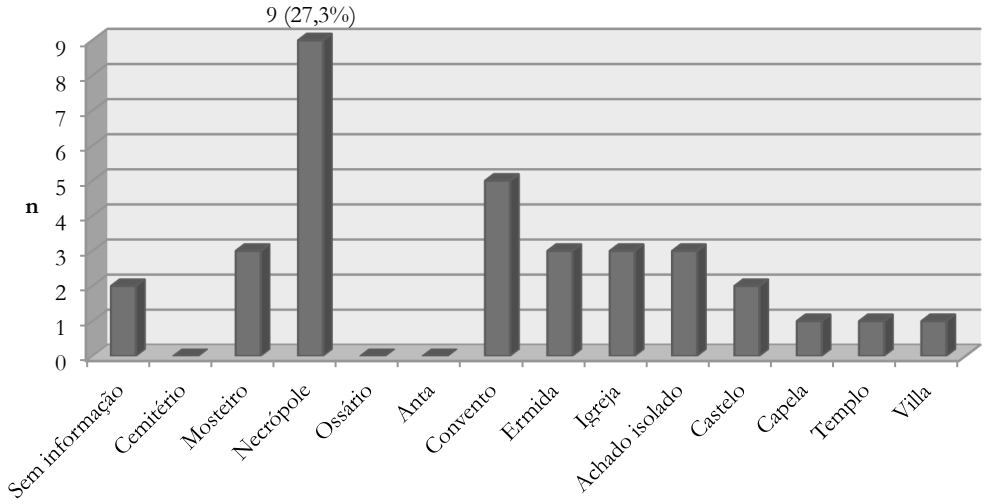


Figura 2.3 – Distribuição das frequências pelas categorias da variável *tipologia de sítio arqueológico* referente aos relatórios antropológicos de campo seleccionados para análise

No que diz respeito à distribuição dos relatórios de campo pelos distritos onde decorreu a intervenção arqueológica, verifica-se que a uma boa parte dos distritos portugueses se encontram representados. A excepção é constituida pelos distritos de

Viana do Castelo, Vila Real, Aveiro, Guarda, Portalegre, Coimbra, Beja, Faro e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores (Figura 2.4).

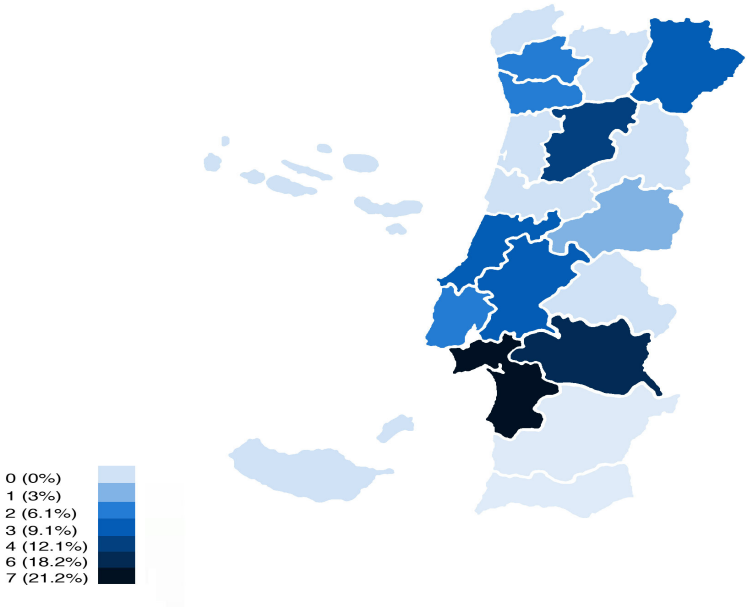


Figura 2.4 – Representação esquemática da concentração dos relatórios antropológicos de campo seleccionados para estudo, por distrito de localização da intervenção arqueológica.

Entre os relatórios analisados, não se encontram representantes das épocas Pré-históricas e da sub-categoria *Época Medieval* correspondente ao domínio islâmico (Figura 2.5).

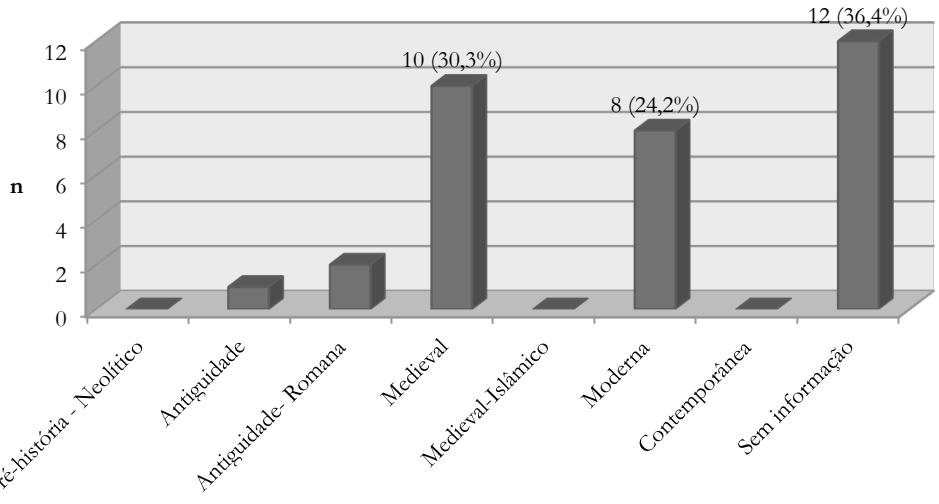


Figura 2.5 – Distribuição das frequências por época histórica dos relatórios antropológicos de campo seleccionados para análise

De facto, a assimetria ao nível da distribuição geográfica e histórica, deve ser levada em linha de conta no momento na subsequente avaliação dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo. Sabe-se que, desde a sua origem, o território português apresenta características distintas entre o Norte e o Sul, o que condicionou, inclusivamente, o tipo de ocupação do território pelos vários povos que por ele passaram (Fabião, 1997; Marques, [1997]2010). Consequentemente, a mancha territorial representada pela caracterização dos relatórios de campo deverá reflectir-se nas conclusões a retirar da análise dos dados, dando maior representatividade às regiões a Sul e do litoral. No que respeita ao enquadramento histórico, as Épocas Moderna e Contemporânea são as que apresentam maior frequência, com a única excepção da variável *sem informação*. Se, por um lado, seria expectável que o crescimento demográfico verificado nestas épocas (Marques, [1997]2010) se reflectisse ao nível da amostra de relatórios antropológicos de campo, por outro lado, é bem possivel que o elevado número de relatórios sobre os quais não temos indicação do contexto histórico, possa mascarar os resultados das análises subsequentes.

No restante, a homogeneidade ao nível da data das intervenções arqueológicas bem como a natureza dos contextos arqueológicos em questão parecem contribuir para a constituição duma amostra interessante. O facto de todos os relatórios datarem da década de 90 em diante imprime uma certa consistência científica e metodológica que concorre a favor da uniformidade necessária em análises comparativas (Marôco & Bispo, 2003). Por outro lado, a prevalência de contextos de necrópole acrescenta aos enterramentos analisados um factor de intencionalidade, fundamental para classificar um depósito funerário como sendo um enterramento primário (Duday, 2005a; b).

2.5 Caracterização geral da amostra dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo

Tal como aconteceu na selecção dos relatórios antropológicos de campo, também para os indivíduos neles reportados foi feita uma triagem. Não integraram o registo os indivíduos para os quais não fosse apresentado um conjunto mínimo de elementos no âmbito da Antropologia funerária e/ou paleodemografia, e/ou paleopatologia, no sentido de assegurar uma caracterização que fosse para além da

evidência da presença de um enterramento humano. A cada indivíduo foi atribuído um número de inventário composto pela informação do relatório de proveniência e um número sequencial identificador de cada indivíduo[25].

Dos 33 relatórios antropológicos de campo seleccionados foram escolhidos 464 indivíduos os quais não se encontram equitativamente distribuídos pelos relatórios seleccionados (Figura 2.6).

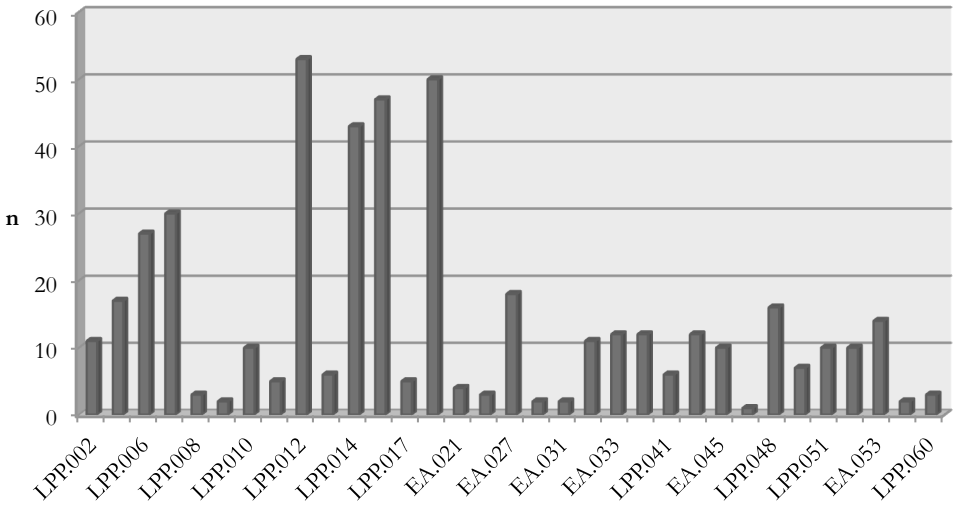


Figura 2.6 – Distribuição do número indivíduos em função do relatório de pertença.

2.5.1 Caracterização dos indivíduos seleccionados quanto à preservação

É cientificamente reconhecido que a questão da conservação do material esquelético encontrado em contextos arqueológicos afecta de forma importante a análise e consequente interpretação dos vestígios osteológicos (Andrews & Bello, 2006; Bello *et al.*, 2003; Bello & Andrews, 2006; Bello *et al.*, 2006; Mays, 1998). A influência do estado de conservação do esqueleto é particularmente relevante na determinação dos dados paleodemográficos e paleopatológicos (Bello *et al.*, 2003; Bello & Andrews, 2006; Bello *et al.*, 2006; Mays, 1998). Uma vez que os esqueletos podem encontrar-se significativamente representados mas pobremente preservados, foi criada uma escala de classificação de representatividade e preservação dos esqueletos baseada nas metodologias propostas por

[25] A título de exemplo, o indivíduo com o número de inventário LPP.002.001, encontra-se registado no relatório cuja instituição promotora é o Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia, sendo o número de relatório o 002 e o número de indivíduo o 001.

Buikstra e Ubelaker (1994) e por Bello e colaboradores (Bello, 2006; Bello & Andrews, 2006). A classificação destes elementos foi feita a partir das descrições do estado de conservação dos esqueletos, ou inferida por meio de representações gráficas e fotografias, *in situ,* apresentadas nos relatórios. Na impossibilidade de aceder a estes dados optou-se pela variável *sem informação* (Tabela 2.II).

Tabela 2.II – Variáveis de representatividade e preservação para registo do estado de conservação dos esqueletos referidos nos relatórios antropológicos de campo analisados. Escala adaptada da proposta de Buikstra e Ubelaker (1994) e de Bello *et. all*, (2006) e Bello e Andrews (2006).

Representatividade	*Avaliação*	*Preservação*
Existem apenas indícios da presença de um esqueleto	**Nula – 0%**	Os ossos não se encontram preservados
O esqueleto encontra-se pobremente representado	**Reduzida (1% - 24%)**	Existem evidências da presença de osso, sendo que o osso cortical se encontra pobremente preservado
O esqueleto encontra-se medianamente representado	**Média (25% - 49%)**	Encontram-se fragmentos de osso cortical e trabecular razoavelmente preservados
O esqueleto encontra-se bastante bem representado	**Elevada (50% - 74%)**	Os ossos encontram-se bem preservados tanto ao nível cortical quanto trabecular
O esqueleto encontra-se quase ou totalmente representado	**Excelente (>75%)**	Os ossos apresentam-se íntegros nas suas várias componentes

Em 16,59% dos casos não foi feita referência, no relatório, à avaliação da representatividade do esqueleto, enquanto que para a preservação tal ausência de referência é de apenas 13,79%. O conjunto de indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo apresenta uma distribuição relativamente equilibrada entre as variáveis *Reduzida*, *Media* e *Elevada*, tanto para a representatividade quanto para a preservação (Figuras 2.7 e 2.8). Apenas em 6,25% dos casos avaliados para a representatividade e em 4,74% das análise relativas à preservação se verificou a classificação de excelente.

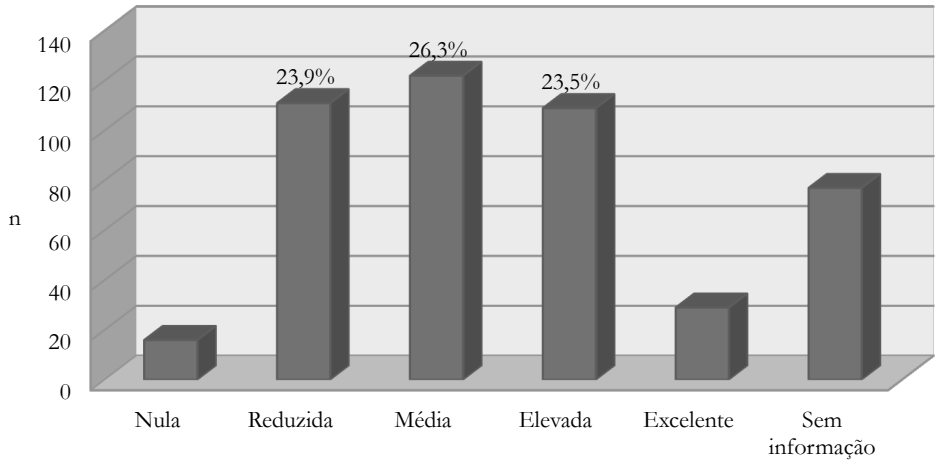


Figura 2.7 – Distribuição das frequências relativas à representatividade dos esqueletos registados a partir dos relatórios antropológicos de campo analisados.

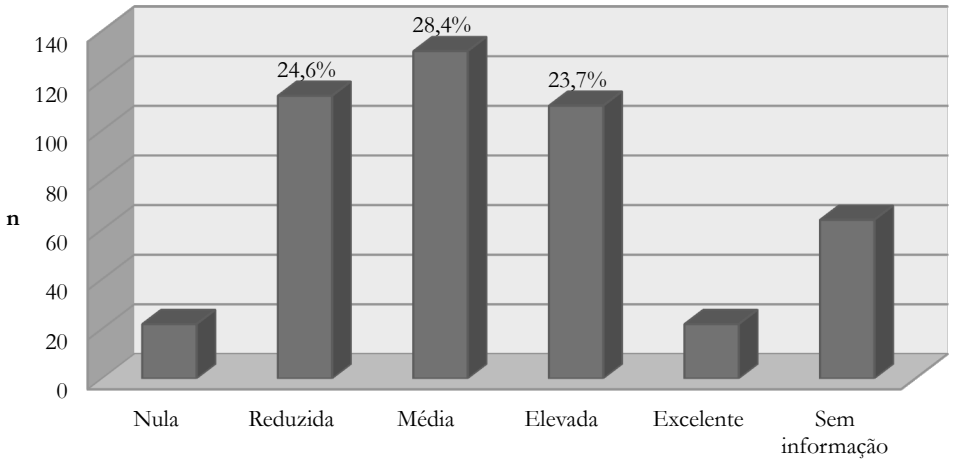


Figura 2.8 – Distribuição das frequências relativas à preservação dos esqueletos registados a partir dos relatórios antropológicos de campo analisados.

2.5.2 Caracterização dos indivíduos seleccionados quanto à tafonomia

São vários os factores que podem concorrer para o estado de conservação de um enterramento, sendo a tafonomia a ciência responsável pela sua explicação. A mais antiga referência a esta área específica do estudo dos processos de alteração dos organismos vivos data de 1940, sendo da autoria de Efremov (Bello & Andrews, 2006; Carter & Tibbett, 2008; Lyman, 2002; Ubelaker, 1997). Define-se tafonomia como sendo *o estudo da transição, em todos os seus detalhes, dos restos orgânicos da biosfera para a litosfera* (Lyman, 2002:XIX). Gifford (1981, In Bello & Andrews, 2006) acrescenta que a tafonomia dedica

especial atenção aos acontecimentos *pós-mortem* que afectam os vestígios inerentes aos organismos (Bello & Andrews, 2006; Carter & Tibbett, 2008; Klepinger, 2006).

O razoavel conhecimento da forma como actuam os processos físico-químicos no processo natural de degradação celular que se segue à morte de um organismo (Carter & Tibbett, 2008; Fitzpatrick, 2008; Vass, 2001), contrasta com o fraco conhecimento da influência exercida por uma multitude de intrusões, a maior parte delas de cariz cultural, que se observam nos contextos sepulcrais (Mays, 1998). De facto, as intervenções de índole cultural podem, também, condicionar o estado de preservação dos remanescentes humanos, sendo este o motivo que leva a considerar o homem como um agente tafonómico (Andrews & Bello, 2006; Roksandic, 2002; Sorg & Haglund, 2002; Ubelaker, 1997). Assim, para uma melhor interpretação dos contextos funerários em análise, foi decidido ter em consideração a informação tafonómica. Considerando, contudo, o sem fim de factores que podem estar envolvidos na alteração do estado do material osteológico (Carter & Tibbett, 2008; Ubelaker, 1997), desde o momento de deposição do corpo até que este é encontrado, bem como o enviesamento que podem provocar no momento de análise do material osteológico (Saul & Saul, 2002), optou-se por dividir a informação de acordo com a natureza das alterações produzidas. Deste modo, foram agrupadas as transformações tafonómicas pelas seguintes categorias, adaptando a proposta de registo de Buikstra e Ubelaker (1994): *alterações de forma*, *alterações de textura* e *alterações de cor*. As variáveis a considerar em cada uma destas categorias encontram-se sistematizadas na tabela 2.III. Sempre que as alterações de natureza tafonómica não fosses explícitas e/ou susceptíveis de inferência recorreu-se à categoria *sem informação*.

Tabela 2.III – Variáveis de classificação tafonómica para registo das alterações presentes nos esqueletos referidos nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Variáveis tafonómicas	Categorias
Forma	Sem alteração
	Calor
	Fauna (roedores)
	Pressão do solo
	Acção humana
	Múltiplos agentes tafonómicos de forma
Textura	Sem alteração
	Calor
	Humidade
	Flora (raízes)
	Acção humana (cortes)
	Múltiplos agentes tafonómicos de textura
Cor	Sem alteração
	Acção humana (ritual: ocre; cal)
	Ambiente deposicional (humidade e fungos)
	Inclusões (metais)
	Múltiplos agentes tafonómicos de cor

Em mais de metade dos indivíduos analisados, não foi feito qualquer registo nos relatórios antropológicos de campo relativo à tafonomia (alterações de forma: 56,7%; alterações de textura: 50,9%; alterações de cor: 54,7%). Em relação aos restantes sujeitos, a referência à ausência de alterações tafonómicas no esqueleto foi a classificação mais frequente (alterações de forma: 38,8%; alterações de textura: 32,3%; alterações de cor: 38,8%). Nas Figuras 2.9, 2.10 e 2.11 estão representadas as distribuições das frequências e respectivos valores percentuais relativos à acção dos agentes tafonómicos.

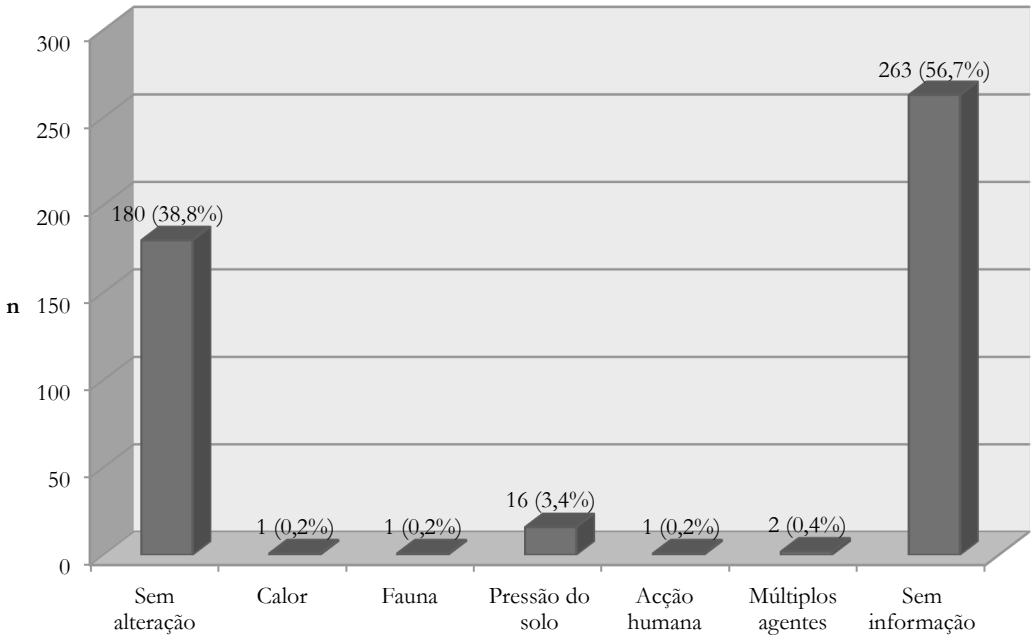


Figura 2.9 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos promotores da alteração de forma associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados.

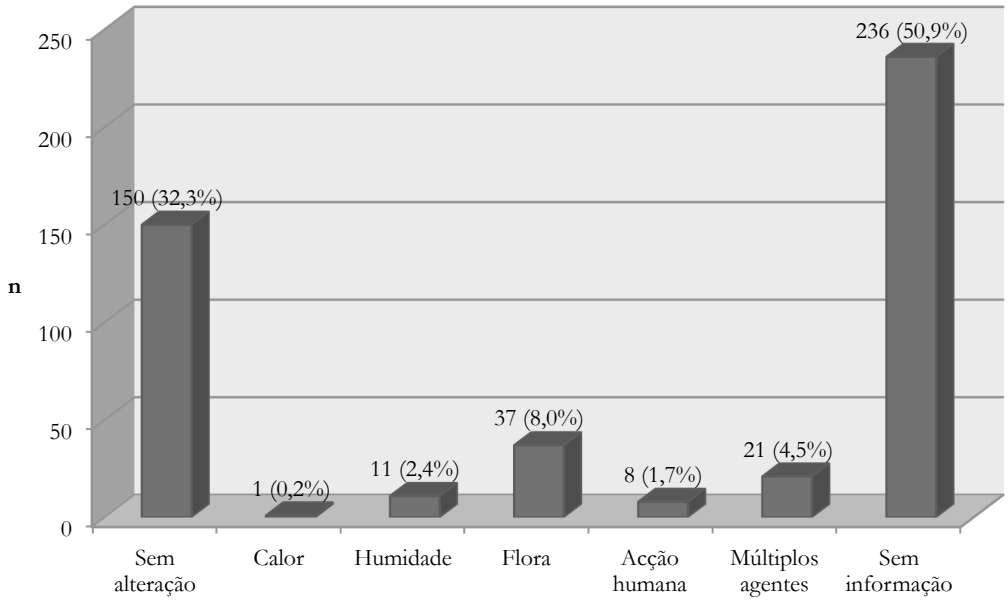


Figura 2.10 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos – Textura – associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados.

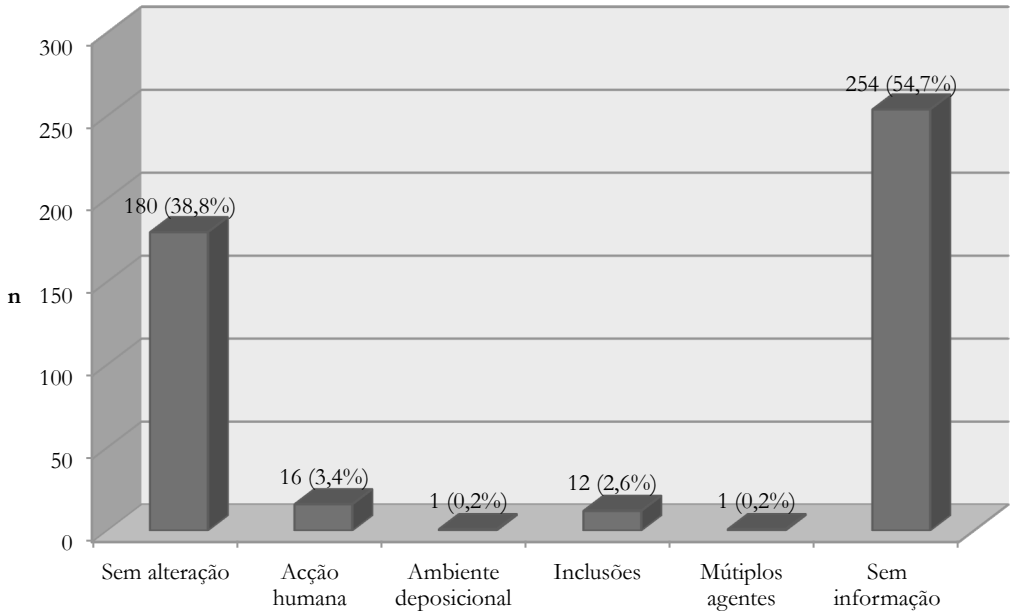


Figura 2.11 – Distribuição das frequências relativas à acção de agentes tafonómicos – Cor – associados aos esqueletos registados nos partir dos relatórios antropológicos de campo analisados.

Nas análises que serão feitas adiante, a questão da representatividade e preservação serão consideradas, eliminando-se da analise os casos não informativos ou cuja conservação tenha sido classificada como *nula* e *reduzida*. No que respeita aos dados tafonómicos, a ausência de informação e o carácter genérico e pontual das obervações registadas, inviabilizam a consideração destas variáveis nas subsequentes análises do presente trabalho.

CAPÍTULO TERCEIRO

ANÁLISE DOS DADOS DA ANTROPOLOGIA FUNERÁRIA DOS RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS DE CAMPO

3 Análise da Antropologia funerária registada nos relatórios antropológicos de campo

3.1 Introdução: a relevância da Antropologia funerária

Plantar uma árvore. Ter um filho. Escrever um livro. Um homem que toque os três vértices deste triângulo terá, segundo o senso comum, uma existência plena. O que liga qualquer um destes pressupostos não é o seu obreiro, mas antes a memória que perdura para além dele. De facto, a perspectiva de sucesso darwiniano encontra na espécie humana uma metáfora assente, não nos genes, mas na memória. A bitola do sucesso reside na presença evocada dos sujeitos mortos, no contexto dos vivos. A origem desta necessidade de reconhecimento póstumo estará intrinsecamente ligada ao género *Homo* e à consciência si, da sua relação com os outros e do seu papel no mundo.

É deste paradoxo – de evocar a vida apesar da morte – (Machado, 1999) e desta resistência ao esquecimento, que se alimentam a maioria dos rituais funerários. A sua existência estabelece-se como uma marca de pertença única do sujeito ao mundo. Se até à despedida final, os indivíduos fazem parte de uma massa social, o fim da vida assume-se como um momento singular e dedicado à memória de um único indivíduo (Machado, 1999). Numa morte anónima, indiferenciada, reside uma das principais formas de destituição de humanidade. O ritual da morte reflecte, assim, a dimensão social da pessoa. São também seus reflexos as particularidades culturais que residem em cada época e em cada latitude. Os gestos que se expõem, a par com um cadáver, são tão mais reveladores, quanto mais minuciosa for a sua apreciação e cuidada a sua contextualização.

A análise, que se segue, diz respeito às questões que mais directamente se prendem com os rituais funerários e que são perceptíveis por meio da cultura material associada aos defuntos e à manipulação a que estiveram sujeitos, no momento do seu depósito. Por esse motivo, por serem do interesse da Antropologia das populações do passado, não só os vestígios estruturais e da cultura material, mas também as manifestações culturais que se inferem nos contextos de escavação, a designação Antropologia funerária, em vez de Arqueologia funerária – designação preferida por investigadores de língua inglesa e francesa – parece ser a mais adequada.

3.2 Viver com a morte: percepção e ritualização

O não abandono dos mortos implica a sua sobrevivência (Morin, 1998:25). Para muitos, a linha que separa a espécie humana das suas predecessoras será a capacidade e necessidade de cultuar os mortos (Catroga, 1999). Esta é uma preocupação transversal, no tempo e no espaço (Morin, 1988), que, face à presença da morte é acompanhada, de forma igualmente abrangente, por um sem fim de interpretações e manifestações (Bastos, 1995a). Analisar os processos rituais, será um empreendimento tão majestoso quanto o de compreender a diversidade cultural humana. Apesar de hercúlea, esta é uma tarefa importante no estudo dos contextos arqueológicos de onde resultem vestígios de enterramentos.

O impacto da morte, por ser histórica e socialmente transversal, constitui-se num facto essencialmente cultural, cabendo aos vivos zelar para que a marca por ela deixada seja minimizada, controlando-se a disrupção que imprime no quotidiano (Gennep, [1969] 1981; Machado, 1999; Thomas, 1980). Surgem também, como constantes temporais e culturais, a repulsa provocada pelo processo de decomposição e o medo do retorno dos espíritos, com o intuito de atormentar os que ficam (Catroga, 1999). A ostentação de dor, que se encontra em algumas práticas funerárias – ainda que mal vistas por várias correntes religiosas (Bastos, 1995a)[26] –, não é mais do que uma demonstração que serve para apaziguar o morto e acautelar que ele não atente contra os vivos (Morin, 1988).

De facto, a morte é percebida como algo que pode contagiar e afectar negativamente os vivos (Belmont, 1981; Gennep, [1969] 1981; Morin, 1988). De acordo com Machado (1999), é preciso negociar a sua presença, tornando-a menos ameaçadora. Esta interpretação torna compreensível o facto dos processos rituais fornecerem o distanciamento ente mortos e vivos, uma vez que fazem coincidir o momento em que se torna óbvia a degradação celular, a que os corpos mortos estão sujeitos, com o processo de ocultação do corpo por via da inumação, cremação ou outro mecanismo que afaste o sujeito da realidade dos vivos (Catroga, 1999; Machado, 1999; Thomas, 1980). Louis-Vicent Thomas (1980) defende a existência de um paralelismo entre o desenrolar do ritual funerário e o processo de decomposição de um cadáver: *A impureza do corpo em*

[26] A expressão de dor pelo desaparecimento de um ente-querido era e é, uma manifestação mal aceite pela igreja, na medida em que revela falta de fé no destino das almas cristãs após a morte (Bastos, 1995a).

decomposição determina (…) o tratamento fúnebre do cadáver (Morin: 1988:28). A morte recente ainda não o é por completo, constituindo a sua concretização um processo gradual (Thomas, 1980). Por outras palavras, a aparência do morto recente ainda permite a ilusão de pertença ao mundo dos vivos (Bastos, 1995a; Machado, 1999; Torres & Macias, 1995). É, quando a decomposição se torna evidente e repulsiva, que se encerra o ritual, com a ocultação do corpo (Machado, 1999). O sincronismo, entre a ritualização e a acção natural da morte sobre os corpos, verifica-se até ao momento das *segundas exéquias* (Catroga, 1999). Em alguns contextos, verifica-se a prática de exumar os remanescentes do cadáver, contudo, o período que entremeia a ocultação e o regresso ao local de depósito do corpo, salvaguarda a conclusão do processo de esqueletização (Cabral, 1985; Dias & Dias, 1956). Este momento marca, segundo van Gennep ([1969] 1981), a agregação do indivíduo à sua nova condição. De facto, se a morte física fica presa a um momento, a um instante específico, o mesmo não acontece com a morte social (O'Neil, 1991; Thomas, 1980): *(...) o costume de pedir alimentos para os defuntos, ou preparar-lhes refeições cerimoniais (...), são frequentes no nosso país (...). Estas práticas radicam na crença (...) de que os mortos continuam uma existência que se assemelha à dos vivos, são os chamados 'cadáveres vivos'* (Dias & Dias, 1956:8; Catroga, 1999). A perda de parte do processo ritualizado, que confere ao momento da morte um enquadramento que permite evitar o crescimento do caos, leva à perda de mecanismos de gestão desse momento de ruptura, tornando-a muito mais contida e dolorosa (Cabral & Feijó, 1985).

Saber, pois, como é que o homem enfrenta a morte e como procura, de alguma maneira, dominá-la, ilusoriamente ou não, tal é, (…) uma das mais decisivas formas de compreender os últimos fundamentos da mentalidade colectiva, em cada época ou em cada contexto cultural (Mattoso, 1995:55).

3.2.1 A morte, a identidade e a memória

É a individualidade de quem morre que determina a dor de quem sobrevive. De facto, quanto maior for a especificidade reconhecida ao indivíduo que perece, maior é o sentimento de perda. Uma morte anónima não afecta e não causa sofrimento (Morin, 1988). Há, contudo, nesta afirmação situações excepcionais. A presença assídua da morte banaliza-a, mitigando o caos que introduz noutros contextos. Exemplos desse fenómeno

são os conflitos bélicos ou a acção de surtos epidémicos causados por alguma entidade patológica (Morin, 1988). Os grupos humanos, em momentos de confronto, assumem-se como um colectivo e, por esse motivo, reduzem ou eliminam a ritualização da morte e a evocação da memória única que se associa a cada sujeito. Ainda assim, a individualidade fica contida no simbolismo dos memoriais anónimos, passando os finados a ser evocados pelas linhas familiares conscientes de uma perda específica (Morin, 1988).

A identidade é, assim, uma âncora da memória. Individualizar o morto, por via da ritualização, é um dos objectivos das práticas funerárias desde sempre, apesar de episódios históricos e culturais particulares que promovem o afastamento deste padrão. Percebe-se, numa rápida passagem histórica pelas culturas que influenciaram de forma mais importante a Península Ibérica, a questão da identidade e individualidade, como sendo central na gestão da morte. Na Antiguidade romana, todos os cidadãos, e mesmo alguns escravos, tinham, na sua sepultura, reconhecida a sua identidade. Só por volta do século V, é que estas inscrições começam a desaparecer, ainda que por um breve período de tempo (Ariès, (1975) 1988). Contudo, esta anomia irá, aos poucos, desvanecer-se. Por altura do século XII, algumas figuras mais ilustres, pelo seu destaque, ganham o direito de ver, no seu local de depósito, alguns elementos identificativos (Ariès, (1975) 1988). Se, num primeiro momento, esta é uma tendência modesta, rapidamente assume configurações que não permitem qualquer margem de dúvida sobre a localização exacta de cada defunto, consubstanciando, no espaço funerário, a existência única de cada homem. Compreende-se, então, a razão da presença, no mobiliário dos cemitérios, de fotografias, dados biográficos e epitáfios (Ariès, (1975) 1988). Passa-se, desta forma, do anonimato completo ao retrato realista, em poucos séculos. É, neste contexto, que deve ser compreendido o hábito de visitar os túmulos. Recente na cultura funerária, em particular da Cristã, reflecte uma alteração de mentalidade. A visita destina-se ao morto, àquele morto, como se de uma visita a casa se tratasse. Este comportamento só se tornará possível com o reconhecimento da individualidade. O culto transforma-se, assim, em algo privado – mesmo perante os momentos de recordação colectivos[27] – e, simultaneamente, criador de uma imortalidade (Ariès, (1975) 1988).

[27] A recordação ritualizada é revivida anualmente no Dia de Todos os Santos e de Finados (Cabral & Feijó, 1985).

Contudo, existem excepções, a esta tendência, que se prendem com mudanças de atitude na interpretação da doutrina que, naturalmente, se vão constituir como comportamentos diferenciadores de estatuto social. Apesar de nunca ter sido incentivado ou, sequer, permitido pela Igreja Católica, – que, já no concílio de Braga (563), proibia o enterramento no interior dos edifícios religiosos - durante a Idade Média, generalizou-se a prática de enterrar os defuntos no subsolo dos templos (Cabral, 1985). Esta prática, rompendo com a influência ancestral de criar esferas de *existência* próprias para mortos e vivos (Rosa, 2010; Torres & Macias, 1995), vai beber a sua origem aos enterramentos *ad-sanctos* que prevêem que a alma, por via da proximidade com as relíquias canonizadas, poderiam ser beneficiadas (Cabral, 1985). Contudo, a massificação desta prática desvirtuou a intenção original e converteu-a em enterramentos *apud ecclesiam*, na medida em que bastava a presença do morto no templo para que a salvação da alma estivesse mais próxima (Cabral, 1985). Como consequência desta prática, dois fenómenos surgiram: o da hierarquização do espaço sepulcral – quem podia pagar o indulto previsto pela Igreja tinha um acesso privilegiado ao solo consagrado – e, por outro lado, a indiferença a que os remanescentes humanos foram votados, na medida em que, aos sobreviventes, bastava saberem que os seus ente-queridos se encontravam protegidos pelos poderes divinais do espaço religioso. O facto de não haver, junto aos enterramentos, elementos identificadores dos mortos sepultados, reforçava a ideia de que não é a morte física que conta mas, antes, a salvação da alma (Ariès, (1975) 1988; Rosa, 2010; Xavier, 1991). Os remanescentes humanos e a sua conservação, não constituíam uma preocupação para clérigos e para a população em geral (Ariès, (1975) 1988; Rosa, 2010). É exactamente esta constatação que conduz ao motivo da segunda excepção à resistência contra o anonimato. A ausência de uma rede social em vida, ainda que com pouco poder económico, reflecte-se também na morte. Por esse motivo, indigentes, escravos e enfermos, tiveram, frequentemente, como destino final as valas comuns (Catroga, 1999). As peças esqueléticas dos ossários, resultantes destas sepulturas colectivas, foram inclusivamente usados como elementos decorativos dos espaços religiosos – veja-se o exemplo da Capela dos Ossos em Évora - com motivos que remetem claramente para a morte, como é o caso do crânio (*caveira*), em particular durante o período Barroco (Ariès, (1975) 1988).

Morrer é, por conseguinte, um desafio às *memórias* dos que partiram e dos que, sobrevivendo, têm como missão perpetuar aqueles que pertenceram à sua esfera social.

As práticas funerárias mais não são que o exercício dos segundos, sobre o impacto provocado pelos primeiros.

3.3 Representando a morte: perspectiva histórica dos elementos funerários

(...) A função do símbolo funerário é a de, em última análise, ser metáfora do corpo, trabalho imaginário exigido pela recusa da morte (Catroga, 1999: 15). Segundo esta interpretação, a leitura de um espaço funerário deve ser feita como um todo, incluindo os símbolos que ele encerra e que espelham a sua posição entre dois mundos (Catroga, 1999; Leclerc, 1990). A proposta de André Leroi-Gourhan (In Leclerc & Tarrête, 1998) define a sepultura como sendo o *lugar onde estão depositados os restos de um ou vários defuntos e onde subsistem indícios suficientes para que o arqueólogo possa identificar nesse depósito a vontade de cumprir um gesto funerário* (Leclerc e Tarrête, 1988; In Leclerc, 1990:13). Não se trata, portanto, de um vestígio acidental, na medida em que deverá demonstrar uma prática de gestos funerários, podendo estes ser definidos como o conjunto de técnicas ritualizadas de tratamento de corpos, que tem sempre associada uma acção utilitária e uma estratégia social para lidar com a morte (Crubézy, 2000; Leclerc, 1990). Por esse motivo, a simples presença de restos humanos não é, por si só, suficiente para a identificação de uma sepultura (Crubézy, 2000; Leclerc, 1990).

De todos os vestígios do passado, são os de natureza funerária os que mais permitem recuar no tempo, o que revela a importância que a sociedade sempre atribuiu de assinalar a passagem da morte. É possível que a durabilidade destes símbolos esteja ligada a estratégias que, mais que proibir uma determinada prática ancestral, conotada como pagã, promoveram a sua substituição, revestindo-a lentamente de roupagens de uma religiosidade formal, legitimadas pela existência de uma doutrina normalizada (Dias & Dias, 1956).

Dentro do contexto português, a escassez de elementos arqueológicos, que limitam o esboço de um quadro sociocultural da pré-história e, particularmente, dos seus períodos mais remotos, contrasta com a riqueza informativa dos contextos funerários. Tanto os mais pequenos elementos da cultura material da inumação do Paleolítico

(Duarte, 2002), quanto os grandes monumentos megalíticos e arquitectónicos, encerram em si a complexidade da gestão do fim e o congelar da memória dos que foram. No contexto arqueológico, a compreensão da forma como os rituais funerários e o seu suporte físico, evoluíram, pode constituir uma contribuição importante no momento de inferir sobre as características e comportamentos das populações do passado. Deve-se, contudo estar ciente de que os gestos perpetuados pelo esqueleto constituem, apenas, os momentos finais dessas práticas (Crubézy, 2000). Nesse sentido, e tendo como barreira os limites geográficos do território luso e a informação disponível, será feito um esboço das marcas deixadas pela morte ao longo do tempo.

3.3.1 As representações arqueológicas da morte na Pré-história no contexto geográfico português

A história evolutiva da humanidade faz-se de vários *homens* que terão coexistido, se não mesmo convivido (Lewin, 2005). De todas as espécies de *Homo* que compõem a nossa árvore genealógica, apenas a Neandertais e *Homo sapiens* se reconhece a prática de cuidar de mortos e enfermos, o que reflecte, neles, uma mudança no modo de perspectivar a morte e consequentemente a vida (Chavallion, 1999; Lewin, 2005). Coevas, a rondarem os 100 mil anos, as sepulturas descobertas em Skhul e Qafzeh[28], no próximo Oriente e atribuidas, respectivamente, a um *Homo neanderthalensis* e *Homo sapiens,* são as mais antigas elaboradas por estas destas duas formas de humanidade (Gargett, 1999; Masset, 2000; Vandermeersch, 2006). Apesar de nestes contextos funerários mais antigos estarem representados ambos os sexos e várias categorias etárias, ao nível do estatuto parece haver algum tipo de selecção (Vandermeersch, 2006; Vanhaeren & d'Errico, 2005). Geograficamente mais perto de nós, Atapuerca representa um marco importante no estudo da evolução humana e revela um conjunto de evidências de como a morte e a doença foram encarados pelos primeiros europeus (Arsuaga, 2003; Arsuaga & Martínez, 2004; Arsuaga *et al.*, 1997). Esta ancestralidade permite concluir que a morte não deve ser interpretada como um aspecto de índole religiosa, antes como um facto social (Vandermeersch, 2006).

[28] Segundo Vandermeesrsch (2006) Tabun-1 descoberto em Israel apresenta uma datação mais antiga (165 000 +/- 16 000 anos), contudo a estratigrafia do local onde foi descoberto é dúbia, não permitindo a sua inclusão entre o rol dos enterramentos mais remotos.

No que actualmente se considera como sendo o território nacional, o único enterramento descoberto, datado do Paleolítico, reflecte as premissas referidas por Vandermeesrsch (2006), já que se trata de uma criança cuja morte social se revestiu de um ritual complexo (Duarte, 2002; Duarte *et al.*, 2002; Duarte *et al.*, 1999). Os restantes vestígios osteológicos humanos, atribuídos a este período, em terras lusas, não permitem classificar o seu local de descoberta como sendo uma verdadeira sepultura. Em contrapartida, todos os remanescentes se encontram associados a contextos de gruta (Cruz, 2007). Este facto parece encerrar em si uma simbologia definida como o *regresso ao ventre*, numa metáfora representativa do regresso à origem (Catroga, 1999). A escassez de evidências osteológicas do Paleolítico português poderá ser complementada com outros registos arqueológicos, de diferentes proveniências, que mantêm a constante dos enterramentos em abrigos naturais ou em pequenos covachos superficiais escavados no substrato, onde eram depositados os falecidos, podendo estes ser cobertos com rochas. Cumpria-se, assim, a função de ocultar o apodrecimento e a transformação a que o corpo morto está sujeito (Julien, 1999; Masset, 2000; Vandermeersch, 2006).

Quando se avança no tempo para o Mesolítico, torna-se obrigatória a identificação de práticas culturais distintas, moldadas pelas condições climatéricas específicas ocorridas, durante este período, na vertente ocidental da Península Ibérica (Araújo, 2003). Deste período intermédio da Pré-história, as evidências da presença humana, apesar de mais abundantes comparativamente com o período que o antecede, não oferecem, ainda assim, uma visão clara da vida em sociedade destas comunidades, nos contextos geográficos que não incluam o litoral. Deste período, conhecem-se os gestos que terão constituído o momento final da ritualização da morte (Crubézy, 2000; Stutz, 2003) e o tipo de produção lítica utilizada (Cardoso, 2002). A riqueza das informações relativas aos processos funerários contrasta com a sua limitação geográfica. Os enterramentos encontrados, no actual território português, apresentam a particularidade de estarem associados à formação e exploração de concheiros – fruto das alterações climáticas ocorridas durante a Pré-história – na orla do Sado e do Tejo. Não quer isto significar que os grupos humanos se tivessem estabelecido exclusivamente nestes espaços em particular, pois existem evidências arqueológicas da ocupação de outras regiões (Araújo, 2003; Cardoso, 2002). A particularidade ambiental desta região reflectiu-se, necessariamente, em algumas alterações comportamentais, em particular ao nível da dieta. Este facto pode ser inferido pela verificação duma diminuição gradual do

consumo de proteína animal e dum maior investimento na exploração da fauna do estuário – em particular dos moluscos – como uma via de subsistência alimentar (Umbelino, 2006).

Apesar da proximidade geográfica e da contemporaneidade, há evidências de diferenciação cultural entre os concheiros de Tejo e Sado: *(...) nos primeiros, predomina a deposição dos corpos em decúbito dorsal, eventualmente com pernas e braços flectidos, enquanto que no Sado é característica a posição fetal* (Cardoso, 2002:146). Não havendo uma orientação que se possa considerar típica para este período, há alguma consistência dentro de cada espaço funerário (Duarte, 2003; Rolão, 1999). A análise dos elementos relativos aos concheiros do Sado permitiu concluir sobre a proximidade da necrópole com a acrópole. De facto, de acordo com Duarte (2003), corresponde a este período o início da prática de inumação em cemitério[29]. Uma abordagem paleodemográfica e paleopatológica, para além de indicar uma maior sedentarização, não revelou nenhum outro dado excepcional, tendo em consideração o contexto em questão (Cunha *et al.*, 2003). Outra evidência cultural associada aos restos humanos, para além dos gestos funerários, passou pela identificação de uma estrela desenhada numa calote craniana do Cabeço da Arruda (Cardoso, 2002). Pouco mais se poderá acrescentar à visão da morte durante o Mesolítico, para além dos elementos, comuns aos vários grupos humanos, que conduzem à ritualização deste momento particular da morte. Os enterramentos revelam, assim, uma preocupação com o destino dos indivíduos dos grupos sociais (Stutz, 2003).

O Neolítico assume-se, no âmbito da Pré-história portuguesa, como sendo o período de maior diversidade e riqueza cultural. A maior proximidade temporal concorreu, necessariamente, para que um maior conjunto de dados arqueológicos chegassem até aos dias de hoje. Limitar esta enorme variedade a um conjunto de traços gerais, constituirá necessariamente uma falha, apenas justificada pela necessidade de síntese que a produção científica impõe. Assim sendo, é objectivo das linhas, que se seguem, apresentar os elementos, que permitiram elaborar uma leitura dos rituais e gestos funerários, revelados em intervenções arqueológicas deste contexto cronológico.

Rompendo com a tendência do Mesolítico, as zonas dedicadas aos mortos são, durante este período, definitivamente afastadas dos limites residenciais, surgindo, em

[29] De acordo com Rugg (2000), um cemitério pode ser definido como um local demarcado especificamente para receber enterramentos, com uma configuração interna organizada que facilita a ritualização funerária.

alternativa, espaços dedicados à constituição de necrópoles colectivas. Estas estão, geralmente, associadas a sepultamentos em gruta, sendo menos frequentes os enterramentos em fossas ou covachos (Cardoso, 2002; Duarte, 2003; Masset, 2000; Silva, 2002a). Contudo, mais do que as grutas, os símbolos funerários por excelência do Neolítico português serão, sem dúvida, os monumentos megalíticos (Cardoso, 2002; Marques, [1997]2010; Mohen, 1999b). Marcos da paisagem austral do país, pela sua frequência, apresentam variações de natureza regional que se traduzem, também, ao nível do espólio que acompanha o defunto (Mohen, 1999a). As antas, com uma origem mais remota, assumem uma configuração de inspiração doméstica: *câmaras de configuração circular precedidas de corredor, nos sepulcros da fase plena do megalitismo alentejano* (Cardoso, 2002:189). O espólio, representado por *micrólitos trapezoidais, machados grosseiros e cerâmicas lisas (...) pontas de seta, alabardas, punhais, placas de xisto, báculos e machados de bom acabamento e cerâmicas*, permitia a afirmação de uma identidade cultural e regional, resultando no reforço dos laços sociais (Cardoso, 2002:193).

Tal como os dados do Paleolítico indicam, também a inumação nestes monumentos funerários constituía um mecanismo de diferenciação social, já que só algumas figuras de maior revelo social mereciam tais honras (Cardoso, 2002; Silva, 2002a). Contudo, assiste-se a uma progressiva democratização do espaço funerário, como se pode verificar pelo aumento do número de indivíduos nestes ambientes, obrigando a uma gestão do espaço de que resulta a criação de depósitos funerários secundários (Cardoso, 2002; Silva, 2002a; Silva, 2003). A aparente democratização do espaço funerário só é interrompida, esporadicamente, pela presença de elementos de elevada carga simbólica, como são as placas de xisto ou os báculos de pedra, que se assume estarem associados a figuras proeminentes da sociedade do Neolítico (Cardoso, 2002; Fabião, 1997). Progressivamente, somam-se, a esta cultura material, elementos de natureza purificadora de que são exemplos os cristais, o ocre e o fogo (Fabião, 1997). Estas transformações são acompanhadas pelos enterramentos em gruta ou em hipogeus, fora do contexto alentejano. *O recurso a várias fórmulas de tumulação (...) é uma realidade ainda não cabalmente explicada* (Cardoso, 2002: 227).

O fogo prevalece como elemento ritual e assume, durante a fase final do Neolítico, um papel preponderante, atingindo o seu expoente máximo na realização de cremações que se tornam numa prática recorrente (Fabião, 1997; Silva, 2005). Os *tholoi*,

monumentos de menor grandiosidade, apresentam frequentemente indícios dessas práticas purificadoras (Cardoso, 2002; Masset, 2000; Silva, 2005). O espólio, ainda constituído por peças do quotidiano, é enriquecido pela presença de peças esculpidas em calcário, representando deusas associadas à fertilidade (Cardoso, 2002). Também o aspecto fálico de alguns menires parece remeter para essa dimensão, congregando assim múltiplos significados: símbolo de fertilidade, elemento funerário e marco de território (Cardoso, 2002). A menor monumentalidade dos espaços funerários associa-se, lentamente, à individualidade que a morte assume. As cistas, que recebem os defuntos, denunciam o papel que cada indivíduo assume no grupo social, manifestando-se o estatuto dos indivíduos de poder por via da organização espacial das inumações (Fabião, 1997). De facto, esta diferenciação estende-se não só ao estatuto social, mas também ao género[30] dos indivíduos, estando os enterramentos masculinos associados a espólio bélico de natureza metálica (Cardoso, 2002; Fabião, 1997).

Ao nível dos gestos resultantes da manipulação dos cadáveres, não se encontra um padrão homogéneo. Os espaços de sepultamento colectivo apresentam padrões de depósito primário e secundário, sendo estes últimos consequência da gestão espacial (Duarte, 2003; Masset, 2000; Silva, 2002a; Silva, 2003). As frequências do decúbito dorsal (associada às sepulturas da cultura campaniforme) e lateral (mais frequentes em cistas), nem sempre são perceptíveis, verificando-se, em muitos casos, a presença das duas formas. A orientação assume-se por defeito a partir da configuração dos monumentos, cuja construção assume desde logo uma simbologia associada aos fenómenos naturais dos movimentos circadianos (Cardoso, 2002; Mohen, 1999a)

No geral, não será demasiado arriscado dizer-se que é na Pré-história que se criam os pilares que vão regulamentar socialmente a história. Assim, estabelece-se o afastamento dos mortos, apenas interrompido durante o Mesolítico, e a ritualização complexifica-se na direcção da identificação das especificidade de cada sujeito, a qual se manifesta por via da cultura material. A natureza dos enterramentos, apesar da maior frequência de depósitos secundários, durante o Neolítico, vai também ao encontro desta

[30] A opção da designação de género em detrimento de sexo, prende-se com o facto do espólio ser atribuído ao papel social atribuído aos indivíduos, ainda que este possa estar dependente dos caracteres sexuais. Em linha com a proposta de Walker e Cook (1998), a separação dos designativos biológicos e sociais revela-se, além de precisa, mais informativo.

tendência para a criação de espaços individuais. Torna-se, por isso, relevante perceber as evidências arqueológicas associadas à ritualização da morte.

3.3.2 As representações arqueológicas da morte na Antiguidade no contexto geográfico português – A influência Romana

A Antiguidade no território português faz-se da presença dos povos indígenas e de conquistadores. Se, em relação aos primeiros, se verifica uma continuidade face aos fenómenos funerários referidos anteriormente, no que respeita aos segundos, a marca romana é sem dúvida motivo de destaque a vários níveis. A presença Romana, no território português, veio introduzir aspectos culturais de natureza muito diversa, sendo a essência de algumas dessas práticas prevalecentes.

A vastidão do império romano não se cinge às fronteiras geográficas originais. A diáspora romana levou à maior parte do território europeu os modos de vida tradicionalmente associados aos povos clássicos, deixando-se, contudo, contaminar pelos traços culturais de cada uma das latitudes em que esteve presente. Do muito que se conhece sobre o *modus vivendi* romano, um aspecto parece não ter vindo a merecer o mesmo relevo: as práticas fúnebres (Pearce, 2000). Fora da sede do império, as tradições indígenas serviram de travão à plena manifestação dos comportamentos culturais romanos, ao mesmo tempo que introduziam elementos que conferiam às práticas rituais um carácter regionalista (Pearce, 2000; Simmonds *et al.*, 2008). Reside neste facto a dificuldade de caracterizar genericamente aspectos que apresentam um espectro tão amplo. Inumação e cremação, são as duas estratégias escolhidas no processo de ocultação do defunto (Hope, 2009).

Coexistindo no tempo e no espaço, não existem teorias que expliquem na totalidade esta redundância. De facto, os Romanos não faziam acompanhar a morte de uma crença clara e coerente relativamente ao destino da alma após o fim das funções vitais (Mattoso, 1995). Contudo, acreditavam que era necessário haver uma separação entre estes dois mundos, afastando a morte das zonas de convívio, mas escolhendo um espaço que permitisse recordar os mortos, apaziguando-os (Ariès, (1975) 1988; Cleary, 2000; Simmonds *et al.*, 2008).

Alguns autores associam a cremação às comunidades guerreiras, já que, deste modo, poderiam honrar os seus mortos, não os abandonando à mercê dos elementos ou dos adversários (Pearce, 2000; Prósper, 2000). Esta proposta segue a linha de outras que encontram na diferenciação social a justificação pela escolha de um ou outro ritual, atribuindo às figuras de maior relevo a inumação. Contudo, estas convicções não se encontram ainda completamente esclarecidas (Prósper, 2000). As inumações romanas apresentam tipologias diversas, sendo as fossas simples ou as cistas cobertas por *tegulae* e dispostas em forma plana ou de dupla vertente, por ventura, as mais comuns (Simmonds *et al.*, 2008). As sepulturas em blocos de muretes de ladrilho trabalhados com cal e as sepulturas em sarcófago de pedra, cobertas no modelo de *duas águas*, estão também presentes na Península Ibérica. Mais raros serão os enterramentos em ânforas – *Enchytrimos* – no interior das quais se encontram mormente crianças (Prósper, 2000). Os dados tafonómicos indicam que, a maior parte das vezes, o processo de decomposição se dará em espaços colmatados, o que, possivelmente, está associado à utilização de um sudário a envolver o falecido (Prósper, 2000; Simmonds *et al.*, 2008). Um outro invólucro funerário, utilizado no mundo romano, é o ataúde, sendo a sua presença revelada pelas cavilhas (Cleary, 2000; Prósper, 2000; Simmonds *et al.*, 2008).

Limitar, a uma pequena listagem, os elementos da cultura material que podem ser encontrados em contexto de sepultamento romano, será, com certeza, um erro grosseiro, mas será um que, inevitavelmente, se comete sempre que o propósito é o da caracterização genérica. Assim, objectos como lucernas, pequenos recipientes de essências, ânforas e outro material cerâmico, objectos de adorno e numismas[31], são alguns dos elementos que constituem o espólio funerário (Pearce, 2000; Prósper, 2000; Simmonds *et al.*, 2008). As crianças e indivíduos mais jovens, cujos enterramentos se associam por vezes aos contextos domésticos e não às áreas votadas à inumação da população adulta, eram acompanhados por mais espólio. Isto seria a forma de acalmar a ira dos deuses por terem, junto de si, vítimas de mortes prematuras (Cleary, 2000; Martin-Kilcher, 2000; Simmonds *et al.*, 2008). Vestígios de fauna – cavalos e cães – são também frequentes, sendo oferecidos aos deuses como sacrifícios (Cleary, 2000).

[31] Para entrar no reino dos mortos, os sujeitos deveriam passar por provações e encarar monstros como as Gorgonas, Harpias, Hidra e outros pertencentes ao mesmo imaginário. A travessia do rio Styx como passagem na barca de Caronte – a quem se deverá pagar a viagem – para a margem do reino dos mortos, implica o cumprimento de pelo menos um pressuposto: o sepultamento (Mattoso, 1995).

Parece haver consistência ao nível dos gestos funerários. Depositados em decúbito dorsal, para que pudessem *assistir* aos discursos fúnebres sobre a sua vida, os mortos pareciam replicar, por meio do posicionamento dos membros superiores e inferiores, o uso da toga (Hope, 2009; Simmonds *et al.*, 2008). A escolha da orientação do enterramento é uma oportunidade de manifestar uma preferência ao nível das convicções e crenças cosmológicas. A orientação Oeste-Este será dominante, havendo, contudo, alguma aleatoriedade nesta escolha (Simmonds *et al.*, 2008). As evidências arqueológicas indicam o agrupamento dos enterramentos por núcleos familiares (Simmonds *et al.*, 2008).

3.3.3 As representações arqueológicas da morte no contexto geográfico português – a influência Islâmica

Após a queda do Império Romano, o contexto português conheceu, no essencial, uma corrente religiosa – o Cristianismo – que condicionou as práticas funerárias. Contudo, durante alguns séculos, estas práticas funerárias, essencialmente cristãs, conviveram com a presença mourisca no território e, pontualmente, foram preteridas por manifestações semitas e outras associadas à comunidade africana. Na medida em que a corrente Cristã se incrustou no território nacional, após a reconquista aos árabes, os aspectos relacionados com a Antropologia funerária desta prática religiosa serão desenvolvidos adiante. Nesta linha de raciocínio, serão abordados, de seguida, os aspectos rituais associados à morte nas comunidades Islâmicas que passaram em Portugal durante a Idade Média.

A ocupação Islâmica, no actual território português, espelha a dualidade da geografia portuguesa. Desde a sua origem, o Norte e Sul do território contrastam de forma evidente, tanto ao nível da organização e características naturais do espaço e do clima, quanto ao nível cultural, reflectindo, no primeiro caso, uma influência atlântica e no segundo, características mediterrânicas e africanas. Como barreira natural, a separar estas influências e os avanços dos povos árabes, encontramos o rio Mondego. Assim, falar da influência Islâmica, no contexto português, significará, sempre, falar das regiões mais a Sul, conhecidas, durante este período, como o Garb-al-Andaluz (Marques, [1997]2010; Torres, 1997).

A continuidade, quer ao nível da localização, quer no que respeita às evidências das práticas culturais, é um denominador comum a todas as épocas, desde a Pré-história. Também a influência islâmica em Portugal vai beber a esta continuidade: *Frequentemente estes cemitérios Islâmicos acabam por ladear as necrópoles Judaicas e Cristãs que, por sua vez, ocupavam ou reutilizavam as ruínas dos monumentos funerários romanos* (Torres & Macias, 1995: 12). Outros rituais apresentam particularidades específicas, cujo cunho poderá ficar impresso, revelando-se na intervenção arqueológica. A tradição moçárabe peninsular previa que o defunto fosse completamente desnudado e lavado – com água fresca ou tépida que poderia ser aromatizada –, prática essa que teria como objectivo conferir pureza ao indivíduo (Torres & Macias, 1995). À lavagem, seguir-se-ia o amortalhamento do falecido feito com 3 ou 5 peças de roupagem branca – de todas as cores, o amarelo era a única proibida –, devendo as aberturas corporais ser, de certa forma, tamponadas com cânfora; isto teria o intuito de barrar o regresso do espírito ao corpo (Bars, 2005; Torres & Macias, 1995). As sepulturas islâmicas revestem-se de grande simplicidade – os indivíduos eram inumados directamente no solo – e a orientação comum seria Sul-Norte de acordo com a *Suna* (Torres & Macias, 1995). *Na tradição moçárabe, os túmulos são aspergidos com sal a fim de afastar o demónio* (Torres & Macias, 1995:32). Uma outra forma de protecção contra as forças do mal passa por criar núcleos funerários. Mesmo nos contextos rurais, as sepulturas eram colocadas próximas de outras, permanecendo, desta forma apesar da morte, a unidade clânica (Torres & Macias, 1995).

Já no que diz respeito aos gestos funerários do período islâmico, podem caracterizar-se por serem frequentes as deposições em decúbito lateral direito, com a face virada a nascente e o corpo com uma orientação Sudoeste-Nordeste, como se estivesse olhando para Meca (Bars, 2005). Apesar da tradição islâmica recomendar a inumação em sepulturas individuais, é possível encontrar casos de sepulturas onde residem vários indivíduos. As pernas apresentavam-se ligeiramente flectidas e os braços colocados sobre a região pélvica (Bars, 2005; Torres & Macias, 1995). Ao contrário de outros contextos, os enterramentos islâmicos nunca são acompanhados de cultura material e a fossa que alberga o corpo é construída de forma a contê-lo o mais possível (Bars, 2005; Torres & Macias, 1995).

3.3.4 As representações arqueológicas da morte no contexto geográfico português – a influência Cristã

A marca deixada pelo Cristianismo na cultura portuguesa é profunda e incontornável. Compreender e interpretar comportamentos e hábitos lusos implica reconhecer à Igreja Católica o papel de destaque que assumiu, desde o início da Idade Média, nas representações e determinações sociais do nosso país. A antiguidade da presença e da prevalência cristã no território implica que, ao longo do tempo, ocorram alterações ao nivel da interpretação e da consolidação da doutrina. O impacto dessas alterações ir-se-á, naturalmente, reflectir nas práticas funerárias, sendo estas preservadas pelo tempo e descobertas pela Arqueologia. Assim se compreende que um contexto funerário dos primeiros séculos da Idade Média seja, em vários aspectos, distinto das práticas actuais. Perceber qual o impacto dessas mudanças no momento de despedida do defunto, serão aspectos a ter em consideração, quando em presença de um contexto arqueológico.

Numa viagem pela história da ritualização da morte, há um aspecto que se manifesta a cada paragem: a continuidade (Barroca, 1987; Mattoso, 1995). A escolha dos espaços de culto e de memorial aos mortos, apresenta uma longevidade extraordinária. O mesmo se pode dizer da crença em alguns elementos que, apesar de origem pagã ou até mesmo islâmica, foram adoptados, permanecendo, muitas deles, até aos dias de hoje (Torres, 1997; Torres & Macias, 1995). De influência romana, encontramos a deposição em decúbito dorsal e a cremação. Se a segunda foi abandonada após o estabelecimento e generalização na crença do *Dia do Juízo Final*[32], a primeira assumiu, após esse momento, um papel de maior relevo (Torres, 1997; Torres & Macias, 1995). De facto, a grande inovação do Cristianismo passa pela crença da ressurreição dos mortos (Bastos, 1995b). Este aspecto, por si só, irá ter repercussões no tipo de processo de ocultação do corpo.

Um outro aspecto conheceu alterações lentas: a separação das esferas de permanência social de mortos e vivos. Prevalente durante séculos (Torres & Macias, 1995), aos poucos, esta segregação, imposta por crenças e mitos, foi sendo abandonada e os mortos passaram a integrar o quotidiano, demonstrando-se assim um sentimento apaziguado face à morte. Esta situação viria, mais tarde, a sofrer novas alterações

[32] Desde o concílio de Toledo (693) que se considera que *(…) a preservação do corpo do defunto afigura-se, deste modo, essencial para que possa voltar a acolher o seu espírito* (Bastos, 1995a: 47).

(Barroca, 1987). A longevidade da crença católica, em Portugal, implica a existência de modificações nos hábitos e práticas culturais, detectáveis em contextos arqueológicos. No âmbito do estudo das populações do passado, torna-se relevante conhecer esta evolução ao nível das práticas e gestos funerários.

A origem da aproximação destas duas esferas – espaço dos vivos e espaço dos mortos – está directamente associada às práticas de enterramento em solo consagrado, tanto pelos enterramentos *ad sanctos* como, mais tarde, pela tradição da *tumulaio appud ecclesia*. Na sequência da consolidação da crença na ressurreição e do destino da alma, condicionado pela religiosidade individual, dá-se uma mudança de mentalidade (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987; Catroga, 1999; Mattoso, 1995). A possibilidade de se ter por destino o inferno leva os fieis a exacerbar a sua crença, procurando a salvação pela proximidade aos elementos santificados (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987; Catroga, 1999; Mattoso, 1995). Este hábito de sepultamento em solo consagrado encontra-se impregnado de significantes sociais: apenas os mais nobres e mais ricos teriam acesso à proximidade com as relíquias ou, mesmo, com os espaços sagrados do interior da Igreja (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987; Catroga, 1999; Mattoso, 1995; Rugg, 2000; Vilar, 1990). Para os restantes membros do povo, o destino seria o adro (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987; Catroga, 1999; Mattoso, 1995; Vilar, 1990). Como subproduto desta corrente, surge a necessidade de aproximar os cemitérios dos templos (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987; Catroga, 1999; Mattoso, 1995; Vilar, 1990).

A questão da orientação do alinhamento sepulcral só se estabeleceu, de forma mais consistente, a partir do século V, passando a orientação Oeste – Este a ser a indicada para os cristãos que, desta forma estariam aptos a olhar para o Criador e os seus pastores, quando se levantassem no dia do Juízo Final (Barroca, 1987; Sprague, 2005). Contudo, antes de estabelecida esta tendência, o alinhamento preferencial dos sepulcros seria Norte – Sul ou Sul – Norte, uma descendência da prática pagã (Barroca, 1987). Ainda na linha das práticas pagãs se encontra o leque de oferendas aos mortos. O hábito de pagar a Caronte assume-se como uma prática consolidada até ao presente. Menos frequentes tornam-se as doações de alimentos, hábito comum entre os Romanos. As *mensae,* recorrentes nos sepultamentos paleocristãos, desaparecem lentamente (Barroca, 1987; Cabral, 1985).

As primeiras sepulturas cristãs reutilizam material romano, outras são escavadas em rocha, sendo também de referir a existência de sarcófagos em pedra (Barroca, 1987; Tente & Lourenço, 1998). As plantas variam, podendo ser trapezoidais, rectangulares ou antropomórficas, havendo condicionalismos históricos, geográficos e culturais a regular as pequenas diferenças de configuração (Barroca, 1987; Tente & Lourenço, 1998). Não há, contudo, um consenso no que respeita a uma evolução ao nível das tipologias, formas e materiais (Barroca, 1987; Tente & Lourenço, 1998). Com a generalização dos enterramentos dentro das Igrejas ou nos adros, os invólucros funerários sofreram alterações importantes. Mais uma vez, o estatuto social manifesta-se também a este nível. O acesso ao sepultamento no interior das igrejas, entre os séculos XIII – XVI, estava apenas reservado a alguns privilegiados. Apesar do seu elevado estatuto, as sepulturas deveriam ser simples e rasas, já que o objectivo era o de guardar o corpo dos que faleceram e não alimentar a vaidade dos vivos (Bastos, 1995a; Marques, 2010; Reis, 1995). O recurso ao caixão é bastante recente, tendo sido o esquife simples o seu precursor. Este terá sido introduzido entre o século XVI e XVII, servindo, primeiramente, de transporte para os defuntos e, mais tarde, evoluiu de modo a se tornar pertença de um único cadáver (Marques, 2010; Reis, 1995). Num primeiro momento, a protecção colocada entre o morto e a terra, que o iria cobrir, consistia em lençóis, xailes e cobertores. Progressivamente, passaram a ser construídas tampas cada vez mais complexas que, séculos mais tarde, resultaram nas tipologias, mais ou menos elaboradas, do caixões dos dias que correm (Marques, 2010; Reis, 1995). Os indigentes, escravos e desvalidos eram depositados em valas comuns, sem qualquer tipo de pudor ou preocupação (Marques, 2010).

Ao nível da paramentação há também nuances a ter em consideração. O sudário – tradicionalmente de cor branca, mas que, entre a comunidade negra, poderia assumir a cor vermelha –, serviu de mortalha aos defuntos durante largos séculos (Barroca, 1987; Marques, 2010; Reis, 1995). Mais tarde, a piedade cristã que caracterizou parte da Idade Média levou a que, homens e mulheres, fossem a enterrar em hábitos religiosos das congregações de devoção (Barroca, 1987; Marques, 2010; Reis, 1995). As crianças e mulheres solteiras trajavam de branco – símbolo da pureza –, levando a que os mais novos se assemelhassem à imagem de anjos (Reis, 1995; Vailati, 2002). Mais recentemente, o morto, depois de observar os ancestrais rituais de purificação, consistindo na lavagem do corpo com essências naturais, era vestido com as roupas

domingueiras, as *roupas de ver a Deus*, que, por regra, eram as melhores do defunto (Barroca, 1987; Reis, 1995). A preparação do corpo cumpria e cumpre alguns preceitos, alguns dos quais podem permanecer vestígiais nos contextos de escavação. O hábito de tapar os orifícios corporais, já referido anteriormente, entre Moçárabes, encontra-se também entre os Cristãos. A título de exemplo, encontramos em algumas regiões do país, em particular a Norte (Cabral, 1985), o hábito de cobrir as órbitas com cera, a boca, ouvidos e umbigo com algodão e o ânus com uma espiga de milho (Machado, 1999). Para além dos elementos referidos, há um outro conjunto de espólio que surge com frequência: terços e rosários que, numa versão mais ancestral, eram substituídos por contas enfiadas numa agulha com linha, que permitia cumprir a dupla função de poder encomendar a alma a Deus e permitir ao defunto remendar-se no além (Machado, 1999). Também jóias e adornos pessoais, poderiam acompanhar o morto de melhor condição social (Marques, 2010).

A deposição em decúbito dorsal é a regra nos sepultamentos cristãos (Ariès, (1975) 1988). Já o posicionamento dos membros superiores apresenta variações. As mãos podem estar colocadas ao longo do corpo ou na região abdominal, em posição de descanso. Em alternativa, podem estar juntas ao peito, em forma de prece, ou representando o gesto de bênção em que a mão direita se encontra junto ao peito. Desta forma, os indivíduos estariam prontos a benzerem-se no dia do Juízo Final (Sprague, 2005). Os membros inferiores, normalmente estendidos, poderiam, tal como as mãos, ser envoltos por uma fita de modo a que o cadáver conservasse a posição de depósito (Machado, 1999).

Em todo este processo de gerir a morte na vida, o século XIX será aquele que marca o momento de ruptura mais abrupto e evidente (Cabral, 1985). A morte passou a ser interdita (Ariès, (1975) 1988). Deixou de ser visita pontual da casa e o seu acesso ao mundo dos vivos faz-se, preferencialmente, pelo hospital. Antes presente, a morte é, agora, um elemento tabu afastado, de forma forçada, do quotidiano (Ariès, (1975) 1988; Belmont, 1981). O luto e a dor são reprimidas e atiradas para a esfera privada, ao contrário do que acontecia antes e durante os primeiros tempos da Idade Média, em que era o próprio moribundo a exercer os primeiros gestos funerários que preparavam a sua alma para o pós-morte (Ariès, (1975) 1988; Barroca, 1987). Em grande medida, esta alteração vai buscar a sua fundamentação aos ideais Iluministas que culminaram na

separação efectiva entre vivos e mortos. Esta separação, que se mantem na sociedade actual, consubstancia-se nos cemitérios oitocentistas, os quais, para o imaginário presente, representam o protótipo da morte e do espaço dedicado aos mortos (Catroga, 1999; Custódio, 1991).

São inúmeras as práticas funerárias e a sua interpretação, em muitos casos, ainda não é clara. Abordar na totalidade e em profundidade, estas manifestações, ao longo da história, será sempre um exercício tão interessante, quanto impossível de alcançar. Procurou-se levantar o véu sobre algumas dessas práticas que se preservam nos contextos arqueológicos, elencando os elementos socioculturais que as justificam e que poderão acrescentar elementos preciosos no momento do estudo da Antropologia das populações do passado.

3.4 Material e métodos relativos à análise dos dados da Antropologia funerária

Uma contribuição importante, no processo de caracterizar as populações do passado, reside na compreensão das nuances que envolvem a Antropologia funerária. A despedida de um semelhante, apesar de ser individual, contem aspectos, que a Antropologia funerária explora, que são, simultaneamente, gerais (na medida em que caracterizam a sociedade alargada) e específicos (por apresentarem traços dedicados a cada indivíduo. Para analisar estes reflexos da ritualização da morte, os únicos a que podemos aceder, foi registado, a partir dos relatórios antropológicos de campo, um conjunto variado de elementos que podem ajudar a contextualizar histórica e culturalmente os indivíduos e, também, revelar a sua posição dentro do contexto social. Para tal, foram criadas variáveis de natureza nominal e qualitativa, com o objectivo de ajuizar, por um lado, qual o tipo e frequência de registos contidos nos relatórios antropológicos de campo e, por outro, averiguar sobre a possibilidade de existirem relações entre os campos em análise. Para além dos dados derivados da proveniência cronológica e histórica (apresentados no capítulo anterior), foram criadas variáveis associadas à arquitectura funerária, aos gestos rituais impressos no posicionamento do defunto e ao espólio associado. Na ausência de uma baliza cronológica que se possa

associar a esta análise, o desafio passou pela criação de variáveis adaptáveis à diversidade cultural encontrada no território nacional.

Na área da arquitectura funerária, constituiram-se categorias e variáveis com o objectivo de perceber o tipo de estruturas e elementos que servem de receptáculo aos defunto (Tabela 3.I).

Tabela 3.I – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos da *arquitectura funerária*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Variáveis da tipologia funerária	**Categorias da arquitectura funerária**	
Classificação da sepultura	Simples	Múltipla ou colectiva
	Dupla	Sem informação
Tipo de sepultura	Covacho	Argamassada
	Escavada na rocha	Sarcófago
	Cista/Delimitada por elementos pétreos	Outra
		Sem informação
Forma da sepultura	Oval	Outra
	Antropomórfica	Sem informação
	Rectangular	
Existência de invólucro	Ausente	Urna
	Sudário	Outro
	Esquife	Sem informação

O posicionamento do cadáver no espaço funerário fornece, também, elementos interessantes para a compreensão da totalidade dos aspectos culturais que envolvem a morte no tempo e no espaço português. Assim sendo, o registo do posicionamento dos vários segmentos do esqueleto, bem como a orientação cardeal, são aspectos a ter em consideração, sempre que o objectivo passe por compreender as populações do passado. As categorias e variáveis criadas para este registo encontram-se elencadas na tabela 3.II.

Tabela 3.II – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos aos *gestos funerários*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Variáveis dos gestos funerários	**Categorias das variáveis dos gestos funerários**		
Orientação do inumado (Crânio – Pés)	Norte - Sul	SE – NO	Oeste - Este
	NE – SO	Sul - Norte	NO - SE
	Este - Oeste	SO - NE	Sem informação
Tipo de deposição do defunto	Decúbito dorsal	Decúbito ventral	Decúbito lateral direito
	Decúbito lateral esquerdo	Decúbito lateral direito flectido	Decúbito lateral esquerdo flectido
	Posição fetal - Direito	Posição fetal esquerda	Sem informação
Posicionamento dos vários segmentos do corpo	*Crânio*	Ausente	Sobre a base
		Inclinado sobre o lado direito	Inclinado sobre o lado esquerdo
		Outra	Sem informação
	Membros superiores (direito e esquerdo)	Ausente	Estendido
		Flectido sobre o peito (<90º)	Flectido sobre o abdómen (>90º)
		Flectido a 90º	Sem informação
	Membros inferiores	Ausente	Estendido
		Flectido	Outra
		Sem informação	

O espólio que acompanha os indivíduos, no seu destino final, constitui um outro conjunto de elementos importantes de estudo. O espólio funerário, constituído pela cultura material identificada no espaço de sepultamento, pode ser de duas naturezas: não votivo e votivo. Na primeira categoria cabem todos os elementos de cariz não simbólico, ou seja, todos os elementos que não estão associados a um culto ou a uma crença. O espólio votivo é composto pelos elementos que se associam ao morto com o intuito de enriquecer, fortalecer e reforçar o processo ritual. As categorias de registo, bem como as variáveis associadas, apresentam-se na tabela 3.III

Tabela.3.III – Variáveis de registo dos dados relativos aos elementos do *espólio funerário*, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Variáveis do espólio funerário		**Categorias das variáveis relativas ao espólio funerário**		
Espólio não votivo	*Indumentária*	Vestuário	Calçado	Botões/Colchetes/Fivelas
		Múltiplos adereços	Outro	Sem informação
	Adornos	Ausente	Brincos	Pulseiras
		Colares	Outros	Múltiplos adornos
		Sem informação		
	Utilitários	Ausente	Cerâmica	Pedra
		Metal	Vidro	Sem informação
Espólio votivo		Ausente	Numismas	Rosário/Terço/Contas
		Medalhas	Outro	Múltiplos símbolos
		Vasilhas	Esculturas	Sem informação

De seguida, será feita a análise dos dados recolhidos a partir dos relatórios antropológicos de campo em que se procurará identificar a representatividade deste tipo de elementos e as possíveis relações existentes com as variáveis geográficas e históricas.

Com a intenção de perceber qual a distribuição dos dados da arquitectura funerária, no tempo e espaço que servem de baliza a esta análise, foi aplicado o teste do Qui-Quadrado aos dados sobre os quais existe informação, isto é, eliminando os casos classificados como *sem informação*. Este teste permite perceber se *duas ou mais populações (ou grupos) independentes diferem relativamente a uma determinada característica* (Marôco, 2010:113), ou seja, permitem concluir se a distribuição dos dados de uma determinada variável é ou não aleatória (Marôco, 2010). Sempre que não estejam reunidas as condições para a aplicação deste teste, recorreu-se aos resultados da aplicação do teste exacto de Fisher.

3.5 Resultados relativos à Antropologia funerária

A partir dos dados recolhidos, realizaram-se dois tipos distintos de análise: a análise relativa aos elementos que são predominantemente registados nos relatórios antropológicos do campo e a caracterização da distribuição da variação geográfica e histórica dos dados recolhidos, no que respeita à arquitectura funerária, gestos funerários e espólio funerário.

3.5.1 Resultados dos dados relativos à arquitectura funerária

Relativamente ao registo dos elementos da arquitectura funerária, nos relatórios antropológicos de campo, verifica-se que, apesar dos dados relativos ao *Tipo de sepultura* e *Classificação da sepultura* se encontrarem bem representados - com valores percentuais respectivamente de 78,3% (363/464) e 61,5% (285/464) -, no caso da *Forma da sepultura* e do *Invólucro funerário*, a maioria dos relatórios analisados é omissa (75,4% [350/464] e 81,5% [378/464], respectivamente)(Tabela 3.IV; Figura 3.1).

Tabela 3.IV – Distribuição dos resultados relativos à *arquitectura funerária* associada aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo analisados

Variáveis	**Categorias**	**Dados reportados**				**Dados não reportados**	
		n	%	n	%	n	%
Classificação da sepultura	*Simples*	223	48,1%	**285**	**61,5%**	**179**	**38,6%**[33]
	Dupla	36	7,8%				
	Múltipla	26	5,3%				
Tipo de sepultura	*Covacho*	215	46,3%	**363**	**78,3%**	**91**	**19,6%**
	Escavada na rocha	76	16,4%				
	Delimitada por rocha	43	9,3%				
	Argamassada	19	4,1%				
	Outra	10	2,2%				
Forma da sepultura	*Oval*	15	3,2%	**114**	**24,6%**	**350**	**75,4%**
	Antropomórf.	20	4,3%				
	Rectangular	68	14,7%				
	Outra	11	2,4%				
Invólucro funerário	*Ausente*	15	3,2%	**86**	**18,5%**	**378**	**81,5%**
	Sudário	9	1,9%				
	Caixão	62	13,4%				

[33] Constata-se que a soma dos valores percentuais inidicados para os dados referentes à "Classificação da sepultura" excede em uma décima os 100%. Este resultado deve-se aos arredondamentos aplicados aos valores das parcelas. Esta explicação serve também os casos subsequentes em este fenómeno se verifique.

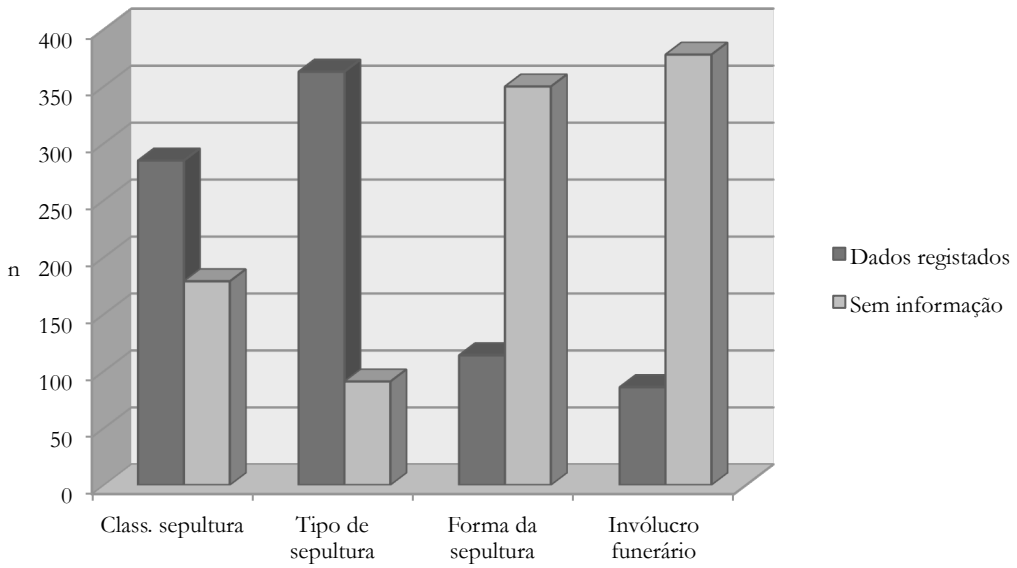


Figura 3.1 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação* relativos aos elementos da *arquitectura funerária* obtidos pela análise dos relatórios antropológicos de campo.

Para avaliar a possibilidade de existirem relações entre o contexto geográfico e a distribuição dos elementos relativos à Arquitectura funerária, foi aplicado o teste do Qui-Quadrado de Pearson[34] aos dados para os quais foi registada informação. Constatou-se que o número elevado de categorias que caracterizam tanto a variável relativa ao contexto geográfico, quanto as variáveis consideradas para o estudo dos elementos funerários, inviabilizam a obtenção de resultados estatísticos robustos, tal como é indicado na coluna das observações da Tabela 3.V[35]. Estes resultados não devem por isso ser considerados, já que é dada a indicação de que o teste não cumpre a totalidade dos requisitos: apesar do tamanho da amostra ser superior a 20, existem contagens inferiores a um e menos de 80% destas contagens são inferiores a cinco (Marôco, 2010). De facto, tanto o Qui-Quadrado de Pearson, quanto a alternativa, Teste exacto de Fisher, foram criados para avaliar os dados apresentados em tabelas de contingência 2x2, podendo, contudo, ser aplicados em tabelas mais complexas.

[34] Recorrendo ao programa informático de análise estatística *PASW Statistics* (v. 18; SPSS Inc, Chicago IL)
[35] A apresentação da tabela 3.V serve apenas o desígnio de ilustrar a natureza dos dados obtidos antes do agrupamento de variáveis.

Tabela 3.V – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aplicado aos dados da *arquitectura funerária* e *contexto geográfico* registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação.

Resultados da aplicação χ2 às categorias da Arquitectura funerária x Contexto geográfico		χ^2	*p* *(α=0,05)*	**n**	**Observações**
Classificação da sepultura	Excluindo os casos *Sem informação*	123,016[b)]	000	285	b) *28 casos (70,0%) < a 5.*
Tipo de sepultura	Excluindo os casos *Sem informação*	534,631[d)]	0,000	373	d) *44 casos (73,3%) < 5.*
Forma da sepultura	Excluindo os casos *Sem informação*	132,810[f)]	0,000	114	f) *25 casos (78,1%) < 5.*
Invólucro funerário	Excluindo os casos *Sem informação*	34,071[h)]	0,002	86	h) *18 casos (75,0%) < 5.*

Assim, procurando criar as condições necessárias para a obtenção de resultados fiáveis, foram agrupadas algumas categorias das variáveis usadas. No que diz respeito à *Classificação da sepultura*, e para efeitos de aplicação do teste do Qui-Quadrado, as categorias *Sepultura dupla* e *Sepultura múltipla*, foram agrupadas numa só (*Sepultura múltipla*). No que diz respeito ao *Tipo de sepultura*, as categorias *Cista/Delimitada por elementos pétreos*, *Argamassada* e *Sarcófago*, foram agrupadas numa única, designada de *Sepultura delimitada.* Também para variável *Invólucro funerário* foram agrupadas as categorias *Esquife* e *Urna*, sob a designação de *Outros*. A variável relativa à *Forma da sepultura* não sofreu alterações. Para o enquadramento geográfco, optou-se por criar duas categorias: *Norte*[36]/*Sul*[37]. Recorrendo a esta reconfiguração das variáveis, foi testada a existência de possíveis relações entre as variáveis. Os resultados assim obtidos indicam que existem diferenças significativas no que diz respeito às variáveis consideradas – *Classificação da sepultura*, *Tipo de sepultura*, *Forma da sepultura* e *Invólucro funerário* – que parecem ser condicionadas pelo enquadramento geográfico (Tabela 3.VI).

[36] Divisão composta pelos Distritos de Braga, Porto, Bragança, Viseu e Castelo Branco.
[37] Divisão composta pelos Distritos de Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal e Évora.

Tabela 3.VI – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados da *arquitectura funerária* e divisão geográfica Norte-Sul, registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação.

Resultados da aplicação χ2 às categorias da Arquitectura funerária x Divisão geográfica Norte-Sul	χ^2	*g.l.*	*p* *(α=0,05)*	**n**
Classificação da sepultura	8,605	1	0,003	285
Tipo de sepultura	15,312	3	<0,001	373
Forma da sepultura	19,040	3	<0,001	114
Invólucro funerário	14,793	2	0,001	87

A dificuldade em obter resultados estatísticos mais robustos será, sem dúvida, um obstáculo a uma interpretação mais profunda dos registos. Para contornar esta dificuldade, será feita a caracterização da distribuição das frequências, recorrendo para tal aos elementos da estatística descritiva. Os valores absolutos registados para todas as variáveis, podem ser consultados no Apêndice B.

As *sepulturas simples* representam a classificação mais frequente (48,1% [223/464]) de todas as categorias analisadas, sendo mais recorrentes a Sul (34,3% [159/464]). O distrito de Setúbal é o que mais contribui para esta distribuição (20,9% [97/464] e o de Castelo Branco o que menos concorre para este resultado (0,2% [1/464]). As restantes tipologias, *sepultura dupla* e *sepultura múltipla*, representam respectivamente, 7,8% (36/464) e 5,6% (26/464) dos casos registados. No caso da *sepultura dupla* é, de novo, o distrito de Setúbal o que apresenta um maior número de casos (2,8% [13/464]), ao passo que as *sepulturas múltiplas* se concentram, em maior número, no distrito de Santarém (1,5% [7/464]). Contudo, os registos classificados como *sem informação* apresentam uma frequência mais elevada (38,6% [179]) que as categorias *sepultura dupla* e *múltipla* (Figura 3.2; Apêndice B - Tabela B.I; Tabela B.II).

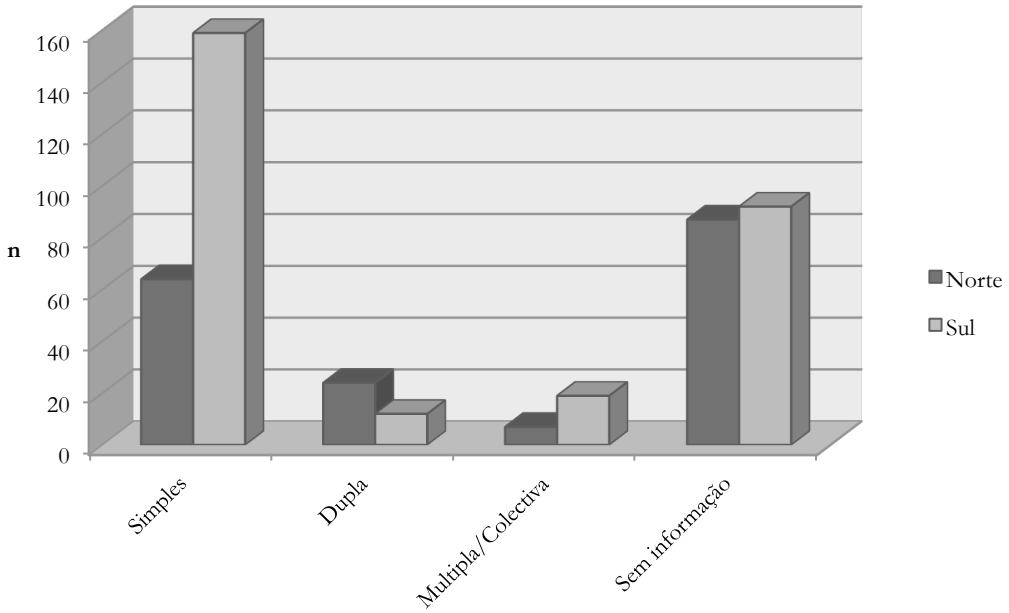


Figura 3.2 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *classificação da sepultura* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

A avaliação dos registos relativos ao tipo de sepultura revelou que o *covacho* é a estrutura mais frequente, tanto a Norte (16,4% [76/464]) quanto a Sul (30,0% [139/464]) (Figura 3.3). Para estes valores contribuem os casos registados no distrito de Viseu (11,4% [53/464]) e o distrito de Setúbal (20,0% [93/464]). A segunda tipologia mais frequente parece ser a *sepultura escavada na rocha* (16,38% [76/464]), mais frequente em Évora (4,5% [21/464]) e Santarém (5,8% [27/464]). Os registos sobre os quais não há informação nos relatórios de campo surgem em terceiro lugar, representando 19,6% (91/464) da totalidade dos casos analisados (Figura 3.3; Apêndice B – Tabela B.III; Tabela B.IV).

É a falta de referência que domina os resultados obtidos para a variável *Forma da sepultura*. De facto, dos 464 casos registados, 350 (75,4%) não aludem a esta característica sepulcral. Nos registos em que a forma da sepultura foi referida, a forma *rectangular* é a mais frequente (14,7% [68/464]). A forma *antropomórfica* de sepultura é mais recorrentemente referida nos contextos geográficos localizados a Norte (3,2% [15/464]), contribuindo para esse valor os casos identificados nos distritos de Braga (1,3% [6/464]), Bragança (0,6% [3/464]) e Viseu (0,9% [4/464]). Já a forma *oval* é mais preponderante,

de acordo com os registos, a Sul do território (3,0% [14/464]) (Apêndice B – Tabela B.V; Tabela B.VI).

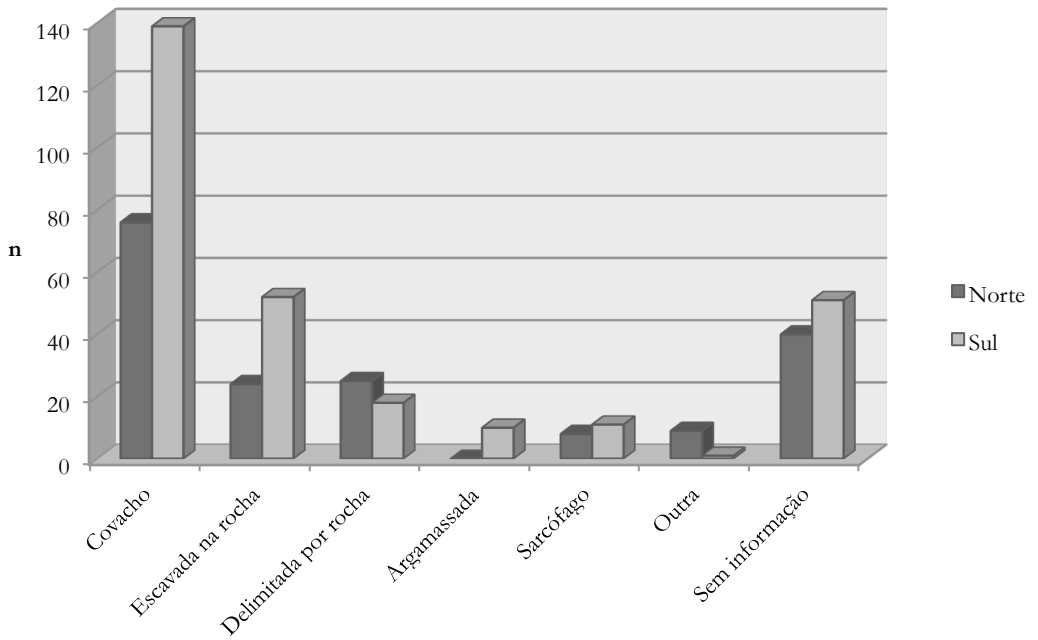


Figura 3.3 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *tipo de sepultura* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

A presença ou ausência de um *invólucro funerário* só, pontualmente, são referidas. Ainda assim, os dados indicam que o *sudário* está presente em 11,1% (9/464) dos casos analisados, valor que resulta da maior contribuição dada pela presença deste elemento funerário a Sul (9,8% [8/464]) (Apêndice B – Tabela B.VII; Tabela B.VIII).

Procurando esclarecer se a arquitectura funerária terá apresentado tendências históricas, aplicou-se novamente o teste do Qui-Quadrado de Pearson. Para tal, foram consideradas as variáveis criadas anteriormente para esse efeito. No que diz respeito ao contexto histórico, foram também agrupadas algumas das divisões históricas. Assim, as categorias *Pré-história* e *Antiguidade* pertencem, para efeitos de análise estatística, à categoria *Pré-Medieval*, mantendo-se inalteradas as categorias respeitantes às épocas *Medieval* e *Moderna*. A aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson, nestes moldes, não gerou resultados passíveis de serem utilizados. Também a aplicação do Teste exacto de Fisher, por apresentar sistematicamente valores de p=1,00, não permitiu assumir com segurança qualquer tipo de conclusão estatisticamente validada. Assim, procurando

contornar estas dificuldades, optou-se por considerar, apenas, as categorias *Época Medieval* e *Época Moderna* da variável *contexto histórico*, por serem aquelas que reúnem um maior conjunto de dados. Os resultados, assim obtidos, indicam que existem diferenças em relação à *classificação da sepultura* que parecem ser condicionadas historicamente. Já o *tipo de sepultura* não apresenta diferenças significativas dependentes da época histórica (Tabela 3.VII). Relativamente à *forma da sepultura* e ao *invólucro funerário,* não foi possível obter resultados elucidativos. Ainda assim, a aplicação do Teste exacto de Fisher parece sugerir que não existem diferenças significaticas (p=1,000).

Tabela 3.VII – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados da *arquitectura funerária* e contexto histórico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo tendo excluindo os casos sem informação.

Resultados da aplicação χ2 às categorias da Arquitectura funerária x Contexto histórico	χ^2	*g.l.*	*p* *(α=0,05)*	**n**
Classificação da sepultura	18,296	1	<0,001	180
Tipo de sepultura	0,555	2	0,758	213

Sendo a natureza da distribuição dos dados pela categorias de registo inconclusiva, o recurso à análise descritiva poderá ajudar a caracterizar a relação dos dados da Arquitectura funerária com os contextos históricos considerados.

A *sepultura simples* é a classificação mais frequente (48,1% [223/464]), sendo os 25,6% (119/464) de casos atribuídos à Época Medieval o principal contribuinte para tal. É também a este período que foi atribuida a maior parte dos registos referentes a *sepulturas duplas* (4,7% [22/464]), ao contrário das *sepulturas múltiplas* que parecem ser mais recorrentes na Idade Moderna (3,2% [15/464]). O cruzamento dos dados respeitantes a esta variável com o contexto histórico revelam que, em 38,6% (179/464) dos casos, não há informação que permita estabelecer tal relação (Apêndice B.IX).

O recurso ao covacho parece ser, independentemente do contexto histórico, a tipologia sepulcral mais frequente (46,3% [215/464]), encontrando-se as percentagens mais elevadas na Idade Média (25,2% [117/464]). Na análise dos dados relativos à forma, destacam-se as frequências das estruturas rectangulares associadas, mais frequentemente,

à Época Medieva (8,41% [39/464]). Os valores das restantes configurações tornam-se vestigiais, dada a elevada percentagem de casos sobre os quais não há informação. Quando se analisa a presença ou ausência de invólucro funerário, chega-se à conclusão que a presença de caixão é, também, mais frequente, durante a Idade Média (6,9% [32/464]). Contudo, a elevada percentagem de casos sobre os quais não há informação (*sem informação*) tende a *mascarar* esta informação.

3.5.2 Resultados dos dados relativos aos gestos funerários

O primeiro foco de análise no que diz respeito aos gestos funerários residiu na avaliação da frequência com que estes elementos foram registados. Os resultados indicam elevadas percentagens de registos no que se refere à orientação (90,1%) e à deposição (90,7%) (Tabela 3.VIII; Figura 3.4). A frequência de registo diminui, quando se considera o posicionamento do crânio (64,9%), dos membros superiores (74,6% para o direito e 88,0% para o esquerdo) e dos membros inferiores (74,8% para o direito e 75,0% para o esquerdo) (Figura 3.4; Figura 3.5; Tabela 3.VIII; Apêndice B – Tabela B.XIII).

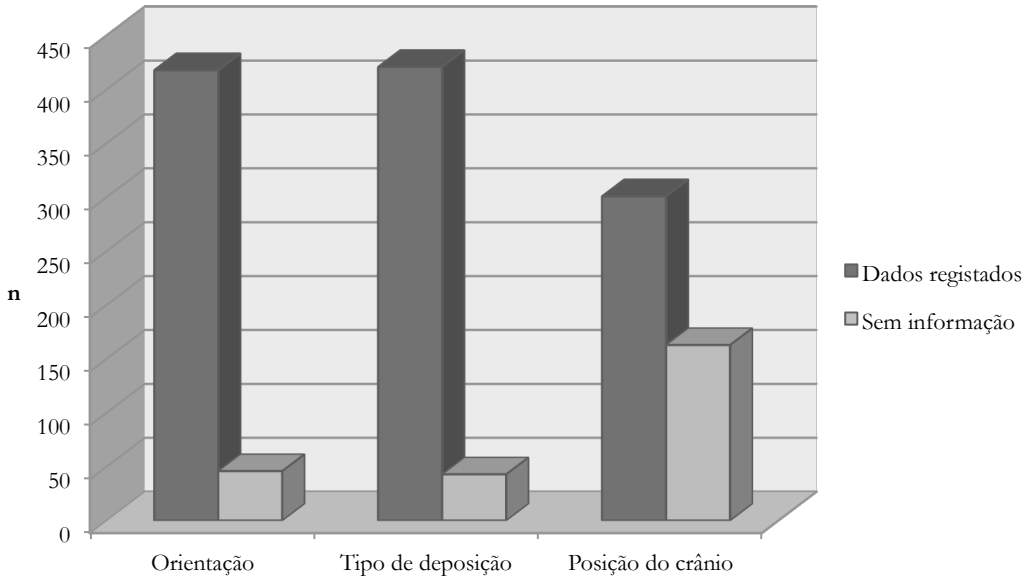


Figura 3.4 – Distribuição dos dados registados e *sem informaçao* referentes aos *gestos funerários*, recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

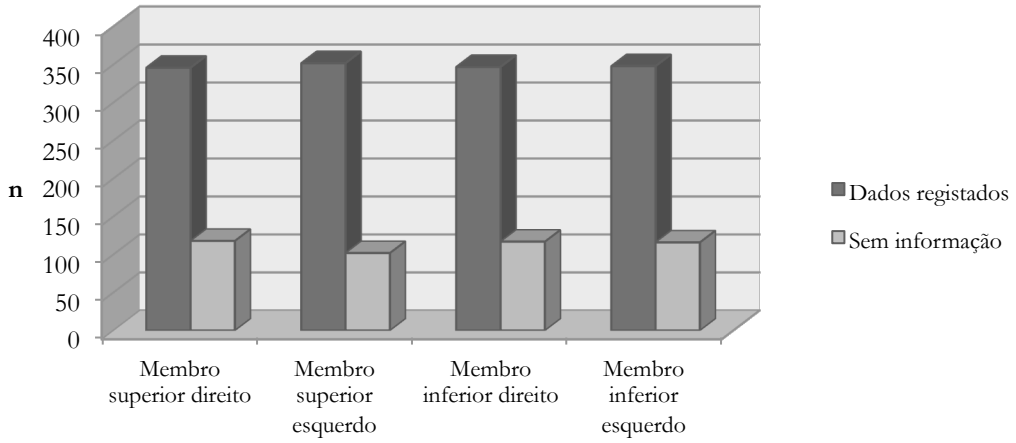


Figura 3.5 – Distribuição dos dados registados e *sem informação* referentes aos *gestos funerários* – Posicionamento dos membros superiores e inferiores, a partir da análise dos indivíduos dos relatórios antropológicos de campo.

Tabela 3.VIII – Distribuição dos resultados relativos aos *gestos funerários* associados aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Variáveis	**Categoria**	***Dados informativos***				***Sem informação***	
		n	*%*	*n*	*%*	*n*	*%*
Orientação	N-S	19	4,1%	**418**	**90,1%**	**46**	**9,9%**
	NE-SO	27	5,8%				
	E-O	27	5,8%				
	S-N	10	2,2%				
	SO-NE	81	17,5%				
	O-E	242	52,2%				
	NO-SE	12	2,6%				
Tipo de deposição	Decúbito dorsal	409	88,1%	**421**	**90,7%**	**43**	**9,3%**
	Decúbito ventral	1	0,2%				
	Decúbito lateral direito	9	1,9%				
	Decúbito lateral esquerdo	2	0,4%				
Posição do crânio	Ausente	163	35,1%	**301**	**64,9%**	**163**	**35,1%**
	Sobre a base	69	14,9%				
	Inclinado sobre a direita	30	6,5%				
	Inclinado sobre a esquerda	36	7,8%				
	Outra	3	0,6%				

Dando seguimento à análise apresentada no ponto anterior, procurou-se detectar a existência de um eventual padrão de distribuição das variáveis apresentadas, tanto pelo contexto geográfico quanto cronológico, utilizando, para o efeito, o teste do Qui-Quadrado de Pearson aplicado às tabelas de contingência (Tabela 3.IX). Também neste caso se adaptaram as variáveis utilizadas, de modo a permitir uma análise estatística mais clara. Assim, a variável *tipo de deposição* será composta pelas categorias *decúbito dorsal*, *decúbito ventral* e *decúbito lateral*. Relativamente à caracterização da forma de deposição do crânio, foram eliminadas as categorias *inclinado sobre a direita* e *inclinado sobre a esquerda,* sendo substituídas pela categoria *inclinado*.

Os resultados parecem indicar a existência de diferenças significativas no que diz respeito à orientação da inumação e ao posicionamento dos membros superiores, em função do enquadramento geográfico. Já para os membros inferiores não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. Sobre as variáveis Tipo de deposição e Posição do crânio, a aplicação do Teste exacto de Fisher (usado pela impossibilidade de aplicar o Qui-Quadrado de Pearson) não indicou a existência de assimetrias estatisticamente significantes (p=1,00).

Tabela 3.IX – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados relativos aos *gestos funerários* e contexto geográfico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo excluindo os casos sem informação.

Resultados da aplicação χ2 às categorias da Gestos funerários x Divisão geográfica Norte-Sul	χ^2	**g.l**	p (α=0,05)	**n**
Orientação	80,679	6	<0,001	418
Posição do membro superior direito	14,488	4	0,014	346
Posição do membro superior esquerdo	9,821	4	0,044	362
Posição do membro inferior direito	3,864	2	0,145	347
Posição do membro inferior esquerdo	5,585	2	0,061	348

Numa apreciação global das frequências obtidas para os *gestos funerários* em função do enquadramento geográfico, verifica-se que a orientação predominante do

enterramento, tanto a Norte quanto a Sul, é a disposição Oeste-Este (19,0% [88/464] e 33,2% [154/464], respectivamente). Os distritos que mais contribuem para estes valores são Setúbal a Sul (19,6% [91/464] e Viseu a Norte (10,8% [50/464]). O segundo tipo mais frequente de orientação é Sudoeste-Nordeste, referida em 17,5% (81/464) dos casos, estando este tipo de orientação mais distribuido nas regiões a Sul de Portugal (15,1% [70/464]). A orientação Sul-Norte é a menos frequente, verificando-se apenas em 2,2% (10/464) dos casos registados nos relatórios antropológicos de campo seleccionados (Figura 3.6; Apêndice B – Tabela B.XIV; Tabela B.XV).

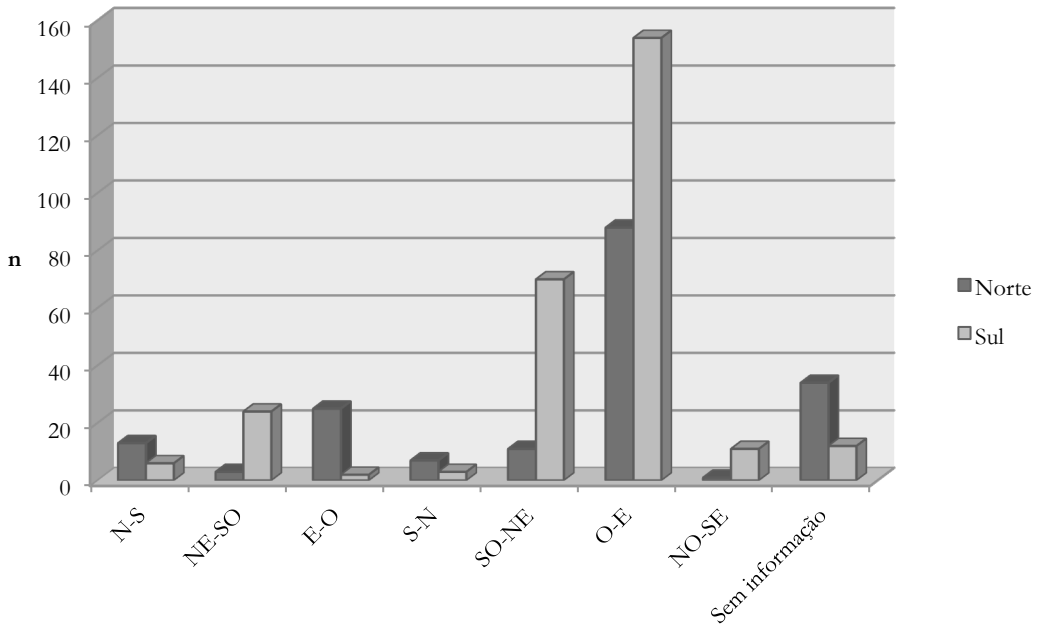


Figura 3.6 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *orientação* da inumação, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

A deposição em decúbito dorsal, apresenta-se como o posicionamento preferencial entre os registos tomados em consideração. Dos 88,1% (409/464) de elementos referenciados como tendo sido encontrados em decúbito dorsal, 53,0% (246/464) estão associados a localizações a Sul. A deposição em decúbito lateral direito (1,9% [9/464]) é mais frequente que a deposição em decúbito lateral esquerdo (0,4% [2/464]) e o maior número destes casos encontra-se no distrito de Lisboa (33,3% [3/464]). De salientar, pela sua natureza atípica, a referência de um caso de deposição em decúbito ventral no distrito de Santarém (Figura 3.7; Apêndice B – Tabela B.XVI).

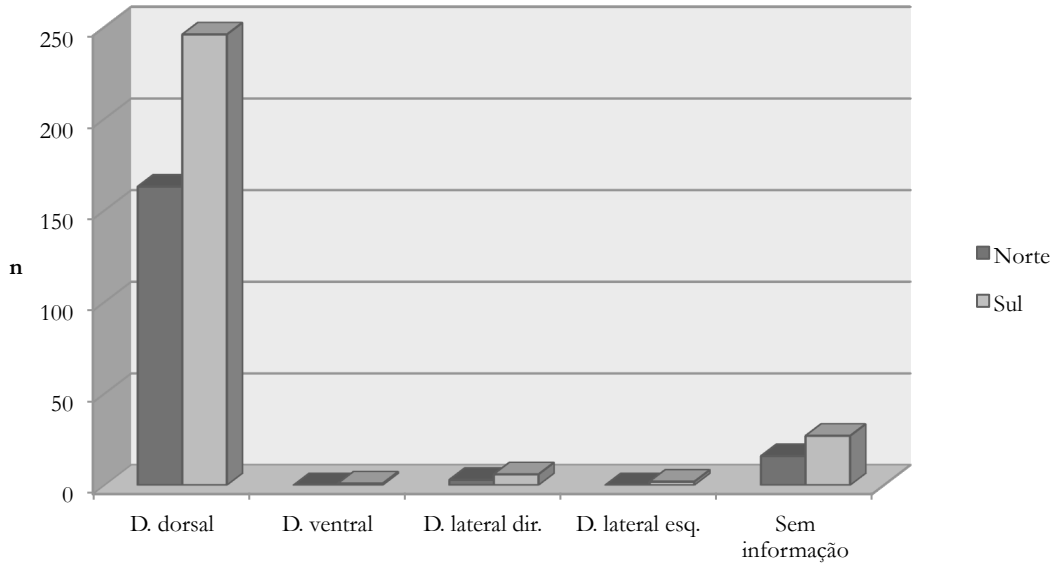


Figura 3.7 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à *deposição* da inumação, recolhida da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

Apesar do crânio estar ausente na maioria dos casos registados (335,1% [163/464]), o posicionamento desta estrutura osteológica parece fazer-se preferencialmente sobre a base (14,9% [69/464]), devendo-se este valor mais à contribuição das regiões a Norte (9,3% [43/464]) do que das a Sul (5,6% [26/464]). A inclinação sobre o lado esquerdo (7,8% [36/464]) é mais frequente do que a inclinação sobre o lado direito (6,5% [30/464]), sendo, em ambos os casos, mais frequentemente registada nos contextos a Sul (5,2% [24/464]) (Figura 3.8; Apêndice B – Tabela B.XVIII; Tabela B.XIX).

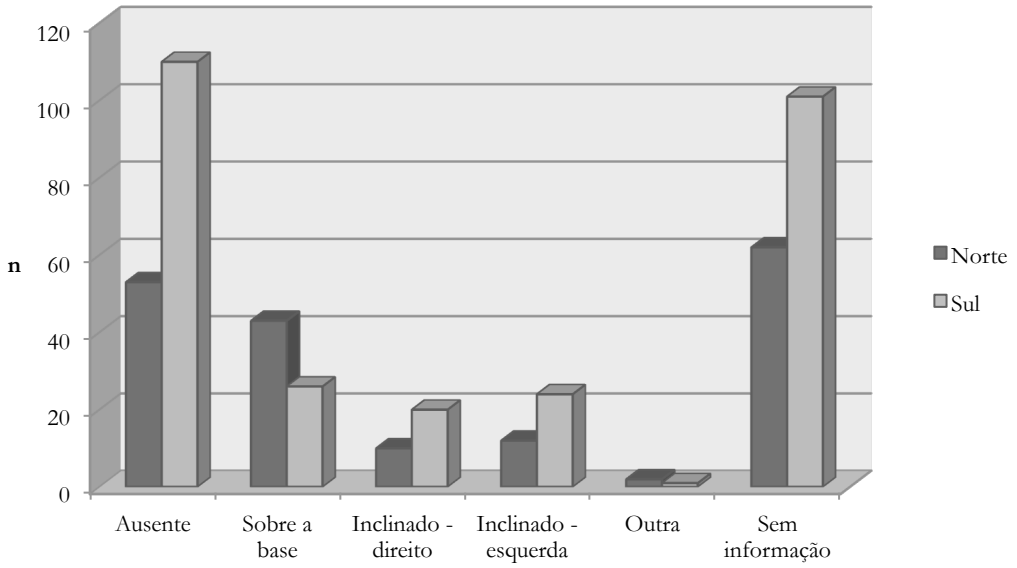


Figura 3.8 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento do crânio*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

A informação relativa ao posicionamento dos membros superiores parece indicar uma tendência para o posicionamento sobre o peito (membro superior direito:15,1% [70/464]; membro superior esquerdo: 14,0% [65/464]) e sobre o abdómen (membro superior direito:17,2% [80/464]; membro superior esquerdo: 14,4% [67/464]) (Figura 3.9; Apêndice B – Tabelas B.XX a B.XXIII). Já os membros inferiores são referenciados em 53,7% (249/464) para a perna direita, e 53,0% (246/464) para a perna esquerda, como estando estendidos (Figura 3.10; Apêndice B – Tabelas B.XXIV a B.XXVII).

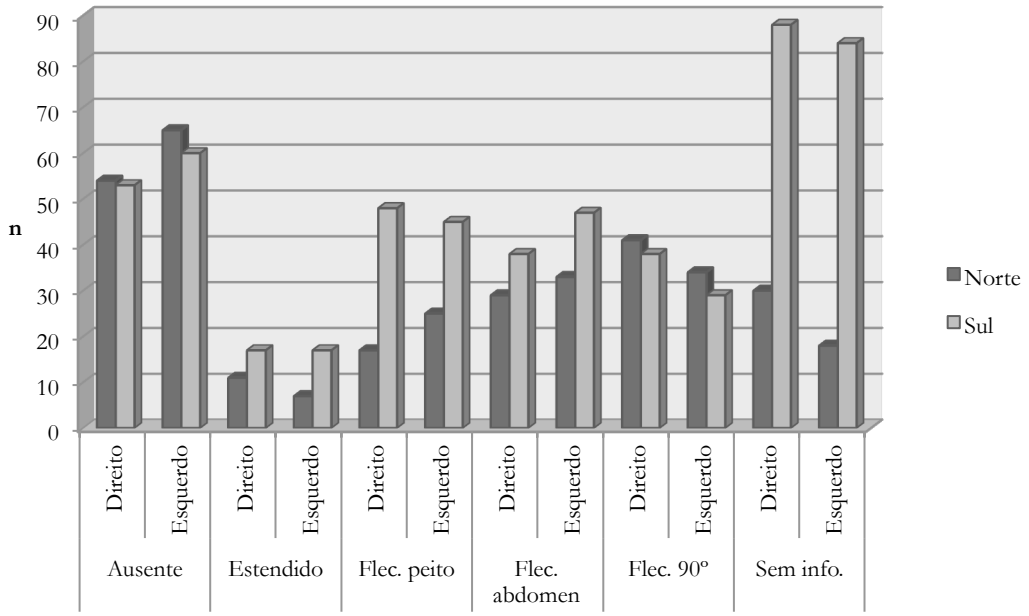


Figura 3.9 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento dos membros superiores* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

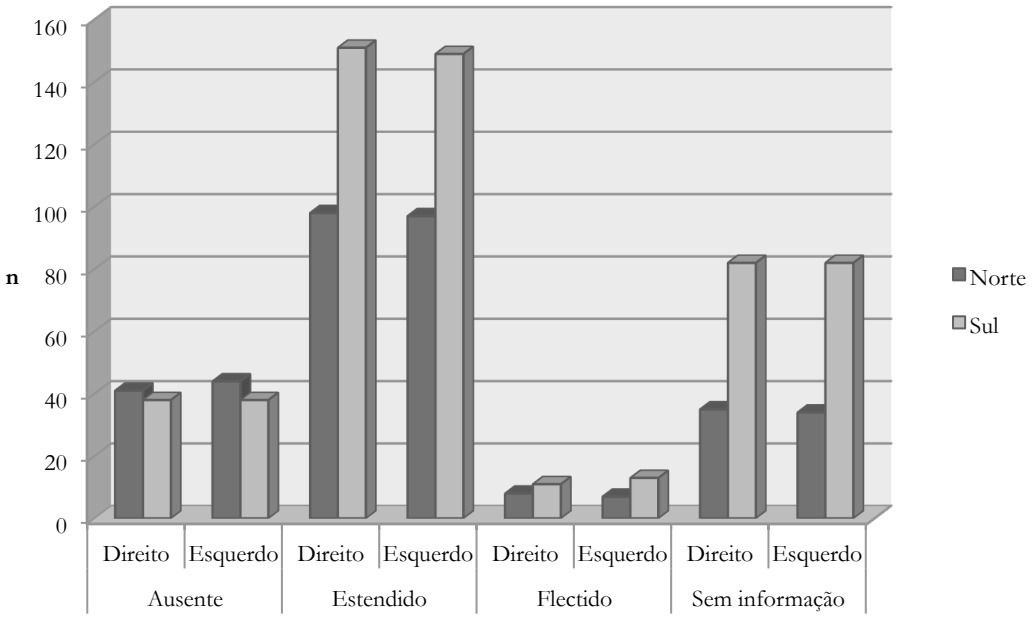


Figura 3.10 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada ao *posicionamento dos membros inferiores* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

Importa agora avaliar de que forma os *gestos funerários* se foram manifestando ao longo do tempo, usando para tal, como contraponto às variáveis sob escrutínio, as

divisões históricas criadas para análise (Tabela 3.X). Recorrendo, tal como anteriormente, às variáveis criadas com vista a aplicação do Qui-Quadrado de Pearson, verificou-se que, no que respeita à avaliação da *orientação*, *tipo de deposição* e *posicionamento do crânio*, não foi possível obter resultados que pudessem ser tidos em consideração. O recurso ao Teste exacto de Fisher demonstrou, mais uma vez, que parece não existirem diferenças estatísticas na distribuição destes dados pelas categorias históricas em questão (p=1,00).

Tabela 3.X – Resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson aos dados relativos aos *gestos funerários* e Contexto histórico registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, excluindo os casos sem informação.

Resultados da aplicação χ2 às categorias da Gestos funerários x Contexto histórico	χ^2	**g.l.**	p (α=0,05)	**n**
Posição do membro superior direito	33,472	4	<0,001	231
Posição do membro superior esquerdo	15,446	4	0,004	243
Posição do membro inferior direito	0,367	2	0,832	226
Posição do membro inferior esquerdo	0,574	2	0,751	227

Recorrendo aos elementos da estatística descritiva, no que diz respeito à orientação da inumação, os dados recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo revelam que a orientação Oeste-Este é a preferida para todas as épocas históricas consideradas, sendo, contudo, mais frequente no contexto Medieval (30,4% [141/464]). Na Época Moderna, a orientação Nordeste-Sudoeste apresenta uma frequência que, embora baixa, é bastante superior à das restantes épocas (2,6% [12/464]) (Apêndice B – Tabela B.XXVIII).

A deposição em decúbito dorsal é de todas as consideradas a mais frequente em todos os contextos, destacando-se, neste conjunto, as Épocas Medieval (44,2% [205/464]) e Moderna (7,8% [36/464]). Os registos que remetem para outras estratégias de deposição só surgem pontualmente (Figura 3.11; Apêndice B – Tabela B.XXIX).

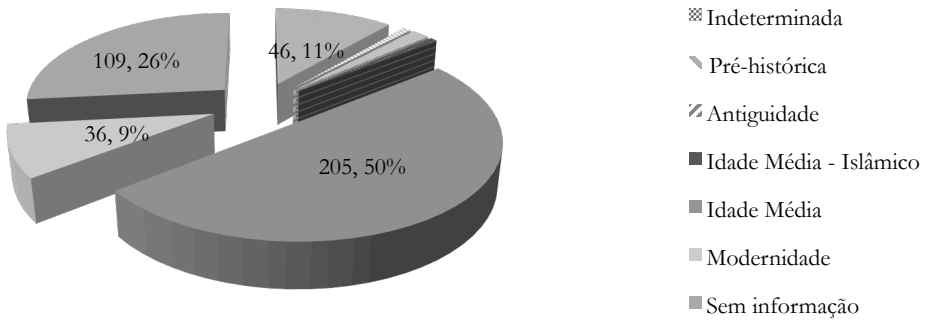


Figura 3.11 – Distribuição da informação frequências de deposição em decúbito dorsal por época histórica, recolhida da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

O posicionamento do crânio sobre a base representa a posição preferencial para a maioria dos períodos históricos. A inclinação sobre um ou outro lado é referenciada especialmente para a Idade Média, contudo, nos casos que remetem para contextos de Antiguidade, é mais frequente a inclinação do crânio (0,6% [3/464] – lado direito; 0,4% [2/464]- lado esquerdo), do que o seu posicionamento sobre a base (0,2% [1/464]) (Apêndice B – Tabela B.XXX).

No que se refere ao posicionamento dos membros superiores, na Idade Média, a flexão do braço direito a 90º é mais frequente (9,7% [45/464]). Contudo, os registos indicam que esse padrão não se verifica, no mesmo período histórico, para o braço esquerdo que é colocado preferencialmente sobre o abdómen (10,6% [49/464]). Na Época Moderna, esta distribuição não parece apresentar assimetrias significativas associadas à lateralidade dos membros (Apêndice B. Tabela B. XXXI; Tabela B.XXXII).

3.5.3 Resultados do dados relativos aos espólio funerário

Na linha da análise que tem vindo a ser levada a cabo, procurar-se-á, em primeiro lugar, analisar as frequências dos registos referentes à presença ou ausência de espólio funerário. Esta avaliação será complementada pela busca de possíveis relações associadas ao enquadramento histórico e geográfico e por uma descrição dos resultados obtidos.

Na sequência da análise realizada, os resultados revelam que, para a maioria dos indivíduos registados, foi anotada, em relatório, a presença ou ausência de espólio funerário (Tabela 3.XI). Os valores de registo são semelhantes em todas as variáveis analisadas, revelando que, em cerca de 30% dos casos registados, não existe informação relativa à análise destes elementos em campo (Figura 3.12).

Tabela 3.XI – Distribuição dos resultados relativos à *espólio funerário* associados aos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

Variáveis	**Categorias**	**Dados registados**				**Dados não registados**	
		n	%	n	%	n	%
Indumentária	Ausente	282	60,8%	**328**	**70,7%**	**136**	**29,3%**
	Vestuário	11	2,4%				
	Calçado	8	1,7%				
	Botões/Colchetes/Fivelas	18	3,9%				
	Múltiplos elementos da indumentária	8	1,7%				
	Outro	1	0,2%				
Adornos	Ausente	306	65,9%	**325**	**70,0%**	**139**	**30,0%**
	Pulseiras	1	0,2%				
	Colares	6	1,3%				
	Outros	12	2,6				
Elementos votivos	Ausente	294	63,4%	**326**	**70,3%**	**138**	**29,7%**
	Numismas	5	1,1%				
	Contas	20	4,3%				
	Medalhas	5	1,1%				
	Múltiplos elementos	2	0,4%				

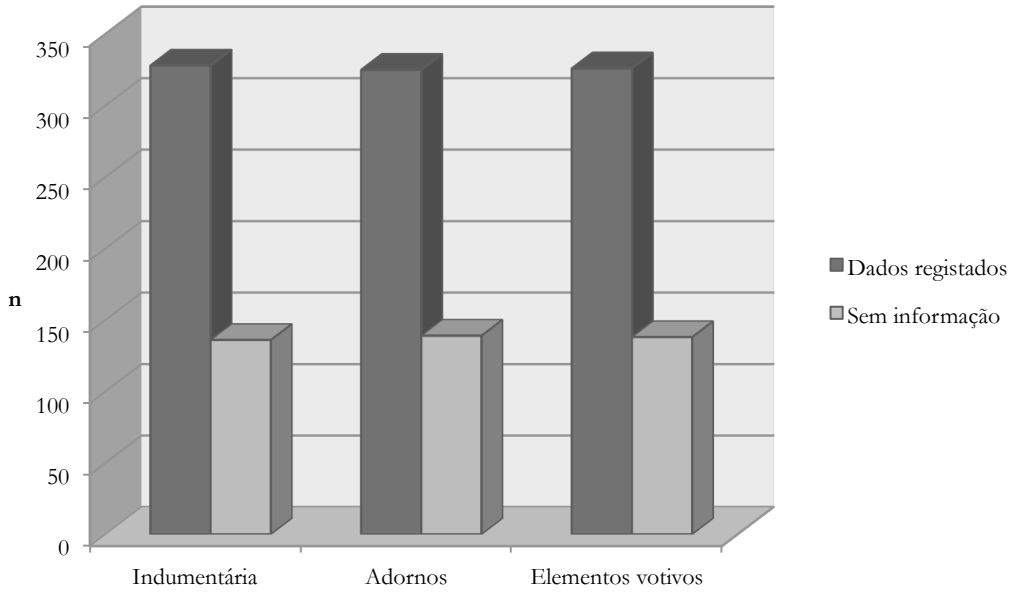


Figura 3.12 – Distribuição dos dados registados e *sem informação* referentes ao *espólio funerário*, recolhidos a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

Não foi possível recorrer ao teste do Qui-Quadrado de Pearson, no sentido de perceber possíveis relações entre o registo de espólio associado aos enterramentos e o contexto geográfico. Tal como anteriormente, procurou-se reconfigurar as variáveis de modo a que fosse possível gerar resultados com confiança estatística. Mesmo após este recurso, continuaram a não estar reunidas as condições para a aplicação do teste e possível interpretação dos resultados, por se verificar que menos de 80% das contagens analisadas são inferiores a cinco (Marôco, 2010). Apesar de se ter aplicado o Teste de Fisher, a constância verificada para todos os valores de p (p=1,00) leva a que estes resultados não possam ser assumidos com segurança. Este cenário estendeu-se à análise dos dados em função do contexto histórico.

Tendo em conta as limitações associadas à aplicação de testes estatístico que permitissem uma interpretação mais segura dos resultados, recorreu-se aos elementos da estatística descritiva, para identificar os elementos que melhor ajudassem a caracterizar a natureza dos registos efectuados.

Na maior parte dos casos analisados, não existem vestígios de indumentária presentes no espaço de inumação (60,8% [282/464]). Ainda assim, foi possível encontrar alguns registos que dão conta da presença deste tipo de espólio funerário. As peças

registadas com maior frequência incluem botões, colchetes e fivelas, que representam 3,88% (18/464) dos dados recolhidos e são mais frequentes a Norte (1,1% [5/464]). O espólio relacionado com as peças de vestuário surge em segundo lugar, entre os elementos registados como presentes, e representa 2,4% (11/464) da totalidade dos casos. A presença de calçado é mais frequente a Norte (1,1% [5/464]), ao passo que a combinação de vários elementos de indumentária se revela mais frequente a Sul (1,3% [6/464]) (Figura 3.13; Apêndice B – Tabela B.XXXV; Tabela B.XXXVI).

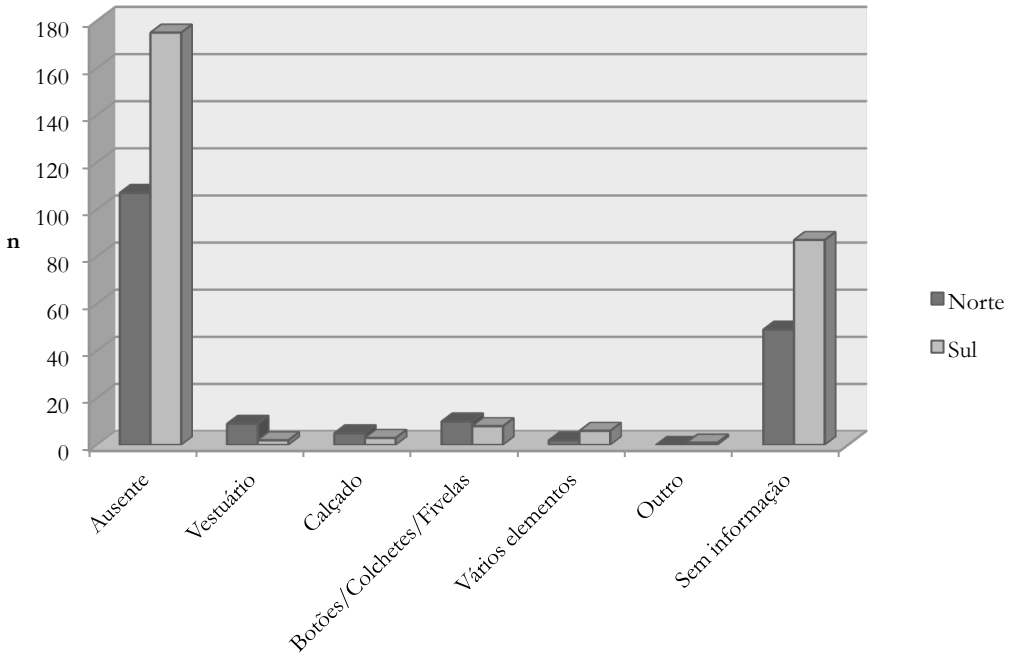


Figura 3.13 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *indumentária* recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

A análise dos resultados, sobre a presença de adornos, revela que são raros os contextos em que se encontra este espólio. De facto, não foram encontrados brincos em nenhum dos casos registados. A presença de pulseiras só se verificou num caso associado ao distrito de Santarém. Já os colares foram encontrados tanto a Sul (0,9% [4/464]) como a Norte (0,4% [2/464]) (Figura 3.14; Apêndice B – Tabela B.XXXII; Tabela B.XXXIII).

O espólio votivo mais comum é constituído por contas, possivelmente, provenientes de terços ou rosários. Dos 4,1% (19/464) de casos registados, a maioria está associada ao Norte do território (2,6% [12/464]), tendo o distrito de Viseu, com 10

registos (2,2%), dado uma contribuição importante para este valor. O registo da presença de numismas está associado apenas a Sul e representa 1,08% da totalidade dos casos registados (Figura 3.15; Apêndice B – Tabela B.XXXIX; Tabela B.XL).

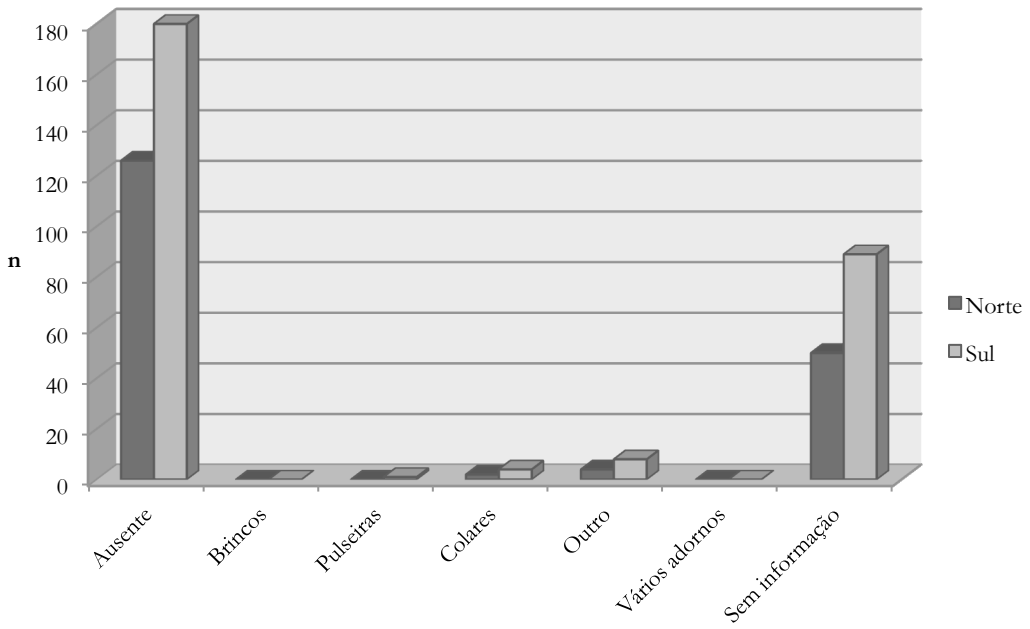


Figura 3.14 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *adornos*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

Importa, agora, perceber de que forma o enquadramento histórico poderá ter influenciado o tipo de espólio encontrado em associação com os contextos funerários. Os dados registados, a partir dos relatórios antropológicos de campo, indicam que a presença de espólio relacionado com a indumentária dos defuntos se concentra nas épocas Medieval e Moderna. O contexto Medieval apresenta uma maior percentagem de vestígios de vestuário (1,7% [8/464]) e calçado (1,1% [5/464]), comparativamente com a Época Moderna. Para a categoria *Botões/Colchetes/Fivelas,* o número de dados recolhidos é igual para os dois períodos (0,9% [4/464]), apresentando, a Época Moderna, frequências mais elevadas de casos em que se encontraram reunidos vários vestígios associados a esta variável (0,9% [4/464]) (Apêndice B – Tabela B.XLI). A presença de Adornos só se verifica para o contexto Medieval (Apêndice B – Tabela B.XLII). Já no que diz respeito

ao espólio votivo, a presença de contas é mais frequente no contexto Medieval (2,4% [11/464]), ao passo que os pingentes votivos se encontram associados ao período Moderno (0,4% [2/464]) (Apêndice B – Tabela B.XLIII). Contudo, a escassez de casos onde foi encontrado espólio funerário limita a caracterização mais profunda destas variáveis.

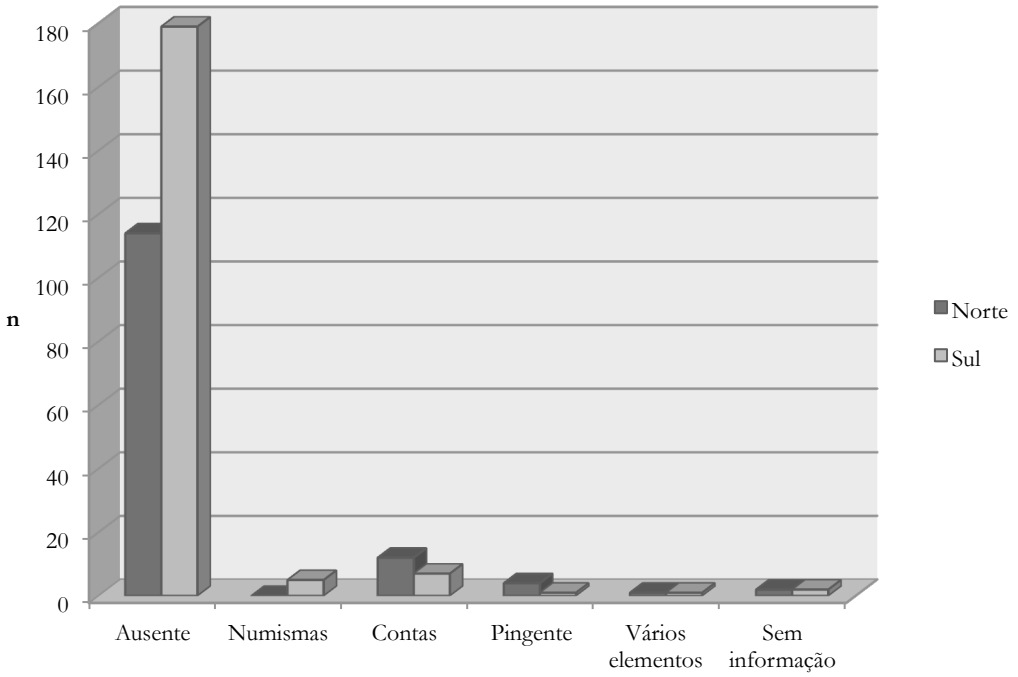


Figura 3.15 – Distribuição geográfica (Norte-Sul) da informação associada à variável *elementos votivos*, recolhida a partir da análise dos indivíduos registados nos relatórios antropológicos de campo.

3.6 Discussão dos resultados da Antropologia funerária

Quando se consideram os dados no seu todo, verifica-se que são poucas as variáveis em que a percentagem de elementos omissos excede os 30% e, no caso da *orientação* e do *tipo de deposição* a preocupação em registar estes gestos foi óbvia (90,1% [418/464]; 90,7% [421/464] respectivamente). Em contraste, os aspectos respeitantes à forma da sepultura e à presença ou ausência do invólucro funerário, são apenas pontualmente referidos nos relatórios antropológicos de campo. A origem desta omissão poderá residir no facto de, tradicionalmente, se considerar que o registo, em campo,

destes elementos é da responsabilidade dos arqueólogos, cabendo aos antropólogos somente o registo dos despojos osteológicos. Seja qual for a razão da escassez de registos destes elementos, o facto é que são ferramentas relevantes para o estudo das populações do passado. Sobre a forma das sepulturas, a eventual confirmação da existência de uma evolução tipológica, cronologicamente condicionada, poderia permitir um enquadramento histórico dos contextos funerários (Barroca, 1987; Tente & Lourenço, 1998; 2002). Por outro lado, também é culturalmente reconhecido que existiram, ao longo da história, diferentes métodos de proteger o defunto do contacto com a terra. Nesse sentido, a identificação da presença de um determinado tipo de mortalha, esquife ou caixão, poderá também contribuir para um melhor enquadramento histórico do enterramento em causa (Catroga, 1999; Mattoso, 1995; Reis, 1995). O registo da ausência ou presença de um invólucro funerário, que sirva de fronteira entre o cadáver e a terra que o irá cobrir, pode condicionar não só o processo de escavação, mas também o de recolha dos elementos osteológicos (Duday & Guillon, 2006). A inumação em espaço colmatado, semi-colmatado ou aberto, resulta em diferentes comportamentos tafonómicos que estão devidamente acautelados pelas metodologias da Antropologia do terreno (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b). Deste modo, a ausência desta informação constitui um entrave importante à compreensão plena do espaço sepulcral. Sobre o registo de dados referentes à presença do invólucro, a frequência mais elevada de sudários, principalmente durante a Idade Média, parece ir ao encontro de referências históricas que aludem à maior contemporaneidade da utilização de caixões e à transversalidade temporal da utilização de tecidos que envolviam os mortos, antes destes serem entregues à sua *morada final*.

Os elementos analisados, relativos aos gestos funerários, parecem ser representativos de práticas cristãs. A orientação Oeste-Este (52,2% [242/464]), combinada com o tipo de deposição dorsal e posicionamento dos membros superiores – maioritariamente flectidos, como que preparados para realizar o sinal da cruz –, remete para um quadro de enterramento cristão. As flutuações ao nível da orientação escolhida para a inumação está, muitas vezes, menos relacionada com as convicções religiosas do que com questões relacionadas com a gestão do espaço funerário. Aliás, esta inconsistência pode ser verificada, nos dias de hoje, em alguns contextos religiosos. Relativamente ao tipo de deposição, o único caso verdadeiramente atípico reside no decúbito ventral. Os elementos da Antropologia funerária, recolhidos para este caso,

revelam que a inumação terá sido feita em caixão depositado numa estrutura em pedra, semelhante a um sarcófago, não havendo espólio funerário associado. Tradicionalmente, as inumações em decúbito ventral visam reflectir uma situação de inconformidade – por motivo de doença, bruxaria ou crime – do indivíduo com a sociedade. Este tipo posicionamento funcionaria, assim, como uma forma de punição para esse facto (Reynolds, 2009). Convém, contudo, não descartar a hipótese da não intencionalidade desta prática. O envolvimento do cadáver em várias camadas de lençóis ou mantas, tal como referem os registos históricos, podem fazer com que, no momento do depósito, deixe de ser perceptível o posicionamento do corpo do indivíduo, resultando numa deposição acidental em decúbito ventral.

A associação da maioria do gestos funerários registados à influência católica é corroborada pela existência, em múltiplos enterramentos, de contas de rosário ou terço (4,3% [20/464]), que acompanham, tradicionalmente, estes mortos na sua morada final. De facto, as contas são dos poucos elementos, respeitantes ao espólio funerário, que se encontram representados. A presença deste espólio votivo, maioritário no período Medieval, estará certamente associado a uma mentalidade beata e de extrema devoção como era a desta época (Catroga, 1999; Marques, 2010; Mattoso, 1995). Já a ausência de adornos e de indumentária nos dados analisados poder-se-á dever, por um lado, a uma fraca preservação da cultura material nos contextos registados e, por outro, à pobreza que caracterizaria a maioria da população da Idade Média e Moderna[38] (as duas épocas mais representadas nos relatórios antropológicos de campo) (Duarte, 2010). Esta situação de pobreza generalizada limitaria fortemente a disponibilidade para enriquecer a *mise en scène* associada à sepultura destes mortos. Também os dados relativos ao tipo de sepultura estão em concordância com esta interpretação. O covacho, sendo o que implica a mobilização de menores recursos, estaria acessível à maioria da população[39] e, por esse motivo, é a tipologia dominante (46,3% [363/464]). Já o recurso a caixões ou a sepulcros familiares, seria reservado a indivíduos com estatuto superior e poder social (Pearson, 1999).

[38] De acordo com Duarte (2010) 60% a 80% da população Medieval era pobre, isto é, não sobreviveriam sem solidariedade alheia, ou facilmente poderiam cair na pobreza.
[39] De acordo com Pearson (1999:5) *(…) The shape and depth of the grave may relate to the social status or gender of the person buried. It may also reflect the degree of formality in the burial rite.*

A dificuldade, que encontramos, para obter resultados estatísticos robustos, poderá residir na forte assimetria que caracteriza a distribuição da maioria das frequências pelas variáveis consideradas. Este enviesamento natural dos dados, a par com a natureza qualitativa dos registos, condicionou sobremaneira os recursos estatísticos aplicáveis[40]. Outros casos há, em que a elevada percentagem de dados s*em informação* compete com as categorias que deveriam ser registadas no campo, impossibilitando uma interpretação clara dos enterramentos em causa. Por esse motivo, foi utilizado, como único recurso, o teste do Qui-Quadrado, o qual, além de cumprir as necessidades analíticas do estudo em causa, poderia ser aplicado a uma amostra de natureza qualitativa. De facto, a aplicação deste teste revelou a existência de correlações significativas para algumas das variáveis da Arquitectura funerária – *classificação da sepultura*, *tipo de sepultura* e *forma da sepultura* – e para a *orientação* e *posicionamento dos membros*, dentro da análise dos *gestos funerários*. A existência de assimetrias, ao nível da distribuição destes dados pelas duas grandes divisões geográficas, reforça a ideia de que, em Portugal, se encontram duas grandes áreas de naturezas culturais e ambientais distintas. A norte, sente-se a presença duma forte influência Atlântica e dos povos do Norte da Europa e, a sul, é mais evidente a presença das populações africanas e um ambiente de características mediterrânicas (Fabião, 1997; Marques, [1997]2010). Uma averiguação mais aprofundada sobre a origem destas diferenças teria, necessariamente, de entrar em linha de conta com uma recolha etnográfica e histórica que permitisse descurtinar os dados que, por serem de natureza imaterial, não pertencem aos contextos arqueológicos. Apenas com os elementos disponíveis para o presente estudo, avançar com interpretações mais complexas equivale a entrar no campo das especulações.

---

[40] *Os testes não paramétricos, não exigem variáveis dependentes quantitativas , podendo ser usados quer com variáveis qualitativas quer com variáveis quantitativas. Não exigem também que a distribuição da variável dependente seja conhecida. (...) o facto de os testes não paramétricos não exigirem o conhecimento da distribuição amostral da variável sob estudo não implica que eles não tenham outros pressupostos que é também necessário verificar.* (Marôco, 2010: 73-74)

CAPÍTULO QUARTO

ANÁLISE DOS DADOS PALEODEMOGRÁFICOS DOS RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS DE CAMPO

4 Análise da paleodemografia registada nos relatórios antropológicos de campo

4.1 Introdição: a relevância da análise paleodemográfica

(...) É mais que certo e sabido que a morte, quer por incompetência de origem quer por má-fé adquirida na experiência, não escolhe as suas vítimas consoante a duração das vidas que viveram, procedimento este, aliás, entre parênteses se diga, que a dar crédito à palavra das inúmeras autoridades filosóficas e religiosas que sobre o tema se pronunciaram, acabou por produzir no ser humano, reflexamente, por diferentes e às vezes contraditórios caminhos, o efeito paradoxal duma sublimação intelectual do temor natural de morrer. Mas indo ao que nos interessa, aquilo que a morte nunca poderá ser acusada é de ter deixado ficar indefinidamente no mundo algum esquecido velho, apenas para se ir tornando cada vez mais velho, sem merecimento ou outro motivo visível (Saramago, [1997]2007: 15-16).

A história de uma população pretérita constrói-se nome a nome, independentemente da tal *duração das vidas* ou de alguma velhice, ainda que não esquecida, prolongada. A cada nome cabe um sexo, uma representação social e uma data de nascimento. Estes são elementos que, a cada momento, condicionam o papel que cada indivíduo tem no grupo social em que se encontra: *(...) há trinta e seis anos um outro auxiliar de escrita escreveu as palavras que aqui se podem ler, o nome da menina, os nomes dos pais e dos padrinhos, a data e a hora do nascimento, a rua, o número e o andar onde ela viu a primeira luz e sentiu a primeira dor, um princípio como o de toda a gente, as grandes e as pequenas diferenças vêm depois, alguns dos que nascem entram nas enciclopédias, nas histórias, nas biografias, nos catálogos, nos manuais, nas colecções de recortes, outros, mal comparando, são como a nuvem que passou sem deixar sinal de ter passado, se choveu não chegou para molhar a terra* (Saramago, [1997]2007:37-38).

Deste juntar de peças individuais se constrói uma população. Conhecer pois uma sociedade corresponderá, no limite, a conhecer cada um dos seus sujeitos e as funções que desempenham. Tanto na vida quanto na morte, se transportam as marcas que revelam as esferas em que se movimentam as pessoas. Sobre homens e mulheres, adultos e crianças, tem a sociedade expectativas diferentes (Hollimon, 2011; Sofaer, 2011). Face aos vestígios humanos do passado, à falta de um nome escrito, restam apenas as tais marcas que surgem como pistas que indicam a posição de cada indivíduo no seu tempo e

espaço, se não antes, pelo menos no momento da sua morte. Descobrir os parâmetros demográficos das populações inumadas permite, mais do que conhecer o passado, perceber os comportamentos presentes e a sua evolução.

4.2 A natureza da análise paleodemográfica

A análise demográfica centra-se nas várias dimensões que caracterizam a população: estrutura, dinâmica, densidade, fertilidade, mortalidade e migração (Chamberlain, 2006; Hoppa, 1996). Estes são factores que resultam de um conjunto variado de influências biológicas, ambientais e sociais, que reflectem o carácter fluído do conceito de população (Chamberlain, 2006; Sofaer, 2011). Esta designação pode ser atribuída, numa perspectiva biológica, a um conjunto de indivíduos com maior probabilidade de se cruzarem entre si, do que com sujeitos de outros núcleos populacionais, mas pode também ser utilizada para identificar um grupo de indivíduos que partilham hábitos socioculturais (Chamberlain, 2006). Percebe-se assim, que a demografia não se centre numa única abordagem em relação às características da população mas antes resulte do cruzamento dos comportamentos de cariz social e dos resultados da actividade biológica (Sofaer, 2011). O prefixo *paleo* acrescenta apenas a dimensão histórica, forçada pela natureza do material em estudo, à análise dos parâmetros demográficos inerentes aos remanescentes humanos resultantes de necrópoles do passado (Chamberlain, 2006).

Desde o início do século passado (Hoppa, 1996), que a paleodemografia é, no âmbito da Antropologia biológica, a área de estudo que procura identificar os parâmetros demográficos de populações pretéritas provenientes de contextos arqueológicos (Hoppa, 2002; Milner *et al.*, 2008). Apesar da análise se centrar no estudo dos vestígios humanos, a informação poderá ser complementada por meio do acervo documental (Hoppa, 2002). O interesse pelo conhecimento das estruturas populacionais do passado cresceu a par com o reconhecimento do papel fundamental que estes despojos osteológicos assumem na pesquisa arqueológica, histórica e biológica (Larsen, 1997; Milner *et al.*, 2008). Compreender de que forma os grupos e os indivíduos reagem social e fisiologicamente aos agentes ambientais, permite não só conhecer melhor a realidade presente, como

ajudar montar o puzzle da evolução humana (Agarwal & Beauchesne, 2001; Cunha, 1996; 2003; Hoppa & Fitzgerald, 1999).

A percepção da totalidade desta realidade resultará mais clara na combinação de evidências de diversas naturezas. Cruzando a informação paleodemográfica com os dados da Antropologia funerária, por exemplo, é possível perceber de que modo a questão do estatuto social e do género se manifestam ao longo da história (Hollimon, 2011; Pearson, 1999; Sofaer, 2011). Noutro contexto, os períodos de grandes epidemias ou de confrontos bélicos, deixam nas necrópoles marcas importantes para a compreensão da vida de uma determinada população, perante quadros que infligem elevadas mortalidades. A distribuição paleodemográfica dos espaços funerários pode constituir um contributo importante no conhecimento desses episódios (Castex, 2007). Estas são apenas algumas das vertentes que ganham uma nova dimensão informativa, quando se procura entrar em linha de conta com os vários aspectos que condicionam a vida das populações, e que se revelam nos contextos arqueológicos.

A relevância científica da paleodemografia reside, para além da caracterização dos parâmetros demográficos e das suas eventuais relações com outros fenómenos, nos seus pressupostos teóricos. Estes estudos assentam na premissa da uniformidade e homogeneidade ao nível das variáveis, como o sexo e a idade, sendo desta forma possível prever, por extrapolação, os comportamentos populacionais (Hoppa, 2002; Jackes, 2011): *(...) A basic premise of anthropological reconstructions of the past populations is that information on mortality is sufficient to derive a reasonably accurate picture of health, disease and population struture* (Hoppa, 1996:1). Percebe-se, então, que as ilações demográficas resultam no reconhecimento da existência de constantes cíclicas associadas à vida de todos os seres vivos, que variam, contudo, de acordo com o enquadramento histórico-cultural que pode ajudar a estruturar e a caracterizar um determinado grupo humano (Chamberlain, 2006; Jackes, 2011). É do conhecimento geral que todos os animais, após o nascimento, passam por um período de maturação, exploração do espaço, reprodução e morte (Bogin, 1999; Chamberlain, 2006). Tal não implica, contudo, que todos os indivíduos passem por estas etapas do mesmo modo (Agarwal & Beauchesne, 2001; Chamberlain, 2006). A forma como cada período da vida é vivido depende de vários factores, sendo que entre eles se encontram não só as influências externas, como os particularismos biológicos e comportamentais de cada sujeito. A aplicabilidade da demografia reside não

tanto nas excepções, mas antes nos padrões de comportamentos mais frequentes dentro de uma população e nas circunstâncias que os condicionam (Chamberlain, 2006).

Combinando os pressupostos teóricos da demografia e, por extensão, da paleodemografia, com o conhecimento do processo de desenvolvimento fisiológico do esqueleto humano e a sua natureza durável e plástica (Agarwal & Beauchesne, 2001), torna-se possível desenvolver metodologias que permitem o diagnóstico, no esqueleto, da idade à morte e do sexo. Estes parâmetros, quando considerados ao nível da população, permitem a criação de modelos de natalidade, mortalidade, fertilidade, entre outros (Hoppa, 2002; Milner *et al.*, 2008), conferindo às populações do passado o estatuto de indicadores demográficos (Cunha, 1996; 2003; Johnston & Zimmer, 1989; Kemkes-Grottenthaler, 2002).

Contudo, a diversidade biológica, inerente a qualquer espécie ou indivíduo vivo, não se compadece com modelos teóricos e compromete a premissa da homogeneidade da população, condição essencial para a possibilidade de generalizar as características de uma determinada amostra osteológica à totalidade populacional (Hoppa & Vaupel, 2002). Tal como refere Hoppa (1996:1): *Built into this premise are two distinct, but related issues: first the analysis of the data is accurate. Second and somewhat more crucial, the data itself is free from bias, and is representative of population parameters (...).* É precisamente neste ponto, que surgem algumas das críticas à fiabilidade das metodologias paleodemográficas (Hoppa & Vaupel, 2002).

4.3 Entre os modelos teóricos e a realidade prática: os problemas da paleodemografia

Apesar de, em teoria, a aplicação da demografia ao estudo das populações do passado não parecer um processo complexo, desde cedo as dificuldades a ele associadas foram identificadas. De facto, quando em 1969 Lawrence Angel descreveu as bases que constituem o campo de actuação da paleodemografia, ele também denunciou algumas das problemáticas associadas à aplicação da demografia às populações do passado: *(...) demography is objective and straight-foward. Complexity enters from two directions: as soon as one adds the time dimension to the dimension of differences between different geographic localities, and as soon as*

one sets out either the historical or the geographic variations in demography as experimental data of the sort usual in anthropology and other social sciences (Angel, 1969:427).

Desde então até à actualidade, são cíclicos os períodos de desenvolvimento e de descrença nos trabalhos desenvolvidos neste âmbito. A década de 80 do século passado marca um dos maiores períodos de contestação da validade científica – ou falta dela – das abordagens paleodemográficas. Do esgrimir de argumentos entre os que vaticinavam, se não o fim, a necessidade de repensar as potencialidades dos resultados obtidos pelos métodos entretanto criados para aferir os parâmetros demográficos (Bocquet-Appel & Masset, 1982) e os que defendiam a robustez e importância desta abordagem (van Gerven & Armelagos, 1983), resultou uma reflexão e análises constantes, que oscilam entre o optimismo e o pessimismo, tanto em relação aos estudos de campo e laboratoriais, como à possibilidade de extrapolar os resultados assim obtidos (Buikstra & Konigsberg, 1985). Esta problemática em torno dum dos pilares centrais da Antropologia biológica está longe de ser caso único. De facto, todo o caminho que tem sido traçado, desde a sua afirmação científica até à actualidade, tem sido marcado por debates fundamentais para o seu crescimento e desenvolvimento (Armelagos & van Gerven, 2003). Contudo, as questões relativas ao estudo paleodemográfico apresentam um desafio de mais difícil superação, na medida em que reflectem um conjunto intricado e interdependente de variáveis que comprometem a possibilidade de avançar com uma solução perfeita.

De acordo com Hoppa (1996), a análise demográfica a partir dos vestígios osteológicos humanos assume que: a) os mortos ou, mais especificamente, os seus esqueletos são bons representantes da população a que pertenceram em vida; b) a teoria demográfica pode ser aplicada aos indivíduos exumados e os resultados da aplicação dos modelos paleodemográficos permitem caracterizar os aspectos associados à particularidade do estilo de vida e da saúde das populações do passado. Contudo, impõe-se perceber até que ponto é legítimo utilizar uma amostra, com as particularidades das séries osteológicas, como base de extrapolação para a população de que são originários (Hoppa, 1996; Jackes, 2011). Para além desta dúvida, surgem outras que se prendem com a legitimidade da generalização de dados a qual estará dependente de uma aceitação inquestionável dos resultados da análise paleodemográfica (Sofaer, 2011). Os problemas associados à homogeneidade e representatividade do acervo osteológico revelam-se a

dois níveis: por um lado, os vestígios humanos recuperados estiveram sujeitos à acção de vários agentes que os afastam da população viva de origem, o que constitui, por si só, um enviesamento da amostra; por outro, os processos de elaboração das metodologias de aferição são também fonte de incerteza.

No que diz respeito ao problema associado à constituição da amostra, verifica-se que a probabilidade de recuperação da totalidade dos enterramentos de uma determinada necrópole ou cemitério – a única forma de garantir uma representação mais aproximada da população viva – é ínfima (Cardoso, 2003/2004; Jackes, 2011; Scheuer & Black, 2000). Constrangimentos logísticos, ambientais e metodológicos, levam a que a recolha resultante de uma intervenção arqueológica constitua apenas uma amostra da população inumada (Cardoso, 2003/2004; Cunha, 1996; 2003; Meindl & Russel, 1998). De acordo com Hoppa (1996) e reiterado por Cardoso (2003/2004), é possível identificar um conjunto variado de mediadores que irão funcionar como filtros no período que separa a população viva e a constituição da amostra osteológica a analisar. O filtro biológico leva, no limite, a que a população se caracterize *não por indivíduos vivos e mais ou menos saudáveis, mas sim pelos seus restos mortais* (Cardoso, 2003/2004: 241)[41]. Desta forma, a amostra resultante poderá ser composta essencialmente por indivíduos enfermos e com uma representação enviesada das classes etárias (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996; Jackes, 2011). A influência cultural poderá também criar uma selecção dos indivíduos. Como foi referido no capítulo anterior, diferentes influências religiosas resultam em distintos modos de ocultar o corpo morto (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996; Meindl & Russel, 1998). Se, numa população, um determinado grupo de indivíduos praticar a cremação não será possível reunir uma amostra que seja representativa do conjunto em vida. De facto, as alterações provocadas pela acção do fogo podem conduzir à redução substancial dos elementos osteológicos íntegros, inviabilizando a identificação das variáveis demográficas (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996). Os agentes tafonómicos constituem, de acordo com a designação de Hoppa (1996), o filtro ambiental (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996). É sabido que a natureza do ambiente funerário poderá comprometer a preservação do material esquelético, o que irá, consequentemente, desvirtuar a homogeneidade populacional requerida (Bello & Humphrey, 2007; Cardoso, 2003/2004;

[41] A morte por acidente ou graças a um único episódio patológico, não está apenas associada a sujeitos doentes. Nesse sentido, será possível encontrar entre as séries osteológicas indivíduos que poderão ter gozado de boa saúde.

Hoppa, 1996; Jackes, 2011). O último crivo a entrepor-se entre a população viva e a sua representante arqueológica é a metodologia de intervenção e análise dos despojos humanos (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996). A intervenção, em contexto de escavação, é influenciada por um conjunto importante de variáveis que conduzem sistematicamente à perda de informação ou que podem mascarar alguns dos aspectos fundamentais para uma correcta apreciação demográfica (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996). A combinação destes factores promove fenómenos de representatividade específicos de que é exemplo a escassez de indivíduos não-adultos, em particular com menos de 1 ano de idade (Cardoso, 2003/2004; Jackes, 2011; Saunders, 2008; Scheuer & Black, 2000). Torna-se, assim, evidente que a assunção da representatividade de uma determinada amostra osteológica terá sempre de resultar do conhecimento do contexto de proveniência, bem como dos crivos que servem de barreira entre o desejável – uma amostra representativa da população em vida – e o possível – a amostra osteológica recolhida para análise (Jackes, 2011).

A outra questão enunciada passa pela construção dos modelos de aferição paleodemográfica. O desenvolvimento de métodos de diagnose demográfica – essenciais para a progressão da análise das principais características do esqueleto (Cameriere *et al.*, 2009; Cardoso, 2008a; Cunha, 1996; 2003; Hoppa & Vaupel, 2002; Ubelaker, 1989) -, depende, em grande medida, da existência de séries osteológicas de referência. Estas representam uma franja muito particular da sociedade, na medida em que provêm de contextos com fortes constrangimentos socioculturais, geográficos e históricos, sendo, frequentemente, compostas por indivíduos indigentes ou por corpos não reclamados cujo limite máximo de idade não ultrapassa, em média, os 50 anos. Além disso, não apresentam em proporções desejáveis sujeitos não-adultos (Hoppa & Vaupel, 2002; Usher, 2002). A tarefa de evitar o enviesamento de um ou vários parâmetros deste tipo de colecções será sempre um desafio difícil de contornar. A identificação destes problemas ilustra bem as limitações na aplicação das metodologias demográficas, em particular no que diz respeito à idade à morte. Entre as séries osteológicas, os limites de idade – máximo e mínimo –, por norma, não correspondem aos que se encontram entre as populações vivas, em particular as mais recentes (Bocquet-Appel & Masset, 1996; Jackes, 2011; Usher, 2002). Sempre que for necessário recorrer a séries arqueológicas para o desenvolvimento metodológico da paleodemografia será sempre mais indicado trabalhar sobre colecções com sexo e idade à morte conhecidos de facto (Usher, 2002).

Desta forma, será possível minimizar o erro de avaliação que resulta da variabilidade biológica das amostras. Contudo, importa não esquecer que a constituição de uma amostra paleodemográfica ideal é utópica, na medida em que haverá sempre um enviesamento, acidental ou deliberado, na forma como é feita a selecção que compõe o conjunto de referência. Isto faz com que não seja possível reunir na proporção certa a distribuição de sexos, do estatuto social e da condição de saúde, da população em causa (Usher, 2002). A partir do momento em que não é possível confirmar a existência de uniformidade biológica nas amostras, que se assumem como representativas de uma determinada população, está comprometida a elaboração e avaliação das metodologias de diagnóstico de sexo e idade (Hoppa & Vaupel, 2002).

No momento da avaliação demográfica, importa reconhecer a diversidade associada ao ritmo de alteração de algumas estruturas esqueléticas que, em teoria, permitem fazer um enquadramento do grupo etário e do sexo (Hoppa, 2000; 2002). Nos estudos demográficos aplicados a indivíduos adultos ocorre uma situação paradoxal. De facto, enquanto a determinação do sexo de indivíduos adultos bem preservados, utilizando a metodologia adequada, fornece resultados relativamente fiáveis, já a credibilidade da avaliação da idade, em esqueletos adultos, depende muito da existência, em vida, de uma relação linear entre a maturação fisiológica e a idade cronológica (Cunha *et al.*, 2009; Hoppa & Fitzgerald, 1999; Kemkes-Grottenthaler, 2002). Como menciona Cunha (1996:135), *(...) o osso coxal para os adultos é o elemento mais fiável para a diagnose do sexo, já a estimativa da idade não possui um método de credibilidade correspondente*. Em oposição ao que acontece na determinação do sexo em esqueletos adultos, a determinação deste parâmetro em indivíduos imaturos apresenta grandes dificuldades (Boldsen *et al.*, 2002). De facto, a aplicação de metodologias de diagnose sexual a indivíduos cuja morte ocorreu antes do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, que se inicia na puberdade, é, geralmente, pouco eficaz. Durante esta fase, ocorrem transformações na morfologia do crânio e na estrutura pélvica, que tornam estes elementos esqueléticos nas principais referências para a avaliação sexual dos indivíduos (Cardoso, 2008a; Hoppa & Fitzgerald, 1999). Em compensação, os sujeitos imaturos apresentam um conjunto diversificado de alterações morfológicas, associadas a estádios distintos do crescimento, que funcionam como bons indicadores da idade biológica e cronológica (Cardoso, 2005).

O processo de crescimento e maturação do esqueleto, embora possa ocorrer de forma semelhante na maioria dos indivíduos, apresenta, mesmo assim, um grau de variação que se assume como significativo (Bogin, 1999; Cardoso, 2005; Hoppa, 2000; Hoppa & Fitzgerald, 1999; Johnston & Zimmer, 1989; Ubelaker, 2008). Este facto pode, de algum modo, limitar a segurança com que se assumem os resultados da aplicação destas metodologias. Uma das principais críticas feitas à paleodemografia aponta a tendência para ignorar a diversidade dos padrões de crescimento, desenvolvimento e alteração morfológica do esqueleto, de modo a viabilizar as generalizações associadas aos estudos demográficos (Bocquet-Appel & Masset, 1982). Esta diversidade pode traduzir-se – e traduz-se – numa discrepância entre aquela que é a idade cronológica, determinada socialmente, e a idade biológica, inferida a partir das alterações morfológicas do esqueleto (Cunha *et al.*, 2009; Hoppa, 2000; 2002; Hoppa & Fitzgerald, 1999; White & Folkens, 2005). Também na avaliação sexual, a variação das características diferenciadoras pode provocar um enviesamento nos resultados, por causa da variação das metodologias utilizadas e da falta de atenção às alterações provocadas pela menopausa, que tendem a promover alterações morfológicas nas mulheres, aproximando-as da morfologia masculina (Cardoso, 2008a). Existe, de facto, um padrão de transformação das estruturas esqueléticas, contudo, o ritmo a que essas transformações se processam apresenta variações intergrupais e individuais que não se compadecem com os modelos de diagnóstico criados, conduzindo ao erro na avaliação (Cunha, 1996; 2003; Kemkes-Grottenthaler, 2002).

Mais do que desencorajar a aplicação de metodologias de diagnóstico, a constatação destas limitações metodológicas e teóricas deverá resultar numa abordagem multivariada e na exploração de novas vias de análise, já que é reconhecida a extrema complexidade que preside ao desenvolvimento fisiológico do esqueleto (Kemkes-Grottenthaler, 2002). Em última análise, é a perspectiva populacional que irá permitir identificar os padrões de comportamento, estilo de vida e resposta epidemiológica da espécie humana ao longo do tempo (Larsen, 1997): *(...) This approach is central to the biocultural perspective (...) we must seek to envision past populations as though they were alive today and then ask what information drawn from the study of skeletal tissues would provide understanding of them as functioning, living human beings and members of population* (Larsen, 1997:4). A reconstrução de padrões demográficos, com base nas séries arqueológicas, deverá ser feita com

prudência dada a quantidade de factores que podem contribuir para o enviesamento dos resultados (Jackes, 2011; Meindl & Russel, 1998)

4.3.1 Paleodemografia: entre o género e o sexo

A determinação da idade e do sexo dos indivíduos, para além de ser uma das principais missões da paleodemografia, é também a principal tarefa dos antropólogos que estudam os restos humanos das populações do passado, na medida em que condiciona, de forma importante, as avaliações que possam ser feitas numa análise mais alargada e profunda. Estes dois eixos demográficos são estruturantes na construção da individualidade de cada pessoa (Hollimon, 2011; Sofaer, 2011). Se a estimativa da idade à morte está envolta num conjunto de problemáticas teóricas e metodológicas, que poderão vir a ser esclarecidas com o desenvolvimento científico, a avaliação da componente sexual também apresenta alguns constrangimentos, ainda que o âmbito do seu debate resida, sobretudo, em questões de ordem social e filosófica. A controvérsia ligada ao sexo, identificada na década de 1990 na sequência do pensamento feminista pós-moderno, reside em dois pontos: por um lado, no assumir da diferença entre uma condição biológica – o sexo – e um (possível) correspondente social e performativo dessa realidade – o género (Cardoso, 2008a; Nelson, 2006); por outro, no repensar do discurso arqueológico que, historicamente, se associa aos homens e à sua visão e interpretação dos vestígios (Arnold & Wicker, 2001; Cardoso, 2008a; Mattoso, 1985; Nelson & Rosen-Ayalon, 2002). Se numa primeira análise, estas críticas podem parecer afastadas da isenção e espartilho metodológico que devem reger a ciência, a realidade revela que estes são aspectos que podem desvirtuar a interpretação que mais perto se encontraria da realidade. No que diz respeito à influência dos investigadores na forma como é feita a análise arqueológica das questões influenciadas pelo género, verifica-se que esta se encontra impregnada dos esteriótipos e preconceitos relativos aos papeis sociais que, tradicionalmente, se associam aos homens e mulheres, durante os vários períodos históricos, reflectindo, também, alguma influência do pensamento ocidental contemporâneo (Brumfiel, 2006; Cardoso, 2008a): *(...) These were, once more, reinforcing androcentric and etnocentric perspectives in knowledge production* (Cardoso, 2008: 16).

A comunidade científica tende a utilizar os termos sexo e género indiscriminadamente, com o propósito de distinguir homens e mulheres (Kim & Nafziger, 2000; Walker & Cook, 1998). Contudo, esta generalização implica um conjunto de conceitos que, apesar de próximos, são de naturezas diferentes (Kim & Nafziger, 2000; Walker & Cook, 1998; White & Folkens, 2005). De acordo com Walker e Cook (1998), é a própria Antropologia das populações do passado que sai enfraquecida, quando os conceitos de sexo e género não são separados, na medida em que a sua mais valia reside na possibilidade de se cruzarem as várias áreas das ciências biológicas e sociais, as quais oferecem quadros informativos mais refinados, ao nível dos conteúdos e das suas interpretações (Walker & Cook, 1998). O debate relativo à influência do género, no material esquelético, é ainda recente. Todavia, através dele, procura-se perceber de que forma se estabelece a complexa interacção entre a influência cultural e biológica na determinação dos papéis sociais que permitirão inferir sobre os comportamentos humanos (Cardoso, 2008a).

A expressão do género, no âmbito arqueológico, revela aquela que poderá ser considerada uma forma universal de organização social. Essa organização encontra reflexo ao nível dos rituais funerários através da localização da deposição, orientação, parafernália funerária, entre outros aspectos (Arnold, 2006). Aliás, há quem defenda que o contexto mortuário, no âmbito das intervenções arqueológicas, será o ideal para inferir sobre as particularidades do género (Arnold, 2006; Hollimon, 2011). De facto, a determinação do género num esqueleto está fortemente dependente da cultura material a que possa estar associado (Brumfiel, 2006; Nelson & Rosen-Ayalon, 2002; Sorensen, 2006). Na ausência destes elementos, será apenas possível determinar o sexo dos indivíduos por meio da avaliação da morfologia dos caracteres sexuais secundários (Cardoso, 2008a). Contudo, será necessário usar com cautela as relações sugeridas pelos objectos, na medida em que, para tal uso poder ser útil, será também necessário classificar a cultura material como feminina ou masculina, sendo este um exercício de difícil execução e impossível verificação (Cardoso, 2008a). O género pode deixar marcas no esqueleto. Contudo, sem uma contextualização adequada, estas marcas não são facilmente interpretadas (Cardoso, 2008a): *(...) Material culture is therefore not just a source for the finding of representations of gender; rather it is in itself implicated in the construction of gender at different levels* (Sorensen, 2006:105).

Se, num primeiro momento, os estudos da *Arqueologia de género* pretendiam, por meio dos vestígios arqueológicos, identificar o papel da mulher no contexto cultural em questão (Sorensen, 2006), actualmente, esta análise está directamente relacionada com a esfera social em que cada indivíduo se insere (Cardoso, 2008a; Hollimon, 2011). A ideia da divisão das tarefas entre homens e mulheres encontra-se profundamente cimentada, atribuindo aos primeiros o conjunto de papéis a desenvolver fora do ambiente doméstico, enquanto as segundas ficaram agrilhoadas aos trabalhos do lar (Hollimon, 2011; Weedman, 2006). Esta noção, surgida na literatura, foi consolidada pelo senso comum ao longo do tempo (Weedman, 2006). Contudo, esta é uma visão que não encontra correspondente pleno na actualidade, e que, provavelmente, também não se enquadra com a maioria das formas de organização social de género ao longo do tempo (Stockett, 2006; Weedman, 2006). Na realidade, existem épocas da história da humanidade sobre as quais não se conhecem os detalhes relativos aos papéis desempenhados por homens e mulheres e, antes, tal como hoje, há contextos em que existe de facto uma igualdade ao nível do poder atribuído aos géneros (Nelson, 2002). Nesses períodos, parecem ser sobretudo as diferenças associadas ao escalão etário que produzem as discrepâncias sociais mais significativas (Brumfiel, 2006). Em alguns contextos verifica-se existir uma complementaridade ao nível dos atributos sociais desempenhados por cada um dos sexos (Stockett, 2006). *(...) A história não se compreende apenas pelo papel que nela exercem os indivíduos, nem só pelos movimentos demográficos, mas também pela dialéctica feminino-masculino* (Mattoso, 1985:36). A existência de evidências arqueológicas, que parecem indicar a existência de desempenhos de género com características *intermédias*, sugere que, a curto ou médio prazo, terá de haver um afastamento das dicotomias de avaliação dos indivíduos (Hollimon, 2011).

(...) This suggests that gender status is a mixed bag: individuals may be offered higher standing in some areas of life (e.g. prestige) at the cost of low standing in other areas of life (e.g. autonomy)... (Brumfiel, 2006:33), sendo o desvendar desta mistura uma das principais missões da Antropologia das populações do passado.

4.4 Caracterização demográfica e das dinâmicas sociais das populações do passado

A análise que se realiza a uma população, por meio da demografia ou paleodemografia, não se limita à quantificação do número de indivíduos pertencente a um ou outro sexo e a determinado escalão etário. Mais do que isso, permite perceber quais são as dinâmicas sociais de cada época e de que modo elas podem condicionar a composição de um determinado contexto histórico ou geográfico. Acontecimentos como crises epidémicas ou económicas reflectem-se, de forma importante, na população, expondo os mecanismos criados para minimizar o impacto destes episódios e, simultaneamente, demonstrando alguns aspectos da mentalidade vigente em cada momento. As relações sociais e a construção de um estatuto são processos vitalícios que dependem, também, do enquadramento demográfico e do enquadramento espaço-temporal (Sullivan, 2004). A comparação entre o tratamento funerário e a biologia do esqueleto pode oferecer perspectivas muito interessantes no que respeita ao estatuto social dos indivíduos e às suas condições de vida (Robb, 2001).

Apesar dos registos históricos darem informações preciosas sobre a realidade das populações, no que se refere à disponibilidade dos dados demográficos importa ter em consideração que o exercício da *contagem das almas,* no que constitui hoje o território nacional, é pouco fiável até ao século XVI (Rodrigues, 2008a). Até ao final da centúria de quatrocentos, existem somente informações dispersas a partir das quais é, apenas, possivel estimar a configuração demográfica. Contudo, parece ser claro que a faixa do Noroeste foi, durante grande parte da história do território, a mais densamente habitada, comparativamente com o Sul que apresentaria uma percentagem menor de habitantes (Brito, 1997; Rodrigues, 1997). Recorrendo às evidências históricas, no contexto geográfico português, será possível reconstruir, ainda que de modo genérico, algumas das características populacionais da sociedade da Antiguidade, Época Medieval e Época Moderna e, deste modo, criar um quadro que ajude a contextualizar as tendências da população de cada época e os acontecimentos que a possa ter condicionado, em cada momento.

4.4.1 Pré-história e Época antiga

A escassez da informação pré-histórica não permite saber, sequer com aproximada certeza, de que modo era composta a população que habitava o actual território nacional. Por outro lado, o comportamento nómada dos primeiros grupos humanos também não ajuda a obter uma visão clara sobre as composições familiares, a distribuição dos papéis sociais, nem a conhecer outros dados importantes para a compreensão destas populações (Sousa, 2008b). Para se poder ter alguma visão sobre a população da pré-história é preciso dar um salto no tempo, muito significativo, para o Neolítico, período sobre o qual será possível criar alguns quadros populacionais, ainda que hipotéticos. A sedentarização e a domesticação de animais e plantas terão imprimido, tanto ao nível da população quanto ao dos grupos familiares, novas dinâmicas sociais. A mortalidade era essencialmente provocada por acidentes, confrontos bélicos e episódios de enfermidade. Os grupos populacionais, constituídos por clãs e estes por conjuntos de famílias, não ultrapassariam os poucos milhares de indivíduos com origens geográficas diversas. De entre estes, sabe-se que era atribuído a mulheres, crianças e idosos, um estatuto de fragilidade que limitava o tipo de acções que desempenhavam socialmente (Sousa, 2008a).

A entrada na Antiguidade imprime um conjunto complexo de mecanismos reguladores da população. Desde o momento do nascimento – em particular no contexto romano –, o acesso aos recursos encontrava-se condicionado por um conjunto muito diversificado de regras e premissas (Veyne, 1989). Perante a pressão de uma regulação apertada do acesso aos bens básicos, necessários para a sobrevivência, gregos e romanos optavam pela vida ou morte dos recém-nascidos (Hope, 2009; Veyne, 1989). De facto, a sobrevivência de um neo-nato dependeria mais da vontade dos pais *tomarem* para si essa criança do que da sua concepção e nascimento. Consequentemente, o infanticídio activo ou o abandono, eram o destino de muitas crianças e, em particular, das raparigas (Hope, 2009). A visão dos povos do norte da Europa, de criarem todos os seus filhos, apesar da pobreza e das assimetrias sociais, seria, talvez, considerado como um comportamento atípico (Sousa, 2008a).

Aos homens livres cabia o papel de dominância, devendo ser coadjuvados e respeitados por mulheres e escravos (Hope, 2009; Veyne, 1989). Apesar da democracia

abranger historicamente os homens em Roma, contudo, a distinção era feita por meio da riqueza que ditava a qualidade de vida dos sujeitos (Hope, 2009; Veyne, 1989). Os mais pobres trabalhavam, mas as suas condições de vida eram pouco interessantes, como se poderá constatar pelos memoriais aos defuntos que serviam para divulgar a posição e estatuto social, bem como a profissão que um cidadão teve em vida (Veyne, 1989).

A queda do Império Romano, na Península Ibérica, trouxe consigo morte e devastação, pelas mãos dos povos germânicos, com efeitos na população comparáveis aos das epidemias (Sousa, 2008a). A comunhão conjugal e a constituição familiar assumiam formas muito distintas. Sabe-se que o papel objectivado da mulher e o desapego com que as crianças eram cuidadas, nos primeiros tempos de vida, permaneceram sob a dominação dos ocupantes bárbaros do território (Sousa, 2008a), mas pouco mais se poderá avançar sobre as características demográficas da população deste período.

4.4.2 Época Medieval

A população Medieval portuguesa conheceu importantes alterações. O milhão de pessoas, disperso pelo território, migrava ao sabor das crises económicas. Esse movimento fazia-se preferencialmente dos núcleos habitacionais dispersos no interior para os centros urbanos de maior dimensão, onde, apesar de tudo, ficavam mais vulneráveis aos efeitos das epidemias, mais frequentes e mais devastadoras nos grandes agregados populacionais (Marques, [1997]2010). Eram as flutuações demográficas que condicionavam, de forma importante, a vida Medieval (Marques, [1997]2010). Mais tarde, foram as viagens ultramarinas a provocar transformações nos quadros demográficos da metrópole (Marques, [1997]2010).

A esperança de vida encontrava-se subtilmente expressa na divisão etária proposta pelo próprio rei D. Dinis. Na sua análise a um texto de D. Duarte, Marques (2010) traça o perfil de cada uma das várias categorias etárias estabelecidas na Idade Média, dando por esta via pistas sobre as expectativas de sobrevivência a cada uma destas etapas: *(...) entrava-se na velhice com o dobrar do meio século. Setenta anos julgava-se a meta. Mas a meta tinha por limite que bem poucos alcançavam. Passados os cinquenta atingia-se a psicologia*

do velho. (...) O Outono da vida do homem Medieval começava pelos 35 anos. (...) na primeira [infância] aos sete, se mudam os dentes; segunda, de 14 são em idade para poderem casar; terceira de 21, que acabam de crescer; quarta, de 28, que precalçam toda força e verdadeiro fornimento do corpo;...(Marques, 2010:249-250; Rodrigues, 2008c). De um modo global, é possível afirmar que os 50 anos eram um limite difícil de ultrapassar para os homens, ao passo que, entre as mulheres, a maior concentração de mortes se centrava em torno dos 30 anos, porventura acometidas pela fragilidade e riscos associados a partos sucessivos (Rodrigues, 2008a).

No período Medieval, a natalidade era alta, mas uma em cada três crianças nascidas acabava por morrer (Oliveira, 2010). Deste modo, a população não aumentava significativamente porque a natalidade não conseguia compensar a mortalidade que afectava todos os escalões etários (Marques, 2010). Após o nascimento, as crianças eram entregues, durante vários anos e nalguns casos mais do que uma década, aos cuidados de uma ama (Duby *et al.*, 1989). Muitas destas crianças morriam, ou eram mortas, mesmo antes de partilharem a casa com os seus progenitores (Duby *et al.*, 1989). A responsabilidade da morte infantil prendia-se essencialmente com a pobreza e os factores estimuladores da mortalidade multiplicavam-se quando o recém-nascido era do sexo feminino, pelo facto de apresentar uma maior fragilidade e por acarretar maiores custos futuros, associados com o casamento (Duby *et al.*, 1989). Apesar das magras probabilidades de sobrevivência, grande importância era dada ao aleitamento, o qual representava, de certo modo, uma garantia de continuidade para as crianças. Em contrapartida, o desmame estava frequentemente associado a problemas gastrointestinais que resultavam, muitas vezes, na morte dos infantes (Oliveira, 2007; 2010). Para além do desmame, também os riscos associados a brincadeiras e comportamentos exploratórios, próprios da idade, tinham como consequência elevadas taxas de sinistralidade e morte (Oliveira, 2007; 2010). As assimetrias sociais eram gigantescas: as crianças da nobreza desfrutavam de todos os bens necessários à sobrevivência e à satisfação de caprichos, enquanto as crianças do povo se viam obrigadas a partilhar com a restante prole alimentos e vestuário (Duby *et al.*, 1989). Na sociedade Medieval, a infância não era reconhecida como uma etapa em particular da vida do indivíduo (Ariès, 1988). Havia apenas um factor que separava os mais jovens do resto da sociedade: a dependência. A partir do momento em que uma criança conseguisse sobreviver sem os cuidados maternos, passava a constar da realidade da vida dos adultos. *(...) Assim que a criança*

transpunha esse período de mortalidade elevada em que a sua sobrevivência era improvável, confundia-se com os adultos (Ariès, 1988:183). A partir desse momento, e sem recurso a um processo de transição suave, entrava-se na comunidade dos homens e mulheres, partilhando com eles os hábitos quotidianos. Este fenómeno é distinto do que se verificava durante a Antiguidade em que havia um espaço social para a transição de uma fase para a seguinte. Foi o retomar das preocupações educativas que veio reintroduzir a possibilidade de intrecalar o período da a infância entre o nascimento e a vida adulta (Ariès, 1988).

Durante a Idade Média, a distinção entre as esferas de actuação femininas e masculinas era fortemente sublinhada. Neste período, todos os aspectos relevantes eram controlados pela figura masculina, sendo as mulheres vistas como fracas e como se constituissem uma ameaça para *a alegria do lar* (Duby *et al.*, 1989). Os destinos possíveis, para as mulheres, passavam por uma única via: a dedicação exclusiva à vida familiar ou à vida religiosa, sendo que, em qualquer das opções, os constrangimentos sociais e espaciais eram tremendos (Oliveira & Oliveira, 2010). Ainda assim, o seu papel não podia ser menosprezado, pois era por sua via que se reafirmavam e perpetuavam as relações de poder (Oliveira & Oliveira, 2010). Era, ainda, à mulher que cabia o tratamento da morte, por exemplo, ao prepararem os defuntos enquanto *os encomendavam a Deus* (Oliveira & Oliveira, 2010).

As estratégias de manutenção do património vieram a reflectir-se na idade em que ocorria o casamento, na escolha da vida religiosa ou do celibato em detrimento da vida conjugal, tanto para homens quanto para mulheres, sendo esta uma opção especialmente criada para os filhos que não fossem primogénitos (Rodrigues, 2008a). As restrições impostas, na tentativa de limitar as partilhas, conduziram a um aumento significativo do número de mulheres dedicadas à vida religiosa. Este aparente excesso de mulheres poderá estar, também, directamente relacionado com o movimento da reconquista e das cruzadas que mobilizavam a população jovem do sexo masculino (Rodrigues, 2008a).

É enorme a complexidade social que caracteriza o Portugal Medieval, por isso, na impossibilidade de elencar todos os aspectos sociais que poderiam condicionar o quadro demográfico, tentaremos identificar aqueles que estão reflectidos, de forma mais evidente, nos contextos arqueológicos.

4.4.3 Época Moderna

Só em 1527, estavam reunidas as condições necessárias para se proceder a um cadastro da população (Rodrigues, 1997). O crescimento populacional manteve algumas das características da época Medieva, como era o caso da natalidade elevada que, apesar disso, continuava a não ser suficiente para elevar o saldo natural (Rodrigues, 1997). As pestes, epidemias e crises económicas, contribuiam, de maneira importante, para as elevadas taxas de mortalidade (Rodrigues, 1997).

Os séculos XVI e XVII foram marcados por um decréscimo populacional associado a momentos bélicos e seus subprodutos, conduzindo, estes confrontos, a crises económicas e sociais. Estas crises aumentaram a pobreza e deixaram a população mais frágil e susceptível a epidemias, como a peste, a cólera, a sífilis, o tifo, a difteria e a varíola, que grassaram ao longo do século XVII (Rodrigues, 2008d). As crianças, por serem as mais afectadas por este tipo de problemas, a maior parte das vezes fatais, começam, aos poucos, a ganhar uma identidade mais precoce (Rodrigues, 2008d). Todo o processo de as integrar na vida cristã, de lhes dar um nome e de ver nelas mais do que o garante da manutenção do património na família, ocorre depois do século XVII (Rodrigues, 2008d). Os infantes, que sobrevivessem aos sete anos, tornavam-se parte da comunidade, reforçando e formalizando este vínculo por volta dos 12 anos (Rodrigues, 2008d).

Permanece a dominância masculina dentro da sociedade e da família, vindo a mulher e os filhos em segundo plano. Dentro da fratria, seriam os rapazes os mais importantes (Rodrigues, 2008d). Durante a Época Moderna, a proximidade entre pais e filhos, em particular os mais velhos, assume-se como relevante (Revel *et al.*, 1989). É, também, durante este período que os laços maternos se reforçam, até por ter passado para a mãe a responsabilidade da amamentação, o que tornou o impacto da morte prematura mais intenso e mais sentido do que em épocas anteriores (Revel *et al.*, 1989). A educação das crianças desempenha, principalmente entre as classes sociais de maior estatuto, uma preocupação familiar (Castan *et al.*, 1989). É reforçada, durante esta época, a separação dos sexos, inclusivamente por via da utilização e gestão dos espaços, já que

passou a haver um conjunto de áreas que são interditas a um ou ao outro sexo (Castan *et al.*, 1989).

Os esforços realizados para conhecer os números da população portuguesa tiveram, durante vários momentos da história, como principal motivação perceber qual a força que o país apresentaria em face a conflitos bélicos (Rodrigues, 1997). Apesar do fraco crivo utilizado, para seleccionar os homens que iam para a guerra, os fidalgos não tinham que se preocupar com esse destino. Assim, durante o século XVI, eram os homens das classes sociais inferiores os que maiores probabilidades tinham de morrer, principalmente no campo de batalha (Rodrigues, 2008d).

No século XVIII, a mortalidade torna-se mais previsível (Moreira, 2008). No campo, as doenças respiratórias matam de Inverno, enquanto as doenças intestinais são o carrasco do Verão (Moreira, 2008). Nas cidades, a elevada concentração demográfica continua a contribuir para a disseminação das doenças infecciosas (Moreira, 2008). Assim, torna-se claro que a mortalidade assume uma importante relação com a condição social (Moreira, 2008). A centúria de oitocentos é marcada por uma maior consciência médica e higiénica que se traduz, de forma importante, ao nível dos contextos funerários (Rodrigues, 2008c). Durante o século XIX, a influência dos conhecimentos medicinais permite controlar um conjunto de enfermidades que, até esse momento, tendiam a dizimar percentagens importantes da população (Rodrigues, 2008c). Esses progressos conduzem a uma separação das esferas da acção da vida e da morte. A proibição dos enterramentos no interior das igrejas, a criação de cemitérios modernos e a presença assídua do médico, ditam aquela que será uma das alterações de mentalidades, face à morte, mais importantes, mitificando-a e tornando-a distante e tabu (Ariès, (1975) 1988; Catroga, 1999).

A mudança cultural e social verificada permitiu uma maior dispersão demográfica e um acesso mais generalizado ao trabalho, conferindo às populações uma melhor qualidade de vida (Rodrigues, 2008c). Estes fenómenos no sector laboral traduziram-se, também, numa assimetria social, já que a população rural tinha acesso a menos bens e menores cuidados que a população urbana (Rodrigues, 2008c).

Tendo em conta tanto a relevância quanto as limitações associadas à paleodemografia, importa perceber de que forma estes dados se encontram registados

nos relatórios antropológicos de campo. A partir da informação neles contida, será interessante explorar eventuais relações existentes entre os parâmetros demográficos referenciados e verificar a possibilidade de associar estes dados às variáveis do contexto histórico-geográfico e aos elementos da cultura material.

4.5 A paleodemografia em campo

A determinação da idade e do sexo, no esqueleto humano, baseia-se no conhecimento das alterações morfológicas ocorridas, nesta estrutura, ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Salvaguardando as problemáticas inerentes à aplicação das metodologias paleodemográficas, importa perceber como e em que circunstâncias, se aplicam as práticas de diagnóstico disponíveis, tanto para o sexo como para a idade. Um paradigma da Antropologia das populações do passado norteia a maior parte das escolhas. Numa fase inicial do desenvolvimento, estas alterações morfológicas ocorrem de forma idêntica para os indivíduos do sexo feminino e masculino (Saunders, 2008). Se, por um lado, este facto determina a impossibilidade de afirmar com segurança o sexo dos indivíduos não-adultos, por outro lado, permite classificar de forma bastante aproximada a idade à morte. Importa também perceber que as escolhas e a confiança com que se aplicam os métodos, dependem, em grande medida, da conservação do material osteológico, sendo que, em última análise, a fraca representatividade ou preservação podem comprometer a leitura das variáveis demográficas.

Na medida em que o registo da avaliação em causa se encontra limitado pelos constrangimentos de uma intervenção arqueológica, será mais interessante, tendo em conta os objectivos da presente dissertação, entrar em linha de conta com os procedimentos genericamente aceites como estratégias válidas e de fácil aplicação em campo. Contribuições de obras como: *Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons* (Ferembach *et al.*, 1980); *Diging up bones: the excavation, treatment and study of human skeletal remains* (Brothwell, 1981); *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation* (Ubelaker, 1989); a proposta de Buikstra e Ubelaker (1994) criada com o objectivo claro de proporcionar um conjunto de metodologias uniformizadas que pudessem ser aplicadas por todos os investigadores, o *Standards: for data collection from human skeletal remains - Proceedings of a Seminar at The Field Museum of Natural History*; *Human osteology: a laboratory and*

field manual (Bass 1997) e, mais recentemente, *The Human Bone Manual* (White & Folkens, 2005), presidiram à formação e consequente escolha metodológica da grande maioria de Antropólogos físicos em Portugal, podendo, por isso, assumir-se a existência de uma certa homogeneidade ao nível das práticas utilizadas no trabalho antropológico de campo. Em comum, estas publicações sugerem metodologias de fácil aplicação, baseadas na avaliação morfológica de algumas das estruturas do esqueleto ou, eventualmente, alguns métodos métricos. Nesse sentido, serão, porventura, os métodos mais simples aqueles que terão uma maior eficácia no campo. Importa, portanto, perceber como se procede a este tipo de avaliação.

4.5.1 Idade à morte

O contexto arqueológico e antropológico de escavação caracteriza-se pelas limitações de tempo e por condições de trabalho imprevisíveis que dependerão, em muito, da capacidade criativa dos antropólogos. Apesar destes constrangimentos, as metodologias apropriadas a este contexto têm que ser robustas o suficiente para serem aplicáveis. Isto deixa de fora um conjunto amplo e variado de métodos eficazes, mas cuja aplicabilidade terá de ser circunscrita ao laboratório (Cameriere *et al.*, 2009; Robling & Stout, 2008; Rougé-Maillart *et al.*, 2009).

Outro dos obstáculos associados à avaliação paleodemográfica diz respeito à preservação do esqueleto. Neste aspecto, os dentes, em particular, revelam uma maior durabilidade que o restante material esquelético, sendo, por isso, um recurso importante no processo das estimativas demográficas (White & Folkens, 2005). Para além da sua durabilidade, os dentes acumulam a vantagem de serem das estruturas que mais aproximam o seu desenvolvimento à idade cronológica dos indivíduos. Com efeito, apresentam um padrão regular de erupção que se revela particularmente interessante para a estimativa da idade à morte (EIM) em não-adultos (Saunders, 2008; Scheuer & Black, 2000; Ubelaker, 1989; White & Folkens, 2005). O reconhecimento dos momentos associados à formação dos dentes, à erupção da dentição decidual e ao aparecimento da dentição permanente, permite enquadrar as crianças e jovens em intervalos etários bastante precisos (Cunha *et al.*, 2009; Halcrow & Tayles, 2011; Scheuer & Black, 2000; White & Folkens, 2005).

O ritmo de fusão das epífises dos ossos longos pode, também, constituir uma alternativa na avaliação da idade à morte (Coqueugniot & Weaver, 2007; Cunha *et al.*, 2009; Saunders, 2008; Scheuer & Black, 2000), já que ocorre numa ordem que é conhecida e em torno de idades específicas (Brothwell, 1981; Cardoso, 2008b; c; Scheuer & Black, 2000). Pelo facto de ser aplicável a indivíduos que possam já ter o terceiro molar erupcionado, este parâmetro apresenta essa vantagem em relação ao desenvolvimento dentário, podendo, assim, servir como referência na estimativa da idade à morte de jovens adultos (Belcastro *et al.*, 2008; Rougé-Maillart *et al.*, 2009; Schmitt, 2004). No entanto, perante a possibilidade de utilizar ambos recursos metodológicos (associados à dentição ou ao ritmo de fusão das epífises), a erupção dentária deve ser a eleita, por ser mais fiável do que a união epifisária, já que, a primeira, está menos dependente, do que a segunda, de eventuais constrangimentos ambientais que possam ter ocorrido durante o crescimento (Cardoso, 2005; 2008c). Contudo, uma determinação mais precisa da idade à morte dos indivíduos não-adultos está dependente da diagnose sexual, já que raparigas e rapazes, apresentam ritmos de crescimento diferentes (Saunders, 2008; Scheuer & Black, 2000; Ubelaker, 1989).

A avaliação da idade à morte, em adultos, apresenta desafios importantes que, contudo, poderão ser contornados. Se os dentes são indicadores valiosos para os sujeitos imaturos, também, na vida adulta, podem ser indicadores importantes nas análises palaeodemográficas. Com efeito, é possível recorrer aos padrões de alteração morfológica a que estão sujeitos, para estabelecer uma avaliação da idade à morte (Cameriere *et al.*, 2009). A partir do momento em que os dentes rompem as gengivas, estão sujeitos a desgaste. O ritmo a que este se processa encontra-se cientificamente estabelecido e permite avançar com uma estimativa da idade à morte (White & Folkens, 2005). Contudo, deve ter-se presente que se trata duma referência etária sujeita a importantes influências externas, como sejam a dieta, práticas culturais que utilizam a boca como suporte adicional e a existência de patologias, que podem acelerar ou alterar o padrão de desgaste, tornando esta metodologia menos fiável (White & Folkens, 2005).

A importância que, históricamente, tem sido dada ao crânio levou, também, ao desenvolvimento de metodologias associadas ao grau de obliteração das suturas cranianas (Masset, 1982; Ubelaker, 1989). São várias as metodologias que têm como base as alterações destas estruturas. A sua fundamentação reside na constatação de que, ao

longo da vida, os ossos que compõem o crânio tendem a fundir-se (Masset, 2000; Ubelaker, 1989; White & Folkens, 2005). A aplicação das várias metodologias disponíveis para avaliar o grau de senescência das suturas implica: por um lado, a preservação do crânio que, pela sua morfologia, é particularmente sensível ao passar do tempo e raramente se preserva íntegro e, por outro, as avaliações necessárias a cada sutura não se traduzem numa correlação suficientemente forte entre a idade estimada e a idade real, como já referiam, na década de 1980, Masset e Bocquet-Appel (Bocquet-Appel & Masset, 1982; Ubelaker, 1989).

A estimativa da idade à morte a partir da avaliação das alterações morfológicas da sínfise púbica é, actualmente, um dos métodos mais populares, tanto no âmbito do estudo das populações do passado como no campo da Antropologia forense (Cunha *et al.*, 2009; Ubelaker, 2008). É um método particularmente interessante para a população adulta, na medida em que as transformações desta região persistem para além do início da idade adulta, fornecendo estimativas mesmo após a entrada na quinta década de vida (Ubelaker, 1989; 2008; White & Folkens, 2005). Apesar de ser um método que permite boas avaliações, existem alguns aspectos que podem comprometer a sua aplicação. Após o parto, estas alterações tendem a acentuar-se, conduzindo a sobre-estimativas da idade (White & Folkens, 2005). Por outro lado, a existência de moldes para comparação – ou, em alternativa, imagens – das seis fases de desenvolvimento desta estrutura, bem como a necessidade de se deter um conhecimento aprofundado destas alterações, para as poder classificar, fazem com que a aplicação deste método, em campo, se possa tornar um desafio (Santos, 1995b). O mesmo tipo de avaliação macroscópica, baseada em alterações morfológicas, é aplicado à configuração da superfície auricular do *ílium*, que apresenta a vantagem de não ser tão afectada pelo parto, apesar de manter o mesmo tipo de dificuldade de aplicação (Rougé-Maillart *et al.*, 2009).

Em resumo, a estimativa da idade à morte em adultos, por via das limitações elencadas, é muitas vezes apresentada sobre a forma de intervalos etários amplos. As metodologias existentes que permitem estreitar estas avaliações – (Cameriere *et al.*, 2009; Robling & Stout, 2008; Rougé-Maillart *et al.*, 2009; Santos *et al.*, 2011b) – não podem ser aplicadas em campo. Assim sendo, será possível aferir com maior precisão o enquadramento etário dos indivíduos em contexto laboratorial.

4.5.2 Diagnose sexual

A espécie humana é, entre os primatas hominóides, a que apresenta menor dimorfismo sexual, sendo as diferenças, entre homens e mulheres, acentuadas culturalmente. O esqueleto revela algumas destas dissemelhanças anatómicas, contudo, esta avaliação está substancialmente dependente da sua maturação (White & Folkens, 2005). A falta do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários limita, de forma importante, a determinação sexual. Contudo, existem alguns enquadramentos teóricos (Espinoza & Reyes, 2010; Viak *et al.*, 2008; Weaver, 1980) que sugerem ser possível estabelecer um método que permita distinguir sexualmente os esqueletos imaturos, todavia, não há, ainda, uma proposta que satisfaça, por completo, os imperativos científicos necessários para serem utilizados amplamente (Saunders, 2008; Scheuer & Black, 2000).

A noção do senso comum de que as mulheres são mais gráceis e os homens maiores e mais robustos, encontra correspondente ao nível do esqueleto e serve de base à maior parte das metodologias criadas para a avaliação sexual (Ubelaker, 1989; White & Folkens, 2005). Não obstante, é necessário ter em mente que a variação populacional poderá resultar no aparecimento de mulheres de grande porte e de homens de pequena dimensão (White & Folkens, 2005). As estruturas esqueléticas que mais preservam esta dicotomia são o crânio e a pélvis.

No crânio, a avaliação resulta da análise combinada de estruturas como: o desenvolvimento da crista nucal, o processo mastóide, as margens supra-orbitárias, a glabela e a eminência mentoniana, referindo apenas alguns (Stevenson *et al.*, 2009; White & Folkens, 2005). No osso coxal, são habitualmente tomadas em consideração, a título de exemplo, o arco ventral, a concavidade sub-púbica, o ramo isquiopúbico, a largura e altura do osso coxal e, ainda, a abertura da grande chanfradura isquiática (Ubelaker, 1989; White & Folkens, 2005). Tendo em conta o espectro da diversidade morfológica, a avaliação é feita com base nas várias configurações morfológicas atribuídas ao sexo masculino e feminino (Buikstra & Ubelaker, 1994; Ferembach *et al.*, 1980). A determinação de cada um destes elementos, como pertencendo ao sexo masculino ou feminino, permitirá definir qual o enquadramento mais adequado para um determinado

esqueleto. Apesar dos vários métodos apresentarem elevados graus de eficácia, na avaliação que permitem, é da sua combinação que surgem os melhores resultados (White & Folkens, 2005).

Se os métodos anteriores se baseiam numa avaliação morfológica e macroscópica, existem outros que são particularmente interessantes para a população portuguesa, designadamente os métodos métricos criados a partir da colecção de esqueletos identificados da Universidade de Coimbra. Usado em combinação com a avaliação do crânio e da pélvis ou, na impossibilidade de conjugar estas abordagens, isoladamente, este tipo de avaliação é sustentado pela existência de um correlação forte entre as dimensões de algumas estruturas esqueléticas e o sexo (Silva, 1991-1992; Wasterlain, 2000a; Wasterlain, 2000b). Tendo sido criados a partir de uma série osteológica portuguesa identificada, vão ao encontro das recomendações da maioria dos autores que refere ser o procedimento mais indicado num estudo paleodemográfico. Embora de difícil aplicação em campo, outros métodos de natureza radiológica, microscópica ou bioquímica, poderão ser recursos interessantes como forma de complementar as diagnoses estabelecidas em campo.

As metodologias, aqui referidas, serão as mais comummente aplicadas em contextos de escavação por a combinarem de maneira aceitável a fiabilidade dos resultados e a facilidade de aplicação. Estas abordagens são, também, as mais frequentemente mencionadas nas publicações de referência da área, devendo, por isso, fazer parte dos conhecimentos associados a uma formação básica na Antropologia do esqueleto. Poder-se-á, por tal motivo, assumir – à falta de um registo da referência da metodologia ou metodologias aplicadas a cada um dos indivíduos analisados – que deverão ter sido estas as abordagens utilizadas pelos especialistas no estudo dos vestígios humanos em contextos arqueológicos.

4.6 Material e métodos relativos à análise Paleodemográfica

4.6.1 Registo dos dados paleodemográficos

A partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, realizou-se o registo do sexo e da idade dos indivíduos referenciados nestes documentos. Para a diagnose

sexual foram consideradas as categorias de registo: *feminino* e *masculino*. A classificação de *indeterminado* foi aplicada nos casos sobre os quais não foi possível avançar com uma avaliação[42]. Tendo em consideração a questão, já anteriormente debatida, referente ao género e ao sexo dos indivíduos encontrados em contexto arqueológico, torna-se necessário salientar que a análise em questão se limita à distinção biológica entre os sujeitos, ou seja, faz-se apenas a distinção entre o sexo feminino e masculino.

Para a avaliação da estimativa de idade à morte foram criadas duas formas de registo: uma, tomando em consideração as características mais genéricas – acautelando as situações em que apenas é possível afirmar que um determinado esqueleto pertenceu a um indivíduo *adulto* ou *não-adulto* – e uma outra, que permitiu entrar em linha de conta com estimativas mais precisas. Para tal, foram considerados vários escalões etários, seguindo um modelo de divisão adaptado das propostas de Buickstra e Ubelaker (1994) e replicadas por White (2005)[43], de modo a adequar os vários enquadramentos etários às representações sociais de cada idade (Halcrow & Tayles, 2011). Esse modelo encontra-se descrito na tabela 4.I.

[42] A categoria de sexo indeterminado compreende os casos em que, segundo os registos, a aplicação das metodologias de diagnose sexual se revelou inconclusiva e as situações em que o estado de preservação do material inviabilizou esta análise.

[43] White (2005) propõe as seguintes categorias etárias: Feto: antes do nascimento; Criança – Primeira infância: 0-3 anos; Criança: 3-12 anos; Adolescente: 12-20 anos; Jovem adulto: 20-35 anos; Adulto médio: 35-50 anos; Adulto maduro: mais de 50 anos. As adaptações introduzidas consistem na criação de pontos de cisão entre as categorias que fossem distintos de modo a facilitar a escolha de um ou outro intervalo etário. Optou-se também por encurtar o período atribuído à adolescência de modo a ir ao encontro das representações sociais que tradicionalmente marcam a entrada na vida adulta.

Tabela 4.I – Caracterização das variáveis de dados paleodemográficos registados a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Variáveis paleodemográficas	**Categorias das variáveis de avaliação paleodemográfica**		
Diagnose sexual	Feminino	Masculino	Indeterminado
Estimativa da idade à morte	Não-adulto	Adulto	Sem informação
Avaliação por escalão etário	Feto <0 anos (antes do nascimento)		Adulto jovem 19-35 anos
	Neonato 0-2 anos		Adulto de meia idade 36-50 anos
	Infante 3-12 anos		Adulto maduro >50 anos
	Juvenil /Adolescente 13-18 anos		Sem informação

Em continuidade com a análise realizada no capítulo anterior, recorreu-se, também aqui, ao mesmo tipo de modelo estatístico (Teste de Qui-Quadrado de Pearson ou o Teste Exacto de Fisher). Com o intuito de perceber se é possível estabelecer algum tipo de relação entre os parâmetros paleodemográficos, registos da cultura material e dados dos gestos funerários, cruzaram-se os dados relativos à diagnose sexual e estimativa da idade à morte com os elementos associados ao enquadramento funerário.

4.7 Resultados dos dados da Paleodemografia

4.7.1 Análise dos registos relativos à paleodemografia

No que diz respeito à frequência dos dados registados relativos à estimativa da idade à morte, verifica-se que, em 90,3% dos casos, foi referida a avaliação deste parâmetro (Figura 4.1). A percentagem dos registos sobre os quais não há informação da idade à morte aumenta para 35,8% (166/464), quando o foco da análise é a avaliação por escalão etário (Figura 4.2).

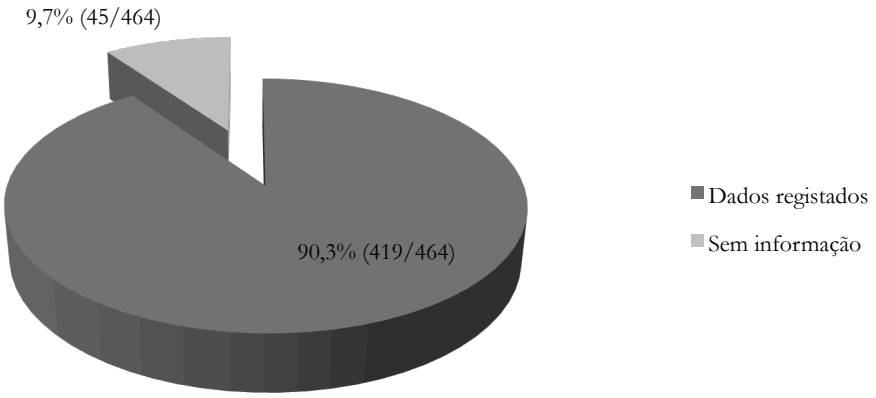


Figura 4.1 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação*, relativos ao enquadramento etário (*não-adulto / adulto*) obtidos a partir da análise aos relatórios antropológicos de campo.

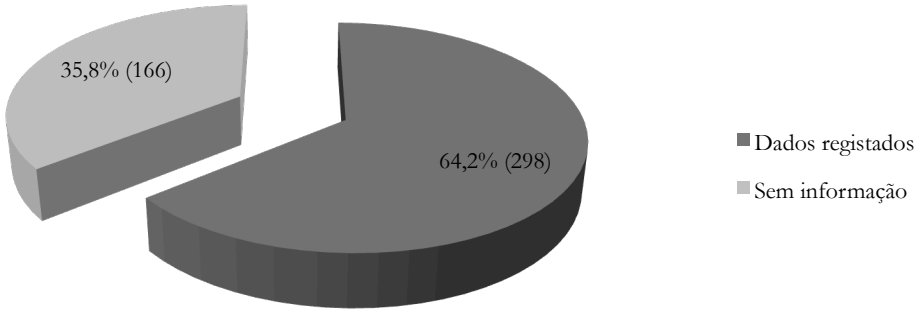


Figura 4.2 – Distribuição das frequências dos dados registados e *sem informação*, relativos ao escalão etário, obtidos a partir da análise aos relatórios antropológicos de campo.

Para a diagnose sexual, a estratégia de registo da informação adoptada levou a que não fossem identificados casos para os quais não houvesse informação.

4.7.2 Caracterização dos dados paleodemográficos

A análise do enquadramento etário e da diagnose sexual dos indivíduoa encontra-se fortemente condicionada pelo estado de conservação do material esquelético (em

ambos os casos) e pelo estado de maturação do esqueleto (em particular na avaliação sexual). Estas considerações assumem ainda maior validade nos contextos de escavação. Assim, na tentativa de compreender o impacto dos dados referentes a indivíduos com fraca representatividade e preservação no valor informativo dos registos obtidos pela análise dos relatórios antropológicos de campo, serão apresentadas as distribuições das frequências de avaliação dos parâmetros demográficos, tendo em consideração a totalidade dos dados e após a remoção dos indivíduos mal conservados, sempre que isso se afigurou pertinente[44].

A avaliação da idade à morte foi registada de duas formas: uma, mais genérica, – *não-adulto/adulto* – e outra com recurso a várias categorias etárias que se encontram elencadas na Tabela 4.I. Os dados assim registados indicam que, quando se considera a totalidade dos registos efectuados, 70,0% (325/464) das avaliações revelam a presença de adultos (Figura 4.3; Tabela 4.II).

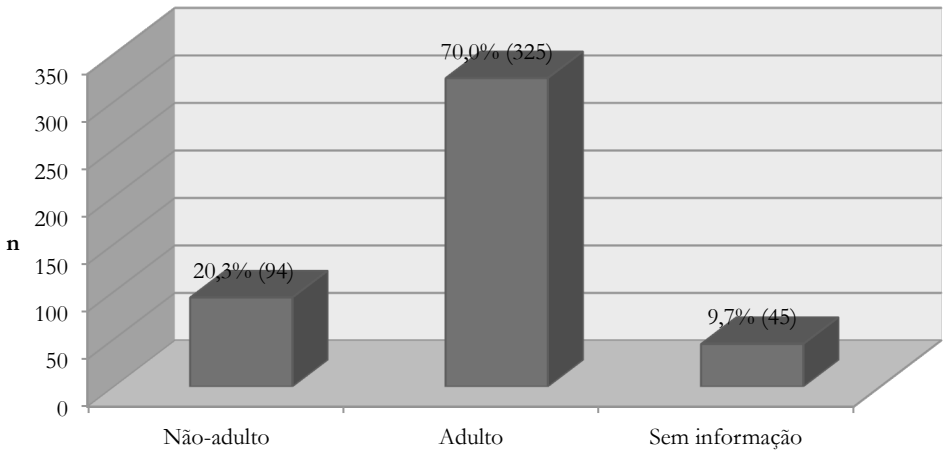


Figura 4.3 – Distribuição dos dados relativos ao enquadramento etário, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, considerando a totalidade dos casos.

[44] Tal como apresentado no Capítulo segundo, foram criadas categorias de registo relativas ao estado de preservação e representatividade a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. As categorias criadas seguem o mesmo tipo de lógica, tanto para a preservação quanto para a representatividade, relativas ao esqueleto: Nula (0% - evidências de presença do esqueleto); Baixa (0%-25%); Média (25%-50%); Elevada (50%-75%) e Excelente (>75%). Atendendo a que as avaliações paleodemográficas são fortemente condicionadas pelo estado de conservação do esqueleto, foram, em alguns casos devidamente referenciados, retirados da amostra os esqueletos com preservação e representatividade nula e baixa ou sobre os quais não houvesse esta informação.

Quando se removem da amostra os casos mal preservados, por se considerar que podem limitar a validade das avaliações demográficas, verifica-se que estes valores não se alteram substancialmente. O número de casos classificados como adultos aumenta ligeiramente para os 74,0% (154/208), ao passo que os não-adultos representam 21,6% (45/208) (Tabela 4.II).

A análise à distribuição dos dados reportados nos relatórios antropológicos de campo, por escalão etário, reafirmam o padrão de maior frequência de indivíduos adultos, sendo a categoria *Adulto de meia idade* a mais frequente (19,4% [90/464]). apresentando, Mesmo assim, os valores apresentados são inferiores aos dos casos sobre os quais não foi registada informação (35,8% [166/464]). Após a exclusão dos indivíduos pior conservados verifica-se que diminui, de forma importante, o número de elementos sobre os quais não há informação (15,4% [32/308]) e que aumentam os valores percentuais para as restantes categorias (Figura 4.4; Tabela 4.II).

Tabela 4.II – Distribuição dos valores relativos ao enquadramento etário dos casos analisados a partir dos relatórios antropológicos de campo, tendo em conta o estado de conservação registado para o esqueleto.

Tipo de avaliação da estimativa da idade à morte	**Categorias de classificação**	**Totalidade dos dados**		**Dados de esqueletos bem conservados**	
		n	%	n	%
Avaliação da maturação do esqueleto	Não-adulto	94	20,3%	45	21,6%
	Adulto	325	70,0%	154	74,0%
	Sem informação	45	9,7%	9	4,3%
		n=464		n=208	
Avaliação por escalão etário	Feto	7	1,5%	2	1,0%
	Neonato	27	5,8%	13	6,3%
	Infante	39	8,4%	16	7,7%
	Juvenil	13	2,8%	11	5,3%
	Adulto jovem	72	15,5%	41	19,7%
	Adulto meia idade	90	19,4%	65	31,3%
	Adulto maduro	50	10,8%	28	13,5%
	Sem informação	166	35,8%	32	15,4%
		n=464		n=208	

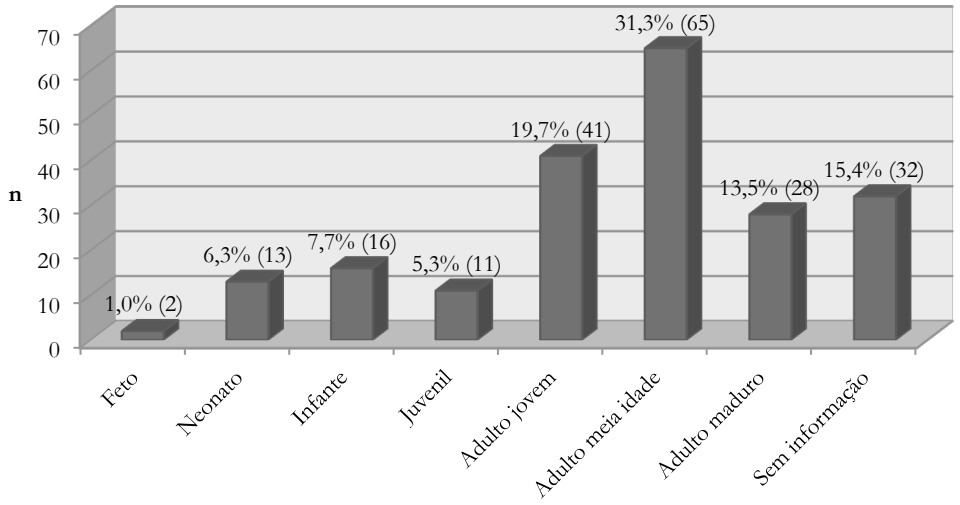


Figura 4.4 - Distribuição dos dados relativos à estimativa da idade à morte obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, removendo da análise os casos mal conservados.

Sendo opinião unânime que a determinação do sexo, em esqueletos imaturos, ainda apresenta fragilidades importantes, a exclusão dos indivíduos não-adultos de todas as avaliações que dependam da diagnose sexual, parece ser o procedimento mais prudente. Assim, a análise do sexo, considerando-se a totalidade da amostra ou apenas a fracção respeitante aos vestígios bem conservados e adultos, revelou dois padrões distintos. Na primeira avaliação, à globalidade dos dados, são os indivíduos sem sexo determinado os mais representados (39,7% [184/464]), seguidos pelos sujeitos do sexo masculino (34,7% [161/464]). Após se terem seleccionado apenas os registos dos casos mais bem conservados e que representassem indivíduos adultos, este padrão, tal como era de esperar, alterou-se, de tal maneira que os indivíduos classificados como pertencentes ao sexo masculino representam 54,6% (71/130) dos casos. Por sua vez, o sexo feminino representa 40,8% registos (53/130) (Tabela 4.III).

Tabela 4.III – Distribuição dos valores relativos à diagnose sexual dos casos analisados a partir dos relatórios antropológicos de campo, tendo em conta o estado de conservação registado para o esqueleto e o enquadramento etário.

Diagnose sexual	**Categorias de classificação**	**Totalidade dos dados**		**Dados de esqueletos adultos bem conservados**	
		n	%	n	%
Categorias de avaliaçãoo	Feminino	119	25,6%	53	40,8%
	Masculino	161	34,7%	71	54,6%
	Indeterminado	184	39,7%	6	4,6%
		n=464		n=130	

De seguida, procurou perceber-se de que forma é feita a distribuição dos dados relativos aos dois parâmetros demográficos (sexo e idade). A análise dos dados revela que são os indivíduos adultos do sexo masculino os mais representados (54,6% [71/130]). Este padrão torna-se mais claro quando se entra em linha de conta com os escalões etários criados para a análise, sendo particularmente evidente entre os sujeitos masculinos classificados como *Adulto de meia idade,* que representam 27,7% (36/130) dos dados. O sexo feminino apresenta também a sua frequência mais elevada (17,7% [23/130]) neste escalão etário (Figura 4.5; Apêndice C – Tabela C.V).

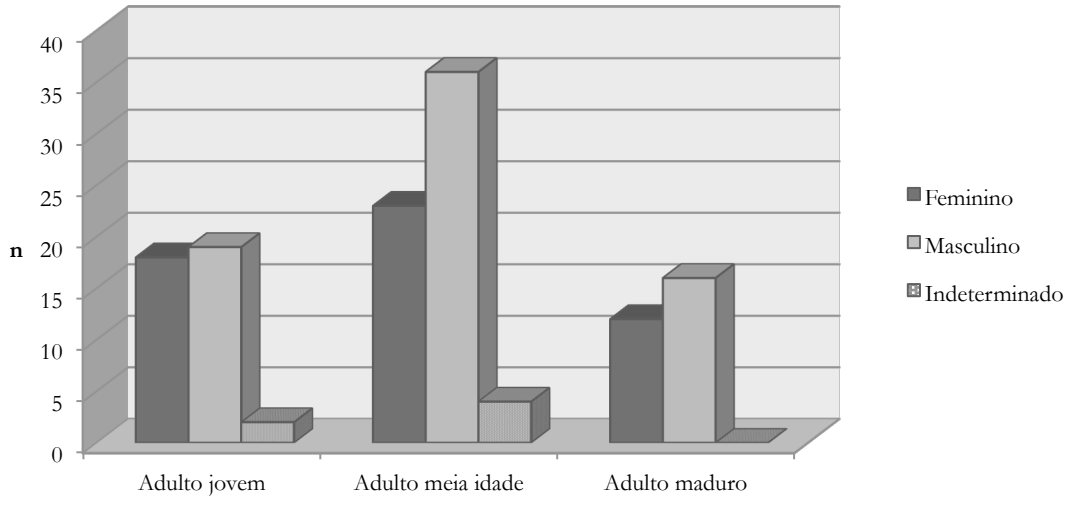


Figura 4.5 – Distribuição dos dados relativos à estimativa da idade à morte e diagnose sexual, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, removendo da análise os casos de não-adultos e mal conservados.

Na tentativa de inferir sobre uma possível relação entre o escalão etário e o sexo, foi aplicado o teste do Qui-quadrado de Pearson. Os resultados indicam que não parece haver uma associação entre o sexo e a estimativa da idade à morte (χ^2=2,622; g.l.= 2; *p*=0,270; n=184). Procurou-se também averiguar sobre a existência de possíveis diferenças entre a distribuição dos sexos. Recorrendo ao mesmo teste estatístico, verificou-se que não existem diferenças significativas entre os sexos (χ^2=1,391; g.l.= 1; *p*=0,238; n=184). Padrão distinto revela a divisão entre *não-adulto* e *adulto* cujo resultado da aplicação teste do Qui-quadrado de Pearson indicou a existência de diferenças significativas (χ^2=222,168; g.l.= 2; *p*<0,001; n=298), extensíveis à análise por escalão (χ^2=130,738; g.l.=6; *p*<0,001; n=298).

4.7.2.1 Análise da relação dos dados paleodemográficos com elementos da cultura material

Os dados paleodemográficos podem constituir um contributo importante na avaliação do contexto sociocultural em que os indivíduos viveram. A cultura material encontra-se fortemente associada a este tipo de análise. Recuperando os dados

recolhidos no âmbito da Antropologia funerária, será interessante perceber de que forma é que o espólio funerário se distribui de acordo com o sexo e a idade, exercício que poderá deixar antever a manifestação de algumas relações de estatuto social baseadas nas variáveis demográficas em estudo. A diversidade das categorias associadas ao espólio funerário (votivo e não votivo) não permite uma análise elucidativa sobre o tipo de relação que poderá existir entre os indivíduos e a presença de vestígios culturais. Nesse sentido, foi criada uma variável – *cultura material* – que indica apenas a *presença*, *ausência* e casos sobre os quais não há informação (*sem informação*). Esta nova variável é composta pelos dados que constituem o *espólio funerário* – *indumentária*, *adornos* e *elementos votivos* – referidos no capítulo anterior.

A análise da distribuição do espólio funerário de acordo com o escalão etário, não deverá ser influenciada pelo estado de preservação do material, por esse motivo, será considerada a totalidade dos dados recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. A distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de cultura material revelou que são os adultos os indivíduos que mais espólio têm associado (14,2% [66/464]) (Figura 4.6; Apêndice C – Tabela C.XII)

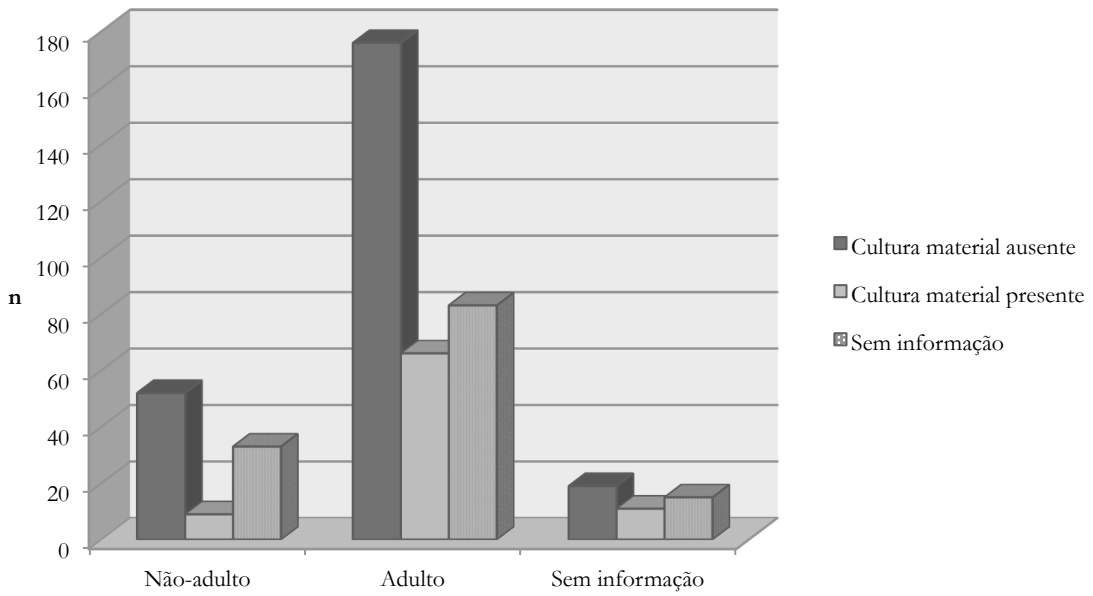


Figura 4.6 – Distribuição dos dados relativos ao *espólio funerário* em função do enquadramento etário, obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Quando a análise é feita por escalão etário, verifica-se que é nas categorias *Adulto de meia idade* (23,3% [20/86]) e *Adulto jovem* [16/86]) que se encontra espólio com maior frequência (Tabela 4.V). Entre os não-adultos, é na categoria *Infante* que se encontra o maior número de casos de presença de espólio (4,7% [4/86]) (Tabela4.V; Apêndice C – Tabela C.XIII).

Tabela 4.IV – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de *cultura material* em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Categorias de avaliação do escalão etário	**Cultura material ausente**			**Cultura material presente**			**Sem informação**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Feto	3	1.2%	0,6%	2	2.3%	0,4%	2	1.5%	0,4%
Neonato	12	4.9%	2,6%	3	3.5%	0,6%	12	9.2%	2,6%
Infante	21	8.5%	4,5%	4	4.7%	0,9%	14	10.7%	3,0%
Juvenil	10	4.0%	2,2%	0	0.0%	0,0%	3	2.3%	0,6%
Adulto jovem	42	17.0%	9,1%	16	18.6%	3,4%	14	10.7%	3,0%
Adulto meia idade	40	16.2%	8,6%	20	23.3%	4,3%	30	22.9%	6,5%
Adulto maduro	23	9.3%	5,0%	10	11.6%	2,2%	17	13.0%	3,7%
Sem informação	96	38.9%	20,7%	31	36.0%	6,7%	39	29.8%	8,4%
	n=247a)		n_{total}=464	n=86a)		n_{total}=464	n=131a)		n_{total}=464

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

No diz respeito ao sexo, pós se terem excluido da análise os indivíduos imaturos, os dados revelam que a presença de cultura material é mais frequente entre as mulheres (52,2% [24/46]). A aplicação do teste do Qui-Quadrado aos casos onde foi referenciada a presença de cultura material revelou que esta assimetria não se traduz numa diferença estatisticamente significativa (χ^2=1,391; g.l.=1; p=0,238; n=184) (Tabela 4.VI; Apêndice C – Tabela C.XIV).

No sentido de averiguar a significância das diferenças ao nível da presença de espólio funerário em função dos parâmetros demográficos, foi aplicado o teste do Qui-Quadrado de Pearson. Os resultados indicam que existem diferenças significativas que se estabelecem em função da classificação etária *não-adulto – ndulto* (χ^2=222,168; g.l.=2; p<0,001; n=298), bem como na análise por escalão etário (χ^2=130,738; g.l.=6; p<0,001; n=298).

Tabela 4.V – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de *cultura material* em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Categorias de avaliação do sexo	**Cultura material ausente**			**Cultura material presente**			**Sem informação**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Feminino	35	1.2%	16,8%	24	52.2%	11,5%	25	41,7%	12,0%
Masculino	57	4.9%	27,4%	19	41.3%	9,1%	24	40,0%	11,5%
Indeterminado	10	8.5%	4,8%	3	6.5%	1,4%	11	18,37%	5,3%
	n=102a)		n total =464	n=46a)		n total =464	n=60a)		n total =464

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

4.7.2.2 Análise da relação dos dados paleodemográficos com os gestos funerários

Os gestos funerários – orientação, tipo de deposição – podem também ser considerados elementos que reflectem diferentes relações sociais, possivelmente relacionadas com o sexo e idade dos indivíduos. Contudo, como foi demonstrado no capítulo anterior, existe uma assimetria importante nos dados registados sobre estes parâmetros já que, na esmagadora maioria dos casos, os defuntos são orientados de acordo com a norma canónica e em decúbito dorsal.

Analisando apenas as frequências, verifica-se que a orientação Oeste-Este é a que encontra maior expressão, tanto em indivíduos adultos (51,7% [168/325]) como nos não-adultos (62,8% [59/94]), mantendo a preponderância em todas as classes etárias consideradas (Tabela 4.VII; Apêndice C – Tabela C.XV e Tabela C.XVI). As diferenças

das frequências entre as categorias etárias analisadas, revelaram-se estatisticamente significativas para este tipo de orientação (χ^2=106,107; g.l.=2; p<0,001; n=168).

Tabela 4.VI – Distribuição dos dados relativos à *orientação* da sepultura em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

	Enquadramento etário								
Orientação da inumação	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte-Sul	2	2.1%	0.4%	13	4.0%	3.6%	4	8.9%	0.9%
NE-SO	2	2.1%	0.4%	22	6.8%	6.1%	3	6.7%	0.6%
Este-Oeste	2	2.1%	0.4%	25	7.7%	6.9%	0	0.0%	0.0%
Sul-Norte	2	2.1%	0.4%	7	2.2%	1.9%	1	2.2%	0.2%
SO-NE	15	16.0%	3.2%	54	16.6%	14.9%	12	26.7%	2.6%
Oeste-Este	59	62.8%	12.7%	168	51.7%	46.3%	15	33.3%	3.2%
NO-SE	3	3.2%	0.6%	9	2.8%	2.5%	0	0.0%	0.0%
Sem informação	9	9.6%	1.9%	27	8.3%	7.4%	10	22.2%	2.2%
	n=94a)		n_{total} =464	n=325a)		n_{total} =464	n=45a)		n_{total} =464

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Esta preferência verifica-se também ao nível do sexo. No total da amostra considerada (208 casos, após remover os indivíduos classificados como não-adultos) 56,0% (47/84) das mulheres e 52,0% (52/100) dos homens encontravam-se inumados de acordo com a orientação Oeste-Este (Figura 4.7; Apêndice C – Tabela C.XVII). De acordo com os resultados obtidos pela aplicação do teste do Qui-quadrado (χ^2=0,253; g.l.=1; p=0,615; n=99) não há diferenças significativas entre os indivíduos de sexos distintos inumados de acordo com esta orientação.

A aplicação do teste do Teste exacto de Fisher[45] não revelou a existência de diferenças significativas relativas aos vários tipos de orientação considerados em função do sexo (p=1,00) e do enquadramento etário (*adulto/não-adulto*) (p=1,00).

[45] De acordo com Marôco (2010) o Teste de Fisher pode ser utilizado em alternativa ao teste do Qui-Quadrado: *(…) Se bem que este teste de Fisher tenha sido inicialmente desenvolvido para tabelas 2x2 (…) em rigor o test epode ser aplicado a qualquer tipo de tabelas de contigência* (Marôco, 2010: 121).

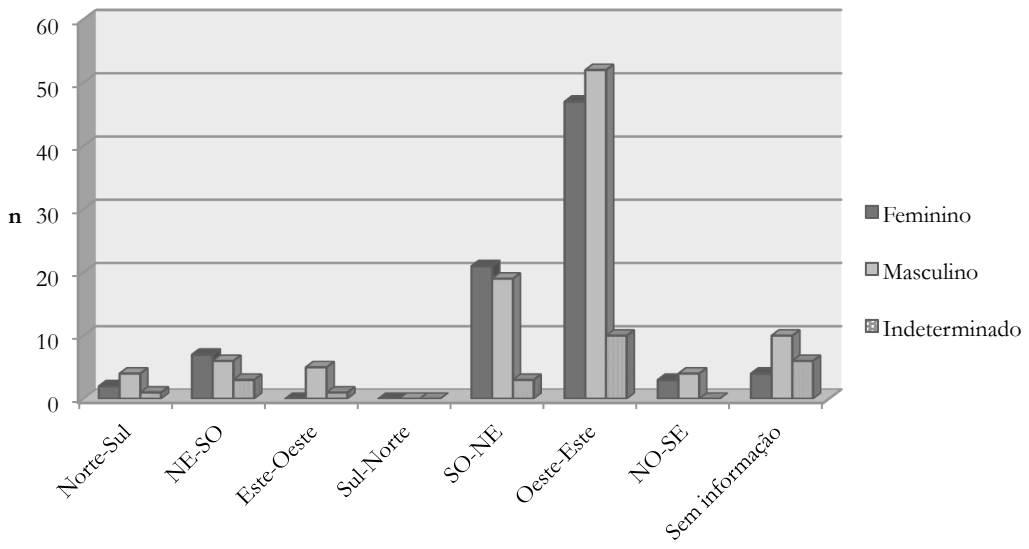


Figura 4.7 – Distribuição dos dados relativos à *orientação* da sepultura em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Também o *tipo de deposição* evidencia uma tendência nítida. Entre os indivíduos não-adultos 78,7% (74/94) encontravam-se em decúbito dorsal. Esta percentagem revela-se ainda mais elevada quando, em causa, estão os sujeitos classificados como adultos. Dos 325 que pertencem a este grupo 92,0% (299/325) assumem este tipo de deposição. As diferenças observadas ao nível das frequências destas duas categorias etárias – *não-adulto/adulto* –, revelam-se significativas após a aplicação do teste do Qui-Quadrado (χ^2=213,407; g.l.=2; p<0,001; n=263). Esta tendência é igualmente comprovada, na avaliação por escalão etário (Tabela 4.VIII). Para avaliar a existência de possíveis diferenças ao nível do tipo de deposição, determinadas em função do escalão etário, foi necessário aplicar o Teste exacto de Fisher. Os resultados obtidos não revelaram a existência de diferenças significativas para o enquadramento etário (p=1,000).

Tabela 4.VII – Distribuição dos dados relativos à presença ou ausência de cultura material em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Cat. escalão etário	Dec. dorsal			Dec. ventral			Dec. lat. direito			Dec. lat. esquerdo			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Feto	6	1.5%	1.3%	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%	1	50.0%	0.2%	0	0.0%	0.0%
Neonato	19	4.6%	4.1%	0	0.0%	0.0%	2	22.2%	0.4%	0	0.0%	0.0%	6	14.0%	1.3%
Infante	32	7.8%	6.9%	0	0.0%	0.0%	1	11.1%	0.2%	0	0.0%	0.0%	6	14.0%	1.3%
Juvenil	12	2.9%	2.6%	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%	1	2.3%	0.2%
Ad.jovem	66	16.1%	14.2%	0	0.0%	0.0%	2	22.2%	0.4%	0	0.0%	0.0%	4	9.3%	0.9%
Ad. meia idade	85	20.8%	18.3%	1	100.0%	0.2%	0	0.0%	0.0%	0	0.0%	0.0%	4	9.3%	0.9%
Ad. maduro	43	10.5%	9.3%	0	0.0%	0.0%	1	11.1%	0.2%	1	50.0%	0.2%	5	11.6%	1.1%
S/ info.	146	35.7%	31.5%	0	0.0%	0.0%	3	33.3%	0.6%	0	0.0%	0.0%	17	39.5%	3.7%
	n=409a)		n_{total}=464b)	n=1a)		n_{total}=464b)	n=9a)		n_{total}=464b)	n=2a)		n_{total}=464b)	n=43a)		n_{total}=464b)

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

As restantes formas de deposição são apenas pontualmente referidas nos relatórios de campo analisados. De entre elas, há a destacar a inumação em decúbito lateral direito, mais frequente entre os indivíduos não-adultos (4,3% [4/94]) (Apêndice C – Tabela C.XVIII, Tabela C.XIX) e a inumação em decúbito ventral associada a um indivíduo adulto do sexo masculino, já referenciada no capítulo anterior.

Na análise do tipo de deposição em função do sexo, constata-se que a inumação em decúbito dorsal é prevalecente, tanto para o sexo masculino (92,1% [93/101]) quanto para o sexo feminino (92,9% [79/85]). A as diferenças ao nível destas frequências não são estatisticamente significativas (χ^2=1,140; g.l.=1; p=0,286; n=172). De modo a averiguar se o sexo teve influência na escolha do tipo de deposição, aplicou-se o Teste exacto de Fisher que revelou a inexistência de diferenças (p=1,00).

4.7.2.3 Análise da relação dos dados paleodemográficos com o enquadramento histórico-geográfico

Quando se considera o contexto histórico e geográfico, qualquer um dos parâmetros demográficos se encontra mais representado no Sul do território. Nesta região, encontram-se 71,3% (67/94) dos indivíduos não-adultos e 61,2% (199/325) dos sujeitos adultos. Na análise da distribuição dos dados, tendo em conta a distribuição dos sexos, encontram-se frequências elevadas e pouco diferentes, de sujeitos de ambos os sexos (masculino, 71,0% [71/100]; feminino, 78,9% [67/84]) neste contexto (Figura 4.8; Apêndice C – Tabela C.V). No que diz respeito à distribuição por escalão etário verifica-se que a categoria *adulto de meia idade* é mais frequente tanto a Norte (14,3% [26/182]) quanto a Sul (22,7% [64/282]) (Tabela 4.IX).

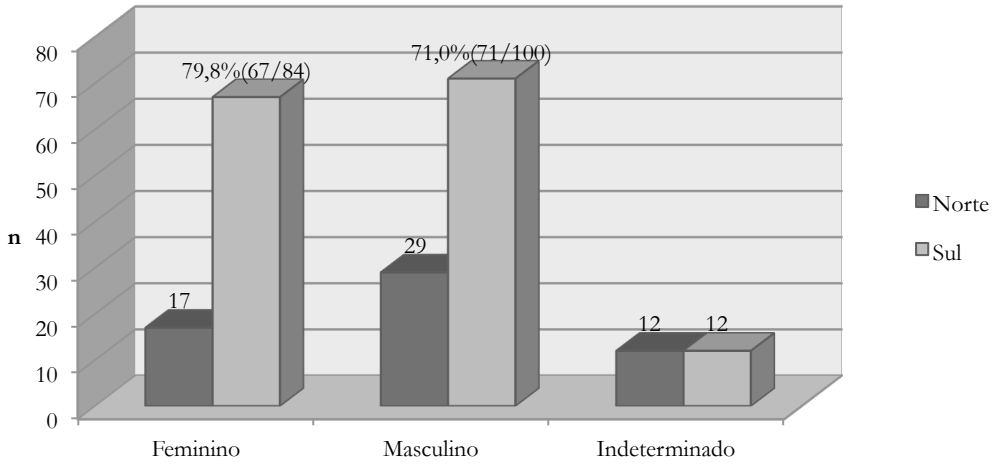


Figura 4.8 – Distribuição dos dados relativos ao contexto geográfico em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Tabela 4.VIII – Distribuição dos dados relativos à distribuição dos dados do escalão etário em função da divisão geográfica Norte-Sul, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Categorias de avaliação do escalão etário	**Divisão geográfica Norte-Sul**					
	Norte			Sul		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Feto	3	1.6%	0.6%	4	1.4%	0.9%
Neonato	5	2.7%	1.1%	22	7.8%	4.7%
Infante	11	6.0%	2.4%	28	9.9%	6.0%
Juvenil	4	2.2%	0.9%	9	3.2%	1.9%
Adulto jovem	16	8.8%	3.4%	56	19.9%	12.1%
Adulto meia idade	26	14.3%	5.6%	64	22.7%	13.8%
Adulto maduro	17	9.3%	3.7%	33	11.7%	7.1%
Sem informação	100	54.9%	21.6%	66	23.4%	14.2%
	n=182a)		n_{total}=464	n=282a)		n_{total}=464

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Para o enquadramento histórico, a Época Medieva é, de longe, a que congrega mais indivíduos para todas as categorias demográficas consideradas. Assim, 43,6% (41/94) dos indivíduos não-adultos estão associados à Época Medieval e, entre os indivíduos adultos, este valor ascende aos 51,1% (166/325) (Figura 4.9; Apêndice C – Tabela C.VIII). Em comparação, na Época Moderna estão representados 8,5% (8/94)

dos indivíduos não-adultos e 9,8% (32/325) dos sujeitos adultos. Na distribuição dos sexos de acordo com o contexto histórico, verifica-se que 32,1% (27/84) dos indivíduos do sexo feminino foram registados como pertencentes à Época Medieval, apresentando o sexo masculino um valor percentual semelhante, para esta mesma época (36,0% [36/100]). A Época Moderna é a segunda melhor representada com 14,3% (12/84) das mulheres e 12,0% (12/100) dos homens (Tabela 4.X).

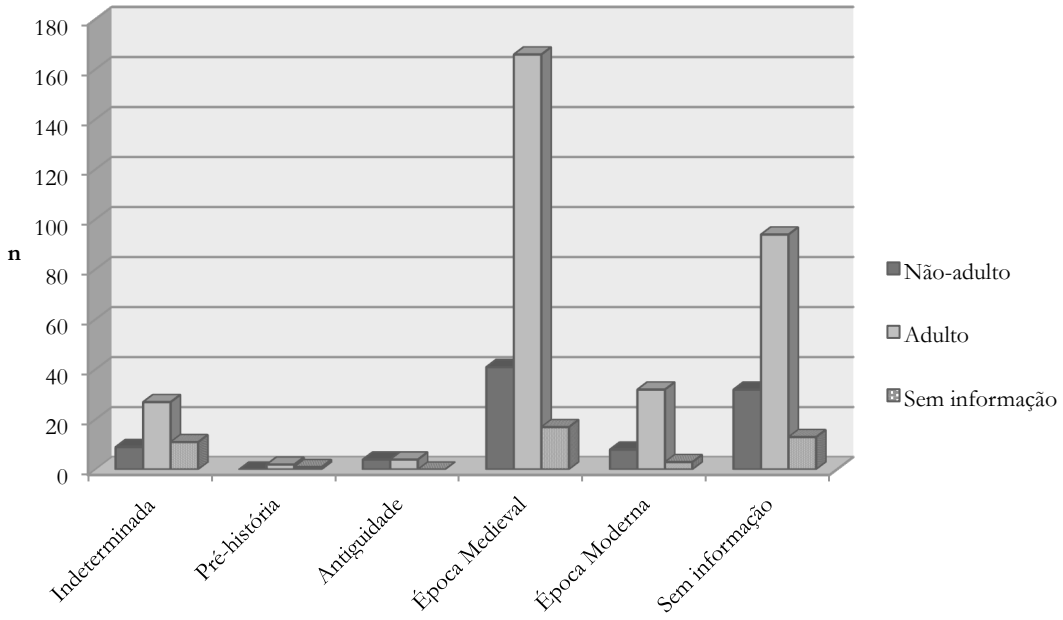


Figura 4.9 – Distribuição dos dados relativos ao contexto histórico em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Tabela 4.IX – Distribuição dos dados relativos ao contexto histórico em função da diagnose sexual, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Contexto histórico	Feminino			Masculino			Indeterminado		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	4	4.8%	1.9%	17	17.0%	8.2%	2	8.3%	1.0%
Pré-história	0	0.0%	0.0%	2	2.0%	1.0%	0	0.0%	0.0%
Antiguidade	2	2.4%	1.0%	2	2.0%	1.0%	0	0.0%	0.0%
Época Medieval	27	32.1%	13.0%	36	36.0%	17.3%	13	54.2%	6.3%
Época Moderna	12	14.3%	5.8%	12	12.0%	5.8%	2	8.3%	1.0%
Sem informação	39	46.4%	18.8%	31	31.0%	14.9%	7	29.2%	3.4%
	n=84		n_{total}=208	n=100		n_{total}=208	n=24		n_{total}=208

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Tendo em conta estes dados, importa agora compreender a sua especificidade dentro de um quadro mais alargado.

4.8 Discussão dos resultados da Paleodemografia

O reconhecimento da relevância dos parâmetros demográficos apresenta-se reflectido na frequência dos registos recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, já que, sobre a esmagadora maioria dos esqueletos reportados, é feita referência à avaliação do sexo e da idade (90,3%[419/464]). Tal não significa, contudo, que, em todas as situações, tenha sido possível chegar a um diagnóstico. No caso da estimativa da idade à morte, o número de sujeitos sobre os quais não há informação aumenta (35,8%) quando os resultados das análises são examinados por escalões etários. A influência exercida pelo estado de conservação do material poderá estar na origem desta discrepância. De facto, o tipo e qualidade de informação que é possível reunir a partir de uma série osteológica, resultante de um contexto arqueológico, depende, em grande medida, do estado de preservação e representatividade do espólio osteológico (Bello *et al.*, 2003). Essa parece ser, também, a realidade dos dados analisados, visto que, quando são removidos da análise os registos associados a uma deficiente conservação, se verifica uma considerável redução dos casos sobre os quais não existe informação demográfica, para valores de apenas 15,4% (32/308). Identificar as estruturas que apresentam uma melhor preservação pode constituir uma contribuição importante na análise paleodemográfica, na medida em que permite adequar as metodologias a aplicar às características da amostra em causa (Bello & Andrews, 2006).

Os valores das frequências relativas avaliação da idade à morte parecem depender, para além do estado de conservação do material, também dos critérios de classificação. Apresentam valores de frequência mais elevados (como é natural) e são mais informativos os dados resultantes de uma avaliação mais genérica - *não-adulto/adulto* –, do que aqueles que se obtêm quando se consideram os vários escalões etários. A dificuldade de aplicação, em campo, de metodologias que entrem em linha de conta com várias categorias etárias, pode ser um dos factores responsáveis pela assimetria dos dados

obtidos. Um crivo etário mais fino pode (e deve) ser aplicado em contexto de laboratório, permitindo aferir com maior clareza a idade à morte do indivíduo.

No que diz respeito à representatividade, os indivíduos classificados como não-adultos são relativamente pouco frequentes (20,3%[94/464]) mas, entrando em linha de conta com a divisão etária da amostra, os sujeitos classificados como *Adultos maduros* são, de entre os esqueletos plenamente desenvolvidos, os menos representados (10,8% [50/464]). Este padrão de sub-representatividade verifica-se, de um modo geral, entre as amostras osteológicas. De facto, estes acervos não parecem reflectir uma distribuição homogénea de todos os indivíduos que constituem uma população natural, havendo a tendência para a fraca representação de crianças e idosos (Halcrow & Tayles, 2011). Num exercício de sistematização, Bello e Andrews (2006) resumiram em três pontos aquelas que serão as principais premissas para ser possível generalizar os resultados da aplicação de modelos paleodemográficos: as amostras osteológicas deverão permitir uma exacta determinação do sexo e idade dos indivíduos; todos os indivíduos devem ter igual probabilidade de se encontrarem representados nessa amostra; qualquer enviesamento que possa existir deverá ser referenciado e tomado em consideração nas análises realizadas. De acordo com o que já foi referido, não existem – ainda – modelos que permitam uma determinação 100% exacta e precisa da idade à morte e do sexo (Bello & Andrews, 2006). Tal facto conduz ao incumprimento do terceiro ponto elencado, ou seja, na constatação de um enviesamento da amostra (Bello *et al.*, 2003; Bello & Andrews, 2006; Bello & Humphrey, 2007; Bello *et al.*, 2006; Cardoso, 2003/2004). A baixa frequência de sujeitos imaturos, nos acervos osteológicos, pode resultar da actuação de diversos factores designados por Hoppa (1996) como filtros biológicos, culturais, ambientais e metodológicos. No que concerne à actuação dos agentes biológicos, é importante não esquecer a influência que os factores tafonómicos exerce nos ossos em desenvolvimento, promovendo a sua degradação de forma mais intensa e acelerada, o que, por vezes, conduz ao desaparecimento de indivíduos não-adultos do contexto sepulcral (Bello *et al.*, 2003; Bello & Andrews, 2006; Bello *et al.*, 2006). Por outro lado, a anatomia dos sujeitos imaturos apresenta diferenças morfológicas importantes que poderão não ser reconhecidas por especialistas menos experientes (Scheuer & Black, 2000). Nos casos de enterramentos de indivíduos não-adultos, a metodologia de campo poderá ser um factor de influência fundamental na caracterização do perfil demográfico de uma determinada amostra (Knudson & Stojanowski, 2008). Como resultado deste

enviesamento, surgem limitações à construção ou identificação de padrões demográficos de mortalidade e fertilidade específicos, que dependem directamente da proporção de crianças e adultos de idade avançada (Corruccini *et al.*, 1989; Paine & Harpending, 1996).

Para além dos filtros biológicos e metodológicos, também os factores culturais associados aos períodos históricos mais frequentemente registados, podem contribuir para esta assimetria demográfica encontrada nos dados registados, especialmente evidente entre os indivíduos mais novos (Cardoso, 2003/2004; Hoppa, 1996). Os primeiros tempos de vida de uma criança, em particular em períodos da história com elevada mortalidade infantil, estão associados a um estado de liminaridade (Halcrow & Tayles, 2011). Os desafios de sobrevivência que se apresentavam aos recém-nascidos conduziram, em vários contextos culturais, ao não-reconhecimento das crianças como seres plenos, como seres que pertencessem, por completo, ao mundo dos adultos ou dos vivos (Halcrow & Tayles, 2011). A aceitação dos novos membros na comunidade implicava que se ultrapassassem algumas barreiras críticas para a sobrevivência, de que o desmame e a adaptação a uma alimentação mais diversificada é um bom exemplo (Ariès, 1988; Oliveira, 2010). De facto, os problemas gastrointestinais foram, até ao início do século XX, responsáveis pela morte de muitas crianças (Rodrigues, 2008a). Para além destes factores, que combinam as influências culturais e o processo de desenvolvimento fisiológico do organismo, existem, ainda, aspectos de cariz marcadamente social que condicionavam a vida e morte das crianças, acentuando a sua separação do colectivo social, tanto na vida como na morte. O destino das crianças foi, durante largos períodos históricos, decidido menos em função dos laços familiares e afectivos e mais com base numa perspectiva prática, resultante da gestão dos recursos disponíveis. Entre a entrega a amas de leite ou à *Roda dos expostos*, seria uma minoria de crianças as que se manteriam, desde o nascimento, em casa dos pais (Sá, 2011). Na Idade Média, a integração das crianças na sociedade acontecia por volta dos 7 anos, de modo que, a partir desse marco, as diferenças de comportamento e expectativas, entre os mais novos e os adultos, não eram substancialmente diferentes (Ariès, 1988; Oliveira, 2010). Esta condição de limbo em que se encontravam as crianças reflectia-se no momento da morte. Os critérios de inclusão e pertença encontram tradução nas práticas funerárias. Seria necessário ser membro pleno da sociedade para que esse estatuto se visse reproduzido no momento da morte. Não existe um padrão ritual claro associado à morte das crianças. Envolvidas em misticismo (Vailati, 2002) ou votadas ao abandono e indiferença, não se lhes atribui um

espaço funerário claro, até um momento recente da história (Cunha, 1994; Mays & Eyers, 2011; Reynolds, 2009). Os romanos, que recorriam frequentemente ao infanticídio como mecanismo regulador da fertilidade, tendiam a enterrar as crianças na área da casa ou a abandoná-las em zonas afastadas da metrópole (Hope, 2009). Já durante a Idade Média, as crianças não encontravam um espaço próprio nas necrópoles consagradas, sendo abandonadas em descampados ou perto de esgotos e lixeiras, por a crença cristã considerar que elas estariam ainda envolvidas no *pecado original* (Cardoso, 2003/2004; Cunha, 1994; Mays & Eyers, 2011; Reynolds, 2009). Com o passar do tempo e o reforçar dos laços afectivos, os baptismos foram sendo antecipados na expectativa de poder proporcionar às crianças um enterramento dentro dos cânones cristãos (Reynolds, 2009). Contudo, no período decorrido até à generalização dessa prática, a dispersão dos espaços funerários dos mais jovens tornou-se numa realidade ainda hoje visível em muitos dos cemitérios nacionais. Nesse sentido, as intervenções arqueológicas podem incidir na área da necrópole associada apenas aos adultos ou pode mesmo dar-se o caso de, numa determinada época e/ou contexto geográfico, não haver um espaço funerário dedicado às crianças. Tendo em conta o enquadramento histórico prevalente entre os dados apresentados, a fraca representatividade de não-adultos poderá ter como explicação, qualquer um destes motivos. No extremo oposto desta consideração, mas com efeitos práticos semelhantes, encontravam-se as pessoas idosas e enfermas. O facto de não contribuírem da mesma forma, que a restante população, para o conjunto social confere, a estes indivíduos, uma condição que poderia ser diferenciada por meio da ritualização da morte (Bello & Andrews, 2006; Bello *et al.*, 2006).

Na análise da distribuição dos dados por sexo, os elementos do sexo feminino estão pior representados (40,8% [53/130]), apesar desta diferença não se revelar como significativa. Ainda assim, esta assimetria constitui um fenómeno que parece ter paralelo entre séries osteológicas usadas como referência em estudos paleodemográficos (Bello & Andrews, 2006; Bello & Humphrey, 2007; Bello *et al.*, 2006; Stojanowski *et al.*, 2002). Uma explicação para esta diferença poderá residir nos resultados da aplicação das metodologias de determinação do sexo. Alguns dos métodos mais comummente utilizados na diagnose sexual apresentam algum enviesamento, na medida em que tendem a sobre-avaliar os esqueletos adultos como sendo do sexo masculino (Arnold, 2006). Tendo em conta os argumentos apresentados no discurso da Arqueologia do género, a maior tendência para a atribuição de uma classificação masculina poderá ainda

hoje influenciar as análise realizadas em campo (Walker & Cook, 1998). Ao nível da fisiologia do osso, importa ter em consideração que as mulheres, após a entrada na menopausa, passam por um período de perda de densidade óssea que, a par com dietas deficientes e stressees biomecânicos, podem contribuir para a identificação de um menor número de indivíduos femininos nas séries arqueológicas (Agarwal & Beauchesne, 2001; Curate, 2010). As mulheres do período pré-industrial estavam, também, sujeitas a importantes stressees fisiológicos, directamente associados às exigências da gestação e do parto (Cruz & Codinha, 2010; Oliveira & Oliveira, 2010; Zarina, 2010) e à falta generalizada de cuidados médicos. Estes condicionalismos fragilizavam-nas biologicamente em comparação com os homens e, por isso, seria de esperar que se encontrassem melhor representadas nos contextos arqueológicos (Bello *et al.*, 2006; Sullivan, 2004).

Apesar das características dos dados analisados não se adequarem aos critérios estatísticos que permitem uma compreensão mais aprofundada da amostra, foi, ainda assim, possível perceber um conjunto de relações que podem, eventualmente, ser estabelecidas entre os parâmetros demográficos – amplamente referenciados nos relatórios – e os elementos relativos ao enquadramento sociocultural – não tão recorrentes entre os registos.

Os dados da Antropologia funerária revelaram um escasso número de casos de existência de espólio. Este facto poderá ser explicado com base nas características socioeconómicas da população. Durante o período Medieval e moderno – épocas com maior representação nos casos registados – a maioria da população seria pobre ou estaria à beira da pobreza (Duarte, 2010). Nesse sentido, a existência de pertences de valor estaria limitado a um conjunto reduzido de pessoas. Contudo, se tivermos em consideração os casos em que foi registada a presença de espólio, é possível encontrar algumas tendências demograficamente determinadas. Recorrendo à combinação dos dados da Antropologia funerária com os parâmetros paleodemográficos, os resultados obtidos indicam que, apesar de não haver diferenças significativas, relativas à presença de espólio, associadas com o sexo (p=0,650), o mesmo já não se verifica quando se entra em linha de conta com a avaliação da idade (p<0,001), ou o escalão etário (p<0,001). Estudos recentes têm demonstrado que a avaliação do esqueleto e do ambiente funerário, poderá fornecer pistas interessantes sobre o estatuto social dos indivíduos (Mayes & Barber,

2008). Contudo, não é ainda prática comum associar os dados biográficos do esqueleto, incluindo os aspectos associados à saúde, aos elementos da cultura material, com o intuito de recriar o contexto socioeconómico dos sujeitos (Robb, 2001). Esta relação, entre a existência de espólio e um elevado estatuto social, é mais evidente nos contextos pré-históricos (Vanhaeren & d'Errico, 2005). Ainda assim, mesmo para períodos da história menos remotos, alguns elementos são recorrentes no espólio funerário e apresentam nuances que vale a pena explorar (Reynolds, 2009). No contexto histórico e social em questão, é possível associar a assimetria respeitante à presença de espólio com o estado de limbo atribuído às crianças, já anteriormente referido para o período Medieval. A ausência de espólio parece reforçar a ideia de não pertença destes sujeitos à sociedade dos *vivos*, dos que contribuiam para o funcionamento dos sistemas sociais. Entre os adultos, a presença de espólio, votivo ou não votivo, servirá para reafirmar a individualidade do defunto. De facto, existem evidências que relacionam a presença de espólio não só ao estatuto social dos indivíduos, mas também às questões de género (Arnold, 2006). Contudo, nos dados analisados não foi possivel ver reflectida esta relação.

Os resultados dos gestos funerários revelam um padrão preponderante: a orientação segundo a norma canónica Oeste-Este e a deposição em decúbito dorsal. A prevalência destas manifestações rituais não parece depender do sexo ou do enquadramento etário. A explicação, para esta tendência acentuada, deverá residir na influência da cultura católica no território português. A manifestação destes gestos, no momento da morte, será indispensável no processo de reafirmação da fé. As críticas apresentadas à paleodemografia, mais do que castrarem a sua aplicação ou o reconhecimento da sua importância, têm permitido encontrar novas soluções metodológicas capazes de gerar resultados mais robustos (Belcastro *et al.*, 2008; Buckberry & Chamberlain, 2002; Cameriere *et al.*, 2009; Rougé-Maillart *et al.*, 2009; Santos *et al.*, 2011b). O recurso aos dados paleodemográficos, resultantes de contextos arqueológicos, com o intuito de promover o desenvolvimento científico, dependerá de uma maior exigência no processo de recolha e sistematização da informação; na adequação das metodologias de intervenção; na escolha das metodologias de diagnose a aplicar e da identificação, em campo, de possíveis enviesamentos demográficos conhecidos *à priori*. Estes critérios deverão transpirar para a produção dos relatórios

antropológicos de campo, os quais constituirão uma peça fundamental de qualquer análise levada a cabo, após o levantamento dos vestígios osteológicos.

CAPÍTULO QUINTO

ANÁLISE PALEOPATOLÓGICA REGISTADA NOS RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS DE CAMPO

5 Análise paleopatológica

5.1 A relevância da análise paleopatológica

As alterações que o corpo humano sofre, desde o momento da concepção até à morte, podem assumir naturezas distintas que se irão reflectir no contexto social. As modificações associadas ao envelhecimento são naturalmente aceites, encontrando na sociedade respostas próprias que, por via da corporalização, contribuem para o processo de construção de uma identidade (Roberts, 2011). A quebra do equilíbrio fisiológico provocado pela doença produz no indivíduo e no seu grupo de pertença, o temor próprio da ruptura de uma ordem estabelecida: *(…) Ahi temos desde esse instante, Henrique muito preoccupado com a sua pessoa, imaginando-se vítima de mil e uma moléstias, as mais disparatadas e incompatíveis, suspeitando-se conjunctamente predestinado para a apoplexia e para a phtísica, para o cancro e para a alienação, para a cegueira e para os aneurismas, tremendo à leitura do obituário da semana.* (Dinis, 1920:9-10) (Diniz, 1920). Os significados culturais, que o corpo enfermo acumula, reflectem-se nas várias dimensões sociais em que o indivíduo se movimenta. O sujeito doente, constrangido pelos obstáculos impostos pela patologia, assumirá um novo papel, dentro do seu contexto cultural, que se afastará do anterior, na exacta medida em que a doença é percebida como perigosa ou impura (Cruz, 2007/2008). As marcas deixadas pela ocorrência destas perturbações podem ser fugazes e circunscritas ao seu tempo de (perturbação da) vida, ou esculpirem nos ossos e nos gestos culturais, alterações mais evidentes. Descodificar essas marcas, nos despojos humanos e nos vestígios dos gestos e da cultura material, é função da paleopatologia.

De entre todos os ramos da Antropologia das populações do passado, este será o que maior interesse e curiosidade suscita, reflectindo a ansiedade que, ainda hoje, as perturbações provocadas pela doença fazem desencadear. É também a área que mais dependerá de uma atitude multidisciplinar que, no campo das ciências ligadas ao homem, se mostra cada vez mais indispensável (Cook & Powell, 2006; Roberts & Manchester, 2005). Conhecer as manifestações das doenças e as respostas, que a sua ocorrência gera, é um exercício fundamental, não só no estudo das populações do passado mas também na construção de respostas no presente.

5.2 A construção do estudo paleopatológico

De entre toda a diversidade que caracteriza a espécie humana, a identificação de características morfológicas atípicas, com origem patológica, constituiu, desde sempre, um terreno fascinante a todos quantos estudam o corpo humano (Ortner, 2003; Ortner, 2011; Waldron, 2009). É nesta dinâmica do reconhecimento de padrões normais e irregulares que se estabelece a paleopatologia. Contudo, a natureza dicotómica desta relação está longe de se reflectir num sistema simples de classificação (Matos, 2007/2008). Conhecer o espectro de variação que a anatomia do esqueleto humano encerra constitui, assim, um dos principais pontos da Antropologia das populações do passado.

Construída a partir das fundações do conhecimento médico, a paleopatologia assume-se, actualmente, como um ramo da Antropologia biológica (Roberts & Manchester, [1983]1995; Santos, 1999-2000) que, para se revelar verdadeiramente informativo, necessita ser articulado com dados das ciências sociais e humanas (Ortner, 2011). Esta não é, contudo, uma classificação pacífica. A paleopatologia pode definir-se como sendo o estudo da evolução e do impacto da doença, ao longo do tempo, nos seres vivos. Para tal, recorre-se a fontes de informação primárias – os restos osteológicos humanos – e aos registos secundários, constituídos por fontes históricas, ilustrações, esculturas, literatura, cropólitos e qualquer outro vestígio do passado a partir do qual se possa inferir a ocorrência de enfermidades (Ortner, 2003; Ortner, 2011; Roberts, 2011; Roberts & Manchester, [1983]1995; Santos, 1999-2000; Scott & Duncan, 1998).

O "*estudo do sofrimento antigo*" conquistou, formalmente, o seu espaço no início do século XX, pela mão de Sir Marc Armand Ruffer. Recorrendo à nosologia como a principal estratégia de análise, o foco inicial da paleopatologia recaiu sobre os casos insólitos, à semelhança do que acontecia com outras áreas das ciências biológicas e médicas. Trilhado o caminho que conduz à legitimação da ciência, é no final da década de 70 que a anterior visão foi totalmente substituída pela abordagem multidisciplinar que rege a Bioarqueologia (Campillo, 2001; Ortner, 2011; Roberts & Manchester, [1983]1995; Waldron, 1994). Em Portugal, tal como noutros locais, o progresso da paleopatologia esteve, durante muito tempo, à mercê da sensibilidade dos arqueólogos e médicos que, em campo, colaboravam na avaliação de espécimes atípicos (Santos, 1999-2000).

O rol de limitações que agrilhoam a avaliação paleopatológica, constitui um obstáculo importante na construção de um enquadramento do estado de saúde – ou,

mais correctamente, de doença (Waldron, 2009) – das populações pretéritas. Nesse sentido, será utópico pensar que é possível recriar, fielmente, o quadro das enfermidades que afectaram as populações, ao longo do tempo, já que são pouco frequentes as doenças cuja manifestação implica alterações na estrutura osteológica (Matos, 2007/2008; Waldron, 2009). Sobre as lesões que se revelam nas estruturas osteológicas paira um conjunto de limitações que, se clinicamente podem ser dissipadas com recurso a diagnósticos complementares e à anamnese, dificilmente são dissipadas, quando em causa está o material esquelético (Ortner, 2003; Roberts & Manchester, [1983]1995; Waldron, 2009; White & Folkens, 2005). "*There is, in fact, no means of knowing the state of health during life of the individuals who come to comprise an assemblage of skeletons, especially because what determines their actual state of health depends not only upon the diseases that affected their internal organs, but their mental state, their diet and many other environmental and social factors, about which there is little to be known from the state of bones. It is best to recognise that all paleopathologists can comment upon is disease and settle for that; it may be less than desirable, but it is what we have.*" (Waldron, 2009: 10). Perante o silêncio que envolve os ossos, só a possibilidade de analisar macroscopicamente a totalidade do esqueleto parece concorrer a favor do paleopatólogo. Ao nível das manifestações do esqueleto, as enfermidades apresentam contornos pouco claros que resultam, não poucas vezes, em diagnoses erradas (Matos, 2007/2008). Quando se trata da avaliação dos restos humanos, esta constatação é agravada não só pelo estado de preservação do esqueleto, mas também pela dificuldade de interpretar as respostas dadas pelo ossos às agressões patogénicas (Campillo, 2001; Santos, 1999-2000; White & Folkens, 2005). Os sinais patognomónicos das doenças nos ossos são raros (Campillo, 2001). De facto, as semelhanças das marcas deixadas no material esquelético fazem com que seja frequentemente impossivel avançar com um diagnóstico para a origem das lesões (Campillo, 2001; White & Folkens, 2005). Esta é uma realidade que importa aceitar, mais do que escamotear, evitando a tentação de construir uma proposta de diagnóstico sob alicerces científicos pouco seguros (Matos, 2007/2008).

Criar padrões de mortalidade e morbilidade, a partir da análise dos despojos humanos, representa um desafio repleto de condicionalismos que poderão ser contornados, recorrendo a outras fontes de informação (Drancourt & Raoult, 2008; Dutour, 2008; Waldron, 1994). O recurso à paleomicrobiologia e à paleoepidemiologia, parece oferecer vias complementares para as avaliações paleopatológicas, embora a sua

aplicação possa ser limitada pelo estado de preservação do material osteológico (Cunha & Cunha, 2008; Waldron, 1994).

A análise paleopatológica constrói-se no pressuposto de que a resposta osteológica à acção dos agentes patogénicos consiste na quebra do equilíbrio, que normalmente se verifica, na relação entre a produção e a absorção do osso. A reacção às agressões sofridas pelo organismo desencadeia mecanismos de proliferação ou destruição óssea (Waldron, 2009). Estas alterações no ritmo de degradação e deposição de osso novo traduzem-se em configurações anormais da forma, tamanho e densidade dos ossos, podendo verificar-se a manifestação simultânea de mais do que uma destas alterações (Ortner, 2003; Roberts & Manchester, [1983]1995). O ritmo de aparecimento das lesões, a sua tipologia e as regiões onde se manifestam, constituem aspectos fundamentais para a elaboração de um diagnóstico. Esse é, aliás, o motivo responsável pelo estudo da paleopatologia depender, tão largamente, da observação macroscópica e de um detalhado e preciso exercício descritivo acompanhado, se possível, de representações gráficas que permitam a comparação com outros casos registados (Ortner, 2003; Roberts & Manchester, [1983]1995; Waldron, 2009). A chave, para uma análise paleopatológica mais conclusiva, encontra-se na elaboração de um diagnóstico diferencial claro. A descrição das lesões patológicas deverá seguir os procedimentos da análise clínica, substituindo-se as etapas de diálogo, entre paciente e médico, por uma maior minúcia na análise e pelo recurso a um conjunto bibliográfico criteriosamente seleccionado. Apesar de possível, a integração das fontes clínicas (na elaboração dum diagnóstico) deve ser cautelosa, pelo facto de serem construídas a partir de manifestações patológicas de natureza distinta daquela a que o paleopatólogo tem acesso (Campillo, 2001; Ortner, 2011; Santos, 1999-2000). Para além de todos os aspectos enunciados, observa-se ainda, na literatura, a ausência de uma terminologia comum adequada ao estudo da paleopatologia, situação que pode comprometer a atribuição de diagnósticos.

Os espartilhos que envolvem a constituição de amostras osteológicas (já anteriormente enunciados) estendem-se, também, à análise paleopatológica. A utilização dos resultados do impacto das doenças e dos episódios traumáticos, que afligiram as populações pretéritas, terá que passar por um filtro conceptual importante. As evidências dos desequilíbrios da dinâmica osteológica não reflectem, necessariamente, o estado de saúde dos indivíduos ou da população (Waldron, 2009). Muitas das enfermidades ceifam as vidas das pessoas num curto período de tempo. Este facto, além de não permitir o

desencadeamento de uma resposta visível ao paleopatólogo, pode criar a ilusão de uma "*morte saudável*" (que poderá contudo acontecer em situações de acidente, por exemplo) (Pinhasi & Bourbou, 2008). Por outro lado, a sobrevivência a eventuais episódios que deixaram marcas no osso, não reflecte necessariamente um mau estado de saúde, antes evidencia a capacidade de resistência a um acontecimento patológico (Pinhasi & Bourbou, 2008).

O estudo da acção das doenças no passado, está em larga medida dependente também dos contextos históricos e geográficos (Castex, 2008). Esta é aliás uma das suas grandes contribuições. Conhecer o percurso epidémico, se não de todas, pelo menos das doenças cujo impacto chega até nós por meio dos vestígios osteológicos, poderá clarificar, não só os mecanismos de adaptação a estas ameaças, mas também a progressão das patologias (Ortner, 2011). Deste decifrar do comportamento biológico dos agentes patogénicos e dos indivíduos por eles afectados, pode resultar a criação de uma abordagem actual adequada às especificidades biológicas da espécie humana, criada com base no conhecimento de processos passados (Ortner, 2003; Ortner, 2011; Roberts & Manchester, [1983]1995; Santos, 1999-2000; Waldron, 2009).

5.3 A doença no espaço social

Para além de todo o peso biológico que se associa às doenças, a sua relevância e o seu papel social não deverão ser negligenciados, pois é, também, do convívio com a enfermidade que se constrói a identidade (Sofaer, 2006). A doença imprime um significado social que se reflecte a vários níveis. Exemplo disso é a inclusão da doença nas representações artísticas de todas as épocas (Curate & Tavares, (no prelo); Miranda *et al.*, 2010). Apesar deste lugar próprio que as enfermidades e os enfermos assumem desde sempre na sociedade, só recentemente a Bioarqueologia tem procurado incluir nas suas análises esta dimensão. Também aqui a paleopatologia seguiu os trilhos da medicina mais tradicional, na medida em que "*tratava*" da doença mas não do doente (Roberts, 2011). Importa, contudo, referir que esta visão anacrónica tem vindo a ser substituída por uma abordagem que procura entrar em linha de conta com as dimensões biológica e sociocultural que caracterizam as populações de todos os tempos.

A forma como se organizam os contextos funerários pode fornecer indícios importantes relativos à presença de moléstias. Os picos epidémicos, os conflitos bélicos ou os desastres naturais, exigem respostas da sociedade que conduzem à criação de mecanismos de ritualização e superação da morte colectiva, distintos dos rituais que se associam à morte individual (Castex, 2007; 2008; Rodrigues, 2008d). É, por vezes, possível identificar, na gestão dos espaços funerários, zonas de inumação colectiva construídas com o intuito de fazer frente ao desaparecimento simultâneo de determinadas franjas da população (Castex, 2007; 2008). Desta forma, os espaços de inumação podem ser preciosos veículos de informação, na medida em que podem congregar elementos relativos ao agente patológico (por via de símbolos ou de informação contida nos epitáfios) e, também, sobre a forma como as pessoas doentes eram percebidas socialmente (Duday, 2007; 2008b). Para tal, é fundamental realizar uma análise cuidada do espaço funerário que é conseguida através da arqueotanatologia (Duday, 2007; 2008b). Exemplificando, a simples presença de uma inumação dupla ou de um contexto atípico, não é prova suficiente para a determinação de um caso de resposta a uma epidemia, mas poderá contribuir para identificar alguns espaços sepulcrais que, por apresentarem traços incomuns, poderão indiciar um fenómeno de mortalidade associado a um surto epidémico (Duday, 2007; 2008b).

A relação entre o estatuto social e o impacto provocado pela doença será um traço característico tanto dos tempos passados, quanto da actualidade (Rodrigues, 2008d; Zingmond *et al.*, 2006). "*Life is hard for the poor*" (Robb, 2001:213). No passado, tal como agora, aos desfavorecidos apresentavam-se obstáculos que se traduziam em constrangimentos biológicos diversos: pior nutrição, maior susceptibilidade a desenvolver doenças e piores cuidados médicos (Robb, 2001). Os vestígios do passado são, em teoria, um veículo de acesso ao conhecimento destas assimetrias entre posição social e o estado de saúde. Mas será que o corpo inumado permite percepcionar essa relação directa? Não haverá, na foice da morte, um fio cego às conquistas e heranças sociais? De facto, a possibilidade de verificar no espaço arqueológico esta relação directa – estatuto social /estado de saúde – depende da existência de uma organização social claramente hierarquizada, com símbolos de poder associados à cultura material funerária, traduzidos numa ritualização evidente em contexto arqueológico (Robb, 2001). Sabe-se, todavia, que estas não são variáveis que, facilmente, se manifestem no contexto de escavação, já que as subtilezas culturais nem sempre sobrevivem ao passar do tempo.

Além de permitir a elaboração de um diagnóstico, a paleopatologia deverá, também, fornecer pistas para a percepção da doença no contexto em causa. Apesar das situações de deficiência ou de certos tipos de limitação física, poderem ser determinadas ao nível do esqueleto, a incapacidade manifesta-se também no contexto social e esse deixa apenas marcas muito subtis no espaço arqueológico (Marsteller *et al.*, 2011). As práticas funerárias podem ser o palco de expressão dos condicionalismos biológicos e sociais, impostos pela (percepção da) doença (num determinado tempo e espaço) (Marsteller *et al.*, 2011). Isto porque o corpo se assume como um agente de experimentação, a partir do qual as pessoas em vida encontram, compreendem e são afectadas pelo mundo. Perceber que a estrutura que alberga o ser social não é asséptica e isolada, permitirá compreender o papel da doença e do sofrimento físico na vida dos indivíduos, já que a manifestação de sintomas pode funcionar como um veículo que condiciona as experiências pessoais (Marsteller *et al.*, 2011).

O reflexo social das relações criadas, por via da doença, pode reflectir-se nos parâmetros paleodemográficos e paleopatológicos resultantes do estudo das populações do passado. A morte por doença, socialmente reconhecida como impura ou perigosa, pode gerar, como já foi referido, respostas funerárias atípicas. Neste ponto, é o estigma que condiciona o tipo de tratamento que o corpo doente recebe (Castex, 2008): *o estigma, enquanto categoria cognitiva que perccepciona essa marca no "outro", ascende num processo de construção social* (Cruz, 2007/2008: 52). O diagnóstico de algumas enfermidades implica, ainda hoje, uma carga social porventura mais pesada que o impacto biológico causado pelo agente patogénico (Cruz *et al.*, 2006; Marsteller *et al.*, 2011). *(...) a socialidade processa-se com base em categorias socialmente produzidas que, ao serem identificadas com caracteres externos, condicionam a interacção quotidiana entre indivíduos* (Cruz, 2007/2008: 52). O perigo e facilidade de contágio, de maleitas como a lepra, ou qualquer outra doença que causasse alterações evidentes do estado de saúde dos indivíduos, desencadeava, no passado, comportamentos sociais implacáveis. Estes comportamentos eram alimentados por crenças, muitas vezes, desprovidas de significado médico, apesar de estes (médicos) também poderem contribuir, erradamente, para a sua legitimação. Estas manifestações de segregação revelam-se também na morte, devendo, por isso, ser consideradas nos estudos das populações do passado.

Reconhecer, em cada momento, o papel social da doença pode revelar-se uma contribuição importante na realização de uma abordagem paleopatológica mais eficaz.

5.4 Breve enquadramento histórico da doença no território português

A memória histórica não recua o suficiente no tempo para caracterizar o tipo de sofrimento humano vivido nos períodos mais remotos. Este é um *puzzle* que se vai construindo, no presente, graças aos vestígios esqueléticos da Pré-história e da Proto-história, que chegaram até nós, e à capacidade de "*ler*" os ossos desenvolvida pelos paleopatólogos (Gama & Cunha, 2003; Silva, 1996; 2002b; Silva & Marques, 2010). Já os relatos históricos, Medievais e Modernos, relativos à saúde e à doença, ilustram, de forma mais clara, a realidade passada. São vários os ciclos de doença e mortalidade motivados, sistematicamente, pela fome e pelas fracas noções de saúde e higiene. Este é o padrão verificado, até à saída da Época Moderna e mesmo na entrada da contemporaneidade, que será sistematizado de seguida.

Fruto da influência Islâmica, Portugal conta com a presença, desde o início da Idade Média, de um grupo profissional dedicado a cuidar das maleitas do corpo. Este cuidado pertenceu, durante largos séculos, à esfera privada a que era remetido o corpo nú, o corpo biológico (Mattoso, 2010). De acordo com a convicção da época, as maleitas reflectiam não tanto uma fragilidade fisiológica, mas antes uma fraqueza espiritual. As fragilidades espirituais seriam os veículos que permitiam as manifestações patológicas (Rosa, 2010). Assim, a acção maligna de bruxos ou a falta de protecção dos santos, eram os grandes responsáveis pela ocorrência de enfermidades. Os resultados das práticas de curandeiros e endireitas, a quem se recorria no caso de não ser possível por via da fé e da devoção manter o corpo são, nem sempre produziam os efeitos desejados. Por esse motivo, eram frequentes as peregrinações a locais sagrados, como terapêutica conducente à cura (Mattoso, 2010).

São atribuídos ao século XIV alguns dos registos que permitem recriar o quadro de crise provocado pela doença. A entrada na centúria de Trezentos é marcada por um decréscimo substancial da população (Rodrigues, 2008b). Ao triunvirato de factores fome, peste e guerra, cabe a responsabilidade por esta diminuição demográfica. O aumento populacional sentido nos séculos anteriores, concorreu criar uma conjuntura pouco favorável à sobrevivência. Sequências de maus anos agrícolas promoveram a subida do preço dos alimentos, tornando impossível sustentar todas as bocas que habitavam numa casa. O efeito conjugado da alimentação insuficiente e das fracas

noções de higiene e salubridade, faz germinar as enfermidades gastrointestinais e a peste (Oliveira, 2007; Rodrigues, 2008b).

Embora, pelos padrões actuais, a higiene Medieval deixasse muito a desejar, ela não seria tão escassa quanto o senso comum faz crer e, inclusivamente, terá assumido um papel de alguma relevância na saúde do passado. (Marques, 2010). A influência romana e moura, instituiu a prática da limpeza do indivíduo e do seu meio envolvente. Entre a população mais abastada, há largas referências ao recurso a várias mudas de roupa ou à presença de um elevado número de toalhas. Por vezes, a imundice constituía uma opção de sacrifício beato. Ainda assim, casas e ruas em terra batida promoviam a proliferação da sujidade (Conde, 2010; Marques, 2010). Mais do que a falta de higiene, seria a alimentação frugal a principal responsável pelo pulular de doenças, frequentemente designadas por *pestes* ou *pestilências*, mas que, em poucos casos, mereciam, verdadeiramente, essas designações (Gonçalves, 2010; Marques, 2010). As gripes e as desinterias foram, durante largos séculos, as verdadeiras ceifeiras. À luz da mentalidade da época, a origem destes surtos seria, certamente, vontade divina, mas não excluia uma certa crença na contaminação do ar e das águas (Marques, 2010). Esta convicção constituía motivo suficiente para que os cadáveres abandonados de animais e pessoas fossem afastados para longe das grandes concentrações urbanas, re-assumindo-se, desta forma, a separação do espaço de vivos e mortos. Dentre a curta lista de opções terapêuticas, o sangramento e a purificação eram as mais utilizadas, havendo, para tal, um conjunto de mezinhas que promoviam o efeito desejado. Para os traumas de guerra, os tratamentos eram mais eficazes, recorrendo-se com frequência ao cautério das chagas (Marques, 2010; Mattoso, 2010).

A intensidade dos primeiros surtos epidémicos – que chegavam a reduzir, para um terço, a população afectada – diminuiu nos casos que se lhes seguiram, até à entrada do período de Quinhentos. Isto deveu-se, principalmente, à imunidade criada e, pelo facto de penalizar menos, mesmo nas fases mais activas, a população mais jovem (20-40 anos), permitia a renovação populacional (Rodrigues, 2008b). Com a guerra, no final do século XIV, acompanhada pela crise de produção cerealífera, sobreveio uma elevada mortalidade que afectou, de forma mais importante, os centros urbanos dependentes das produções rurais. "*Sempre que anos de escassez alimentar coincidiam com épocas de conflito militar e/ou também com a eclosão de uma ou várias doenças infecciosas ou parasitárias, estavam reunidas as*

condições ideais para a ocorrência de uma crise global, com impactos demográficos negativos" (Rodrigues, 2008b:116).

No dealbar do século XVII, a população encontrava-se ainda em fase de recuperação relativamente ao impacto causado pela peste que grassou no reino, em particular no ano de 1569. As cerca de seiscentas mortes diárias, em Lisboa, fazem esgotar os locais próprios para os jazentes. Como resposta à elevada mortalidade, são abertas covas colectivas a escassa distância dos centros urbanos. A peste não era a única responsável pela elevada mortalidade. Os confrontos, fora do território nacional, e a seca contribuíram para o desaparecimento de muitas vidas. Como causas principais, por detrás da mortandade do final do século XVI, estão a cólera, a varíola e a sífilis, que afectam toda a Península. A este rol de doenças, junta-se o tifo, a difteria e a gripe, a reger a vida no século XVII, sendo o seu impacto maior nas regiões urbanas (Rodrigues, 2008d).

Os estratos mais desfavorecidos eram os mais afectados por doenças infecto-contagiosas, gastrointestinais e problemas respiratórios e as doenças infecciosas, por mais espectaculares e ameaçadoras, eram as que maior impacto social causavam. As assimetrias sociais estendiam-se aos cuidados médicos, limitando-se estes às terapêuticas de origem Medieval, nomeadamente ao sangrar, purgar e purificar (por via de clisteres) (Rodrigues, 2008d).

A entrada na Modernidade caracteriza-se por um maior proteccionismo social dos doentes, remetendo-os para espaços próprios e afastando-os da vida em comunidade. Estas práticas afectam especialmente os indivíduos que padecem de doenças infecciosas, como a lepra e a tuberculose As alterações fisiológicas (Matos, 2009b; Rodrigues, 2008d) promovidas pelo cancro, a diabetes e as doenças vasculares, estariam presentes, entre as maleitas deste período. Contudo, devido à ausência de registo e ao desconhecimento de uma etiologia específica, à época, não é possível conhecer o seu impacto. Ainda assim, será seguro afirmar-se que as doenças infecciosas seriam as líderes da mortalidade e morbilidade (Rodrigues, 2008d; Santos & Roberts, 2006). Por vezes, as causas de morte surgem referenciadas, nos livros de óbito, pela mão de alguns eclesiásticos, sendo recorrente a referência à *tísica* e às *febres* indiscriminadasOs mais velhos eram preferencialmente afectados pelas moléstias de peito, a gangrena e inflamações. Já as crianças eram acometidas pelos sarampos, lombrigas e gastroenterites (Oliveira, 2007; Rodrigues, 2008d).

O século XVIII é marcado por um menor impacto das doenças que assolaram o território, ao longo dos séculos anteriores. Contudo, durante este período, a tuberculose assume um novo destaque. As mulheres jovens morriam de complicações associadas ao parto, enquanto os homens, do mesmo intervalo etário, tinham a sua longevidade ameaçada pela participação em conflitos bélicos e acidentes. A sobrevivência dos indivíduos continua directamente ligada às condições de vida. A fome, a guerra, as gripes e o tifo, continuam a marcar este século, acometendo fortemente a população (Moreira, 2008).

A entrada do século XIX é marcada pela *domesticação* da doença, o que se reflecte também no assumir do carácter cívico e médico da morte (Ariès, (1975) 1988). Os falecimentos são acompanhados e registados (Rodrigues *et al.*, 2008). Este revela-se um exercício complicado, para a generalidade da população que não vivia perto dos centros urbanos e para as mortes que resultavam dos confrontos militares.

Morrer doente é, pois, um acontecimento distinto ao longo do tempo, sendo marcado pela prevalência de determinados agente patogénicos e pelas conjunturas históricas e sociais. Estas terão um papel importante na forma como as enfermidades e os indivíduos enfermos são entendidos. As atitudes, perante estas situações, estarão, também, na origem da propagação ou na limitação do impacto dos agentes patogénicos.

O reconhecimento do impacto biológico e social que a doença imprimiu nas sociedades do passado, constitui um campo fundamental na análise e nos registos produzidos a partir do espólio esquelético, resultante das intervenções arqueológicas.

5.5 Material e métodos relativos à análise paleopatológica

Tendo por base os conteúdos, relativos à paleopatologia, tradicionalmente inscritos nos relatórios antropológicos de campo, fez-se o registo das evidências descritas. Para tal, criou-se um conjunto de variáveis de registo, representativas das lesões mais frequentemente registadas. Na tabela 5.I estão elencadas as variáveis que regeram o registo dos dados paleopatológicos recolhidos dos relatórios antropológicos de campo seleccionados. A classificação dos dados paleopatológicos seguiu uma lógica que permitiu identificar os casos informativos (*presente*, *ausente*, *não observável*) e os omissos (*sem informação*).

Tabela 5.I – Variáveis criadas para análise dos dados relativos à paleopatologia a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Áreas de análise paleopatológica	**Variáveis de registo das evidências patológicas**	**Classificação do registo das variáveis**
Patologia degenerativa articular	Osteoartrose	Presente Ausente Não observável Sem informação
Marcadores de stresse músculo-esqueléticos	Entesófitos	
Lesões traumáticas	Fractura	
Patologias infecciosas	Osteomielite Tuberculose	
Indicadores de stresse não específico	Periostite *Cribra orbitalia* Hiperostose porótica	
Patologia oral	Cáries Tártaro Cavidade de abcesso[46]	
Defeitos do esmalte	Hipoplasias do esmalte dentário	
Ausência de dentição	Perda de dentes ante-mortem	

Para análise dos dados contidos nos relatórios, foram removidos da amostra, à semelhança do que foi feito nos capítulos anteriores, os indivíduos que apresentam um mau estado de preservação e representatividade[47], por ser genericamente aceite que este tipo de avaliação só poderá ser considerada eficaz quando é possível avaliar a totalidade do esqueleto.

[46] Perante a dificuldade em discernir em campo as diferenças entre granulomas periapicais e quistos periapicais, que se formam em consequência, por exemplo, de processos infecciosos associados à dentição (Dias et al, 2007), optou-se pela designação *cavidade de abcesso* (Wasterlain, 2008). Esta designação representará a alteração encontrada no osso, fruto da presença de um granuloma ou quisto de origem inflamatória.

[47]Tal como apresentado no Capítulo Segundo e já referido no Capítulo terceiro, foram criadas categorias de registo, relativas ao estado de preservação e representatividade, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo. As categorias criadas, relativas ao esqueleto, seguem o mesmo tipo de lógica, tanto para a preservação quanto para a representatividade: Nula (0% - evidências de presença do esqueleto); Baixa (0%-25%); Média (25%-50%); Elevada (50%-75%) e Excelente (>75%).

Sabendo-se que, socialmente, o sexo pode representar uma variável de discriminação no acesso aos recursos e aos cuidados médicos, importa perceber até que ponto se observam diferenças na incidência das lesões identificadas, considerando esta característica demográfica. Nesse sentido, e tomando como referencial a diagnose sexual[48] estabelecida para os indivíduos seleccionados, será analisada a relação entre sexo e patologia. Para além do sexo, também a idade constitui um parâmetro demográfico que poderá condicionar o impacto da doença. Serão, por isso, analisados os registos das patologias, entrando em linha de conta com o enquadramento etário registado nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Com o intuito de compreender a natureza da relação entre as variáveis em análise será utilizado o teste do Qui-Quadrado de Pearson. Sempre que não estejam reunidas as condições que permitam a sua aplicação, procurar-se-á recorrer à aplicação do teste exacto de Fisher.

5.6 Resultados

5.6.1 Análise da frequência da avaliação paleopatológica nos relatórios antropológicos de campo

Tendo em conta a totalidade dos casos registados, verificou-se que a avaliação paleopatológica foi realizada, em campo, em 80,6% (374/464) dos indivíduos reportados (Figura 5.1). Esta avaliação resultou da combinação dos dados em que é feita referência, em qualquer das variáveis criadas, à *presença* ou *ausência* de lesões patológicas. Acrescentaram-se a estes dados, indicativos de se ter realizado uma observação de alterações patológicas, os casos classificados como *não observável*, que remetem para a impossibilidade da realização de uma avaliação paleopatológica, devido à presença de alterações do osso.

[48] Retirando da análise os indivíduos imaturos sobre os quais não é possível avançar com um diagnóstico sexual seguro.

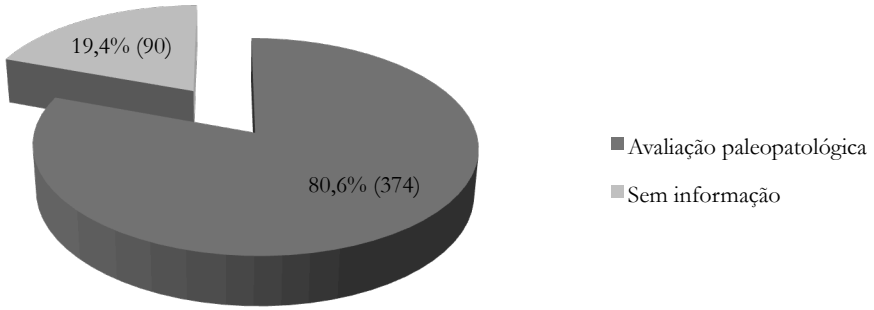


Figura 5.1 – Distribuição das frequências relativas aos registos de avaliação paleopatológica reportada nos relatórios antropológicos de campo.

Na análise dos dados registados nos relatórios antropológicos de campo, no que diz respeito à avaliação da ocorrência de osteoartrose, verifica-se que são mais frequentes os casos em que se analisou a presença ou ausência destas lesões (66,8%[139/208[49]]) do que aqueles sobre os quais não há informação (33,2% [69/208]) (Figura 5.2; Apêndice D – Tabela D.I).

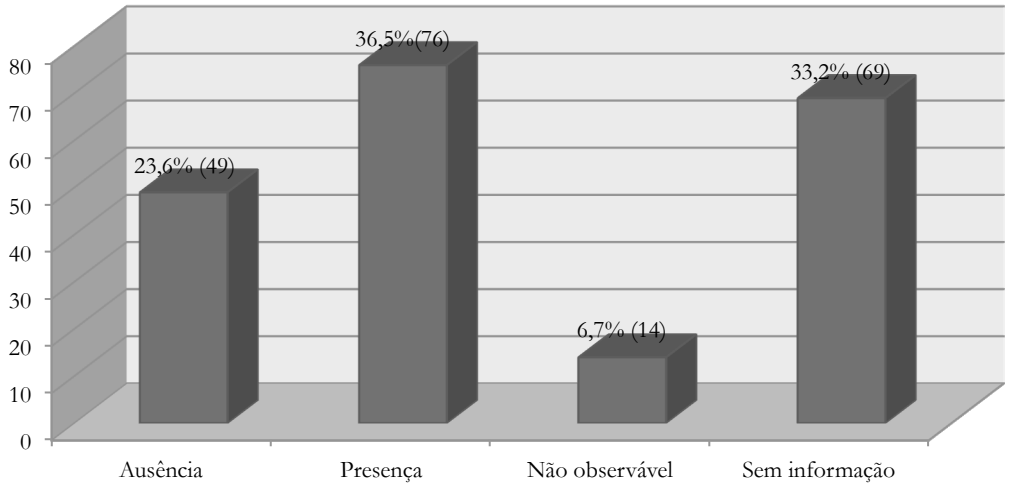


Figura 5.2 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da osteoartrose, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

[49] Valor obtido após remover da análise os registos mal preservados ou sobre os quais não há referência ao estado de preservação.

Uma distribuição semelhante de resultados verificou-se na avaliação da presença ou ausência de alterações musculo-esqueléticas - entesófitos. Neste caso, em relação aos 208 casos considerados, 71 (34,1%) foram classificados como não informativos (*sem informação*). Sobre os restantes 65,9% (137/208) há elementos que permitem inferir sobre a realização de uma análise, com o objectivo de identificar a presença de entesófitos (Figura 5.3; Apêndice D – Tabela D.II).

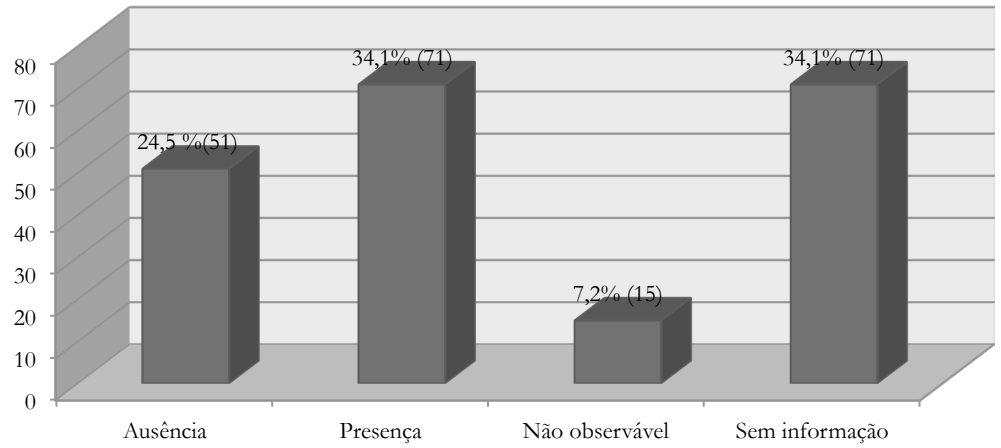


Figura 5.3 – Distribuição dos dados relativos à avaliação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos), a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

No que se refere à análise das lesões associadas aos indicadores de stresse não específico, verifica-se que o número de casos omissos compete de forma muito próxima com os casos em que há referência à possível ocorrência destas lesões. No caso das alterações promovidas pela reacção do pereósteo, mais de metade dos casos não são informativos (51,0% [106/208]). Este padrão repete-se na avaliação dos registos para *cribra orbitalia* (52,4% [109/208]) e para a hiperostose porótica (52,9% [110/208]) (Tabela 5.II).

Tabela 5.II – Distribuição das frequências dos registos relativos aos indicadores de stresse não específico a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Indicadores de stressee não específico												
Avaliação dos registos	**Periostite**				**Cribra orbitalia**				**Hiperostose**			
	n	%	n[a)]	%[a)]	n	%	n[a)]	%[a)]	n	%	n[a)]	%[a)]
Ausência	41	19,7%			55	26,4%			60	28,8%		
Presença	49	23,6%	102	49,0%	17	8,2%	99	47,6%	12	5,8%	98	47,1%
Não observável	12	5,8%			27	13,0%			26	12,5%		
Sem informação	106	51,0%			109	52,4%			110	52,9%		
	n_{total}=208											

a) Soma dos valores referentes aos casos sobre os quais é mencionada a análise paleopatológica dos indicadores de stresse não específico.

Quando se trata da patologia oral, os registos revelam que são mais recorrentes os casos sobre os quais é possível constatar que foi feita uma avaliação paleopatológica. A avaliação relativa à presença ou ausência de cáries foi realizada em 82,2% (171/208) dos casos, de tártaro em 81,7% (170/208) e do registo de cavidades de abcesso verificou-se 80,8% (168/208) (Figura 5.4; Apêndice D – Tabela D.III).

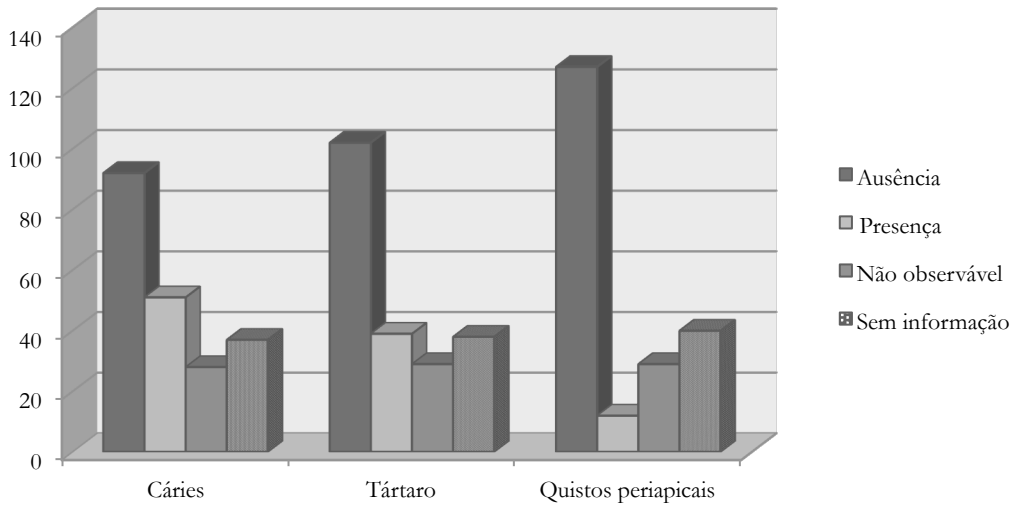


Figura 5.4 - Distribuição dos dados relativos à avaliação da patologia oral, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Ainda no campo das alterações orais, verifica-se que, em 82,2% (171/208) dos casos registados, foi feita a avaliação da perda de dentes ante-mortem (Tabela 5.III). Já no que diz respeito à avaliação dos defeitos do esmalte dentário, esta avaliação não é referida em 45,7% (95/208) dos casos avaliados (Figura 5.5)

Tabela 5.III – Distribuição das frequências dos registos relativos à perda de dentes *ante-mortem* a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Avaliação dos registos	**Registos relativos perda de dentes *ante-mortem***			
	n	%	n[a)]	%[a)]
Ausência	92	44,2%		
Presença	48	23,1%	171	82,2%
Não observável	31	14,9%		
Sem informação	37	17,8%		
	n_{total}=208			

a) Soma dos valores referentes aos casos sobre os quais é mencionada a análise da perda de dentes ante-mortem.

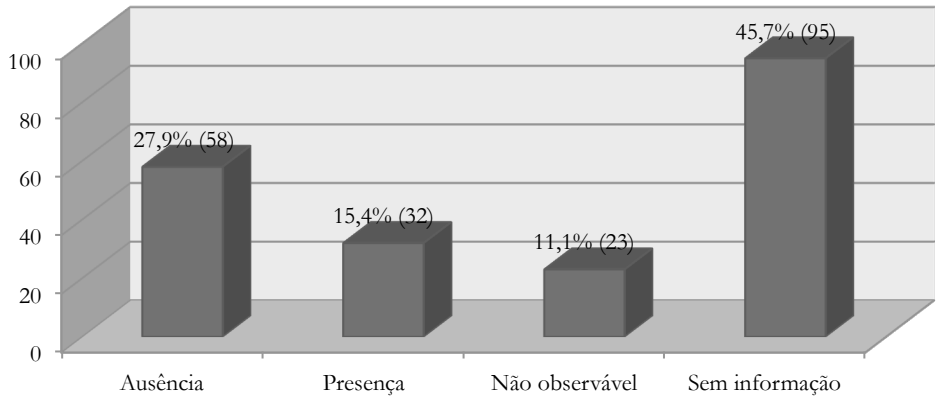


Figura 5.5 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da hipoplasias do esmalte dentário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

As evidências de lesões traumáticas associadas a casos de fractura, foi avaliada em 49,0% (102/208) dos casos registados, não havendo informação, sobre este tipo de avaliação, em 51,0% (106/208) da totalidade dos dados analisados (Tabela 5.IV).

Tabela 5.IV - Distribuição das frequências dos registos relativos às lesões traumáticas (fracturas) a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Avaliação dos registos	**Registos relativos às lesões traumáticas (fracturas)**			
	n	%	n[a)]	%[a)]
Ausência	58	27,9%		
Presença	30	14,4%	102	49.0%
Não observável	14	6,7%		
Sem informação	106	51,0%		
	n_{total}=208			

a) Soma dos valores referentes aos casos sobre os quais é mencionada a análise das lesões traumáticas (fracturas)

Entre as patologias menos frequentes estão as infecciosas. Da totalidade dos registos analisados, em 43,8% (91/208) foi feita referência à avaliação das lesões provocadas por este tipo de enfermidades (Figura 5.6; Apêndice D – Tabela D.IV). Os resultados positivos obtidos devem-se à presença de dois casos de osteomielite e a nove casos de tuberculose.

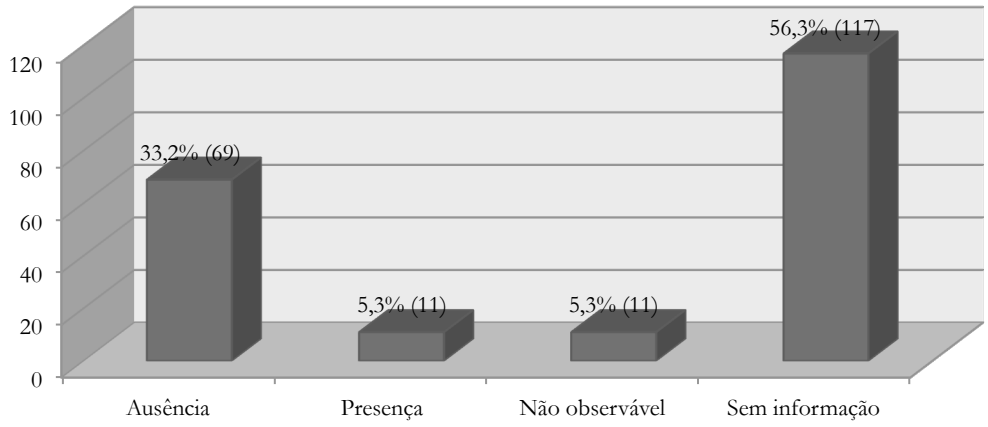


Figura 5.6 – Distribuição dos dados relativos à avaliação da patologia infecciosa, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Entre os registos que evidenciam ter havido avaliação paleopatológica, foram ainda referidos casos de anquilose dos ossos do tarso (cinco), casos de fusão vertebral (quatro) e de sacralização (quatro), de osteopenia (três indivíduos), de fusão sacro-ilíaca (quatro casos) e a presença de nódulos de schmorl (em 11 registos). Foram ainda

apresentados diagnósticos de DISH, em cinco registos (alguns deles associados a caso de fusão sacro-ilíaca), um caso de poliomielite e, ainda, um osteossarcoma detectado no crânio.

5.7 Análise da relação dos parâmetros paleodemográficos com os registos paleopatológicos

5.7.1 Osteoartrose

Avaliando a distribuição da presença ou ausência de osteoartrose em função da idade à morte, classificada genericamente entre *não-adulto/adulto*, verifica-se que, tal como seria de esperar, não há indivíduos não-adultos afectados por esta patologia. Dos 89 indivíduos adultos considerados, 65 (73%) foram registados como tendo osteoartrose (Tabela 5.V) . Esta assimetria na distribuição dos dados assume-se como estatisticamente significativa quando se aplica o Teste do Qui-Quadrado de Pearson (χ^2=33,491; g.l.=1; n=107; p<0,001).

Tabela 5.V – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da osteoartrose	Não-adulto			Adulto		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	65	73,0%	60,7%
Ausência	18	100,0%	16,8%	24	27,0%	22,4%
	na)=18		16,8%	na)=89		83,2%
	n_{ttotal}=107					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Quando se considera a classificação dos indivíduos por escalão etário, verifica-se que, tendo em conta a totalidade dos indivíduos, é a categoria *Adulto de meia idade* a que apresenta frequências mais elevadas (31,8% [34/107]) (Figura 5.7; Apêndice D – Tabela D.V). Contudo, é o escalão *Adulto maduro* o mais afectado, percentualmente, por esta patologia (95,0% [19/20]). Eliminando da análise os indivíduos pertencente aos escalões

não-adultos, verifica-se, quando se aplica o teste do Qui-Quadrado de Pearson, que se mantém a tendência para a existência de diferenças significativas entre as frequências observadas para as restantes categorias (χ^2=17,857; g.l.=2; n=91; p<0,001). Tomando em consideração apenas os indivíduos em que a patologia se encontra presente, verifica-se que, entre os diferentes escalões etários considerados – *Adulto jovem*, *Adulto meia idade* e *Adulto maduro* –, as frequências observadas são significativamente diferentes (χ^2=11,662; g.l.=2; n=65; p=0,003).

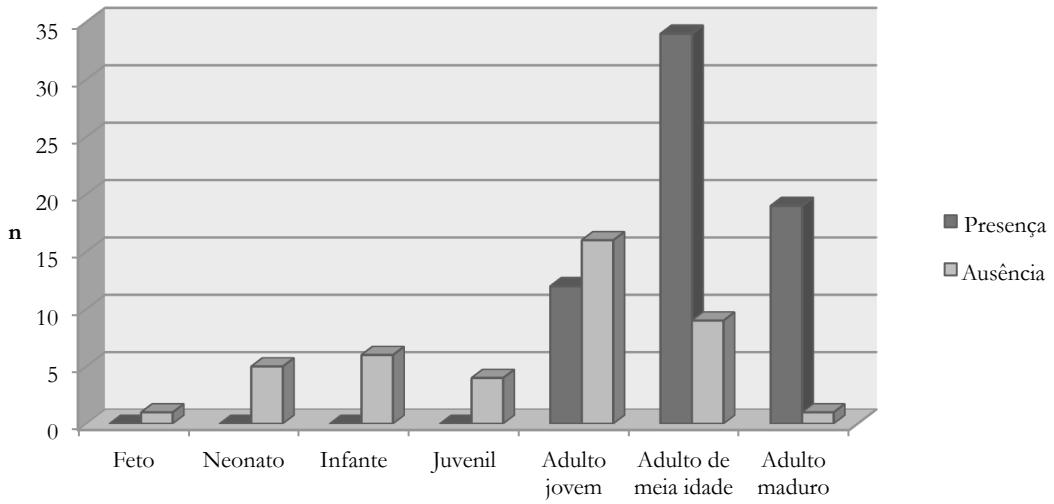


Figura 5.7 – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Quando combinados os dados relativos ao sexo com as lesões de natureza articular, verifica-se que, em relação à totalidade dos indivíduos sobre os quais há informação, a osteoartrose é mais frequente entre os sujeitos diagnosticados como pertencendo ao sexo masculino (41,6% [37/89]). Os elmentos associados ao sexo feminino apresentam frequências ligeiramente menores (31,5% [28/89]) (Tabela 5.VI). Para averiguar se a presença ou ausência destas alterações patológicas são determinadas pelo sexo, aplicou-se o teste do Qui-Quadrado de Pearson. Os resultados indicam que não há diferenças significativas, isto é, a ocorrência destas lesões não depende da diagnose sexual (χ^2=0,054; g.l.=1; n=89; p=0,816). Tomando em consideração apenas os indivíduos classificados como tendo osteoartrose, os resultados do teste do Qui-Quadrado revelam que também não existem diferenças significativas entre o número de homens e mulheres afectados (χ^2=1,246; g.l.=1; n=65; p=0,264).

Tabela 5.VI – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da osteoartrose	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	28	71,8%	31,5%	37	74,0%	41,6%
Ausência	11	28,2%	12,4%	13	26,0%	14,6%
	na)=39		43,8%	na)=50		56,2%
	n_{total}=89					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.2 Marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos)

A análise à distribuição dos dados relativos aos marcadores de stresse músculo-esquelético, em função do enquadramento etário, revela que 69,3% dos 88 indivíduos adultos considerados apresentavam entesófitos. Já entre os indivíduos não-adultos, de acordo com o que seria espectável, não foram identificados casos desta natureza (Tabela 5.VII). Igualmente de esperar é o facto das diferenças observadas se revelarem estatisticamente significativas, após a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson (χ^2=29,391; g.l.=1; n=106; p<0,001).

Tabela 5.VII – Distribuição das frequências relativas à avaliação da alterações músculo-esqueléticas em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos)	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	61	69,3%	60,7%
Ausência	18	100,0%	17,0%	27	30,7%	22,4%
	na)=18		17,0%	na)=88		83,2%
	n_{total}=106					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Tendo em conta a análise da presença ou ausência de alterações músculo-esqueléticas em função dos escalões etários, verifica-se que estas alterações afectam de forma semelhante o grupo de *Adultos de meia idade* (76,2% [32/42]) e *Adultos maduros*

(75,0% [15/20]). No total dos indivíduos considerados, são os *Adultos de meia idade* os que apresentam o maior valor percentual de entesófitos (30,2% [32/106]) (Figura 5.8; Apêndice D – Tabela 5.VI). A aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson revelou que não existem diferenças significativas na distribuição dos dados entre os escalões etários das três categorias de adultos (χ^2=5,646; g.l.=2; n=88; *p*=0,059). Analisando a influência do escalão etário, entre os indivíduos onde se identificou a presença de entesófitos, verifica-se que as diferenças são significativas (χ^2=10,066; g.l.=2; n=61; *p*=0,007).

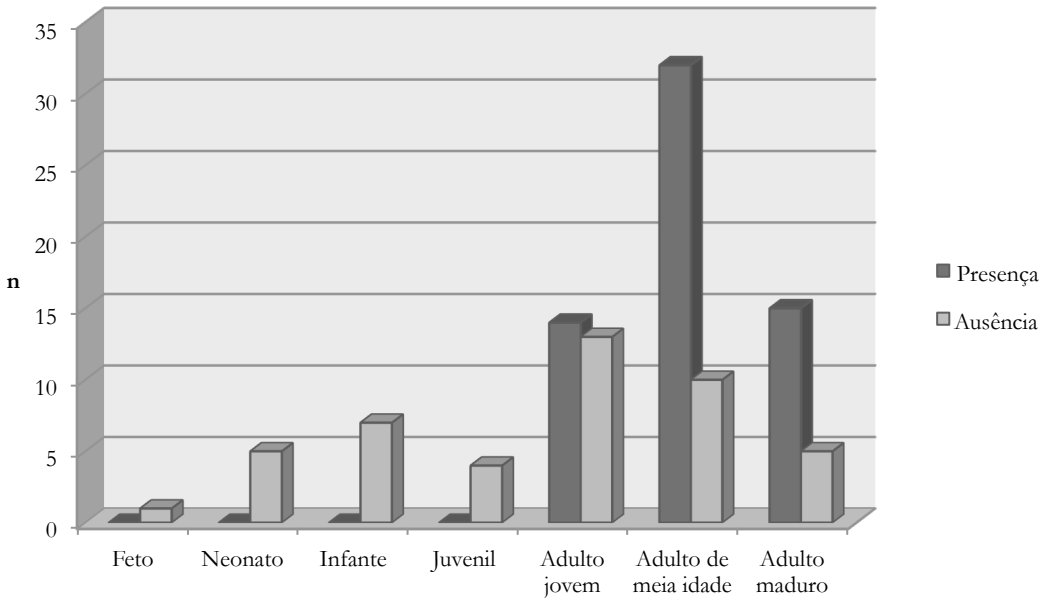


Figura 5.8 – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações múculo-esqueléticas (entesofitos) em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

A análise ao registo destas alterações, em função do sexo, revelou que os homens são mais afectados, quer quando é considerada a totalidade dos dados (43,2% [38/88]), quer em função da categoria sexual (74,5% [38/51]) (Tabela 5.VIII). Apesar disso, após a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson, torna-se evidente que a presença ou ausência destas alterações não é determinada em função do sexo (χ^2=1,537; g.l.=1; n=88; *p*=0,215). Para os indivíduos aos quais foi identificada a presença de entesófitos, também não existem diferenças estatisticamente significativas entre os do sexo feminino e os do sexo masculino, (χ^2=3,689; g.l.=1; n=61; *p*=0,055).

Tabela 5.VIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos) em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos)	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	23	62,2%	26,1%	38	74,5%	43,2 %
Ausência	14	37,8%	15,9%	13	25,5%	14,8 %
	n[a)]=37		42,0%	n[a)]=51		58,0 %
	n_{total}=89					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.3 Lesões traumáticas - fracturas

Nos relatórios antropológicos de campo analisados, foi descrita a avaliação de alterações ósseas associadas a fracturas em 77 casos. Entre os não-adultos, foi registada a sua presença em apenas dois casos (11,1% [2/18]). Já entre os adultos, foi identificada em 40,7% (24/59) (Tabela 5.IX) A análise por escalão etário revela que é a categoria dos *Adultos maduros* a mais afectada (83,3% [10/12]) (Figura 5.9; Apêndice D – Tabela D.VII). Esta assimetria traduz-se em diferenças significativas, após a aplicação do teste do Qui-Quadrado (χ^2=5,391; g.l.=1; n=77; p=0,020), o que permite estabelecer uma relação entre o enquadramento etário e a ocorrência destas lesões. Dentre os indivíduos registados como apresentando alterações ósseas associadas a fracturas, existem diferenças significativas das distribuições das frequências que são determinadas pelo escalão etário (χ^2=10,615; g.l.=3; n=26; p=0,014).

Tabela 5.IX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de lesões traumáticas – fractura em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação lesões traumaticas - fracturas	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	2	11,1%	2,6%	24	40,7%	31,2%
Ausência	16	88,9%	20,8%	35	59,3%	45,5%
	na)=18		23,4%	na)=59		76,6%
	n_{total}=77					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

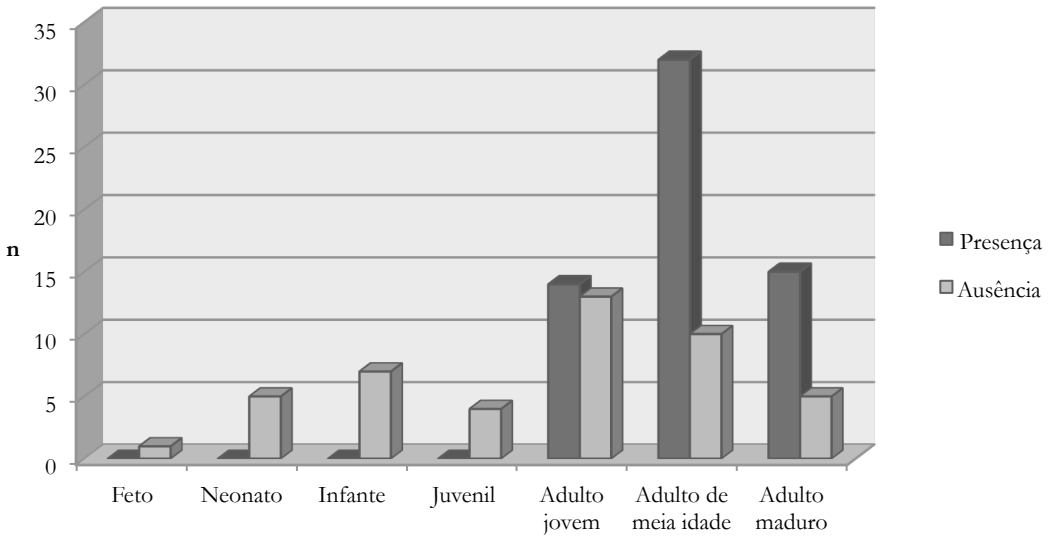


Figura 5.9 – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações provocadas por fracturas em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Na avaliação da distribuição dos dados em função do sexo, verifica-se que o masculino é o mais afectado (47,2% [17/19]), já que a percentagem de mulheres com estas altereações é de 30,4% (7/23) (Tabela 5.X). Esta diferença revela-se estatisticamente significativa após a aplicação do teste do Qui-Quadrado (χ^2=4,167; g.l.=1; n=24; *p*=0,041).

Tabela 5.X – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações provocadas por fracturas em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação das lesões traumáticas - fracturas	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	7	30,4%	11.9%	17	47,2%	28,8%
Ausência	16	69,6%	27.1%	19	52,8%	32,2%
	n[a)]=23		39,0%	n[a)]=36		61,0%
	n_{total}=59					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.4 Indicadores de stresse não específico

Relativamente à avaliação dos indicadores de stressee não específico, foram considerados os dados respeitantes à *cribra orbitalia*, hiperostose porotica e periostite.

No que diz respeito à *cribra orbitalia,* parece ser entre os adultos que esta alteração se encontra com maior frequência (27,9% [12/64]). Entre os indíviduos não-adultos, apenas 23,8% (5/21) apresentam sinais desta alteração (Tabela 5.XI). Os resultados obtidos, pela aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson, não parecem atribuir ao enquadramento etário uma influência significativa na presença ou ausência destas modificações ósseas (χ^2=0,121; g.l.=1; n=64; p=0,727). Quando se considera a totalidade dos indivíduos com registo desta alteração, a análise dos dados por escalão etário revela que é para a categoria Adulto de meia idade que se encontram as frequências mais elevadas (9,4% [6/64]) (Figura 5.10; Apêndice D – Tabela D.VIII). Na análise por sexo, verifica-se que são os indivíduos do sexo masculino os mais afectados, quer tendo em consideração a totalidade dos dados (20,9% [9/43]) quer na sua categoria classificativa 37,5% (9/24) (Tabela 5.XII). Contudo, estas diferenças entre sexos, no que respeita à presença de *cribra orbitalia*, não se traduzem em assimetrias estatisticamente significativas (χ^2=3,000; g.l.=1; n=12; p=0,083).

Tabela 5.XI – Distribuição das frequências relativas à avaliação da *cribra orbitalia* em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação *cribra orbitália*	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	5	23,8%	7,8%	12	27,9%	18,8%
Ausência	16	76,2%	25,0%	31	72,1%	48,4%
	na)=21		32,8%	na)=43		67,2%
	n_{total}=64					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

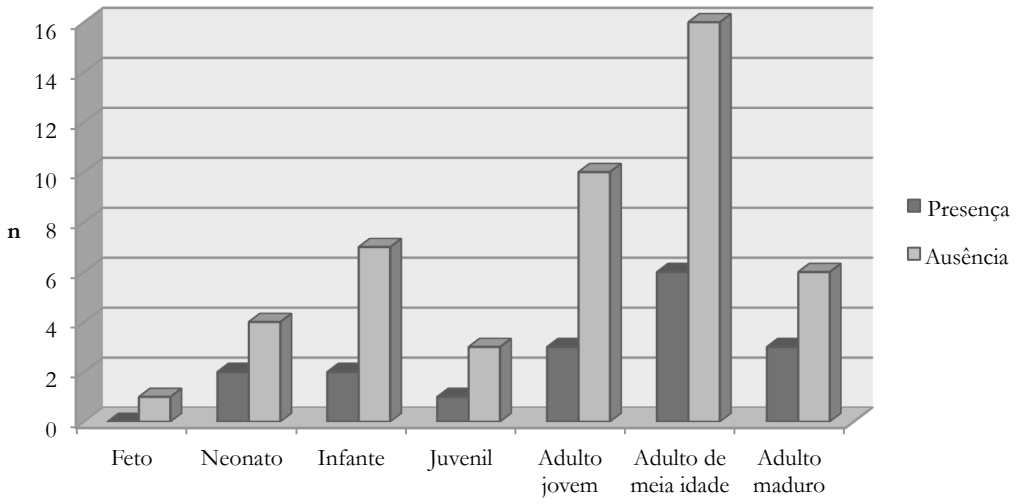


Figura 5.10 – Distribuição das frequências relativas à avaliação de *cribra orbitalia* em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Tabela 5.XII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de *cribra orbitalia* em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da *cribra orbitalia*	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	3	15,8%	7,0%	9	37,5%	20,9%
Ausência	16	84,2%	37,2%	15	62,5%	34,9%
	na)=19		44,2%	na)=24		55,8%
	n_{total}=43					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Em relação à hiperostose porótica, a ausência deste tipo de alterações, entre os indivíduos não-adultos, é de 85,7% (18/21), um valor apenas ligeiramente superior ao observado para os sujeitos adultos (83,3% [35/42]) (Tabela 5.XIII). Na análise por escalão etário, são os *Adultos de meia idade* os que apresentam as frequências mais elevadas, no que se refere à presença desta alteração óssea (9,5% [6/63]) (Apêndice D – Tabela D.IX). A distribuição dos dados relativos ao enquadramento etário não reúne as condições necessárias para a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson (25% de contagens inferiores a 5 e n<20).

Tabela 5.XIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hiperostose porótica em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação hiperostose portótica	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	3	14,3%	4,8%	7	16,7%	11,1%
Ausência	18	85,7%	28,6%	35	83,3%	55,6%
	n[a)]=21		33,3%	n[a)]=42		66,7%
	n_{total}=63					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Na análise por sexo, verifica-se que, entre as mulheres, a presença de hiperostose porótica é referida em 15,8% (3/19) dos casos. Já para os homens, esta alteração está presente em 17,4% (4/23) (Figura 5.XIV). Trata-se de valores bastante próximos, sugerindo não haver diferenças significativas. Contudo, os dados não possibilitam a realização de testes estatísticos que permitam confirmar, ou não, a presença de diferenças.

Tabela 5.XIV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hiperostose porótica em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da hiperostose porótica	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	3	15,8%	7,1%	4	17,4%	9,5%
Ausência	16	84,2%	38,1%	19	82,6%	45,2%
	n[a)]=19		45,2%	n[a)]=23		55,8%
	n_{total}=42					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

A avaliação da periostite foi referida para um conjunto mais amplo de indivíduos. No conjunto dos 76 considerados, a presença desta alteração em adultos e não-adultos apresenta valores muito próximos: 44,7% (34/76) e 43,5% (10/23), respectivamente (Tabela 5.XV). A distribuição por escalão etário, revela que é, mais uma vez, a categoria *Adultos de meia idade* a mais afectada por esta alteração (19,7% [15/76]) (Figura 5.11; Apêndice D – Tabela D.X). A aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson permite afirmar que a presença ou ausência desta alteração óssea não depende do enquadramento etário (*não-adulto/adulto*) (χ^2=2,812; g.l.=1; n=76; p=0,094). Entre os sujeitos para os quais foi identificada a presença de periostite, as assimetrias das frequências, por escalão etário, parecem ser estatisticamente significativas (χ^2=14,909; g.l.=5; n=44; p=0,011).

Tabela 5.XV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de periostite em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da periostite	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	10	43,5%	13,2%	34	64,2%	44,7%
Ausência	13	56,5%	17,1%	19	35,8%	25,0%
	n[a)]=23		30,3%	n[a)]=53		69,7%
	n_{total}=76					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

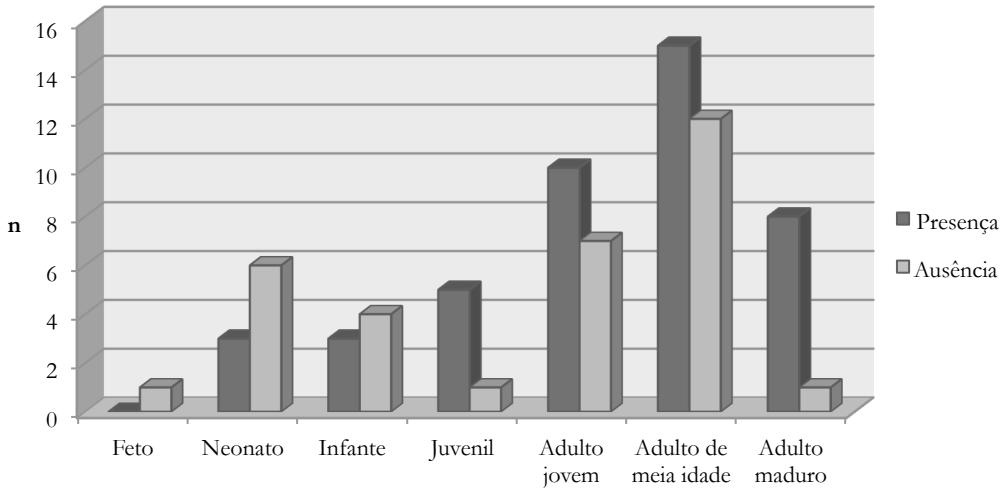


Figura 5.11 – Distribuição das frequências relativas à avaliação periostite em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

A distribuição dos dados relativos à periostite, de acordo com o sexo, indica que os homens são mais afectados (70,0% [21/30]). Entre as mulheres apenas 10 em 22 (45,5%) apresentavam alterações classificadas com sendo periostite (Tabela 5.XVI). Apesar da diferença de valores verificada, a análise estatística revela que não há diferenças entre a presença ou ausência desta alteração que dependam do sexo (χ^2=1,307; g.l.=1; n=52; *p*=0,253 – resultado da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson). Entre os casos associados à presença da periostite, também não foram encontradas diferenças significativas (χ^2=2,455; g.l.=1; n=33; *p*=0,117).

Tabela 5.XVI – Distribuição das frequências relativas à avaliação de periostite em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de periostite	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	10	45,5%	19,2%	21	70,0%	40,4%
Ausência	12	54,5%	23,1%	9	30,0%	17,3%
	n[a)]=22		42,3%	n[a)]=30		57,7%
	n_{total}=52					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.5 Patologia oral

A partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, verificou-se que não foram identificadas cáries em 82,6% (19/23) dos indivíduos não-adultos e em 58,3% (56/96) dos sujeitos adultos (Tabela 5.XVII). Analisando as frequências em função do escalão etário constatou-se que, entre os escalões etários dos indivíduos mais jovens, não se encontraram estas lesões (Apêndice D – Tabela D.XI). A diferenças parecem indicar que o enquadramento etário – *não-adulto/adulto* – influencia a distribuição das frequências registadas (χ^2=4,692; g.l.=1; n=119; p=0,030). A aplicação do teste do Qui-Quadrado aos indivíduos com presença de cáries, indica que existem diferenças significativas determinadas pelo enquadramento etário (χ^2=29,455; g.l.=1; n=44; p<0,001), situação que se mantêm quando é feita a análise por escalão etário (χ^2=25,773; g.l.=4; n=44; p<0,001).

Tabela 5.XVII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cáries em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de cáries	Não-adulto			Adulto		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	4	17,4%	3,4%	40	41,7%	33,6%
Ausência	19	82,6%	16,0%	56	58,3%	47,1%
	na)=23		19,3%	na)=96		80,7%
	ntotal=119					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

A análise do mesmo parâmetro, em função do sexo, revelou que os sujeitos do sexo feminino são mais afectados por esta patologia (53,5% [21/40]) (Tabela 5.XVIII). Não parece contudo, que o sexo influencie a ocorrência destas lesões, uma vez que não foram encontradas diferenças significativas na aplicação do teste de Qui-Quadrado de Pearson ao cruzamento dos dados referentes ao sexo e à presença ou ausência de cáries (χ^2=3,659; g.l.=1; n=92; p=0,056). Tendo em consideração apenas os indivíduos para os quais foi identificada a presença de cáries, também não se encontraram diferenças significativas entre os sexos (χ^2=0,421; g.l.=1; n=38; p=0,561).

Tabela 5.XVIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cáries em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de cáries	Feminino			Masculino		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	21	52,5%	22,8%	17	32,7%	18,5%
Ausência	19	47,5%	20,7%	35	67,3%	38,0%
	na)=40		43,5%	na)=52		56,5%
	n_{total}=92					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

No que se refere à análise dos registos sobre a presença ou ausência de tártaro, verifica-se que a ausência é mais frequente do que a sua presença tanto entre não-adultos (81,8% [18/22] e 18,2% [4/22], respectivamente) como entre indivíduos adultos (68,8% [66/96] e 31,3% [30/96], respectivamente) (Tabela 5.XIX). Nestas condições, a distribuição das frequências não parece depender significativamente do enquadramento etário, de acordo com a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson (χ^2=1,490; g.l.=1; n=118; p=0,222). A análise em função do escalão etário revela que são os *Juvenis* (33,3% [2/6]), os *Adultos jovens* (33,3% [10/30]) e os *Adultos maduros* (33,3% [7/21]), as categorias mais afectadas, proporcionalmente, por esta alteração (Figura 5.12; Apêndice D – Tabela D.XII). Se a análise incidir apenas sobre os indivíduos que apresentam indícios de tártaro, então parece haver lugar à atribuição de diferenças significativas em função do enquadramento etário (χ^2=19,882; g.l.=1; n=34; p<0,001).

Tabela 5.XIX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação do tártaro	Não-adulto			Adulto		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	4	18,2%	3,4%	30	31,3%	25,4%
Ausência	18	81,8%	15,3%	66	68,8%	55,9%
	na)=22		18,6%	na)=96		81,4%
	n_{total}=118					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

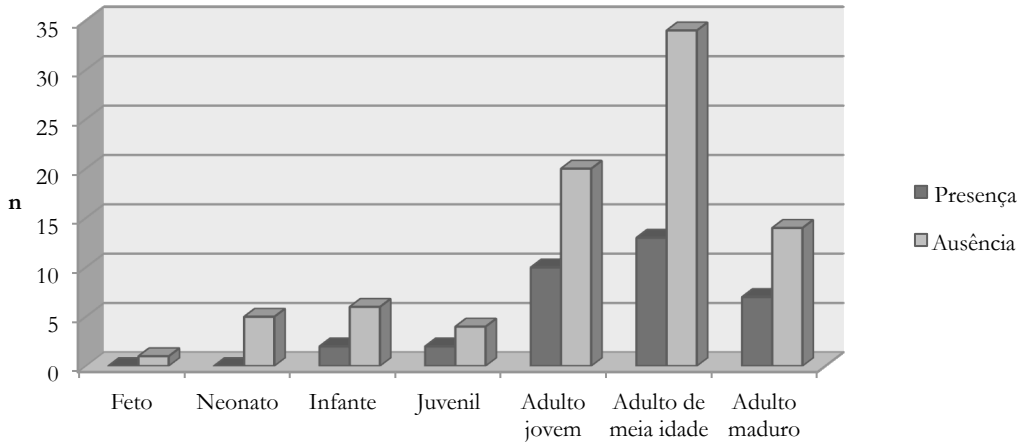


Figura 5.12 – Distribuição das frequências relativas à avaliação do tártaro em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Na análise da presença do tártaro em função do sexo, tendo em conta a totalidade dos indivíduos avaliados, verifica-se que, aparentemente, são os indivíduos do sexo feminino os mais afectados (15,2% [14/40]) por esta condição (Tabela 5.XX). No entanto, de acordo com os resultados da aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson, as diferenças encontradas na distribuição para a presença (ou para a ausência) desta alteração oral não parecem ser devidas à categoria sexual, (χ^2=0,184; g.l.=1; n=92; *p*=0,668). Também não foram encontradas diferenças entre sexos, no que diz respeito à presença de tártaro, quando apenas se consideraram os indivíduos de cada categoria sexual (χ^2=0,133; g.l.=1; n=30; *p*=0,715).

Tabela 5.XX – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de tártaro	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	14	35,0%	15,2%	16	30,8%	17,4%
Ausência	26	65,0%	28,3%	36	69,2%	39,1%
	na)=40		43,5%	na)=52		56,5%
	n_{total}=92					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

A presença de cavidades de abcesso foi identificada em 11 indivíduos adultos (um *Adulto jovem*; sete *Adultos de meia idade* e três *Adultos maduros*) dos 116 para os quais foi realizada esta avaliação (Apêndice D – Tabela D.XIII). Na distribuição desta anomalia pelos sexos, verifica-se que sete indivíduos são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

5.7.6 Defeitos do esmalte dentário – Hipoplasias do esmalte dentário

O cruzamento da distribuição dos dados relativos ao enquadramento etário (*não-adulto/adulto*) com a avaliação de hipoplasias do esmalte dentário (HED) revelou que este parâmetro demográfico não parece influenciar a presença ou ausência deste defeito do esmalte, como demonstra o facto de não terem sido encontradas diferenças significativas após a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson (χ^2=1,640; g.l.=1; n=76; p=0,222). É entre os indivíduos adultos que estas alterações são mais frequentes (28,9% [22/76]), situação que prevalece quando a análise é feita por escalão etário (Tabel 5.XXI; Apêndice D – Tabela D.V). A assimetria relativa à presença destas alterações entre sujeitos não-adultos e adultos é confirmada estatisticamente após a aplicação do teste do Qui-Quadrado (χ^2=9,143; g.l.=1; n=28; p=0,002).

Tabela 5.XXI – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de hipoplasias do esmalte dentário	Não-adulto			Adulto		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	6	26,1%	7,9%	22	41,5%	28,9%
Ausência	17	73,9%	22,4%	31	58,5%	40,8%
	na)=23		30,3%	na)=53		69,7%
	n_{total}=76					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

A análise da ocorrência destas alterações em função do sexo revela que são os homens os sujeitos que apresentam frequências mais elevadas destas alterações (65,5%

[19/29]) (Tabela 5.XXII). A diagnose sexual não parece, contudo, afectar a ocorrência ou ausência deste tipo de alterações, uma vez que a aplicação do teste do Qui-Quadrado de Pearson não demonstrou a existência de diferenças estatisticamente significativas (χ^2=1,302; g.l.=1; n=53; *p*=0,254). O sexo também não parece ter influência entre os indivíduos que apresentam as HED (χ^2=0,182; g.l.=1; n=22; *p*=0,670).

Tabela 5.XXII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de hipoplasias do esmalte dentário em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de hipoplasias do esmalte dentário	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	12	50.0%	22.6%	19	65.5%	35.8%
Ausência	12	50.0%	22.6%	10	34.5%	18.9%
	n[a)]=24		45,3%	n[a)]=29		54,7%
	n_{total}=53					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.7 Perda de dentes ante-mortem

De entre todos os registos com indicação de avaliação da perda de dentes ante-mortem, os resultados indicam que é apenas entre os indivíduos adultos que se verificam casos de perda de dentição (Tabela 5.XXIII).

Tabela 5.XXIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação da perda de dentes ante-mortem em função do enquadramento etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de perda de dentes	**Não-adulto**			**Adulto**		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	0	0.0%	0.0%	44	45.4%	37.3%
Ausência	21	100.0%	17.8%	53	54.6%	44.9%
	n[a)]=21		17,8%	n[a)]=97		82,2%
	n_{total}=118					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Numa análise por escalão etário é entre os *Adultos maduros* que as frequências associadas à perda de dentes ante-mortem são mais elevadas (65,0% [13/20]) (Tabela 5.XXIV). Esta assimetria traduz-se em diferenças estatisticamente significativas quando é aplicado o teste do Qui-Quadrado (χ^2=6,045; g.l.=2; n=44; p=0,049).

Tabela 5.XXIV – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de perda de dentes	Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	9	30.0%	9.1%	22	44.9%	22.2%	13	65.0%	13.1%
Ausência	21	70.0%	21.2%	27	55.1%	27.3%	7	35.0%	7.1%
	na)=30		30.3%	na)=49		49.5%	na)=20		20.2%
				n_{total}=99					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

Tendo em consideração a influência do sexo na distribuição dos dados, verifica-se que entre as mulheres não foi registada perda de dentes ante-mortem em 58,5% (24/41) dos casos (Tabela 5.XXV). Contudo, os resultados da análise estatística indicam que a presença ou ausência de perda dentária não é determinada pelo sexo (χ^2=0,683; g.l.=1; n=95; p=0,409). Também não foram encontradas diferenças significativas, condicionadas pela diagnose sexual, entre os sujeitos para os quais foi indicada a perda de dentição antes de morte (χ^2=2,273; g.l.=1; n=44; p=0,132).

Tabela 5.XXV – Distribuição das frequências relativas à perda de dentes ante-mortem em função do sexo, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de perda de dentes ante-mortem	**Feminino**			**Masculino**		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	17	41,5%	17,9%	27	50,0%	28,4%
Ausência	24	58,5%	25,3%	27	50,0%	28,4%
	na)=41		43,2%	na)=54		56,8%
			n_{ttotal}=95			

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise;
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados;

5.7.8 Patologia infecciosa

A partir da análise dos relatórios antropológicos de campo, verificou-se que em 68 casos foi feita referência à análise da patologia infecciosa. Apenas em 11 casos, foi identificada a presença de alterações ósseas associadas a este tipo de enfermidades. Tendo em conta os parâmetros demográficos, constata-se que quatro dos indivíduos afectados são não-adultos, sendo, os restantes sete, adultos. Foram encontrados casos deste tipo de enfermidades em todas as categorias que compõem o escalão etário, sendo a frequência mais elevada na dos *Adultos de meia idade* (três casos) (Figura 5.13). A distribuição dos casos patológicos, por sexo, revelou que foram afectados cinco indivíduos do sexo masculino e dois do sexo feminino.

De acordo com a informação recolhida a partir dos relatórios antropológicos de campo, foi possível identificar a osteomielite e a tuberculose como as causas responsáveis por estes resultados. A osteomielite é identificada em dois adultos do sexo masculino[50]. Já os nove casos de tuberculose afectam ambos os sexos e os vários escalões etários (Tabela 5.XXVI).

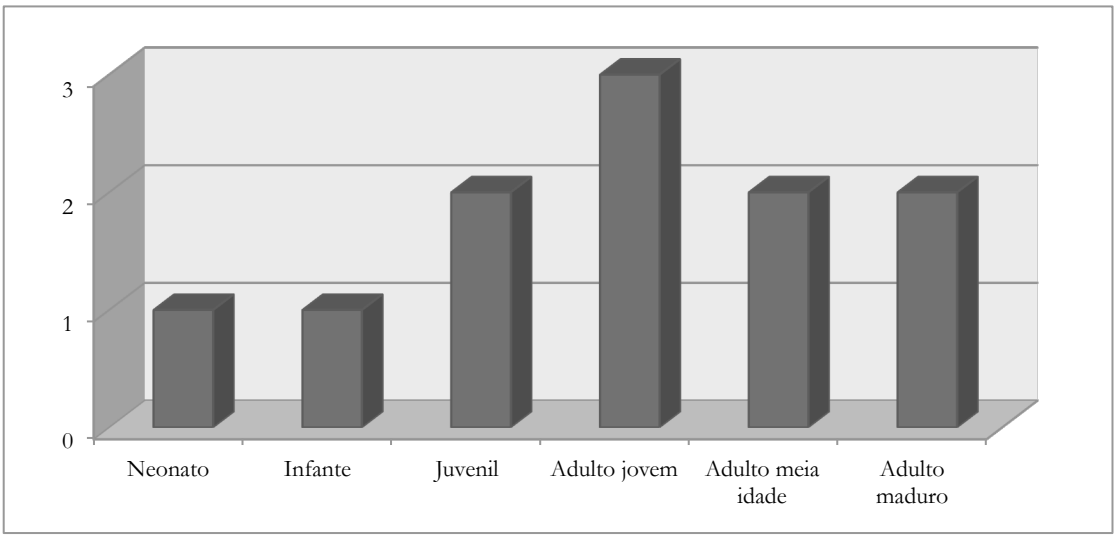


Figura 5.13 – Distribuição dos casos identificados com patologia infecciosa em função do escalão etário.

[50] Números de inventários dos indivíduos: LPP.009.090; LPP.014.196.

Tabela 5.XXVI – Distribuição dos casos diagnosticados com tuberculose em função do sexo e do escalão etário.

Número de inventário	Sexo	Escalão etário
LPP.003.017	Feminino	Adulto jovem
LPP.007.074	Masculino	Adulto de meia idade
LPP.007.080	Indeterminado	Juvenil
LPP.016.241	Masculino	Adulto jovem
EA.045.394	Indeterminado	Infante
EA.045.399	Indeterminado	Neonato
EA.045.400	Masculino	Adulto idoso
EA.045.401	Indeterminado	Juvenil
EA.045.425	Feminino	Adulto jovem

Importa realçar que, de entre os indivíduos diagnosticados com tuberculose, os sujeitos identificados com os números de inventário LPP.007.074 e LPP.007.080 pertencem ao mesmo contexto de escavação. Da mesma forma, os casos inventariados com os números EA.045.394, EA.045.399, EA.045.400, EA.045.401 e EA.045.425 pertencem ao mesmo contexto funerário.

5.8 Discussão dos dados relativos à avaliação do registo paleopatológico dos relatórios antropológicos de campo

Os resultados da avaliação global das frequências de registo realizadas a partir dos relatórios antropológicos de campo indicam que, para a esmagadora maioria (80,6% [374/464]) dos indivíduos registados, foi feito algum tipo de avaliação paleopatológica. Os valores encontrados poderão ser indicativos do papel de relevo que é atribuído às manifestações de alterações patológicas. Contudo, os resultados obtidos para cada uma das variáveis criadas afastam-se, de forma considerável, deste panorama. Veja-se o caso dos registos relacionados com a análise dos indicadores de stresse não específico (periostite 51,0% [106/208]; *cribra orbitalia* 52,4% [109/208]; hisperostose porotica 52,9% [110/208]), da patologia infecciosa (56,3% [117/208]) ou da presença de defeitos no esmalte dentário (45,7% [95/208]), em que as frequências de casos classificados como *sem informação* se apresentam bastante elevadas. Esta diferença entre o resultado da análise

global e o que se obtém das análises específicas pode residir numa eventual inconsistência da análise, em contexto de escavação, possivelmente promovida pela ausência de um protocolo que reja o estudo paleopatológico, em campo. A forma de redacção dos relatórios poderá, também, fornecer uma explicação para esta assimetria de resultados. Será legítimo aceitar que, nos registos de escavação antropológica, sejam relatadas apenas as evidências patológicas *que realmente se encontram presentes e evidentes* no esqueleto, evitando-se, desta forma, o arrolamento das lesões que *não* foram detectadas. Logo, a ausência de informação não representará, necessariamente, a não-realização de uma análise paleopatológica, mas antes a opção de cingir a informação reportada aos dados identificados como tendo uma origem patológica. Paradoxalmente, também não será possível asseverar, a um leitor destes documentos, que um estudo paleopatológico foi levado a cabo. Outras questões concorrem para um sub-aproveitamento do conteúdo dos relatórios antropológicos de campo. Muitas vezes são apresentados diagnósticos de alterações que podem ser identificadas como patológicas, em detrimento de uma descrição detalhada do que se observa em contexto de escavação. Este reforça a ideia de que é necessário assumir as limitações existentes neste tipo de análise e estabelecer que, sempre que pareça evidente a existência de alterações de natureza atípica, a avaliação paleopatológica, em campo, deverá ser vista como o primeiro momento de cadastro do material osteológico. Apostar no exercício descritivo, como forma de contornar a possível perda de integridade do material esquelético, poderá resultar em estudos laboratoriais mais conclusivos. A análise paleopatológica, em campo, não deverá ambicionar ser mais do que preliminar ou exploratória, devendo, por isso, apostar-se na sistematização da informação recolhida, no sentido de limitar o número elevado de casos sobre os quais não é possível obter informação.

Com intuito de perceber a influência dos parâmetros demográficos, foram cruzados os dados das variáveis criadas para a análise paleopatológica com os dados recolhidos referentes à estimativa da idade à morte e ao sexo. No que diz respeito à osteoartrose[51] encontraram-se diferenças significativas, determinadas pelo escalão etário,

[51] Não foi ainda encontrado um consenso na escolha da terminologia a aplicar à doença degenerativa articular. As designações artrose, osteoartrose, artrite degenerativa são recorrentes, sendo, na literatura anglo-saxónica, mais frequente o recurso ao termo *osteoarthritis*. O uso deste último termo é alvo de debate (Weiss & Jurmain, 2007) devido à noção subjacente da existência de uma componente inflamatória pouco significativa nesta patologia. Na consulta da literatura reumatológica portuguesa (ex. Queiróz, 1998 ou em publicações da Direcção-Geral da Saúde – *Programa Nacional Contra as Doenças Reumáticas*, Despacho

tanto no que diz respeito à ocorrência destas alterações (*presença/ausência*) (p<0,001) quanto entre os sujeitos afectados por esta alteração (p=0,003). Já, em relação ao sexo, não foram encontradas diferenças significativas entre a totalidade dos indivíduos analisados (p=0,816) ou entre os que foram afectados pela patologia (p=0,264). Esta enfermidade é frequentemente encontrada entre os vestígios osteológicos do passado (Crubézy *et al.*, 2002; Roberts & Manchester, [1983]1995; Rogers, 2000; Rogers & Waldron, 1995; Waldron, 2009; Weiss & Jurmain, 2007). O gatilho que desencadeia as reacções que conduzem ao aparecimento das alterações osteoartrósicas não está completamente identificado. Contudo, existe um conjunto de agentes que pode contribuir para o progresso desta patologia (Crubézy *et al.*, 2002; Queiróz, 1998). A idade, a influência genética, a etnia, a obesidade e o trauma, podem ser factores coadjuvantes no desenrolar desta resposta. É, contudo, no esforço biomecânico que se encontra o motivo principal para a degenerescência das regiões articulares (Crubézy *et al.*, 2002; Godde & Taylor, 2011; Inoue *et al.*, 2001; Queiróz, 1998; Waldron, 2009; Weiss & Jurmain, 2007). Os resultados aqui obtidos remetem para a relevância que a idade assume no surgimento destas alterações, já que é entre os indivíduos adultos (*Adulto maduro*: 95% [19/20]) que se encontram as frequências mais elevadas. destas alterações. O facto de serem os homens os elementos mais afectados (41,6% [37/50]) poderá ser explicado, não só pelo enviesamento da amostra em favor destes indivíduos, mas também por algumas das actividades ocupacionais, presentes em Portugal, associadas ao género. Tradicionalmente, cabe aos homens as práticas laborais e do quotidiano que exigem maior força física e que podem favorecer o desenvolvimento de patologias degenerativas ao nível das articulações (Assis, 2007; Cardoso, 2008a). Tal não significa que, entre as mulheres, não se encontrem estas lesões. Apesar de, historicamente, não ser atribuído um papel de relevância ao trabalho feminino, etnograficamente são conhecidas práticas culturais que exigem da mulher um grande esforço biomecânico que poderá afectar as articulações. O transporte de grandes cargas à cabeça, trabalhos repetitivos com esforço associado, o percorrer de longas distâncias (Assis, 2007; Cardoso, 2008a; Derevenski, 2000), são alguns dos comportamentos que permitem compreender as elevadas frequências de registo de osteoartrose associadas ao sexo feminino (71,8% [28/39]), reportadas nos relatórios antropológicos de campo. Nesta semelhança de intensidade das

---

Ministerial de 26/03/2004) o termo mais recorrente foi artrose ou osteoartrose, pelo que se optou por esta última designação.

ocupações laborais de homens e mulheres, pode residir a ausência de diferenças significativas estabelecidas por via do sexo.

Nos casos avaliados, referentes às alterações das regiões de inserção ligamentares (entesófitos), os resultados indicam que há diferenças que se estabelecem em função do escalão etário, entre os indivíduos afectados por estas alterações (p=0,007). Apesar de homens (74,5% [38/51]) e mulheres (62,2% [23/37]) apresentarem valores percentuais distintos de entesófitos, estas diferenças não se revelaram estatisticamente significativas (p=0,055). A origem destas lesões é frequentemente associada à degeneração promovida pela repetição, tendencialmente crónica, de movimentos e, por isso, estas alterações estão, muitas vezes, associadas ao estudo de padrões ocupacionais. Contudo, não é consensual estabelecer-se uma relação directa entre estas alterações e as práticas ocupacionais (Santos *et al.*, 2011a; Villotte *et al.*, 2010). Historicamente, tem sido atribuído ao homem o desempenho de tarefas de maior exigência física que se podem traduzir neste tipo de alterações. Esta assimetria de ocorrência de entesófitos foi identificada em estudos de séries provindas tanto de contextos arqueológicos quanto de séries identificadas (Assis, 2007; Cardoso, 2008a). De facto, de acordo com Cardoso (2008), não parece haver uma relação entre o sexo e a existência de marcadores de stresse, sendo, contudo, possível identificar uma relação entre estes indicadores e a idade. Estes dados vão ao encontro dos resultados obtidos a partir dos relatórios antropológicos de campo.

Os resultados dos registos relativos à presença de lesões traumáticas associadas a fracturas revelaram diferenças significativas que se estabelecem quando a análise é feita por escalão etário (p=0,014) e por sexo (p=0,041). As frequências mais elevadas de indivíduos adultos (40,7% [24/59]) e do sexo masculino (47,2% [17/36]), com evidências destas lesões, parecem ir ao encontro de estudos realizados com amostras arqueológicas (Judd, 2004; Stirland, 1996; 1997). Compreender as marcas deixadas pela fractura - *"(...) eventos mecânicos que decorrem de uma carga aplicada sobre um osso que excede a sua resistência, i.e. que resultam de uma carga que sobrepuja a capacidade de neutralização das forças que sobre ele actuam.*" (Curate, 2010: 42) – implica o recurso à perspectiva biocultural para discernir de que forma o papel atribuído aos sexos poderá estar associado à sua ocorrência (Grauer & Roberts, 1996; Walker, 2001). A violência interpessoal e uma maior predisposição para os acidentes, parecem ser atributos masculinos susceptiveis de originar uma maior frequência deste tipo de casos (Grauer & Roberts, 1996; Stirland, 1996). Importa, ainda,

ter em devida conta que a identificação deste tipo de alterações no material esquelético dependerá, em muito, da recuperação da região lesionada. As consequências associadas a estes eventos traumáticos assumem um espectro muito amplo que depende da localização da fractura e dos cuidados prestados. A minimização do impacto deste tipo de lesão passa pela sua redução, isto é, pelo reposicionamento do osso na sua configuração anatómica natural, que permitirá a restituição do seu aspecto normal (Aufderheide & Rodríguez-Martín, 1998; Merbs, 1989; Waldron, 2009). Na impossibilidade de fazer este reajuste, a deformação da estrutura anatómica ou a incapacidade física, será uma consequência provável (Aufderheide & Rodríguez-Martín, 1998; Merbs, 1989; Waldron, 2009). A identificação, num contexto arqueológico, da ocorrência de uma fractura depende, essencialmente, do processo de recuperação do acontecimento traumático, por um lado, e, por outro, no cuidado metodológico envolvido na recuperação dos remanescentes humanos (Quatrehomme & Iscan, 1997). A notável capacidade de regeneração do osso leva a que, em poucas semanas, se dê início ao processo de formação do "*callus*" ósseo, produzido numa primeira fase do contacto entre as duas secções resultantes da fractura (Cunha & Pinheiro, 2009). Numa segunda fase, o processo de inflamação, reparação e remodelação, culmina na substituição completa do local de cicatrização por osso lamelar (Cunha & Pinheiro, 2009). É a presença deste calo que indica, no estudo nos despojos humanos em contexto de escavação, a ocorrência de um evento traumático, resultante em fractura (Curate, 2010; Ortner, 2003; Waldron, 2009). Uma redução eficaz poderá resultar em marcas osteológicas tão ténues que poderão não ser evidentes na avaliação macroscópica, podendo residir, neste aspecto, a baixa frequência de casos registados (33,8% [26/77]) a partir dos relatórios antropológicos de campo.

Os resultados dos registos dos indicadores de stresse não específico mantiveram a relação assimétrica, entre idade e sexo, já descrita anteriormente. Contudo, só foram identificadas diferenças estatísticas significativas na análise das evidências da reacção do pereósteo, em função do escalão etário (p=0,011). A periostite – aqui considerada como as marcas ósseas deixadas após uma reacção do pereósteo – resulta da resposta, por via da produção de osso novo, à acção de agressões externas. São várias as causas que podem conduzir a esta condição: uma exigência física extraordinária, o trauma, doenças infecciosas ao nível dos tecidos moles ou do esqueleto, doenças neoplásicas, problemas circulatórios, entre tantas outras razões (Waldron, 2009). Neste sentido, encontrar uma

explicação que permita compreender a associação destas lesões ao sexo e idade, não parecer ser tarefa simples. Sobre a *cribra orbitalia* e a hiperostose porótica, sabe-se que tendem a afectar mais os sujeitos imaturos (Wapler *et al.*, 2004) , podendo, este facto, ser consequência de episódios de stresse fisiológico associados a doenças gastrointestinais, frequentes no período de desmame (Benus *et al.*, 2010; Brickley, 2006; Brown & Ortner, 2011; Walker *et al.*, 2009). Os resultados obtidos, em particular para a *cribra orbitalia*, não indo de forma directa de encontro desta tendência, indicam que, apesar de ser entre os adultos que se encontram as frequências mais elevada (18,8% [12/64]), são os não-adultos os mais afectados (23,8% [5/21]).

Os dados da patologia oral indicam que a presença de cáries é a mais frequente das enfermidades orais analisadas (33,6% [40/119]) e parece ser condicionada pelo escalão etário (p<0,001). Contudo, não foram encontradas diferenças determinadas pelo sexo (p=0,561). De facto, a presença de cáries surge como a patologia oral mais frequentemente encontrada entre os restos humanos associados a contextos arqueológicos. As cáries resultam de um processo infeccioso e contagioso, iniciado pela actividade bacteriana e alimentado pela presença de hidratos de carbono na cavidade oral, criando-se um meio ácido propício à destruição do esmalte dentário e da estrutura do próprio dente (Ortner, 2003; Roberts & Manchester, [1983]1995; Wasterlain *et al.*, 2009). Uma maior frequência de cáries pode ser indicadora de uma mudança para uma dieta mais rica em hidratos de carbono e açucares (Lucas *et al.*, 2010). A frequência com que ocorre este tipo de patologias permite inferir sobre o tipo de alimentação de um determinado grupo social e, também, sobre o conhecimento e os cuidados médicos dos indivíduos, sendo, por isso, meios interessantes para perceber o estado de saúde das populações do passado (Liebe-Harkort *et al.*, 2011; Lucas *et al.*, 2010; Waldron, 2009; Wasterlain, 2006; Wasterlain *et al.*, 2009). A partir dos relatórios antropológicos de campo analisados não é possível fazer conjecturas sobre o tipo de dieta dos indivíduos. Não obstante, não será arriscado assumir que, os fracos cuidados médicos e as noções rudimentares de saúde que caracterizavam a população portuguesa até à saída da modernidade, podem ter concorrido não só a para a proliferação, mas também para o agravamento destas patologias. No que diz respeito à influência dos parâmetros demográficos sobre a ocorrência destas lesões, o estudo de Wasterlain (2009) indica a existência de uma relação entre a presença de cáries e a idade, não tendo encontrado uma associação idêntica com o sexo. Os dados da presente análise vão ao encontro deste

mesmo padrão já que revelam diferenças associadas ao enquadramento etário, quando se considerou a totalidade dos indivíduos registados (p<0,001), e não foram detectadas diferenças associadas ao sexo (p=0,561).

Em relação ao tártaro, as frequências associadas à presença desta alteração, apesar de serem baixas, afectam preferencialmente os sujeitos adultos (31,3% [30/96]). Contudo, esta assimetria só se revela estatisticamente significativa na análise por escalão etário dos indivíduos afectados (p<0,001). A assimetria etária observada poderá ser explicada com base no processo de formação desta patologia. Tratando-se de uma combinação de saliva, proteínas e microorganismos, o tártaro caracteriza-se por formar uma placa que cobre parte ou a totalidade da dentição, afectando, de forma mais evidente, as peças dentárias próximas das glândulas salivares. O ambiente alcalino proporcionado pela saliva é fundamental para o desenvolvimento destas placas (Roberts & Manchester, [1983]1995; Waldron, 2009). Contudo, com base nos relatórios antropológicos de campo, não há como aceder à origem destas alterações.

O desenvolvimento de cavidades de abcessos ou quistos periapicais, pode acontecer como consequência directa da presença de cáries, não sendo, contudo, este o único factor a promover esta condição (Dias *et al.*, 2007; Lopez *et al.*, 2011; Lucas *et al.*, 2010; Roberts & Manchester, [1983]1995). A presença destas alterações do osso só pontualmente foi referida (11 casos em 116 analisados) e afectava apenas indivíduos adultos. Não sendo possível assumir como significativas as diferenças em função da idade, é, contudo, admissível que, com o tempo, os factores que promovem o desenvolvimento destes episódios infecciosos se conjuguem, afectando, por isso, mais frequentemente os indivíduos adultos. A ocorrência da doença peridontal ou de tártaro, pode também desencadear, ao nível da gengiva e do osso maxilar, um processo infeccioso que afecta a polpa do dente e culmina com a expulsão do pus acumulado (Lucas *et al.*, 2010; Roberts & Manchester, [1983]1995).

No que diz respeito à avaliação dos defeitos do esmalte – hipoplasias do esmalte dentário – verificou-se que a frequência mais elevada destas alterações (41,5% [22/53]) se observa entre os indivíduos adultos. Entre os indivíduos não-adultos, este valor é de apenas 26,1% (6/23). Esta assimetria revela-se estatisticamente significativa quando os dados da presença destes defeitos são analisadas em função do enquadramento etário (p=0,002). Este é um resultado atípico, na medida em que são, geralmente, os indivíduos

imaturos os mais afectados por estes indicadores de stressee fisiológico (Liebe-Harkort *et al.*, 2011). Existem, contudo, evidências que permitem associar estas alterações, também, aos sujeitos adultos (Guatelli-Steinberg & Luckacs, 1999). As hipoplasias do esmalte dentário caracterizam-se por serem defeitos da configuração do esmalte, resultantes de perturbações durante a amelogénese. Ou seja, reflectem episódios de maiores constrangimentos fisiológicos vividos pelos sujeitos, podendo, nesse sentido, ser considerados indicadores de stresse (Guatelli-Steinberg & Luckacs, 1999). Períodos de alimentação mais deficiente ou momentos de doença grave, podem provocar, durante o desenvolvimento dentário que se estabelece na infância, interrupções na deposição das várias camadas de esmalte que compõem o dente (Guatelli-Steinberg & Luckacs, 1999; Obertová & Thurzo, 2008). Estas interrupções tornam-se visíveis após a erupção. A avaliação da localização destes defeitos do esmalte, podem ajudar a contextualizar o momento que levou ao desenvolvimento destas alterações (Guatelli-Steinberg & Luckacs, 1999; Roberts & Manchester, [1983]1995). As HED parecem estar, de alguma forma, relacionadas com o estatuto social e com o sexo dos indivíduos (Guatelli-Steinberg & Luckacs, 1999). Não sendo possível avaliar o estatuto social dos indivíduos analisados, verificou-se a ausência de diferenças significativas na comparação entre os escalões etários, fenómeno que se repetiu na análise por sexo.

A avaliação dos registos, no que diz respeito à ausência de dentição, revelou que a perda ante-mortem de dentes afectou apenas os indivíduos adultos. Os valores das frequências obtidos para homens (50,% [27/54]) e mulheres (41% [17/41]) são razoavelmente semelhantes e não se traduzem em diferenças estatisticamente significativas (p=0,132). Os episódios de trauma ou de doença peridontal, entre muitos outros factores, podem levar à queda de dentes (Waldron, 2009). Também aqui, uma abordagem biocultural poderá contribuir para o processo de construção de um enquadramento sóciocultural (Roberts & Manchester, [1983]1995).

De entre os 68 casos em que há o diagnóstico de patologia infecciosa, só em 11 foi referenciada a presença deste tipo de enfermidades. A escassez de evidências, no conjunto analisado, não parece reflectir o impacto deste tipo de maleitas entre as populações do passado. Os registos históricos demonstram que as doenças infecciosas foram uma das principais fontes de mortalidade, entre as populações pretéritas (Roberts & Buikstra, 2003). Apesar das pestes, doenças respiratórias e gastrointestinais, terem assumido dimensões epidémicas, não se encontra, no registo arqueológico, um número

de casos representativo da dimensão que estas maleitas assumiram no passado. Uma explicação para esta situação residirá no facto de muitas destas patologias se manifestarem na sua forma aguda e do seu impacto ser maior ao nível dos tecidos moles. *"(...) Contudo, o carácter crónico de algumas infecções possibilita a sua pesquisa em esqueletos humanos provenientes de contextos arqueológicos"* (Matos, 2009:16). As manifestações da tuberculose assumem formas variadas e, nem todas, são facilmente reconhecidas (Matos *et al.*, 2011; Santos, 2000; Santos & Roberts, 2001). Entre os indivíduos para os quais foi identificada tuberculose, o diagnóstico foi estabelecido a partir da formação de osso novo na superfície visceral das costelas. Noutros casos, para alem da porosidade ao nível das costelas, é ainda referida a presença de osso novo em ossos longos e irregulares (omoplata). Deve, ainda, referir-se o caso em que se menciona a existência de porosidade ao nível dos ossos longos, do crânio e das omoplatas, como elemento diagnosticante de um quadro de *meningite tuberculosa*. Poderá residir na dificuldade em estabelecer um diagnóstico seguro, a explicação para o baixo número de casos associados a este tipo de patologia. Historicamente, o maior impacto provocado pelas enfermidades infecciosas deverá estar associado ao crescimento dos centros urbanos que, a par com condições de salubridade medíocres, terão conduzido ao aumento dos focos de contágio e propagação (Marques, 2010). É preciso, também, tomar em consideração a estigmatização dos enfermos. A nível social, algumas enfermidades provocam comportamentos segregacionistas que se podem traduzir na ocupação ou escolha do espaço funerário, mantendo, também na morte, os indivíduos afectados longe da ordem social (Castex, 2008; Matos, 2009b; Roberts & Buikstra, 2003). Esta poderá ser uma explicação possível para os casos de tuberculose encontrados num mesmo contexto arqueológico e, eventualmente, para a inexistência de outros casos de patologia infecciosa. Poderá residir nestas explicações a resposta para os poucos casos de patologia infecciosa referenciados nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Outras alterações de natureza patológica forma identificadas no conjunto de relatórios de campo, contudo, algumas oferecem desafios difíceis de superar, no momento de as classificar. São vários os casos de anquilose referidos, contudo, deslindar a sua origem – genética, traumática, degenerativa –é uma tarefa difícil. De facto, alguns dos casos de fusão sacro-ilíaca ou costo-esternal, surgem associados ao diagnóstico de *DISH* (*Diffuse idiopathic skeletal hyperostosis*). Contudo, será precipitado aceitar que uma avaliação desta natureza se possa realizar em contexto arqueológico. Estes, como outros

casos, seriam mais facilmente esclarecidos em laboratório. Do mesmo modo, os casos classificados como osteopenia, podendo suscitar dúvidas em campo, seriam mais facilmente esclarecidos com o recurso a um raio X.

As flutuações encontradas, ao nível dos resultados indicados nos relatórios antropológicos de campo, e os elementos sobre os quais não há informação, parecem reforçar a ideia de que será difícil realizar, em campo, um exercício fiável de paleopatologia. Contornar este problema passará por assumir as limitações da realização de um estudo em contexto de escavação. Será mais proveitoso um maior investimento numa recolha e registo de dados mais minuciosa que deve ser acompanhada, não só de descrições e localizações detalhadas e claras das características atípicas encontradas em campo, mas também de registos fotográficos que permitam ilustrar as descrições.

Existem de facto limitações importantes ao estudo paleopatológico a ser aplicado a séries osteológicas do passado, as quais são, ainda, agravadas pelas especificidades do contexto de escavação. Possivelmente, a elevada frequência de casos omissos é o reflexo dessas dificuldades. Contudo, "*Despite the criticism of some (...) and the pragmatic defense of others (...) research in paleoepidemiology contributes each day with more and more interesting information to prehistorical and historical reconstruction. As proclaimed by archaeologists, the limits and dificulties in this field do not justify 'throwing out the baby with the bath water*'" (Souza *et al.*, 2003:26).

CAPÍTULO SEXTO

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA METODOLÓGICA PARA RECOLHA E REGISTO DE DADOS ANTROPOLÓGICOS DE CAMPO

6 Caracterização geral dos dados e apresentação de proposta metodológica para recolha e registo de dados antropológicos de campo

6.1 Caracterização geral dos dados

Para analisar os dados contidos nos relatórios de campo foi preciso criar uma forma de registo que, através da sistematização, permitisse perceber os elementos que, tendencialmente, são referenciados naqueles relatórios. Para tal, foram criadas variáveis e categorias que, combinadas, permitissem identificar a frequência de registo dos principais aspectos relacionados com a Conservação, Antropologia funerária, Paleodemografia e Paleopatologia. Esta estratégia de uniformização da informação permitiu, também, caracterizar os sujeitos em função dos elementos culturais, dos parâmetros demográficos e paleopatológicos, procurando, sempre que possível, recorrer ao cruzamento das variáveis consideradas. Os principais aspectos observados serão apresentados de seguida.

O registo dos elementos que, de alguma forma, remetem para o enquadramento histórico-geográfico representa uma contribuição preciosa para a compreensão e contextualização dos dados que foram observados durante a escavação (Castex, 2007; 2008; Crubézy, 2000; Crubézy *et al.*, 1990). Nesse sentido, a recolha desta informação deve ser encarada como fundamental. Entre os relatórios antropológicos de campo analisados, a referência ao contexto geográfico foi feita na esmagadora maioria dos casos, estando o Sul do território melhor representado. Já a contextualização histórica, que remete grande parte dos dados analisados para a Época Medieval, não surge referida de forma tão consistente. Este aspecto limita, grandemente, a interpretação que se poderá fazer dos dados recolhidos. Apesar de nem sempre ser possível avançar com balizas cronológicas específicas, a atribuição de uma época histórica poderá revelar-se uma contribuição suficiente e será um aspecto fundamental de registo na produção dos relatórios de campo.

Também a avaliação do estado de conservação do material esquelético deve assumir-se como uma etapa fundamental nos procedimentos de campo, na medida em que condiciona o tipo de registo efectuado em contexto de escavação e, também, as análises realizadas em ambiente laboratorial. É, geralmente, reconhecido que a possibilidade de aplicação das metodologias paleodemográficas e a avaliação

paleopatológica, depende, em grande medida, do grau de preservação do espólio osteológico (Bello *et al.*, 2003; Bello & Andrews, 2006). Esta é uma variável que está sujeita à actuação de diversos agentes de origem tafonómica. Quantificar, num modelo simples – semelhante ao proposto no sistema de registo apresentado -, o estado dos remanescentes, indicando a natureza das alterações, constitui uma contribuição importante para os investigadores responsáveis pelo estudo do material esquelético. Nos relatórios antropológicos de campo analisados é indicado, ou torna-se possível inferir a partir das representações esquemáticas que ilustram estes documentos, o estado de conservação dos esqueletos reportados. Contudo, a referência à actuação dos agentes tafonómicos responsáveis pela fraca preservação só, pontualmente, é incluída. O recurso a esta informação, nas análises realizadas, revelou-se um procedimento interessante. A eliminação dos elementos classificados como mal conservados resultou numa maior clareza informativa. A ausência deste tipo de registo pode limitar um estudo mais profundo do material, na medida em que certas evidências, que remetem, por exemplo, para quadros pseudopatológicos, poderão não ser acauteladas.

Os vestígios culturais, que constituem a Antropologia funerária, contribuem para a entendimento da gestão do impacto social da morte. As práticas, que a eles se associam, podem, também, influenciar o processo de degradação do defunto. Nesse sentido, negligenciar a recolha desta informação comprometerá a compreensão dos contextos funerários e a identificação da totalidade dos factores que actuam sobre os indivíduos inumados (Duday, 2005a; b). De um modo geral, os dados recolhidos demonstram que a tipologia da sepultura parece ser um aspecto maioritariamente referido. Já a presença de um invólucro funerário – que, mais do que uma indicação ritual, também fornece elementos relativos ao espaço de decomposição e, consequentemente, à disposição das peças esqueléticas –, é raramente referido. Estes resultados não serão alheios à dificuldade de identificar este tipo de vestígios. Nos restantes campos analisados, relativos aos gestos funerários e ao espólio funerário, verifica-se que, em cerca de um quarto dos casos, esta informação está omissa. Merece ser considerada excepção a referência ao tipo de orientação do esqueleto. De facto, estes elementos surgem consistentemente referidos, permitindo associá-los a aspectos de índole religiosa ou cultural. O registo desta informação poderá, por via do cruzamento com dados de outra natureza (histórica, paleodemográfica, paleopatológica, por exemplo), ser indicativo das diferentes atribuições sociais dos indivíduos inumados, ou

de padrões culturais determinados histórica e geograficamente. Os enviesamentos de índole cultural identificados parecem reflectir, tanto ao nível da arquitectura como dos gestos e espólio funerário, um padrão funerário cristão. No entanto, foi este mesmo enviesamento que não permitiu que se explorassem, convenientemente, estas relações. Apesar disso, este é um tipo de abordagem que deve ser explorada.

A importância da análise paleodemográfica é amplamente reconhecida como estando na base do estudo das populações do passado. Este reconhecimento parece reflectir-se na frequência dos registos das variáveis associadas à dignose sexual e da estimativa da idade à morte. A avaliação destes parâmetros foi feita para a esmagadora maioria dos sujeitos analisados por via dos registos de campo. A percentagem de dados omissos aumenta quando se consideram os resultados por vários escalões etários. Esta evidência poderá remeter para a dificuldade de realizar, em campo, uma avaliação mais detalhada. Mais do que permitir caracterizar a distribuição dos elementos, relativos aos sujeitos registados, pelos escalões etários e sexo, e identificar um conjunto de assimetrias teoricamente explicadas (Hoppa, 1996), estes dados permitiram, também, detectar a existência de diferenças significativas, no que se refere aos elementos da Antropologia funerária e à paleopatologia, demograficamente determinadas. Estes factos são ilustrativos do potencial informativo que resulta do cruzamento de variáveis, sendo também relevantes na construção da realidade social das populações do passado.

A análise paleopatológica apresenta um conjunto de características que parecem não se compadecer com a avaliação em campo (Ortner, 2003; Ortner, 2011; Waldron, 2009) e com um registo sistemático e categórico, como o que foi criado. Com base na informação recolhida, foi possível reconhecer que, na maioria dos casos analisados, foi realizado algum tipo de estudo paleopatológico. Contudo, as frequências de registo diminuem, de forma importante, quando a caracterização é feita em função de cada uma das variáveis objecto de análise. Isto é, não podemos afirmar, perante a ausência de informação, se, para cada um dos campos de registo criados, foi realizada avaliação ou não. Na transposição desta informação para o sistema de registo criado residiu uma das principais limitações sentidas neste estudo. Ainda assim, os elementos recolhidos permitiram detectar diferenças, condicionadas pelo sexo e pela idade, nas lesões identificadas. Ao nível das enfermidades que afectaram os indivíduos – essencialmente adultos do sexo masculino –, nos casos preservados e sobre os quais há registo, são sem dúvida as patologias degenerativas articulares e não articulares, as mais recorrentes (Assis,

2007; Cardoso, 2008a). As restantes categorias analisadas – traumática, não específica, e infecciosa – só pontualmente são identificadas. A patologia oral, é também frequente em particular quando em análise está a presença de lesões cariogénicas.

Parece ser razoável aceitar que os dados dos relatórios antropológicos de campo analisados, ao omitirem um conjunto importante de informação, não cumprem, na totalidade, o seu potencial informativo, limitando, desta forma, a interpretação dos contextos escavados. Só recorrendo a outras informações que possam ter sido produzidas em campo – por exemplo, os dados contidos nos relatórios arqueológicos – será possível reunir os recursos necessários para uma melhor caracterização da realidade observada, durante o processo de escavação. A criação de um modelo de produção técnico-científico, que oriente a forma e os conteúdos destes documentos, poderá resultar numa maior amplitude informativa e beneficiar o desenvolvimento do estudo das populações do passado. Actualmente, a ausência de um tipo de registo uniforme e sistematizado impede a previsão do tipo de informação contida nos relatórios antropológicos de campo, limitando a utilidade destes documentos. Por esse motivo, deverá ser criado um critério que estabeleça um conjunto mínimo de informação que deverá ser mencionada (tanto pela presença quanto pela ausência). De outra forma, a aleatoriedade de conteúdos destes documentos, que são, na realidade, registos únicos sobre os vestígios do passado, permite que se questione o papel deste tipo de documentos.

6.2 Dificuldades da aplicação do sistema de registo criado

O exercício de conversão de um discurso subjectivo, condicionado pela forma de ver, pelos conhecimentos e pela interpretação do seu autor, nem sempre se compadece com um sistema classificativo rígido que poderá, por esse motivo, limitar a capacidade de relatar acontecimentos que não são previsiveis. Cada escavação, e cada esqueleto escavado, tem as suas especificidades que se vão reflectir, necessariamente, nos relatórios produzidos. Se para alguns aspectos da escavação e da análise a que as inumações são votadas, é possível criar um conjunto de categorias que permitirão, facilmente, reflectir a realidade encontrada e relatada – por exemplo, orientação do esqueleto, tipo de deposição, sexo e idade –, para outras observações, este exercício revela-se muito mais

complexo, como acontece na análise paleopatológica. Como traduzir, para as categorias criadas, as dúvidas que legitimamente se apresentam aos antropólogos, em campo? Ou como registar duas interpretações possíveis para o mesmo conjunto de lesões? Como reflectir no sistema de registo, que se quer uniforme para permitir comparação, a aplicação de análises que recorrem a diferentes escalas? Como interpretar as omissões de determinadas análises, quando é possível constatar que outras foram feitas? Se a origem de algumas destas questões parece residir na ausência de uma forma estandardizada de recolha e apresentação de dados, outras são resultado dos constrangimentos da análise antropológica, em campo.

A solução de alguns destes problemas passa pela gestão do nível de detalhe que deve estar associado a estes relatórios. Aos elementos cuja identificação e caracterização se perde após o levantamento dos vestígios – por exemplo, os gestos funerários ou a organização do espólio funerário em relação ao indivíduo – deve ser dedicada a atenção necessária de forma a permitir a preservação de todos os detalhes informativos, necessários para uma compreensão plena do contexto funerário. Ao nível paleodemográfico, recomenda-se o investimento na utilização de metodologias robustas em termos da sua aplicação em campo e da fiabilidade dos resultados. No que diz respeito à análise paleopatológica a estratégia mais vantajosa passa pelo exercício descritivo da identificação das áreas afectadas e da caracterização das lesões encontradas, permitindo que seja remetida, para contexto de laboratório, uma avaliação mais concreta. Em todo este processo o registo fotográfico e as representações gráficas assumem um papel fundamental no estudo laboratorial e na preservação da memória futura.

A exploração estatística dos dados recolhidos esteve limitada pela quantidade de variáveis e categorias de análise criadas. Se por um lado, um maior número de áreas de registo permite uma melhor compreensão dos documentos em causa, por outro, conduz à dispersão dos dados, limitando o espectro das análises estatísticas susceptíveis de serem realizadas. Assim, fará sentido criar mecanismos que permitam congregar a informação contida nas categorias de registo criadas em entidades mais amplas de modo a melhorar a exploração estatística dos dados reunidos.

Apesar destas dificuldades, os resultados obtidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo permitiram criar uma visão sobre a forma como são produzidos estes registos e, também, sobre as características associadas aos indivíduos

registados. Estas evidências parecem demonstrar o potencial associado a estratégias que permitam a sistematização da informação contida nos contextos antropológicos de escavação.

6.3 Perspectivas e propostas futuras

Uma forma de contornar as dificuldades identificadas, de maximizar o potencial informativo e de facilitar o recurso aos conteúdos dos registos de campo, passará, necessariamente, pela criação de um sistema de uniformização do registo e reprodução de dados. Não se pretende com isto sugerir que se retire o cunho pessoal de quem está em campo, já que tal concorreria para o empobrecimento dos elementos recolhidos e limitaria a nitidez da transmissão das evidências que só em campo se tornam claras. Contudo, a obrigação de atender a um conjunto definido de etapas que orientem os procedimentos em campo e na redacção dos relatórios, permitiria assegurar uma maior consistência nos conteúdos inscritos nestes documentos. Um exemplo que pode servir para ilustrar a situação será o caso de um qualquer piloto de avião que é obrigado a executar um conjunto de procedimentos estandardizados e devidamente ordenados. Este procedimento é universalmente aplicado, independentemente da experiência de quem navega as aeronaves e não isenta estes profissionais da sua responsabilidade ou da tomada de decisões. Pelo contrário, ajuda a assegurar que todos os aspectos importantes sejam tidos em consideração e que, após a tomada de consciência da realidade e a identificação das necessidades e dificuldades, se tomem as decisões apropriadas para um bom desempenho da tarefa. Por outro lado, assegura a todos os envolvidos nos acontecimentos e processos, que não foram descurados os procedimentos fundamentais para a preservação da integridade.

Tendo em conta todos estes aspectos e procurando cumprir o último objectivo deste trabalho, será apresentada uma proposta metodológica, a aplicar em campo, que permitirá também reger, ainda que de forma flexível, os conteúdos dos consequentes relatórios. Pretende-se, desta forma, prestar o reconhecimento devido e restituir o papel fundamental e insubstituível destes documentos na reconstrução da história das populações do passado e ampliar o espectro das investigações realizadas no âmbito da Antropologia biológica.

6.4 Fundamentos da proposta metodológica

O enquadramento teórico e metodológico oferecido pela Bioarqueologia (Goldstein, 2006; Knudson & Stojanowski, 2008; Larsen, 1997; 2002; 2006; Wright & Yoder, 2003) e pela Antropologia do terreno (Crubézy *et al.*, 1990; Duday, 2005a; b), permite maximizar o potencial informativo dos contextos arqueológicos onde são encontrados remanescentes humanos. A importância de criar um conjunto de etapas que promovam o registo de informações consideradas fundamentais para análise de despojos humanos estará, necessariamente, associada ao desenvolvimento da Antropologia biológica (Bass, 1997; Márquez-Grant & Fibiger, 2009; Mateos, 2000). Contudo, não são conhecidas normativas que rejam os procedimentos antropológicos de campo em Portugal. Apesar disso – ou por isso mesmo – são várias as propostas que têm tentado colmatar este vazio. A criação da licenciatura em Antropologia, pela Universidade de Coimbra, parece estar associada à primeira proposta de ficha de campo publicada que terá sido amplamente utilizada. Proposta por Santos e colaboradores (1991/1992), a ficha de campo caracteriza-se pela simplicidade e fácil aplicação, contemplando os elementos considerados fundamentais, à época, no que ao registo diz respeito. Contudo, a sua natureza, restringe o registo de outras variáveis que se revelam úteis no momento da análise dos dados de campo. Por outro lado, sugere um conjunto de análises osteométricas que, muitas vezes, não são viáveis em campo e não contribuem, de forma determinante, para o estudo preliminar do esqueleto. Também, no Campo Arqueológico de Mértola, foi desenvolvida uma ficha de registo de elementos antropológicos avaliados em campo, fruto da elevada concentração de enterramentos associados a este sítio (Morales, 1999). Uma década mais tarde, e já inserido num cenário de maior clareza no que diz respeito à regulamentação dos trabalhos arqueológicos e antropológicos (Decreto-Lei n.º 270/99), surge na revista "*Trabalhos de Arqueologia*" um artigo, dedicado à Antropologia física de campo e de laboratório, designado de "*Bioarqueologia*" (Duarte, 2003). Ao longo desse capítulo, são apresentadas algumas contribuições importantes relativas ao papel do Antropólogo em contextos arqueológicos, ao enquadramento legal em que se inscrevem as escavações e às boas práticas antropológicas em campo e em laboratório (Duarte, 2003). Já em 2005, na sequência de uma maior consciencialização da importância do trabalho antropológico e da sua articulação com os procedimentos

arqueológicos, é apresentada, no âmbito do *IV Congresso Nacional de Arqueologia Peninsular*, uma comunicação intitulada *A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contexto de emergência: questões de método e princípio* (Neves *et al.*, 2005). Da combinação das experiências e da formação de arqueólogos e antropólogos surge esta obra que, além de fazer referência a um conjunto de boas práticas em campo, apresenta a sua aplicação em casos práticos. Na senda desta comunicação, alguns dos autores (Neves *et al.*, 2010), avançaram, anos mais tarde, com uma publicação na mesma área, aprofundando alguns aspectos específicos ao nível da decomposição e dos processos tafonómicos, completando, assim, a publicação anterior. Este percurso reflecte o interesse e a necessidade de criar um conjunto de procedimentos que possa satisfazer as necessidades de quem trabalha com as populações do passado não só em contexto arqueológico, mas também em laboratório ou em investigação. Desta forma, assegura-se a existência de um conjunto mínimo de informação compilado, mantendo a margem necessária para as considerações e sensibilidade de quem tem que actuar nestes contextos arqueológicos.

6.5 Proposta de registo para inumações primárias em contexto arqueológico

Um documento que almeje criar as etapas que conduzam à reunião da informação contida num contexto de inumação primária, deverá obedecer a um paradoxo que, para além de subjectivo, parece ser de difícil articulação. Uma ficha antropológica de campo, devendo ser prática, não deverá pecar pela escassez de campos de registo sob pena de correr o risco de se tornar pouco eficaz e de deixar aquém a exploração do potencial informativo destes contextos. A subjectividade reside naquilo que cada técnico possa considerar complexo ou insuficiente, contudo, este é um aspecto difícil de contornar.

Os vestígios osteológicos humanos podem apresentar-se aos antropólogos sob várias formas, tais como, depósitos de cremação, inumações secundárias em forma de ossários ou reduções, etc., em que cada uma delas implica uma abordagem, em campo, diferente (Duarte, 2003; Ubelaker, 2002). Contudo, tal como tem vindo a ser considerado até agora, serão apenas tidos em consideração os dados referentes às

inumações primárias. Num primeiro momento, e mesmo antes de iniciar o processo de exposição do enterramento, o conhecimento do contexto em que irão decorrer os trabalhos de Antropologia é essencial para uma mais completa interpretação dos elementos osteológicos. É sempre importante perceber o que motivou a intervenção, quais as entidades envolvidas, que intervenções terão, anteriormente, decorrido no mesmo local, entre outros aspectos que possam ser considerados relevantes, devendo, por isso, haver a preocupação de assentar esta informação.

Dados referentes ao contexto histórico e à natureza do sítio arqueológico deverão ser identificados e tidos em consideração, já que poderão condicionar os trabalhos por via das opções metodológicas e interpretativas realizadas, sendo estes dados melhor fornecidos pelo arqueólogo responsável (Hoppa, 1996). Torna-se, assim, evidente a necessidade de eliminar as barreiras que tendem a colocar em esferas distintas os dados resultantes da análise antropológica e os que resultam da abordagem arqueológica. De facto, tanto os métodos[52], quanto os objectivos, de uma e outra área científica chegam a confundir-se. Uma vez exposto o indivíduo, importa perceber que não é apenas o material esquelético que dever ser alvo de registo, sendo os aspectos relacionados com a Antropologia funerária igualmente relevantes (Pearson, 1999). Nesse sentido, um documento desta natureza deverá estar preparado para registar os elementos relativos à arquitectura funerária, aos gestos funerários e ao espólio que possa estar associado. O estado de representatividade e preservação do inumado, bem como as alterações tafonómicas a que poderá ter sido sujeito, irão determinar grande parte da informação que será possível obter, não só em campo, mas também em laboratório, sendo, por este motivo, necessário assegurar que este registo é contemplado.

A avaliação dos componentes demográficos deve ser feita através da aplicação de metodologias que se deverão adequar ao estado de conservação do material osteológico e, também, ao grau de maturação que o esqueleto possa evidenciar. Elencar as metodologias aplicadas permitirá, em estudos subsequentes, a comparação de dados.

A avaliação de lesões de origem patológica deverá obedecer a um padrão simples de presença/ausência que servirá de referência aos trabalhos a desenvolver em

[52] A exposição dos despojos humanos cumpre os critérios básicos do método arqueológico: decapar a terra que cobre o esqueleto de forma homogénea, semelhante a um varrimento, nunca se devendo escavar de forma grosseira e em profundidade, porque se pode estar a comprometer não só a integridade do espólio esquelético que se encontra subjacente, como alguns elementos estratigráficos.

laboratório. De facto, deverá competir ao trabalho de laboratório a determinação final dos elementos paleopatológicos.

Todo este processo deverá ser acompanhado de registo fotográfico, aspecto que se revela de importância fundamental uma vez que permite a salvaguarda dos pormenores observados em campo e do decorrer dos trabalhos. Por esse motivo, é obrigatório, por lei, fazer acompanhar o relatório antropológico de campo de *"(...) Imagens gerais do sítio e das zonas intervencionadas, ilustrando as diferentes fases de trabalho e as descobertas mais significativas;"*[53] Tal como com os restantes procedimentos, também, no que diz respeito ao registo fotográfico, é necessário que este seja feito de forma sistemática e consistente. Existem vários tipo de registo: prévio, geral e de pormenor, que devem ser recolhidos nas várias fases de trabalho. Na recolha fotográfica, deverá haver o cuidado de incluir no registo escalas, a indicação do Norte, uma placa identificativa e qualquer outro elemento que permita uma compreensão em detalhe do objecto ou do contexto fotografado.

Procurando cumprir os aspectos anteriormente referidos, apresenta-se em apêndice (E) e no final do presente capítulo uma proposta de ficha de campo[54]. Tal como já foi referido, para além de funcionar como um documento orientador das práticas a desenvolver em campo e de poder orientar os conteúdos registados nos relatórios de campo, apresenta, também, características que permitem a sua articulação futura com uma plataforma informática a partir da qual será possível aceder à informação recolhida no campo. Este modelo, preliminarmente apresentado e testado (Cruz *et al.*, 2010), facilitará o acesso a dados que, de outra forma, só estariam disponíveis através da leitura de tantos documentos quantos os que permitissem satisfazer as necessidades informativas de um investigador. Devendo assumir-se como uma plataforma dinâmica, cujo processo de consulta se apresentaria no forma de motor de busca, pode tornar a pesquisa substancialmente mais rápida e eficaz, desde que se verifique uma articulação efectiva entre os elementos registados em campo e a sua inserção na plataforma

[53] Decreto-Lei n.º270/99 de 15 de Julho de 1999. Ainda sobre o registo fotográfico as linhas normativas referem *"(...) ficheiros informáticos que deverão ter uma resolução mínima de 300 dpis num formato mínimo de 10x15 cm (ou seja, com cerca de 1181x1772 dpis), gravados em extensão TIF ou JPG". Para alem do formato digital, é também obrigatória a "impressão de alta resolução em papel de qualidade fotográfica com as dimensões mínimas de 9x13 cm"* (Circular n.º4 do Instituto Português de Arqueologia, 2007).

[54] Testada em contexto de escavação de modo a aferir alguns aspectos menos bem conseguidos.

informática[55]. Esta proposta não é original, tendo, já em 1991/1992, sido desenvolvido um projecto semelhante numa parceria entre o departamento de Engenharia Electrotécnica[56] e o antigo Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra[57] (Cunha, 1994; Morais & Ferreira, 1991/1992). Esta parceria resultou na apresentação da base de dados "*OSSA*", descrita como "*uma aplicação informática destinada a armazenar e processar dados relevantes para a informação paleodemográfica (...) de populações pré-históricas ou históricas*" (Morais & Ferreira, 1991/1992: I).

O recurso às plataformas informáticas tem vindo a assumir, ao longo dos últimos anos, uma maior notoriedade, precisamente, por se acreditar que é no acesso facilitado e generalizado à informação de um maior número de casos/indivíduos, que se tornará possível contornar alguns dos problemas que condicionam, actualmente, os estudos paleodemográficos e paleopatológicos. A nível nacional, a base de dados (Endovélico) da instituição do governo que preside ao desenvolvimento de trabalhos arqueológicos, apesar de não estar especialmente vocacionada para a gestão de dados relativos à Antropologia biológica, tem assumido esta função de sistematização de dados. Internacionalmente, são várias as plataformas informáticas que permitirão, no futuro, o mais rápido crescimento da Antropologia das populações do passado. A título de exemplo, veja-se a base de dados criada pelo Museu de Londres (*London Museum*) para gerir o material osteológico que constitui o seu acervo (Connell, 2008; Connell & Rauxloh, 2003). Outros pólos britânicos de investigação (Cunha, 1994) têm, também, já desenvolvidas algumas propostas que parecem ir ao encontro desta tendência (Márquez-Grant & Fibiger, 2009) e que poderão encontrar aplicação em contextos de natureza forense (Márquez-Grant, 2005). Sendo possível referir muitas outras, devidamente elencadas por White (2008), será o projecto Europeu "*The Global History of Health Project*" o que maior expectativa reúne no momento (Steckel *et al.*, 2006). Criado com o objectivo de inferir sobre os padrões de saúde e doença ao longo do tempo, conta com a contribuição de investigadores de mais de 16 países e começa, agora, a apresentar alguns resultados (Steckel *et al.*, 2009).

---

[55] Em documento anexo à presente dissertação, será possível aceder a um vídeo demonstrativo das potencialidades de uma base de dados antropológica – inanthropos – ainda em fase de desenvolvimento pela empresa Sistemas do Futuro – Multimédia, gestão e arte, com as características descritas no ponto 6.5.
[56] A coordenação do projecto na área da Engenharia Electrotécnica este a cargo da Professora Doutora Teresa Mendes e do Engenheiro Fernando Barros.
[57] A coordenação da componente antropológica este sob a supervisão e orientação da Professora Doutora Eugénia Cunha.

6.5.1 Questões éticas associada ao tratamento de espólio osteológico humano

As questões éticas devem, também, estar contempladas a montante e jusante das intervenções arqueológicas e da produção dos relatórios antropológicos de campo. O levantamento e estudo de restos humanos, dos seus locais de inumação, levanta, pela natureza sensível do material em causa, várias questões éticas. Esta problemática manifesta-se, mais vigorosamente, entre grupos religiosos e outros grupos culturais em que a morte, e a perturbação dos mortos, se assume como um assunto tabu ou fundamental, para a paz dos vivos. Em alguns países, como nos Estados Unidos da América e o Reino Unido, estas questões têm sido debatidas de forma intensa, graças à intervenção dos grupos étnicos e religiosos presentes nesses contextos (Smith & Mays, 2007). Em Portugal, esta questão, só agora, começa a ser aflorada, muito devido à falta de condições em que as colecções osteológicas são mantidas.

Apesar desta ser uma questão em debate desde o final da década de 80 - com o acordo estabelecido no congresso de Arqueologia Mundial, em 1989 -, pouco tem sido, formalmente, registado, apesar das louváveis excepções a esta afirmação (Mays, 2005). Uma das questões principais, no que diz respeito ao levantamento e remoção de restos humanos do seu local de inumação primária, prende-se com o destino a dar a esse material após o seu levantamento e com a forma como os ossos devem ser tratados (Mays, 2005; Nawrocki, 1998; Smith & Mays, 2007). Segundo alguns autores, o tratamento dado ao espólio arqueológico não pode ser o mesmo que é dado ao material osteológico, devendo, por isso, haver um plano de intervenção que salvaguarde o destino a dar a estes restos, depois da intervenção (Mays, 2005). As boas práticas apresentadas pela comunidade religiosa cristã de Inglaterra defendem que, a haver re-enterramento, este aconteça o mais perto possível do local da inumação primária. Contudo, este princípio aplica-se para os casos que venham a ser escavados e, não tanto, para as colecções que já existem formadas nos museus e depósitos universitários (Mays, 2005).

Indubitavelmente, o estudo dos grupos humanos do passado é uma questão melindrosa que poderá interferir com o bem-estar psicológico das pessoas. Não obstante, a ciência depende, muitas vezes, da incursão nestes terrenos mais delicados, para poder evoluir e compreender, de forma mais aprofundada, o modo como elementos

relacionados com a demografia, saúde, fisiologia e desenvolvimento, crenças e rituais, se manifestavam entre as populações pretéritas (Mays, 2005). Por esse motivo, importa usar do bom senso que deverá, a par da formação e experiência dos antropólogos, servir de base na tomada de decisões e na abordagem feita aos contextos e material osteológico humano. O que constitui um tratamento de respeito aos restos humanos varia de acordo com o contexto cultural e histórico, sendo, por isso, importante que os técnicos em osteologia tenham a sensibilidade necessária para compreender esse facto (Nawrocki, 1998). Nenhum enterramento deverá ser intervencionado sem que haja um bom motivo para que isso aconteça. Após a exumação e estudo do espólio, Museus e outras instituições com colecções osteológicas devem ter normas escritas que permitam e regulem o acesso a este material por parte dos investigadores (Mays, 2005).

Em Portugal, o Código Penal, revisto em 2007[58], protege e estabelece que todos os contextos funerários, limitados a espaços próprios para o efeito (cemitérios, crematórios, etc.), estão protegidos, não podendo, por isso, ser alvo de perturbação não autorizada pelas entidades competentes. Para os casos em que sejam descobertas necrópoles de maior antiguidade, será a Lei 107/2001 Decreto-Lei 270/99, anteriormente referidos a reger a protecção dos bens arqueológicos.

É, sem dúvida, importante estabelecer um conjunto de práticas que visem salvaguardar o material osteológico. Nesse sentido, a redacção e publicação de um relatório dos trabalhos de campo funciona, também, como um instrumento que garante, às entidades envolvidas, que todo o processo de exumação e de estudo dos remanescente humanos foi levado a cabo com ponderação e respeito. Assim, importa que estejam contempladas nesse documento as várias medidas que foram tomadas e o fundamento que lhes esteve subjacente, no sentido de minimizar o impacto provocado pela intervenção (Mays, 2005).

[58] Lei n.º 59/2007 de 4 de Setembro, intitulada "Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro.

6.6 Proposta de ficha antropológica de campo

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Dados relativos à intervenção arqueo-antropológica

Identificação

Designação do sítio _____

_____

Localidade _____

Concelho _____

Distrito _____

Coordenadas _____

Acrónimo escolhido _____

Intervenção

Categoria A ☐ (acções de investigação programada)

Categoria B ☐ (projectos de estudo e valorização)

Categoria C ☐ (acções preventivas no âmbito de minimização de impactes)

Categoria D ☐ (acções de emergência a realizar em sítios arqueológicos que se encontrem em perigo ou acções pontuais determinadas pelas necessidades de conservação de sítios ou monumentos valorizados)

Motivação da intervenção

_____

_____

Entidades envolvidas

Solicita (entidade) _____

_____

Executa (entidade) _____

_____

Duração dos trabalhos

Data de início (dd/mm/aaaa) _____ **Data do fim** (dd/mm/aaaa) _____

Depósito do espólio exumado

_____

_____

Equipa técnica

Antropólogo(s) _____

_____

_____

Técnico(s) de arqueologia _____

_____

_____

Arqueólogos(s)

Director da escavação _____

_____

_____

Trabalhador(es) indiferenciado(s) _____

_____

_____

Observações

(data/ocorrência/descrição)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**Elementos gerais da escavação, que deverão ser recolhidos junto das entidades envolvidas na intervenção, antes do início dos trabalhos e que deverão funcionar como folhas de rosto para as fichas de recolha de dados da Antropologia biológica*

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Dados de identificação do enterramento

Ficha de campo no._____

Antropólogo_____

Data_____

Dados de campo

Sondagem/Quadrícula_____

Unidade estratigráfica_____

Designação da sepultura_____

Esqueleto no._____

Ossário/Contextos secundários: Ausente ☐ Presente ☐

_____

Reduções: Ausente ☐ Presente ☐

_____

Registo de campo

Desenhos arqueológicos: Ausente ☐

Presente ☐: Sepultura ☐ Esqueleto ☐ Outros ☐

Escala_____

Obs. _____

_____

Tipo de fotografia: Ausente ☐

Presente ☐: Analógica ☐ Digital ☐ [resolução]_____

Tipo de registo fotográfico

Prévio: Presente ☐ Ausente ☐ **Geral**: Presente ☐ Ausente ☐

Pormenor: Presente ☐ Ausente ☐

Zona pélvica: Presente ☐ Ausente ☐ Crânio Presente ☐ Ausente ☐

Obs._____

_____

_____

Elementos de datação

[Arquitectura; Artefactual; Documental]

Época

Indeterminada ☐ Pré-histórica ☐ Antiguidade ☐ Islâmica ☐

Medieval ☐ Moderna ☐ Contemporânea ☐ Outra ☐

Cronologia (indicar o intervalo cronológico/séculos)

_____

Cotas / Pontos X,Y,Z

(Assinalar os pontos na representação esquemática do esqueleto)

Base do crânio_____

Vértebras C_____ T_____ L_____

Costelas [6ª costela] E_____ D_____

Úmero

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Rádio/Ulna

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Mão [zona do carpo] E_____ D_____

Fémur

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Tibia/Fíbula

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Pé [zona do tarso] E_____ D_____

Obs.:_____

_____

_____

_____

Estrutura funerária

Classificação da sepultura

Simples ☐ Dupla ☐ Tripla ☐ Múltipla ☐ Indeterminada ☐ NO ☐

no. de enterramentos_____

Tipo de sepultura

Cova ☐ Escavada na pedra ☐ Delimitada ☐ Argamassada ☐

Sarcófago ☐ Indeterminada ☐ NO ☐ Outra ☐

Descrição_____

Forma da sepultura

Oval ☐ Antropomórfica ☐ Rectangular ☐ Indeterminada ☐ NO ☐

Outra ☐ Descrição_____

Dimensões

Comprimento_____ Largura_____ Profundidade_____

Material de construção_____

_____

Invólucro(s) funerário(s)

Sudário/Pano mortuário: Ausente ☐ NO ☐

Presente ☐ Alfinetes ☐ nr._____

Descrição _____

Caixão/Esquife: Ausente ☐ NO ☐

Presente ☐ Pregos ☐ nr. _____

Descrição _____

Comprimento_____ Largura_____ Profundidade_____

Orientação cardial

Crânio_____

Pés _____

Observações [religião] _____

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Posição do esqueleto

Decúbito:

Dorsal ☐ Ventral ☐ _____

Lateral E ☐ D ☐ Flectido E ☐ D ☐ Fetal E ☐ D ☐

Fortuita ☐ _____

Posição do crânio

Sobre a base ☐ Sobre a face E ☐ Sobre a face D ☐ Sobre o ombro E ☐ Sobre o ombro D ☐ Outra ☐

Obs. _____

Posição dos membros superiores

Ausente E ☐ D ☐ _____

Estendido E ☐ D ☐ Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[grau da articulação do cotovelo: <90º; 90º; >90º]

Descrição_____

Outra E ☐ D ☐ _____

Posição dos membros inferiores

Ausente E ☐ D ☐

Estendido E ☐ D ☐ Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[grau da articulação do anca: <90º; 90º; >90º]

Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[grau da articulação do joelho: <90º; 90º; >90º]

Cruzados ☐ _____

Outra ☐ _____

Pés

Ausente E ☐ D ☐ Paralelos ☐ Cruzados ☐ _____

Outra ☐ _____

Representação esquemática dos membros superiores e inferiores

Espólio

Funerário

Indumentária: Ausente ☐

Presente: Vestuário ☐ Calçado ☐ Botões/Colchetes ☐ Fivelas ☐

Outros ☐ _____

Adornos: Ausente ☐

Presente: Brincos ☐ Pulseiras ☐ Colares ☐ Pendentes ☐ Anéis ☐

Outros ☐ _____

Votivos: Ausente ☐

Presente: Numismas ☐ Rosário/Terço/Contas ☐ Medalhas ☐

Crucifixos ☐ Símbolos religiosos ☐ Outros ☐ _____

Não Votivos: Ausente ☐

Presente: Utensílios/Utilitários: de metal ☐ de cerâmica ☐ de pedra ☐

de vidro ☐ Outra ☐ _____

Fauna

Ausente ☐ Presente: Artrópodes ☐ Aves ☐ Carnívoros ☐

Herbívoros ☐ Descrição _____

Flora

Ausente ☐ Presente: Detritos vegetais ☐ Sementes ☐ Polén ☐

Tipo de solo

Arenoso ☐ Argiloso ☐ Calcário ☐

Obs._____

_____

_____

Humidade

Sim ☐ Não ☐

Elevada ☐ Moderada ☐ Baixa ☐

Obs._____

_____

Dados indicativos do processo de decomposição

Espaço colmatado ☐ Espaço semicolmatado ☐ Espaço aberto ☐

Indeterminado ☐

Descrição:_____

_____

_____

_____

Representação esquemática da área de enterramento

N

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Conservação e tafonomia

Representatividade /Preservação

☐ Reduzida (0-25%) ☐

☐ Média (25%-50%) ☐

☐ Elevada (50%-75%) ☐

☐ Excelente (>75%) ☐

Obs._____

_____

_____

Tafonomia

Alterações de forma: Ausente ☐

Presente: Desidratação ☐ Acumulação de sais ☐ Calor ☐

Roedores ☐ Pressão do solo ☐

Outra ☐ _____

Obs._____

_____

_____

Alterações de textura: Ausente ☐

Presente: Calor ☐ Humidade ☐ Raízes ☐ Insectos ☐ Vermes ☐

Roedores ☐ Substrato ☐ Cal ☐

Outra ☐ _____

Obs. _____

_____

_____

Alterações de cor: Ausente ☐

Presente: Calor ☐ Metais ☐ Ritual funerário ☐ Substrato ☐ Cal ☐

Outra ☐ _____

Obs._____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Representação esquemática da preservação e representatividade do esqueleto – Não-adulto

Paleodemografia – Estimativa da idade à morte

Erupção dentária (indicar a EM)_____ NO ☐

Maxilar superior (indicar a EM)_____ Mandíbula (indicar a EM)_____

Fusão epifisiária (indicar a EM) _____ NO ☐

Comprimento da diáfise dos ossos longos NO ☐:

Úmero E (comp.) _____ (EM) _____ D (comp.)_____ (EM) _____

Fémur E (comp.) _____ (EM) _____ D (comp.)_____ (EM) _____

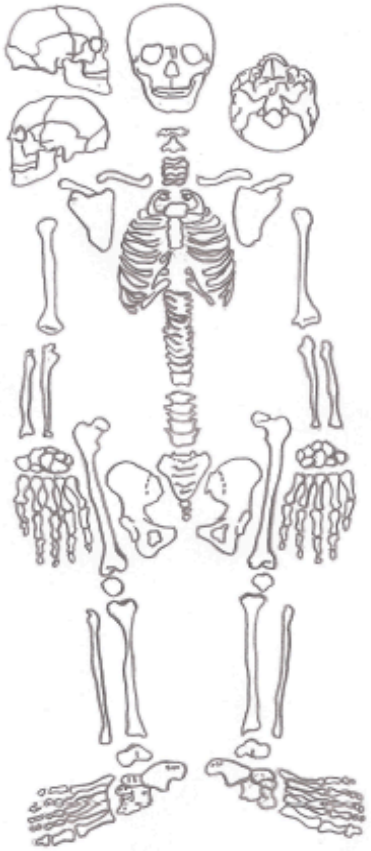
Tíbia E (comp.) _____ (EM) _____ D (comp.)_____ (EM) _____

EM_____

Enquadramento etário: Feto (-0 anos) ☐ Neonato (0-3 anos) ☐

Infante (3-12 anos) ☐ Juvenil (12-18 anos) ☐ Indeterminado ☐

Representação esquemática da preservação e representatividade do esqueleto – Adulto



Preservado ☐ Fragmentado ☐ Ausente ☐

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Paleodemografia – Estimativa da idade à morte

Adultos ☐

Erupção do 3º molar: Erupcionado ☐ Não-erupcionado ☐ NO ☐

Fusão ep. esternal clavícula: completa ☐ incompleta ☐ NO ☐

Avaliação da sínfise púbica ☐: NO ☐:

Estádio de desenvolvimento_____

Ossif. da cart. da tiróide: Fusão completa ☐ Fusão incomp ☐ NO ☐

Alterações deg. articulares severas: Ausentes ☐; Presentes ☐

Fusão das vértebras sagradas NO ☐ F. incompl. (<20 – 34 anos) ☐

F. completa (>24 – 34 anos) ☐

Estimativa combinada final – Adultos

_____

Enquadramento etário

Adulto jovem (18-35 anos) ☐ Adulto meia idade (36-50 anos) ☐

Adulto maduro (+50 anos) ☐ Indeterminado ☐

Paleodemografia – Diagnose sexual

Crânio – análise morfológica: Ausente ☐

Glabela F ☐ M ☐ NO ☐

Arcadas supraciliares F ☐ M ☐ NO ☐

Arcadas zigomáticas F ☐ M ☐ NO ☐

Processo mastóide F ☐ M ☐ NO ☐

Ínion F ☐ M ☐ NO ☐

Eminência mentoniana F ☐ M ☐ NO ☐

Occipital F ☐ M ☐ NO ☐

Resultado análise morfológica craniana

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Pélvis – análise morfológica: Ausente ☐

Crista ilíaca F ☐ M ☐ NO ☐

Fossa ilíaca F ☐ M ☐ NO ☐

Arco composto F ☐ M ☐ NO ☐

Grande chanfradura ciática F ☐ M ☐ NO ☐

Ramo isquiopúbico F ☐ M ☐ NO ☐

Arco ventral F ☐ M ☐ NO ☐

Resultado análise morfológica à pélvis

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Ossos longos – análise métrica [<ponto de cisão>]

Úmero diâm. v.o.: F ☐ <42,36mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Úmero larg. epic.: F ☐ <56,63mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Fémur diâm. v.o.: F ☐ <43,23mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Ossos irregulares – análise métrica [<ponto de cisão>]

Calcâneo comp. max.: F ☐ < 76,6mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Astrágalo comp. max.: F ☐ <52,0mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Resultado final análise métrica

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Dados morfométricos

Medidas do esqueleto *in situ*

Comp. máx. do esq.:_____ Larg. máx. do esq.:_____

Ossos longos – comprimento máximo *in situ*

Úmero E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Rádio/Ulna E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Fémur E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Tíbia E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Caracteres epigenéticos

Crânio _____ Aus. ☐ NO ☐

Esqueleto pós-craniano _____ Aus. ☐ NO ☐

Análise paleopatológica preliminar

Patologia oral

Cáries: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Quistos periapicais: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Tártaro: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Doença periodontal: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Desgaste dentário: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Obs.:_____

_____

Patologia degenerativa articular

C. vertebral: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

C. escapular: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Cotovelo Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

C. pélvica Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Joelho Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Obs._____

_____

Patologia degenerativa não articular

Esp laminares: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Memb. sup: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Memb. inf.: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

Obs._____

_____

Indicadores de stress fisiológico

HED ☐ *Cribra orb.* ☐ Hiperostose porótica ☐ NO ☐ Ausente ☐

Obs.:_____

Lesões traumáticas

Fractura ☐

Descrição_____

Reacções do pereósteo

Localização: Esqueleto axial ☐ Esqueleto apendicular ☐

Obs.:_____

Lesões pouco frequentes

Metabólica ☐ Neoplásica ☐ Congénita ☐ NO ☐

Outras ☐ _____

Descrição_____

Observações:_____

_____

_____

_____

_____

CAPÍTULO SÉTIMO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 Considerações finais

"*A vida dos mortos perdura na memória dos vivos*" (Cícero). Recolher e interpretar estas memórias por via dos vestígios humanos deixados é a missão da Antropologia das populações do passado. Os contextos arqueológicos são fontes únicas para a reconstrução da realidade pretérita, fazendo confluir em si um paradoxo metodológico e teórico: a exposição das evidências do passado implica, em maior ou menor grau, a sua destruição. A salvaguarda destas memórias passa pela criação de mecanismos de registo que permitam, em sede de memória futura, reproduzir em detalhe as circunstâncias da identificação do espólio em causa. Tendo em mente o papel de relevo que deve ser atribuido aos relatórios antropológicos de campo, procurou-se esclarecer a natureza das múltiplas camadas de informação contidas nestes documentos e, daí, inferir qual a essência dos dados e qual o potencial informativo que encerram.

A hipótese debatida ao longo das últimas páginas, representando um primeiro esforço de análise e exploração da informação antropológica obtida em contexto de escavação, apresentará, certamente, aspectos susceptiveis de serem repensados ou melhorados. Ao nível do sistema de registo, entendemos que deveriam ser contemplados outros campos para recolha de dados que permitissem, por exemplo, o registo das metodologias utilizadas. Já no domínio das variáveis, seria certamente útil rever a sua formulação de modo a permitir uma mais ampla aplicação estatística. Para tal, seria conveniente explorar, em maior detalhe e isoladamente, cada uma das áreas de análise, procurando a melhor estratégia de adequação da informação a um sistema de registo semelhante ao proposto.

O alargamento de um sistema de registo e de gestão de dados aos contextos de inumação secundária e aos resultados dos estudos laboratoriais, permitiria amplificar o espectro de informação acessível. Contudo, uma tal estratégia dependeria da existência de um plataforma informática que possibilitasse um fácil acesso aos elementos recolhidos, permitindo direccionar a pesquisa e a escolha de casos de acordo com as necessidades das investigações em curso. Numa abordagem mais ambiciosa, a busca de pontos de contacto com outros sistemas de base de dados ampliaria, ainda mais, o potencial informativo dos remanescentes humanos.

O recurso mais frequente à informação produzida, quer em campo quer em laboratório, irá promover uma maior actualização e adequação das metodologias

utilizadas e, por conseguinte, conferir uma maior robustez às análises realizadas. Nesta conformidade, a realização de triagens periódicas às estratégias utilizadas em campo e em laboratório a par com a compilação de um acervo informativo relevante, permitirá explorar melhor as dinâmicas demográficas e epidémicas que caracterizaram a espécie humana ao longo do tempo.

Aceitando-se a relevância que a proposta da Bioarqueologia atribui à contextualização sociocultural dos remanescentes humanos, importa recorrer, sempre que possível, à contribuição da etnografia. O reconhecimento de práticas ocupacionais e culturais poderá ajudar a interpretar particularismos associados ao material esquelético. O conhecimento das dinâmicas sociais poderá, ainda, ajudar a identificar, no enquadramento funerário, as características dos papeis sociais atribuídos de acordo com os parâmetros demográficos ou elementos paleopatológicos.

As marcas culturais do passado não se restringem às que associamos à tradição cultural portuguesa. A presença das comunidades islâmica e semita terá deixado, no território nacional, marcas funerárias que importa identificar e explorar. Também neste âmbito, a recolha e registo de dados poderá contribuir para um conhecimento mais profundo das populações do passado em território nacional.

O potencial informativo contido no conjunto composto pela inumação e espaço sepulcral poderá contribuir, de modo importante, para o desenvolvimento da Antropologia das populações do passado. Por conseguinte, facilitar o acesso à informação contida nesse espólio será um passo decisivo para reconhecer a sua relevância. Viver a morte em Portugal, por meio da análise e do tratamento cuidado dos vestígios dos nossos antepassados, permitirá recuperar o passado e fazer perdurar a memória dos que pereceram, que será, no final, o maior legado de qualquer indivíduo.

"Quando eu morrer batam em latas
Rompam aos saltos e aos pinotes
Façam estalar no ar chicotes
Chamem palhaços e acrobatas
Que o meu caixão vá sobre um burro
Ajaezado à andaluza...
A um morto nada se recusa
E eu quero por força ir de burro.

(Fim; Mário de Sá Carneiro)

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

|A|

Agarwal, S. C. Beauchesne, P. 2001. It is not craved in bone: development and plasticity of the aged skeleton. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 312-332.

Albanese, J. 2003. *Identified skeletal reference collections and the study of human variation*. PhD Thesis, McMaster University.

Andrews, P. Bello, S. M. 2006. Pattern in human burial practice. *In*: Gowland, R. Knusel, C. (ed.) *The Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford, Oxbow books: 14-29.

Angel, J. L. 1969. The bases of paleodemography. *American Journal of Physical Anthropology*, 30: 427-438.

Araújo, A. C. B. 1993. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. *In*: Mattoso, J.; Torgal, L. R. Roque, J. L. (ed.) *História de Portugal: O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa, Circulo de Leitores: 17-43.

Araújo, M. C. 2003. Long term change in Portuguese early Halocene settlement and subsistence. *In*: Lars, L.; Kindgren, H.; Knutsson, K.; Loeffler, D. Akerlund, A. (ed.) *Mesolithic on the Move*. Oxford, Oxbow Books: 569-580.

Areia, M. L. R. Rocha, M. A. T. 1985. O Ensino da Antropologia. *In*: (ed.) *Cem anos de Antropologia em Coimbra*. Lousã, Tipografia Lousanense: 13-27.

Areia, M. L. R. 2001. Colecções científicas e predação cultural. *Antropologia Portuguesa*, 18: 195-206.

Ariès, P. 1988. *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa, Relógio d'Água.

Ariès, P. (1975) 1988. *Sobre a história da morte no ocidente desde a Idade Média*. Lisboa, Teorema.

Armelagos, G. J. van Gerven, D. P. 2003. A Century of Skeletal Biology and Paleopathology: Contrasts, Contradictions, and Conflicts. *American Anthropologist*, 105: 51-62.

Arnold, B. Wicker, N. 2001. Introduction. *In*: Arnold, B. Wicker, N. (ed.) *Gender and the archaeology of death*. Boston; Oxford, Altamira Press: vii-xxi.

Arnold, B. 2006. Gender and archaeological mortuary analysis. *In*: Nelson, S. M. (ed.) *Handbook of gender in archaeology*. Boston; Oxford, Altamira Press: 137-170.

Arsuaga, J. L.; Martínez, I.; Gracia, A. Lorenzo, C. 1997. The Sima de los Huesos crania (Sierra de Atapuerca, Spain) A comparative study. *Journal of Human Evolution*, 33: 219-281.

Arsuaga, J. L. 2003. Atapuerca: donde el tiempo remansa. *National Geographic España: Edición especial - La evolución del hombre: de Africa a Atapuerca*. España. 2-28.

Arsuaga, J. L. Martínez, I. 2004. *Atapuerca i l'evolució humana*. Barcelona, Fundació Caixa Catalunya.

Assis, S. 2007. *A memória dos rios no quotidiano dos homens: contributo de uma série osteológica proveniente de Constância para o conhecimento dos padrões ocupacionais*. Tese de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia Universidade de Coimbra.

Aufderheide, A. Rodríguez-Martín, C. 1998. Traumatic conditions. In: Aufderheide, A. Rodríguez-Martín, C. *The Cambridge Encyclopedia of Human Paleopathology*.Cambridge. Cambridge University Press. 19-50

|B|

Barroca, M. J. 1987. *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-E-Minho (séculos V a XV)*. Trabalho apresentado no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Bars, L. 2005. Étude archeo-anthropologique de la nécropole musulmane de *Rossio do Carmo*, Mértola: bilan des fouilles anciennes (1981-1990). *Arqueologia Medieval*, 9: 233-257.

Bass, W. 1997. *Human osteology: a laboratory and field manual*. Columbia, Missouri Archaeological Society.

Bastos, M. d. R. 1995a. Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XIV. *In*: Mattoso, J. (ed.) *O mundo dos mortos na idade média peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa: 109-124.

Bastos, M. d. R. 1995b. Testemunhos hispânicos sobre o mundo dos mortos nos séculos IV a VIII. *In*: Mattoso, J. (ed.) *O reino dos mortos na idade média peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa: 45-54.

Belcastro, M. G.; Rastelli, E. Maritotti, V. 2008. Variation of degree of sacral vertebral body fusion in adulthood in two european modern skeletal collections. *American Journal of Physical Anthropology*, 135: 149-160.

Bello, S.; Thomann, A.; Massa, E. R. Dutour, O. 2003. Quantification de l'état de conservation des collections ostéoarchéologiques et ses champs d'application en anthropologie. *Antropo*, 5: 21-37.

Bello, S. M. Andrews, P. 2006. The intrinsic pattern of preservation of human skeletons and its influence on the interpretation of funerary behaviour. *In*: Gowland, R. Knusel, C. (ed.) *The Social Archaeology of Funerary Remains*. Oxford, Oxbow books: 1-13.

Bello, S. M.; Thomann, A.; Signoli, M.; Dutour, O. Andrews, P. 2006. Age and sex bias in the reconstruction of past population structures. *American Journal of Physical Anthropology*, 129: 24-38.

Bello, S. M. Humphrey, L. 2007. The funerary behaviour and the social value of children in a proto-industrial urban population from London during the 18th and 19th centuries. In: Zakrzewski, S. R. White, W. Seventh annual conference of the British Association for Biological Anthropology and Osteoarchaeology. Bar International Series 24-31.

Belmont, N. 1981. La notion du rite de passage. In: Centrlivre, P. Hainard, J. Les rites de passage aujourd'hui. Neuchâtel. L'Age d'Homme. 9-19.

Benus, R.; Obertová, Z. Masnicová, S. 2010. Demographic, temporal and environmental effects on the frequency of cribra orbitalia in three Early Medieval popualtions from western Slovakia. *Homo-Journal of Comparative Human Biology*, 61: 178-190.

Bocquet-Appel, J.-P. Masset, C. 1982. Farewell to paleodemography. *Journal of Human Evolution*, 11: 321-333.

Bocquet-Appel, J.-P. Masset, C. 1996. Paleodemography: expentancy and false hope. *American Journal of Physical Anthropology*, 99: 571-583.

Bogin, B. 1999. *Patterns of human growth*. Cambridge, Cambridge University Press.

Boldsen, J.; Milner, G. R.; Konigsberg, L. W. Wood, J., W. 2002. Transition analysis: a new method for estimating age from skeletons. *In*: Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. (ed.) *Paleodemography: age distributions from skeletal samples*. Cambridge, Cambridge University Press: 73-106.

Brickley, M. B. 2006. Rib fractures in the archaeological record: a useful source of sociocultural information? *International Journal of Osteoarchaeology*, 16: 61-75.

Brito, R. S. 1997. Introdução geográfica: Portugal continental. *In*: Mattoso, J. (ed.) *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa: 29-78.

Brothwell, D. R. 1981. *Digging up bones: the excavation, treatment and study of human skeletal remains*. London, British Museum.

Brown, M. Ortner, D. J. 2011. Childhood scurvy in a medieval burial from Macvanska Mitrovica, Serbia. *International Journal of Osteoarchaeology*, 21: 197-207.

Brumfiel, E. 2006. Methods in feminist and gender archaeology: a feeling for difference and likeness. *In*: Nelson, S. M. (ed.) *Handbook of gender in archaeology*. Boston; Oxford, Altamira Press: 31-58.

Buckberry, J. Chamberlain, A. 2002. Age estimation from the auricular surface of the Ilium: a revised method. *American Journal of Physical Anthropology*, 119: 231-239.

Bugalhão, J.; Lucena, A.; Bragança, F.; Neto, F.; Sousa, M. J.; Gomes, S.; Costa, J. P.; Caldeira, N.; Vilharadas, P. Fraga, T. 2002. Endovélico: Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5: 277-283.

Buikstra, J. E. Konigsberg, L. W. 1985. Paleodemography: critiques and controversies. *American Anthropologist*, 87: 316-333.

Buikstra, J. E. Ubelaker, D. H. 1994. *Standards: for data collection from human skeletal remains - Proceedings of a Seminar at The Field Museum of Natural History*. Arkansas,

Buikstra, J. E. 2006a. Preface. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis if human remains*. London, Elsevier: xvii-xx.

Buikstra, J. E. 2006b. A historical introduction. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*. San Diego, Elsivier: 7-25.

|C|

Cabral, J. d. P. 1984. A morte na antropologia social. *Análise Social*, XX: 349-356.

Cabral, J. d. P. 1985. Os cultos da morte no Nordeste de Portugal. *In*: Feijó, R. G.; Martins, H. Cabral, J. d. P. (ed.) *A morte no Portugal contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*. Lisboa, Editorial Querco: 65-87.

Cabral, J. d. P. Feijó, R. G. 1985. Os cultos da morte no Nordeste de Portugal. *In*: Feijó, R. G.; Martins, H. Cabral, J. d. P. (ed.) *A morte no Portugal contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*. Lisboa, Editorial Querco: 175-208.

Cameriere, R.; Cunha, E.; Sassaroli, E.; Nuzzolese, E. Ferrante, L. 2009. Age estimation by pulp/tooth area ratio in canines: study of a portuguese sample to test Cameriere's method. *Forensic Science International*, 193: 128.e1-128.e6.

Campillo, D. 2001. *Introducción a la paleopatología*. Barcelona, Bellaterra Arqueologia.

Cardoso, F. A. 2008a. *A portrait of gender in two 19th and 20th century portuguese population: a paleopathological perspective*. PhD Thesis, Department of Archaeology, Durham University.

Cardoso, H. 2006. Brief communication: the collection of identified human skeletons housed at the Bocage Museum (National Museum of Natural History), Lisbon, Portugal. *American Journal of Physical Anthropology*, 129: 173-176.

Cardoso, H. F. V. 2003/2004. Onde estão as crianças? Representatividade de esqueletos infantis em populações arqueológicas e implicações para a paleodemografia. *Antropologia Portuguesa*, 20/21: 237-266.

Cardoso, H. F. V. 2005. *Patterns of growth and development of the human skeleton and dentition in relation to environmental quality: a biocultural analysis of a sample of 20th century subadult documented skeletons*. PhD Thesis, McMaster University.

Cardoso, H. F. V. 2008b. Age estimation of adolescent and young adult male and female skeletons II, epiphysial union at the upper limb and scapular girdle in a modern Portuguese skeletam sample. *American Journal of Physical Anthropology*, 137: 97-105.

Cardoso, H. F. V. 2008c. Epiphyseal union at the innominate and lower limb in a Modern Portuguese skeletal sample, and age estimation in adolescent and young adult male and female skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*, 135: 161-170.

Cardoso, H. F. V. Gomes, J. E. A. 2009. Trends in adult stature of peoples who inhabited the modern Portuguese territory from the Mesolithic to the late 20th Century. *International Journal of Osteoarchaeology*, 19: 711-725.

Cardoso, J. L. 1999. O professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-madan*, II: 138-157.

Cardoso, J. L. 2002. *A pré-história de Portugal*. Lisboa, Editoriais Verbo.

Carter, D. O. Tibbett, M. 2008. Cadaver decomposition and soil: processes. *In*: Tibbett, M. Carter, D. O. (ed.) *Soil analysis in forensic taphonomy: chemical and biological effecta of buried human remains*. Boca Raton, CRC Press: 29-51.

Castan, N.; Aymard, M.; Collomp, A.; Fabre, D. Farge, A. 1989. A comunidade, o Estado e a família. Trajectórias e tensões. In: Ariès, P. Duby, G. *História da Vida Privada: do Renascimento ao século das Luzes*.Lisboa. Edições Afrontamento. 407-619

Castex, D. 2007. Les anomalies démographiques: clefs d'interprétation des cimetières d'épidémies en archéologie. *In*: Castex, D. Cartron, I. (ed.) *Épidémies et crises de mortalité du passé*. Bordeaux, Ausonius Éditions: 109-138.

Castex, D. 2008. Identification and interpretation of historical cemeteries linked to epidemics. *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 23-48.

Catroga, F. 1999. *O céu da memória: cemitério romântico e o culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*. Coimbra, Livraria Minerva Editora.

Chamberlain, A. 2006. *Demography in archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.

Chavallion, J. 1999. Afrique Paleolithic: techniques. In: *Encyclopaedia Universalis - Dictionnaire de la Préhistoire*.Paris. 52-56

Cleary, S. E. 2000. Putting the dead in their place: burial location in Roman Britain. *In*: Pearce, J.; Millett, M. Struck, M. (ed.) *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford, Oxbow: 127-142.

Clower, W. T. Finger, S. 2001. Discovering trepanation: the contribution of Paul Broca. *Neurosurgery*, 49: 1417-1425.

Conde, S. 2010. Espaços e lugares: a casa. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *Histórias da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 54-77.

Connell, B. Rauxloh, P. 2003. A rapid method for recording human skeletal data - The osteological database. London. London Museum.

Connell, B. 2008. Introduction. *In*: Powers, N. (ed.) *Human osteology method statement*. London, Museum of London: 8.

Cook, D. C. Powell, M. L. 2006. The evolution of American paleopathology. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*. Amsterdan, Elsevier: 281-322.

Coqueugniot, H. Weaver, T. 2007. Brief communication: infracranial maturation in the skeletal collection from Coimbra, Portugal: new aging standards for epiphyseal union. *American Journal of Physical Anthropology*, 134: 424-437.

Corruccini, R. S.; Brandon, E. M. Handler, J. S. 1989. Inferring fertility from relative mortality in historically controled cemetery remains from Barbados. *American Antiquity*, 54: 609-614.

Costa, H. 1984. *Como se faz uma tese em Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa, Editorial Presença.

Crubézy, E.; Duday, H.; Pascal, S.; Tillier, A.-M. Courtaud, P. 1990. L'Anthropologie "de terrain": reconnaissance et interprétacion des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoire de la Societé d'Anthropologie de Paris*, 2: 29-49.

Crubézy, E. 2000. L'étude des sépultures, ou du monde des morts au monde des vivants. *In*: Ferdière, A. (ed.) *Archéologie funéraire*. Paris, Editions Errance: 8-54.

Crubézy, E.; Goulet, J.; Bruzek, J.; Jelinek, J.; Rougé, D. Ludes, B. 2002. Epidemiology of osteoarthritis and enthresopathies in a European population dating back 7700 years. *Joint Bone Spine*, 69: 580-588.

Cruz, A.; Matos, V.; Xavier, S.; Quintais, L. Santos, A. L. 2006. O Hospital - Colónia Rovisco Pais e os múltiplos desdobramentos da lepra: etnografia e interdisciplinaridade. *II Congresso internacional de Etnografia*. Montemor-o-Novo. 7 e 8 de Julho de 2006.

Cruz, A. 2007/2008. A máscara por detrás do véu do estigma: cabe o pensamento de Lévi-Strauss numa reflexão sobre a experiência da lepra? *Antropologia Portuguesa*, 24-25: 47-72.

Cruz, C. B. 2007. *Histórias de ossos no tempo das pedras: estudo dos vestígios osteológicos do Paleolítico português*. Tese de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Cruz, C. B. Codinha, S. 2010. Death of mother and child due to birth labour in the Portuguese Modern Age: a possible case of dystocia. *International Journal of Osteoarchaeology*, 20: 491-496.

Cruz, C. B.; Cunha, E. Cabral, F. 2010. Portuguese anthropological database (inanthropos): analysing past population health status through anthropological excavation records. *Anthropology and health: trends for the next decade*. Life Sciences Department - University of Coimbra.

Cunha, A. X. 1986. A antropologia física em Portugal até aos fins do século XIX. *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, 2: 1007-1023.

Cunha, C. B. Cunha, B. A. 2008. Great plagues of the past and remaining questions. *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 1-20.

Cunha, E. 1994. *Paleobiologia das populações Medievais portuguesas: os casos de Fão e São João de Almedina*. Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Cunha, E. Gomes, P. 1994. As linhas de Harris na Colecção de Esqueletos Identificados do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. *Acta Radiológica Portuguesa*, 6: 31-36.

Cunha, E. 1995. Testing identification records: evidence from the Coimbra Identified Skeletal Collections (nineteenth and twentieth centuries). *In*: Saunders, S. R. Herring, A. (ed.) *Grave reflections: portaying the past through cemetery studies*. Scholars' Press: 179-198.

Cunha, E. 1996. Viajar no tempo através dos ossos: a investigação paleobiológica. *Al-madan*, 5: 131-141.

Cunha, E. Umbelino, C. 2001. Mesolithic people from Portugal: an approach to Sado osteological series. *Anthropologie*, XXXIX: 125-132.

Cunha, E. 2002. Antropologia física e paleoantropologia em Portugal: um balanço. *Arqueologia e História*, 54: 261-272.

Cunha, E.; Umbelino, C. Cardoso, F. 2002. New anthropological data on the Mesolithic communities from Portugal: the shell, middens from Sado. *Human Evolution*, 17: 187-197.

Cunha, E. 2003. Paleodemographie. *In*: Charles, S.; Rebato, E. Brunetto, C. (ed.) *Anthropologie biologique: evolution et biologie humaine*. Paris, De Boeck: 401-404.

Cunha, E.; Cardoso, F. Umbelino, C. 2003. Inferences about Mesolithic life style on the basis of anthropological data. The case of the Portuguese shell middens. *In*: Lars, L.; Kindgren, H.; Knutsson, K.; Loeffler, D. Akerlund, A. (ed.) *Mesolithic on the Move*. Oxford, Oxbow Books: 184-188.

Cunha, E. Umbelino, C. 2003. Paleobiology of the Mesolithic-Neolithic transition in Portugal: the state of knowledge. *In*: Bruzek, J.; Vandermeersch, B. Garralda, M. D. (ed.) *Changements biologiques et culturels en Europe de la fin du Paléolithique moyen au Néolithique*. Talence, Université Bordeaux: 159-168.

Cunha, E. 2007. Antropologia biológica em Portugal: uma retrospectiva dos últimos 25 anos. *Al-madan*, 15: 113-15.

Cunha, E.; Umbelino, C.; Silva, A. M. Cardoso, F. 2007. What can pathology say about the Mesolithic and Late Neolithic-Chalcolithic communities? : the portuguese case. *In*: Cohen, M. N. Crane-Kramer, G. M. M. (ed.) *Ancient health: skeletal indicators of agricultural and economic intensification*. Florida, University Press Florida: 164-175.

Cunha, E. Wasterlain, R. S. C. N. 2007. The Coimbra identified osteological collections. *In*: Grupe, G. Peter, J. (ed.) *Skeletal series and their socio-economic context*. Rahden, Verlag Marie Leidoef: 23-33.

Cunha, E.; Baccino, E.; Martille, L.; Ramsthaler, F.; Prieto, J.; Schuliar, Y.; Lynnerup, N. Cattaneo, C. 2009. The problem of aging human remains and living individuals: a review. *Forensic Science International*, 193: 1-13.

Cunha, E. Pinheiro, J. 2009. Antemortem trauma. *In*: Blau, S. Ubelaker, D. H. (ed.) *Handbook of forensic anthropology and archaeology*. Walnut Creek, Left Coast PRes Inc: 246-261.

Cunha, E. 2010. *Como nos tornámos humanos*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

Curate, F. 2005. *Pressentindo o silêncio: a perda de osso relacionada com o envelhecimento na Colecção de Esqueletos Identificados do Museu Antropológico*. Dissertação apresentada para obtenção do

grua de Mestre, Departamento de Antropologia, Mestre em Evolução Humana. Universidade de Coimbra.

Curate, F. 2010. *O perímetro do declínio: osteoporose e fracturas de fragilidade em três amostras osteológicas identificadas portuguesas - séculos XIX & XX*. Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra.

Curate, F. Tavares, A. (no prelo). Cifosis vertebral en la pintura de Francisco Goya (1764-1824): un ejercicio de diagnóstico diferencial. In: González, M. A.; Cambra-Moo, O.; Rascón, J. P.; Campo, M. M.; Robledo, M. A.; Labajo, E. G. Sánchez, J. A. S. Paleopatología: ciencia multidisciplinar. Madrid.

Custódio, J. 1991. Urbanismo, arquitectura, sociedade e morte no cemitério de Santarém no século XIX. *In*: Coelho, A. M. (ed.) *Atitudes perante a morte*. Coimbra, Livraria Minerva: 93.

|D|

Derevenski, J. S. 2000. Sex differences in activity-related osseous change in the spine and the gendered division of labor at Ensay and Wharram Percy, UK. *American Journal of Physical Anthropology*, 111: 333-354.

Dias, G. J.; Prasad, K. Santos, A. L. 2007. Pathogenesis of apical peridontal cysts: guidelines for diagnosis in paleopathology. *International Journal of Osteoarchaeology*, 17: 619-626.

Dias, J. Dias, M. 1956. Contribuição ao estudo do "Culto dos Mortos". In: XXIII Congresso Luso-Espanhol. Coimbra. Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. 5-23.

Diniz, J. 1920. *A morgadinha dos Canaviais*. Lisboa, J. Rodrigues & C. ª Editores.

Drancourt, M. Raoult, D. 2008. Past plague. *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 145-159.

Duarte, C.; Maurício, J.; Pettit, P.; Trinkaus, E.; Van der Plicht, H. Zilhão, J. 1999. The early upper paleolithic human skeleton from Abrigo do Lagar Velho (Portugal) and modern human emergence in Iberia. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 96: 7604-7609.

Duarte, C. 2002. The burial taphonomy and ritual. *Trabalhos de Arqueologia*, 22: 187-201.

Duarte, C.; Hillson, S.; Holliday, T. Trinkaus, E. 2002. The Lagar Velho I human skeletal inventory. *Trabalhos de Arqueologia*, 22: 221-241.

Duarte, C. 2003. Biantropologia. *Trabalhos de Arqueologia*, 29: 263-296.

Duarte, L. M. 2010. Espaços e lugares: marginalidade e marginais. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *História da vida privada em Portugal*. Maia, Circulo de Leitores: 170-196.

Duby, G.; Barthèlemy, D. Roncière, C. 1989. Quadros: a vida privada nas casas aristocráticas. In: Ariès, P. Duby, G. *História da Vida Privada: da Europa feudal ao Renascimento*.Lisboa. Edições Afrontamento. 47-162

Duday, H. 2005a. L'archaéothanatologie ou l'archéologie de la mort. *In*: Dutour, O.; Hublin, J.-J. Vandermeersch, B. (ed.) *Objets et méthodes en Paleoanthropologie*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques: 153-215.

Duday, H. 2005b. *Lezioni di archaeotanatologia: archeologia funeraria e antropologia di campo*. Roma, Soprintendenza archeologica di Roma/Ecole Francaise de Rome.

Duday, H. Guillon, M. 2006. Understanding the circumstances of decomposition when the body is skeletonized. *In*: (ed.) *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary Sciences from Recovery to Cause of Death*. Totowa, Humana Press Inc: 117-157.

Duday, H. 2007. Les preuves archéologiques d'une crise brutale de mortalité: simultanéité du dépôt de cadavres, simultanéité des décès? *In*: Castex, D. Cartron, I. (ed.) *Épidémies et crises de mortalité du passé*. Bourdeaux, Ausonius Éditions: 15-21.

Duday, H. 2008a. Archaeological Proof of an Abrupt Mortality Crisis: Simultaneous Deposit of Cadavers, Simultaneous Deaths? *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: Past human infections*. Verlag, Berlin, Heidelberg, Springer: 49-54.

Duday, H. 2008b. Archaeological proof of an abrupt mortality crisis: simultaneous deposit of cadavers, simtaneous deaths? *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 49-54.

Dutour, O. 2008. Archaeology of human pathogens: paleopthological appraisal of palaeoepidemiology. *In*: Raoult, D. Drancourt, M. (ed.) *Paleomicrobiology: past human infections*. Marseille, Springer: 125-144.

|E|

Erickson, P. A. 1997. Morton, Samuel George. In: Spencer, F. *History of Physical Anthropology: an encyclopedia*.New York. Garland Publishing. 689-690

Espinoza, P. O. H. Reyes, M. E. P. 2010. *Manual para la identificación del sexo y la estimación de la edad a la muerte en esqueletos de menores de quince años*. Córdoba, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.

|F|

Fabião, C. 1997. O passado proto-histórico e Romano. *In*: Mattoso, J. (ed.) *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa: 81-271.

Ferembach, D.; Schwidetzky, I. Stloukal, M. 1980. Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*, 9: 517-549.

Fernandes, M. T. M. 1985. Colecções osteológicas. *In*: (ed.) *Cem anos de Antropologia em Coimbra (1885-1985)*. Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico: 77-81.

Fitzpatrick, R. W. 2008. Nature, distribution, and origin of soil materials in the forensic comparison of soils. *In*: Tibbett, M. Carter, D. O. (ed.) *Soil analysis in forensic taphonomy: chemical and biological effecta of buried human remains*. Boca Raton, CRC Press: 1-28.

|G|

Gama, R. P. Cunha, E. 2003. A neolithic case of cranial trepanation. *In*: Arnott, R. Finger, S. (ed.) *Trepanation: history, discovery, theory*. Lisse, Swets & Zeitlinger: 117-130.

Gargett, R. H. 1999. Middle Palaeolithic burial is not a dead issue: the view from Qafzeh, Saint-Cesaire, Kebara, Amud, and Dederiyeh. *Journal of Human Evolution*, 37: 27-90.

Gennep, A. v. [1969] 1981. *Les rites de passage: étude systématique des rites*. Paris, Picard.

Godde, K. Taylor, R. W. 2011. Musculoskeletal stress marker (MSM) differences in the modern American upper limb and pectoral girdle in relation to activity level and body mass index (BMI). *Forensic Science International*, 210: 237-242.

Goldstein, L. 2006. Mortuary analysis and bioarchaeology. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remaisn*. London, Elsevier: 375-387.

Gonçalves, I. 2010. Espaços e lugares: a alimentação. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *Histórias da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 226-259.

Grauer, A. L. Roberts, C. A. 1996. Paleoepidemiology, healing, and possible treatment of trauma in the medieval cemetery population of St. Helen-on-th-Walls, York, England. *American Journal of Physical Anthropology*, 100: 531-544.

Guatelli-Steinberg, D. Luckacs, J. 1999. Interpretintg sex differences in enamel hypoplasia in human and non-human primates: developmental, environmental and cultural considerations. *Yearbook of Physical Anthropology*, 42: 78-126.

|H|

Halcrow, S. E. Tayles, N. 2011. The bioarchaeology investigation of children and childhood. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 333-360.

Hollimon, S. E. 2011. Sex and gender in bioarchaeological research. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 149-182.

Hope, V. 2009. *Roman death: the dying and the dead in ancient Rome*. Continuum.

Hoppa, R. D. 1996. *Representativeness and bias in cemetery samples implications for paleodemographic reconstructions of past populations*. PhD Thesis, McMaster University.

Hoppa, R. D. Fitzgerald, C. 1999. From head to toe: integrating studies from bones and teeth in biological anthropology. *In*: Hoppa, R. D. Fitzgerald, C. (ed.) *Human growth in the past: studies from bones and teeth*. Cambridge, Cambridge University Press: 1-31.

Hoppa, R. D. 2000. Population variation in osteological aging criteria: an example from the pubic symphysis. *American Journal of Physical Anthropology*, 111: 185-191.

Hoppa, R. D. 2002. Paleodemography: looking back and thinking ahead. *In*: Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. (ed.) *Paleodemography: age distributions from skeletal samples*. Cambridge, Cambridge University Press: 9-28.

Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. 2002. The Rostock Manifesto for paleodemography. *In*: Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. (ed.) *Paleodemography: age distributions from skeletal samples*. Cambridge, Cambridge University Press: 1-8.

Hunt, D. R. 2001. The value of human remains for research and education. *In*: Williams, E. (ed.) *Human remains: conservation retrieval and analysis*. Oxford, British Archaeological Reports: 129-134.

Hunt, D. R. Albanese, J. 2005. History and demographic composition of the Robert J. Terry Anatomical Collection. *American Journal of Physical Anthropology*, 127: 406-417.

Huntington, R. Metcalf, P. 1979. *Celebrations of death: the anthropology of mortuary ritual*. Cambridge, Cambridge University Press.

|I|

Inoue, K.; Hukuda, S.; Fardellon, P.; Yang, Z. Q.; Nakai, M.; Katayama, K.; Ushiyama, T.; Saruhashi, Y.; Huang, J.; Mayeda, A.; Catteddu, I. Orby, C. 2001. Prevalence of large-joint osteoarthritis in Asian and Caucasian skeletal populations. *Rheumatology*, 40: 70-73.

|J|

Jackes, M. 2011. Representativeness and bias in archaeological skeletal samples. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 107-146.

Johnston, F. E. Zimmer, L. O. 1989. Assessment of growth and age in the immature skeleton. *In*: Iscan, M. Y. Kennedy, K. A. R. (ed.) *Recontruction of life from the skeleton*. New York, Allan R. Liss: 11-21.

Joyce, R. A. 2005. Archaeology of the body. *Annual review of Anthropology*, 34: 139-158.

Judd, M. 2004. Trauma in the city of Kerma: ancient versus modern injury patterns. *International Journal of Osteoarchaeology*, 14: 34-51.

Julien, M. 1999. Europe Paleolithique: sepultures. In: Leroi-Gourhan, A. *Encyclopaedia Universalis - Dictionnaire de la Préhistoire*.Paris. 430-435

|K|

Kemkes-Grottenthaler, A. 2002. Aging through the ages: historical perspectives on age indicator methods. *In*: Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. (ed.) *Paleodemography: age distributions from skeletal samples*. Cambridge, Cambridge University Press: 48-72.

Kim, J. S. Nafziger, A. N. 2000. Is it sex ou is it gender? *Clinical Pharmacology & Therapeutics*, 68: 1-3.

Klepinger, L. L. 2006. *Fundamental of Forensic Anthropology*. New Jersey, Wiley-Liss.

Knudson, K. J. Stojanowski, C. M. 2008. New Directions in Bioarchaeology: Recent Contributions to the Study of Human Social Identities. *Journal of Archaeological Research*, 16: 397-432.

| L |

Larsen, C. S. 1997. *Bioarchaeology: interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge, Cambridge University Press.

Larsen, C. S. 2000. *Skeletons in our closet: revealing our past through Bioarchaeolgy*. Princeton, Princeton University Press.

Larsen, C. S. 2002. Bioarchaeology: the lives and lifestyles of past people. *Journal of Archaeological Research*, 10: 119-166.

Larsen, C. S. 2006. The changing face of bioarchaeology: an interdisciplinary science. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis oh human remains*. London, Elsvier: 359-374.

Leclerc, J. 1990. La notion de sépulture. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*, 2: 13-18.

Lewin, R. 2005. *Human evolution: an illustrated introduction*. Malden, Blackwell Publishing.

Liebe-Harkort, C.; Ástvaldsdóttir, Á. Tranaeus, S. 2011. Visual and radiographic assessment of dental caries by osteologists: a validity and reliability study. *International Journal of Osteoarchaeology*, 21: 55-65.

Lopez, B.; Vazquez-Garcia, E. Dopico, E. 2011. Dental indicators suggest health improvement associated with increased food diversity in Modern Age Spain. *Human Ecology*, 39: 527-534.

Lucas, S.; Sevin, A.; Passarius, O.; Esclassan, R.; Crubezy, E. Grimoud, A. M. 2010. Study of dental caries and periapical lesions in a mediaeval population of the southwest France: Differences in visual and radiographic inspections. *Homo-Journal of Comparative Human Biology*, 61: 359-372.

Lyman, R. L. 2002. Forward. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Advances in Forensic Taphonomy: method, theory, and archaeological perspectives*. Boca Raton, CRC Press: XIX-XXI.

|M|

Machado, C. A. 1999. *Cuidar dos mortos*. Sintra, Instituto de Sintra.

Macías, S. 1997. O Garb-al-Andaluz: resenha dos factos políticos. *In*: Mattoso, J. (ed.) *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa: 373-390.

Magalhães, J. R. 1997. O enquadramento do espaço nacional. *In*: Mattoso, J. Magalhães, J. R. (ed.) *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa: 19-59.

Marôco, J. Bispo, R. 2003. *Estatística aplicada às ciência sociais e humanas*. Lisboa, Climepsi Editores.

Marôco, J. 2010. *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Pêro Pinheiro, Report Number.

Marques, A. H. O. 2010. *A sociedade medieval portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. Lisboa, A esfera dos Livros.

Marques, A. H. O. [1995]1998. *Breve história de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

Marques, A. H. O. [1997]2010. *História de Portugal: das origens ao renascimento*. Barcarena, Editorial Presença.

Marques, C. 2007. *Da ráquis à periferia: o percurso das espondilartropatias na Colecção de Esqueletos Identificados do Museu Bocage, Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia, Mestrado. Universidade de Coimbra.

Márquez-Grant, N. 2005. Aplicación del programa FORDISC 2.0 a cráneos púnicos de Ibiza: posible identificacións de individuos de origen africano. *Revista Española de Antropología Física*, 25: 7-23.

Márquez-Grant, N. Fibiger, L. 2009. Physical anthropology in europe and beyond. *Bulletin International Assoc. Paleodont.*, 3: 6-9.

Marsteller, S. J.; Torres-Rouff, C. Knudson, K. J. 2011. Pre-Columbian Andean sickness ideology and the social experience of leshmaniasis: a contextualized analysis of

bioarcaheology and paleopathological data drom San Pedro de Atacama, Chile. *International Journal of Paleopathology*, 1: 24-34.

Martin-Kilcher, S. 2000. 'Mors immatura' in the Roman world - a mirror of society and tradition. *In*: Pearce, J.; Millett, M. Struck, M. (ed.) *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford, Oxbow: 63-77.

Masset, C. 1982. *Estimation de l'âge au décès par les sutures crâniennes*. Thèse Doctoral, Laboratoire d'Anthropologie Biologique, Université Paris VII.

Masset, C. 2000. La mort aux périodes préhistoriques et protohistoriques (-1000000 à -750). *In*: Ferdière, A. (ed.) *Archéologie funéraire*. Paris, Editions Errance: 55-85.

Mateos, M. M. G. d. 2000. La ficha Antropológica de Campo. In: Prósper, E. G. Cerdá, M. P. Arqueología funeraria romana. Una aproximación interdisciplinar. Universidad Internacional Menéndez Pelavo - Valencia. Ministerio de Edicación y Cultura. 62-84.

Matos, V. 2003. *Incursões no trilho da tuberculose pulmonar: diagnóstico diferencial com base no estudo da Colecção de Esqueletos Identificados do Museu Bocage*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Departamento de Antropologia, Mestre em Evolução Humana. Universidade de Coimbra.

Matos, V. Santos, A. L. 2006. On the trail of pulmonary tuberculosis based on rib lesions: results from the human identified skeletal collection from the Museu Bocage (Lisbon, Portugal). *American Journal of Physical Anthropology*, 130: 190-200.

Matos, V. 2007/2008. A obsessão do diagnóstico?: fronteiras da interpretação paleopatológica a propósito de um estudo de caso da colecção de esqueletos identificados do Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural, Lisboa). *Antropologia Portuguesa*, 24/25: 95-108.

Matos, V. 2009a. Broken ribs: paleopathological analysis of costal fractures in the human identified skeletal collection from the Museu Bocage, Lisbon, Portugal (Late 19th to Middle 20th Centuries). *American Journal of Physical Anthropology*, 140: 25-38.

Matos, V. 2009b. *O diagnóstico retrospectivo da Lepra: complementaridade clínica e paleopatológica no arquivo médico do Hospital-Colónia Rovisco Pais (Século XX, Tocha Portugal) e na colecção de*

esqueletos da leprosaria medieval de St. Jorgen's (Odense, Dinamarca). Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Matos, V.; Marques, C. Lopes, C. 2011. Severe vertebral collapse in a juvenile from the graveyard (13th/14th-19th centuries) of the São Miguel Church (Castelo Branco, Portugal): differential paleopathological diagnosis. *International Journal of Osteoarchaeology*, 21: 208-217.

Mattoso, J. 1985. A mulher e a família. *In*: (ed.) *Conferência: A mulher na sociedade portuguesa - visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra: 35-49.

Mattoso, J. 1995. Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI). *In*: Mattoso, J. (ed.) *O reino dos mortos na idade média peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa: 55-74.

Mattoso, J. 1997. A época Sueva e Visigótica. *In*: Mattoso, J. (ed.) *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa: 275-328.

Mattoso, J. 2010. O corpo, a saúde e a doença. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *Histórias da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 348-374.

Mayes, A. T. Barber, S. B. 2008. Osteobiography of a high-status burial from the lower Río Verde valley of Oaxaca, Mexico. *International Journal of Osteoarchaeology*, 18: 573-588.

Mays, S. 1998. *The archaeology of human bones*. London, Routledge.

Mays, S. 2005. *Guidance for best practice for treatment of human remains escavated from Christian burial grounds in England*. Swindon, English Heritage & Church of England.

Mays, S. Eyers, J. 2011. Perinatal infant death at the Roman villa site at Hambleden Buckinghamshire, England. *Journal of Archaeological Science*, 38: 1931-1938.

Meindl, R. S. Russel, K. F. 1998. Recent advances in method and theory in paleodemography. *Annual review of Anthropology*, 27: 375-399.

Mendes, A. R. 1997. A vida cultural. *In*: Mattoso, J. Magalhães, J. R. (ed.) *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa: 333-371.

Merbs, C. F. 1989. Trauma. *In*: Iscan, M. Y. Kennedy, K. A. R. (ed.) *Reconstruction of Life from the skeleton*. New York, Alan R. Liss, Inc: 161-189.

Milner, G. R.; Wood, J., W. Boldsen, J. 2008. Advances in paleodemography. *In*: Katzenberg, M. A. Saunders, S. R. (ed.) *Biological anthropology of the human skeleton*. New Jersey, John Wiley & Sons Inc: 561-600.

Miranda, M. A.; Martins, M. d. R. Santos, A. L. 2010. Evidências de doenças, acidentes e tratamentos representados em "ex-votos" Portugueses dos séculos XVIII - XX. *II Jornadas Portuguesas de Paleopatologia*. Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra.

Mohen, J. P. 1999a. Europe Protohistorique: sepultures. In: Leroi-Gourhan, A. *Encyclopaedia Universalis - Dictionnaire de la Préhistoire*.Paris. 472-477

Mohen, J. P. 1999b. Mégalithes. In: Leroi-Gourhan, A. *Encyclopaedia Universalis - Dictionnaire de la Préhistoire*.Paris. 633-636

Molleson, T. Cox, M. 1993. *The Spitalfields project: the middling sort*. London, Council for British Archaeology.

Morais, V. Ferreira, P. 1991/1992. OSSA: base de dados osteológica. Departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Programa desenvolvido no âmbito da cadeira de Projecto de Dissertação. Coimbra

Morales, A. C. 1999. La colección antropológica del campo arqueológico de Mértola (S.II-XVI): reconstruir la sociedad y los modos de vida a partir del registro funerario. *Arqueologia Medieval*, 6: 277-292.

Moreira, M. J. G. 2008. O século XVIII. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da População Portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPSE: 245-287.

Morin, E. 1988. *O Homem e a Morte*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

|N|

Nawrocki, S. P. 1998. Human remains policy for the University of Indianapolis Archeology & Forensic laboratory. Indianapolis. University of Indianapolis.

Nelson, S. M. 2002. Gender ideology. *In*: Nelson, S. M. Rosen-Ayalon, M. (ed.) *In pursuit of gender: worldwide archaeological approaches*. Boston; Oxford, Altamira Press: 9-14.

Nelson, S. M. Rosen-Ayalon, M. 2002. Introdution. *In*: Nelson, S. M. Rosen-Ayalon, M. (ed.) *In pursuit of gender: worldwide archaeological approaches*. Boston; Oxford, Altamira Press: 1-8.

Nelson, S. M. 2006. Introduction: archaeological perspectives on gender. *In*: Nelson, S. M. (ed.) *Handbook of gender in archaeology*. Boston; Oxford, Altamira Press: 1-28.

Neves, M. J.; Ferreira, M. T.; Basílio, L.; Almeida, M. Tavares, P. 2005. A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contexto de emergência: questões de método e princípio. *Actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia Peninsular*. Faro.

Neves, M. J.; Ferreira, M. T.; Almeida, M. Pinheiro, J. 2010. A importância dos processos de decomposição cadavérica para a interpretação do registo osteoarqueológico. *Almadan*,

Nystron, K. C.; Goff, A. Goff, M. L. 2005. Mortuary behaviour reconstruction through palaeoentomology: a case study from Chachapoya Perú. *International Journal of Osteoarchaeology*, 15: 175-185.

|O|

O'Neil, B. J. 1991. Morte social e linhas de família numa aldeia nortenha, 1870-1990. *In*: Coelho, A. M. (ed.) *Atitudes perante a morte*. Coimbra, Livraria Minerva: 175-203.

Obertová, Z. Thurzo, M. 2008. Relationship between cribra orbitalia and enamel hypoplasia in the early medieval slavic population at Borovce, Slovakia. *International Journal of Osteoarchaeology*, 18: 280-292.

Ogilvie, M. Hilton, C. E. 2000. Ritualized Violence in the Prehistoric American Southwest. *International Journal of Osteoarchaeology*, 10: 27-48.

Oliveira, A. R. 2007. *A criança na sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa, Teorema.

Oliveira, A. R. 2010. O corpo: a criança. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *História da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 260-299.

Oliveira, A. R. Oliveira, A. R. 2010. O corpo: a mulher. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *História da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores: 300-323.

Ortner, D. J. 2003. *Identification of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains*. London, U.K, Academic Press.

Ortner, D. J. 2006. Foreward. *In*: Buikstra, J. E. Beck, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*. London, Elsevier: xiii-xv.

Ortner, D. J. 2011. Human skeletal paleopathology. *International Journal of Paleopathology*, 1: 4-11.

|P|

Paine, R. R. Harpending, H. 1996. Assessing the reliability of paleodemographic fertility estimators using simulated skeletal distributions. *American Journal of Physical Anthropology*, 101: 151-159.

Pearce, J. 2000. Burial, society and context in the provincial Roman World. *In*: Pearce, J.; Millett, M. Struck, M. (ed.) *Burial, Society and Context in the Roman World*. Oxford, Oxbow: 1-12.

Pearson, M. P. 1999. *The archaeology of death and burial*. Texas, Texas A&M University Press.

Pinhasi, R. Bourbou, C. 2008. How representative are human skeletal assemblages for population analysis? *In*: Pinhasi, R. Mays, S. (ed.) *Advances in human paleopathology*. Chichester, Jonh Wiley & Sons: 31-44.

Prósper, E. G. 2000. Tipo de enterramiento y fauna en ritual funerário. In: Prósper, E. G. Cerdá, M. P. Arqueologia funerária romana. Una aproximación interdisciplinar. Valencia. Ministerio de educación y cultura - Universidad Internacional Menéndez Pelayo. 42-61.

|Q|

Quatrehomme, G. Iscan, M. Y. 1997. Postmortem skeletal lesions. *Forensic Science International*, 89: 155.165.

Queiróz, M. V. 1998. *Reumatologia clínica*. Lisboa, Lidel.

Quigley, C. 2001. *Skulls and skeletons: human bone collections and accumulations*. Jefferson, McFarland & Company, Inc.

|R|

Raposo, L. 1999. Inflexão (ou inflação) nos estudos sobre o Paleolítico Médio. *Al-madan*, 8: 14-15.

Raposo, L. 2004. O Paleolítico. *In*: Medina, J. (ed.) *História de Portugal*. Amadora, Ediclube: 173-191.

Reis, J. J. 1995. *A morte é uma festa*. São Paulo, Editora Schwarcz Ltda.

Revel, J.; Oranum, O.; Flandrim, J.-L.; Gélis, J.; Foisil, M. Goulemot, J. M. 1989. Configurações da privatização. In: Ariès, P. Duby, G. *História da Vida Privada: do Renascimento ao século das Luzes*.Lisboa. Edições Afrontamento. 163-369

Reynolds, A. 2009. *Anglo-saxon deviant burial customs*. Oxford, Oxford University Press.

Robb, J. 2001. Social 'status' and biological 'status': a comparison of grave goods and skeletal indicators from Pontecagnano. *American Journal of Physical Anthropology*, 115: 213-222.

Roberts, C. Manchester, K. 2005. *The archaeology of disease*. Gloucestershire, Sutton Publishing.

Roberts, C. 2011. The bioarchaeology of leprosy and tuberculosis: a comparative study of perceptions, stigma, diagnosis and treatment. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 252-279.

Roberts, C. Manchester, K. [1983]1995. *The archaeology of disease*. New York, Alan Sutton Publishing Limited.

Roberts, C. A. Buikstra, J. E. 2003. *The bioarchaeology of tuberculosis: a global view on a reemerging disease*. Gainesville, University Press Florida.

Robling, A. G. Stout, S. D. 2008. Histomorphometry of human cortical bone: applications to age estimation. *In*: Katzenberg, M. A. Saunders, S. R. (ed.) *Biological anthropology of the human skeleton*. New Jersey, John Wiley & Sons Inc: 149-182.

Rocha, M. A. T. 1995. Les collections ostéologiques humaines identifiées du Musée Anthropologique de l'Université de Coimbra. *Antropologia Portuguesa*, 13: 7-38.

Rodrigues, T. F. 1997. População e economia: as estruturas populacionais. *In*: Mattoso, J. Magalhães, J. R. (ed.) *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa: 179-217.

Rodrigues, T. F. 2008a. Do século XI ao século XIV. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da população portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPESE: 75-1000.

Rodrigues, T. F. 2008b. A crise dos séculos XIV e XV (1325-1480). *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da população portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPESE: 101-137.

Rodrigues, T. F. 2008c. O século XIX. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *A História da População Portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPSE 327-416.

Rodrigues, T. F. 2008d. As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da população portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPESE: 159-246.

Rodrigues, T. F.; Moreira, M. J. G. Henriques, F. C. 2008. O conhecimento dos factos demográficos. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da População Portuguesa*. Santa Maria da Feira, 291-325.

Rogers, J. Waldron, T. 1995. *A field guide to joint disease in archaeology*. Chichester, Jonh Wiley.

Rogers, J. 2000. The paleopathology of joint disease. *In*: Cox, M. Mays, S. (ed.) *Human osteology in archaeology and forensic science*. London, GMM: 163-182.

Roksandic, M. 2002. Position of skeletal remains as key to understandding mortuary behavior. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Advances in Forensic Taphonomy: Method, Theory, and Archaeological perspectives*. Boca Raton, CRC Press: 99-117.

Rolão, J. M. F. 1999. *Del Wrüm final al Halocénico en el Bajo Valle del Tajo (Complejo Arqueológico Mesolítico de Muge)*. Tese de Doutoramento, Universidad de Salamanca.

Rosa, M. d. L. 2010. ... e a alma. *In*: Mattoso, J. Sousa, B. V. (ed.) *Histórias da vida privada em Portugal: a Idade Média*. Maia, Círculo de Leitores:

Rosales, M. G. Brito, C. D. C. 2001. Making human remains talk: an interdisciplinary study of a 16th century crypt. *In*: Williams, E. (ed.) *Human remains: conservation, retrieval and analysis*. Oxford, British Archaeological Reports: 81-85.

Rougé-Maillart, C.; Vielle, B.; Jousset, N.; Chappard, D.; Telmon, N. Cunha, E. 2009. Development of a method to estimate skeletal age at death in adults using acetabulum and the auricular surface on a Portuguese population. *Forensic Science International*, 188: 91-95.

Rugg, J. 2000. Defining the place of burial: what makes a cemetery a cemetery. *Mortality*, 5: 259-275.

|S|

Sá, I. d. G. 2011. As crianças e as idades da vida. *In*: Mattoso, J. Monteiro, N. G. (ed.) *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*. Maia, Círculo de Leitores: 72-95.

Santos, A. L.; Cunha, E.; Dâmaso, N. Marrafa, C. 1991/1992. Ficha antropológica a utilizar na escavação. *Antropologia Portuguesa*, 9: 10-67.

Santos, A. L. 1995a. Death, sex and nutrition: analysis of cause of death in the Coimbra human skeletal collection. *Antropologia Portuguesa*, 13: 81-91.

Santos, A. L. 1995b. *Certezas e incertezas sobre a idade à morte*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica - trabalho síntese, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra.

Santos, A. L. 1999-2000. Os caminhos da paleopatologia: passado e desafios. *Antropologia Portuguesa*, 16-17: 161-184.

Santos, A. L. 2000. *A skeletal picture of tuberculosis: macroscopic, radiological, biomolecular, and historical evidence from Coimbra identified skeletal collection*. Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Santos, A. L. Roberts, C. 2001. A picture of tuberculosis in young portuguese people in the early 20th century: a multidisciplinary study of skeletal and historical evidence. *American Journal of Physical Anthropology*, 115: 38-49.

Santos, A. L. Roberts, C. 2006. Anatomy of a serial killer: differential diagnosis of tuberculosis based on rib lesion of adult individuals from the Coimbra indentified skeletal colletion, Portugal. *American Journal of Physical Anthropology*, 130: 38-49.

Santos, A. L.; Cardoso, F.; Assis, S. Villotte, S. 2011a. The Coimbra Workshop in Musculoskeletal Stress Markers (MSM): an annotated review. *Antropologia Portuguesa*, 28: 135-161.

Santos, C.; Ferreira, M.; Alves, F. C. Cunha, E. 2011b. Comparative study of Greulich and Pyle Atlas and Maturos 4.0 program for age estimation in a Portuguese sample. *Forensic Science International*, 212: 276.e1-7.

Santos, G. D. 2005. *A escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950*. Viseu, Imprensa de Ciências Sociais.

Saramago, J. 1997. *Todos os nomes*. Lisboa, Caminho.

Saul, J. M. Saul, F. P. 2002. Forensics, archaeology, and taphonomy: the symbiotic relationship. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Advances in forensic taphonomy: method, theory and archaeological perspectives*. Boca Raton, CRC Press: 71-97.

Saunders, S. R. 2008. Juvenile skeletons and growth-related studies. *In*: Katzenberg, M. A. Saunders, S. R. (ed.) *Biological anthropology of the human skeleton*. New Jersey, John Wiley & Sons Inc: 117-147.

Scheuer, L. Black, S. 2000. *Developmental Juvenile Osteology*. USA, American Press.

Schmitt, A. 2004. Age-at-death assessment using the 'Os pubis' and the auricular surface of the Ilium: a test on an identified Asian sample. *International Journal of Osteoarchaeology*, 14: 1-6.

Scott, S. Duncan, C. J. 1998. *Human demography and disease*. Cambridge, Cambridge University Press.

Silva, A. M. 1991-1992. Determinação do sexo e estimativa da estatura a partir do calcâneo, talus e metatarsianos. *Antropologia Portuguesa*, 9-10: 59-65.

Silva, A. M. 1996. *O Hipogeu de Monte Canelas I (IV-III milénios a.C.): estudo paleobiológico da população exumada*. Provas de aptidão pedagógica e capaciade científica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Silva, A. M. 2002a. *Anthropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico Final/Calcolítico*. Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Silva, A. M. 2002b. A Neolithic skull lesion probably cause by an arrowhead. *Antropologia Portuguesa*, 19: 65-70.

Silva, A. M. 2003. Portuguese populations in late Neolithic and Calcolithic periods exhumed from collective burials: an overview. *Anthropologie*, 41: 55-64.

Silva, A. M. Marques, R. 2010. Arrowhead injury in a neolithic human axis from the natural cave of Lapa do Bugio (Sesimbra, Portugal). *Anthropological Science*, 118: 185-189.

Silva, F. A. V. C. 2005. *Sinais de Fogo: Análise antropológica de restos ósseos cremados do Neolítico final/Calcolítico do tholos OP2b (Olival da Pega, Reguengos de Monsaraz)*. Tese de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Simmonds, A.; Márquez-Grant, N. Loe, L. 2008. *Life and death in a roman city: excavation of a Roman cemetery with a mass grave at 120-122 London Road, Gloucester*. Oxford, Oxford Archaeology.

Smith, M. Mays, S. 2007. Ancestors of us all. *Museums Journal*, 18-19.

Sofaer, J. R. 2006. *The body as material culture*. Cambridge, Cambridge University Press.

Sofaer, J. R. 2011. Towards a social bioarchaeology of age. *In*: Agarwal, S. C. Glencross, B. A. (ed.) *Social bioarchaeology*. Oxford, Wiley-Blackwell Publishing: 287-311.

Sorensen, M. L. 2006. Gender, things, and material culture. *In*: Nelson, S. M. (ed.) *Handbook of gender in archaeology*. Boston; Oxford, Altamira Press: 105-136.

Sorg, M. H. Haglund, W. D. 2002. Advancing forensic taphonomy: purpose, theory, and process. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Advances in forensic taphonomy: method, theory and archaeological perspectives*. Boca Raton, CRC Press: 3-29.

Sousa, J. S. 2008a. Antecedentes de Portugal. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da população portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPESE: 39-73.

Sousa, J. S. 2008b. Os primeiros dados. O povoamento pré-histórico. *In*: Rodrigues, T. F. (ed.) *História da população portuguesa*. Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento / CEPESE: 27-38.

Sprague, R. 2005. *Burial Terminology: a Guide for Researchers*. Oxford, AltaMira Press.

Steckel, R., H.; Larsen, C. S.; Sciulli, P. W. Walker, P. L. 2006. The Global History of Health Project: data collection codebook. Ohio.

Steckel, R., H.; Larsen, C. S.; Roberts, C. Walker, P. L. 2009. Reconstructin health and disease in Europe: the early Middle Ages through the Industrial Period. *78th Annual Meeting of the American Association of Physical Anthropologists*. Chicago. March 31-April 4.

Stevenson, J. C.; Mahoney, E. R.; Walker, P. L. Everson, P. M. 2009. Technical note: predition of sex based on five skull traits using decision analysis (CHAID). *American Journal of Physical Anthropology*, 139: 434-441.

Stirland, A. 1996. Patterns of trauma in a unique medieval parish cemetery. *International Journal of Osteoarchaeology*, 6: 92-100.

Stirland, A. 1997. Care in medieval community. *International Journal of Osteoarchaeology*, 7: 587-590.

Stockett, M. 2006. On the importance of difference: reenvisioning sex and gender in ancient Mesoamerica. *World Archaeology*, 37: 566-578.

Stojanowski, C. M.; Seidemann, R. M. Doran, G. H. 2002. Differential skeletal preservation at Windover pond: causes and consequences. *American Journal of Physical Anthropology*, 119: 15-26.

Stutz, L. N. 2003. A Taphonomy of Ritual Practice, a "field" - anthropological study of late Mesolithic burials. *In*: Lars, L.; Kindgren, H.; Knutsson, K.; Loeffler, D. Akerlund, A. (ed.) *Mesolithic on the Move*. Oxford, Oxbow Books: 527-535.

Sullivan, A. 2004. Reconstructing relationships among mortality, status and gender at the medieval Gilbertine priory of St. Andrew, Fishergate, York. *American Journal of Physical Anthropology*, 124: 330-345.

|T|

Tente, C. Lourenço, S. 1998. Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1: 191-218.

Tente, C. Lourenço, S. 2002. Sepulturas medievais do distrito de Évolra. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5: 239-257.

Thomas, L.-V. 1980. *Anthropologie de la mort*. Paris, Payot.

Tobias, P. V. 1991. On the scientific, medical, dental and educational value of collections of collections of human skeletons. *International Journal of Anthropology*, 6: 277-280.

Torgal, L. R. Roque, J. L. 1993. Introdução: O interesse pelo século XIX... hoje. *In*: Mattoso, J.; Torgal, L. R. Roque, J. L. (ed.) *História de Portugal: O liberalismo (1807-1890)*. Lisboa, Circulo de Leitores: 9-13.

Torres, C. Macias, S. 1995. Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles e Mértola. *In*: Mattoso, J. (ed.) *O reino dos mortos: na Idade Média peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa: 11-44.

Torres, C. 1997. O Garb-al-Andaluz. *In*: Mattoso, J. (ed.) *História de Portugal: antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa: 329-372.

|U|

Ubelaker, D. H. 1989. *Human skeletal remains: excavation, analysis, interpretation*. Washington, Taraxacum.

Ubelaker, D. H. 1997. Taphonimic applications in forensic anthropology. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Forensic taphonomy: the postmortem fate of human remains*. Florida, CRC: 77-90.

Ubelaker, D. H. 2002. Approaches to the study of commingling human skeletal biology. *In*: Haglund, W. D. Sorg, M. H. (ed.) *Advances in Forensic Taphonomy: Method, Teory, and Archaeological perspectives*. Boca Raton, CRC Press: 331-351.

Ubelaker, D. H. 2008. Forensic Anthropology: methodology and diversity of applications. *In*: Katzenberg, M. A. Saunders, S. R. (ed.) *Biological anthropology of the human skeleton*. New Jersey, John Wiley & Sons Inc: 41-69.

Umbelino, C. 2006. *Outros Sabores do Passado: as análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolítico Final/Calcolítico do território português*. Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Usher, B. M. 2002. Reference samples: the first step in linking biology and age and the human skeleton. *In*: Hoppa, R. D. Vaupel, J. W. (ed.) *Paleodemography: age distributions from skeletal samples*. Cambridge, Cambridge University Press: 29-47.

|V|

Vailati, L. L. 2002. Os funerais de 'anjinho' na literatura de viagem. *Revista Brasileira de História*, 22: 365-392.

van Gerven, D. P. Armelagos, G. J. 1983. 'Farewell to Paleodemography?' Rumors of its death have been greatly exagerated. *Journal of Human Evolution*, 12: 353-360.

Vandermeersch, B. 2006. What the first burials tell us? *Comptes Rendus Palevol*, 5: 161-167.

Vanhaeren, M. d'Errico, F. 2005. Grave goods from the Saint-Germain-la-Rivière burial: evidence for social inequality in the Upper Palaeolithic. *Journal of Anthropological Archaeology*, 24: 117-134.

Vargas, F. J. R.; Morillas, A. O.; Mariño, J. P. Palenzuela, J., Moreras. 1991. El estudio de la muerte y de los ritos funerarios desde la antropologia. *Limes - Revista d'Arqueologia*, 1: 58-67.

Vass, A. A. 2001. Beyond the grave - understanding human decomposition. *Microbiology Today*, 28: 190-192.

Veyne, P. 1989. O Império romano. In: Ariès, P. Duby, G. *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*.Lisboa. Edições Afrontamento. 19-223

Viak, D.; Rocksandic, M. Schillaci, M. 2008. Greater sciatic notch as a sex indicator in juveniles. *American Journal of Physical Anthropology*, 137: 309-315.

Vilar, H. M. d. V. A. 1990. *A vivência da morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*. Tese de Mestrado, Faculade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Villotte, S.; Castex, D.; Couallier, V.; Dutour, O.; Knusel, C. J. Henry-Gambier, D. 2010. Enthesopathies as Occupational Stress Markers: Evidence From the Upper Limb. *American Journal of Physical Anthropology*, 142: 224-234.

|W|

Waldron, T. 1994. *Counting the dead: the epodemiology of skeletal populations*. Chichester, Jonh Wiley & Sons.

Waldron, T. 2009. *Paleopathology*. Cambridge, Cambridge University Press.

Walker, P. L. Cook, D. C. 1998. Brief communication: gender and sex: Vive la difference. *American Journal of Physical Anthropology*, 196: 255-259.

Walker, P. L. 2001. A bioarchaeological perspective on the history of violence. *Annual review of Anthropology*, 30: 573-596.

Walker, P. L.; Bathurst, R. R.; Richman, R.; Gjerdrum, T. Andrushko, V. A. 2009. The causes of porotic hyperostosis and cribra orbitalia: a reappraisal of the iron-defiency-anemia hypothesis. *American Journal of Physical Anthropology*, 139: 109-125.

Wapler, U.; Crubezy, E. Schultz, M. 2004. Is cribra orbitalia synonymous with anemia? Analysis and interpretation of cranial pathology in Sudan. *American Journal of Physical Anthropology*, 123: 333-339.

Wasterlain, R. S. 2000a. Comparative performance of femur and humerus epiphysis for sex diagnosis. *Biométrie Humaine et Anthropologie*, 18: 9-13.

Wasterlain, R. S. C. N. 2000b. *Morphé: análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da colecção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Tese de Mestrado em Evolução Humana, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Wasterlain, R. S. C. N. 2006. *'Males' da Boca: estudo da patologia oral numa amostra das Colecções Osteológicas Identificadas do Museu Antropológica da Universidade de Coimbra (finais do séc.*

XIX/inícios do séc. XX). Tese de Doutoramento em Antropologia biológica, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.

Wasterlain, S. N. Dias, G. J. 2009. Amelogenesis Imperfecta in an Early 20th Century Population from Central Portugal. *International Journal of Osteoarchaeology*, 19: 424-435.

Wasterlain, S. N.; Hillson, S. Cunha, E. 2009. Dental caries in a Portuguese identified skeletal sample from the late 19th and early 20th centuries. *American Journal of Physical Anthropology*, 140: 64-79.

Weaver, D. S. 1980. Sex differences in the ilia of known sex and age sample of fetal and infant skeletons. *American Journal of Physical Anthropology*, 52: 191-195.

Weedman, K. 2006. Gender and etnoarchaeology. *In*: Nelson, S. M. (ed.) *Handbook of gender in archaeology*. Boston; Oxford, Altamira Press: 247- 294.

Weiss, E. Jurmain, R. 2007. Osteoarthritis revisited: a contemporary review of aetiology. *International Journal of Osteoarchaeology*, 17: 437-450.

White, T. D. Folkens, P. A. 2005. *The Human Bone Manual*. Oxford, Academic Press.

White, W. 2008. Databases. *In*: Pinhasi, R. Mays, S. (ed.) *Advances in Human Paleopathology*. Jonh Wiley & Sons, Ltd: 177-188.

Wilke, C. L. 2007. *História dos Judeus portugueses*. Lisboa, Edições 70.

Williams, H. 2003. Introdution: the Archaeology of death, memory and material culture. *In*: Williams, H. (ed.) *Archaeologies of remembrance: death and memory in past societies*. New York, Kluwer Academic / Plenum Publishers: 1-24.

Wright, L. E. Yoder, C. J. 2003. Recent progress in Bioarchaeology: approaches to the osteological paradox. *Journal of Archaeological Research*, 11: 43-70.

|X|

Xavier, Â. B. Hespanha, A. M. 1993. A representação da sociedade e do poder. *In*: Mattoso, J. Hespanha, A. M. (ed.) *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa, Circulo de Leitores: 121-156.

Xavier, P. d. A. 1991. Imagens da morte na arte: dos finais da Idade Média ao Barroco. *In*: Coelho, A. M. (ed.) *Atitudes perante a morte*. Coimbra, Livraria Minerva: 13-46.

|Z|

Zarina, G. 2010. The social status of women in Latvia in the 7th - 13th centuries, in the light of paleodemographic data. *Estonian Journal of Archaeology*, 14: 56-71.

Zilhão, J. Almeida, F. 2002. The archaeological framework. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 22: 29-57.

Zingmond, D. S.; Soohoo, N. F. Silverman, S. L. 2006. The role of socioeconomic status on hip fracture. *Osteoporosis International*, 17: 1562-1568.

APÊNDICES

Apêndices

Apêndice A:

Categorias que compõem o sistema de registo criado para analisar os elementos contidos nos relatórios antropológicos de campo

Tabela A.I – Variáveis de classificação consideradas no processo de selecção dos relatórios antropológicos de campo para análise.

Motivos de exclusão dos relatórios	Estudo laboratorial
	Contexto de ossário
	Material muito fragmentado e/ou descontextualizado
	Informação insuficiente e/ou inconsistente

Tabela A.II – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização do tipo de sítio arqueológico.

Tipo de sítio	Cemitério	Igreja
	Mosteiro	Achado isolado
	Necrópole	Castelo
	Ossário	Capela
	Anta	Templo
	Convento	Villa
	Ermida	Sem informação

Tabela A.III – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização do contexto histórico

Época histórica	Pré-história
	Época antiga
	Época medieval
	Época moderna
	Época contemporânea

Tabela A.IV – Variáveis consideradas no processo de classificação dos elementos que caracterizam a Arquitectura funerária.

Variáveis das categorias associadas à Arquitectura funerária	Elementos da arquitectura funerária
Classificação da sepultura	Simples
	Dupla
	Múltipla ou colectiva
	Sem informação
Tipo de sepultura	Covacho
	Escavada na rocha
	Cista/Delimitada por elementos pétreos
	Argamassada
	Sarcófago
	Outra
	Sem informação
Forma da sepultura	Oval
	Antropomórfica
	Rectangular
	Outra
	Sem informação
Existência de invólucro	Ausente
	Sudário
	Esquife
	Urna
	Outro
	Sem informação

Tabela A.V – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização dos gestos funerários analisados.

Variáveis relativas aos gestos funerários	Categorias das variáveis dos gestos funerários		
Orientação do inumado (Crânio – Pés)	Norte - Sul	SE – NO	Oeste - Este
	NE – SO	Sul - Norte	NO - SE
	Este - Oeste	SO - NE	Sem informação
Tipo de deposição do defunto	Decúbito dorsal	Decúbito ventral	Decúbito lateral direito
	Decúbito lateral esquerdo	Decúbito lateral direito flectido	Decúbito lateral esquerdo flectido
	Posição fetal - Direito	Posição fetal esquerda	Sem informação
Posicionamento dos vários segmentos do corpo	*Crânio*	Ausente	Sobre a base
		Inclinado sobre o lado direito	Inclinado sobre o lado esquerdo
		Outra	Sem informação
	Membros superiores (direito e esquerdo)	Ausente	Estendido
		Flectido sobre o peito (<90º)	Flectido sobre o abdómen (>90º)
		Flectido a 90º	Sem informação
	Membros inferiores	Ausente	Estendido
		Flectido	Outra
		Sem informação	

Tabela A.VI – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização do espólio funerário.

Variáveis associadas ao espólio funerário		Categorias das variáveis relativas ao espólio funerário		
Espólio não votivo	*Indumentária*	Vestuário	Calçado	Botões/Colchetes/Fivelas
		Múltiplos adereços	Outro	Sem informação
	Adornos	Ausente	Brincos	Pulseiras
		Colares	Outros	Múltiplos adornos
		Sem informação		
	Utilitários	Ausente	Cerâmica	Pedra
		Metal	Vidro	Sem informação
Espólio votivo		Ausente	Numismas	Rosário/Terço/Contas
		Medalhas	Outro	Múltiplos símbolos
		Vasilhas	Esculturas	Sem informação

Tabela A.VII – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização do estado de representatividade e preservação.

Representatividade	Avaliação	Preservação
Existem apenas indícios da presença de um esqueleto	**Nula – 0%**	Os ossos não se encontram preservados
O esqueleto encontra-se mal representado	**Reduzida (1% - 24%)**	Existem evidências da presença de osso, sendo que o osso cortical se encontra pobremente preservado
O esqueleto encontra-se medianamente representado	**Média (25% - 49%)**	Encontram-se fragmentos de osso cortical e trabecular razoavelmente preservados
O esqueleto encontra-se bastante bem representado	**Elevada (50% - 74%)**	Os ossos encontram-se bem preservados tanto ao nível cortical quanto trabecular
O esqueleto encontra-se quase ou totalmente representado	**Excelente (>75%)**	Os ossos apresentam-se íntegros nas suas várias componentes

Tabela A.VIII – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização dos agentes tafonómicos.

Variáveis associadas à tafonomia	Categorias tafonómicas	
Forma	Sem alteração	Pressão do solo
	Calor	Acção humana
	Fauna (roedores)	Múltiplos agentes
Textura	Sem alteração	Flora (raízes)
	Calor	Acção humana (cortes)
	Humidade	Múltiplos agentes
Cor	Sem alteração	Inclusões (metais)
	Acção humana (ritual: ocre; cal)	Múltiplos agentes
	Ambiente deposicional (humidade e fungos)	

Tabela A.IX – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização dos dados paleodemográficos.

Variáveis paleodemográficas	**Categorias das variáveis de avaliação paleodemográfica**		
Diagnose sexual	Feminino	Masculino	Indeterminado
Enquadramento etário	Não-adulto	Adulto	Sem informação
Avaliação por escalão etário	Feto <0 anos (antes do nascimento)		Adulto jovem 19-35 anos
	Neonato 0-2 anos		Adulto de meia idade 36-50 anos
	Infante 3-12 anos		Adulto maduro >50 anos
	Juvenil /Adolescente 13-18 anos		Sem informação

Tabela A.X – Variáveis de classificação consideradas no processo de categorização dos dados paleopatológicos.

Variáveis paleopatológicas	**Categorias de registo**	**Classificação do registo**
Patologia degenerativa articular	Osteoartrose	Presente Ausente Não observável Sem informação
Alterações músculo-esqueléticas	Entesófitos	
Lesões traumáticas	Fractura	
Patologias infecciosas	Osteomielite Tuberculose	
Indicadores de stress não-específico	Periostite *Cribra orbitalia* Hiperostose porótica	
Patologia oral	Cáries Tártaro Cavidade de abcesso	
Defeitos do esmalte	Hipoplasias do esmalte dentário	
Ausência de dentição	Perda de dentes antemortem	

Apêndice B:

Frequências dos dados recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo relativos à Antropologia funerária

Dados relativos à Arquitectura funerária

Tabela B.I - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Classificação da sepultura" e "Contexto geográfico".

Classificação da sepultura *vs* Contexto geográfico	Simples			Dupla			Múltipla/Colectiva			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	11	4,9%	2,4%	1	2,8%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Porto	3	1,3%	0,6%	4	11,1%	0,9%	3	11,5%	0,6%	10	5,6%	2,2%
Bragança	34	15,2%	7,3%	16	44,4%	3,4%	4	15,4%	0,9%	25	14,0%	5,4%
Viseu	15	6,7%	3,2%	3	8,3%	0,6%	0	0,0%	0,0%	51	28,5%	11,0%
Castelo Branco	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,2%
Leiria	5	2,2%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	22	12,3%	4,7%
Santarém	14	6,3%	3,0%	7	19,4%	1,5%	2	7,7%	0,4%	69	38,5%	14,9%
Lisboa	4	1,8%	0,9%	5	13,9%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Setúbal	97	43,5%	20,9%	0	0,0%	0,0%	13	50,0%	2,8%	0	0,0%	0,0%
Évora	39	17,5%	8,4%	0	0,0%	0,0%	4	15,4%	0,9%	1	0,6%	0,2%
	na) = 223		48,1%	na) = 36		7,8%	na) = 26		5,6%	na) = 179		38,6%
							n_{total} = 464					

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.II - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Classificação da sepultura" e "Divisão Geográfica Norte-Sul".

Classificação da sepultura *vs* Divisão Geográfica Norte-Sul	Simples			Dupla			Múltipla/Colectiva			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	64	28,7%	13,8%	24	66,7%	5,2%	7	26,9%	1,5%	87	48,6%	18,8%
Sul	159	71,3%	34,3%	12	33,3%	2,6%	19	73,1%	4,1%	92	51,4%	19,8%
	na) = 223		48,1%	na) = 36		7,8%	na) = 26		5,6%	na) = 179		38,6%
							n_{total} = 464					

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.III - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de sepultura" e "Contexto geográfico".

Tipo de sepultura *vs* Contexto geográfico	Covacho			Escavada na rocha			Delimitada por rocha			Argamassada			Sarcófago			Outra		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	2	0,9%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	9	90,0%	1,9%
Porto	0	0,0%	0,0%	4	5,3%	0,9%	11	25,6%	2,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Bragança	21	9,8%	4,5%	17	22,4%	3,7%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	42,1%	1,7%	0	0,0%	0,0%
Viseu	53	24,7%	11,4%	3	3,9%	0,6%	13	30,2%	2,8%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Leiria	5	2,3%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Santarém	35	16,3%	7,5%	27	35,5%	5,8%	4	9,3%	0,9%	7	70,0%	0,2%	10	52,6%	2,2%	0	0,0%	0,0%
Lisboa	2	0,9%	0,4%	4	5,3%	0,9%	2	4,7%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Setúbal	93	43,3%	20,0%	0	0,0%	0,0%	3	7,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Évora	4	1,9%	0,9%	21	27,6%	4,5%	9	20,9%	1,9%	3	30,0%	0,1%	1	5,3%	0,2%	1	10,0%	0,2%
	na) = 215		46,3%	na) = 76		16,4%	na) = 43		9,3%	na) = 10		0,2%	na) = 19		4,1%	na) = 10		2,2%

a) Relativo aos dados da categoria em análise,
b) Relativo à totalidade dos dados,

Tabela B.IV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de sepultura" e "Divisão Geográfica Norte-Sul".

Tipo de sepultura vs Divisão geográfica Norte Sul	Covacho			Escavada na rocha			Delimitada por rocha			Argamassada			Sarcófago			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	76	35,3%	16,4%	24	31,6%	5,17%	25	58,1%	5,4%	0	0,0%	0,0%	8	42,1%	1,7%	9	90,0%	1,9%	40	44,0%	8,6%
Sul	139	64,7%	30,0%	52	68,4%	11,21%	18	41,9%	3,9%	10	100,0%	2,2%	11	57,9%	2,4%	1	10,0%	0,2%	51	56,0%	11,0%
	na) = 215		46,3%	na) = 76		16,38%	na) = 43		9,3%	na) = 10		2,2%	na) = 19		4,1%	na) = 10		2,2%	na) = 91		19,6%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.V - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Forma da sepultura" e "Contexto Geográfico".

Forma da sepultura vs Contexto geográfico	Oval			Antropomórfica			Rectangular			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	0	0,0%	0,0%	6	30,0%	1,3%	3	4,4%	0,5%	0	0,0%	0,0%	3	0,9%	0,6%
Porto	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	10	14,7%	1,8%	0	0,0%	0,0%	9	2,6%	1,9%
Bragança	0	0,0%	0,0%	3	15,0%	0,6%	12	17,6%	2,1%	3	27,3%	0,6%	61	17,4%	13,1%
Viseu	1	6,7%	0,2%	4	20,0%	0,9%	12	17,6%	2,1%	0	0,0%	0,0%	52	14,9%	11,2%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,3%	0,2%
Leiria	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	27	7,7%	5,8%
Santarém	12	80,0%	2,6%	3	15,0%	0,6%	2	2,9%	0,4%	1	9,1%	0,2%	74	21,1%	15,9%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	9	2,6%	1,9%
Setúbal	0	0,0%	0,0%	2	10,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%	6	54,5%	1,3%	102	29,1%	22,0%
Évora	2	13,3%	0,4%	0	0,0%	0,0%	29	42,6%	5,1%	1	9,1%	0,2%	12	3,4%	2,6%
	na) = 15		3,2%	na) = 20		4,3%	na) = 68		12,1%	na) = 11		2,4%	na) = 350		75,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.VI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Forma da sepultura" e "Divisão geográfica Norte - Sul".

Forma da sepultura vs Divisão geográfica Norte-Sul	Oval			Antropomórfica			Rectangular			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	1	6,7%	0,2%	15	75,0%	3,2%	37	54,4%	8,0%	3	27,3%	0,6%	126	36,0%	27,2%
Sul	14	93,3%	3,0%	5	25,0%	1,1%	31	45,6%	6,7%	8	72,7%	1,7%	224	64,0%	48,3%
	na) = 15		3,2%	na) = 20		4,3%	na) = 68		14,7%	na) = 11		2,4%	na) = 350		75,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.VII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Invólucro funerário" e "Contexto geográfico".

Invólucro funerário vs Contexto geográfico	Ausente			Sudário			Caixão			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	3,2%	0,1%	10	2,6%	2,2%
Porto	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	12	19,4%	0,3%	8	2,1%	1,7%
Bragança	1	6,7%	0,2%	1	11,1%	1,2%	7	11,3%	0,2%	70	18,5%	15,1%
Viseu	11	73,3%	2,4%	0	0,0%	0,0%	25	40,3%	0,7%	33	8,7%	7,1%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	0,5%	0,4%
Leiria	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	27	7,1%	5,8%
Santarém	1	6,7%	0,2%	3	33,3%	3,7%	11	17,7%	0,3%	77	20,4%	16,6%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	1	11,1%	1,2%	0	0,0%	0,0%	8	2,1%	1,7%
Setúbal	2	13,3%	0,4%	4	44,4%	4,9%	4	6,5%	0,1%	100	26,5%	21,6%
Évora	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,6%	0,0%	43	11,4%	9,3%
	na) = 15		3,2%	na) = 9		11,1%	na) = 62		1,6%	na) = 378		81,5%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dado.

Tabela B.VIII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Invólucro funerário" e "Divisão geográfica Norte - Sul".

Invólucro funerário vs Divisão geográfica Note-Sul	Ausente			Sudário			Caixão			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	12	80,0%	2,6%	1	11,1%	1,2%	46	74,2%	9,9%	123	32,5%	26,5%
Sul	3	20,0%	0,6%	8	88,9%	9,8%	16	25,8%	3,4%	255	67,5%	55,0%
	na) = 15		3,2%	na) = 9		11,1%	na) = 62		13,4%	na) = 378		81,5%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.IX - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Classificação da sepultura" e "Divisão por época histórica".

Classificação da sepultura vs Divisão por época histórica	Simples			Dupla			Múltipla/Colectiva			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	40	18,5%	8,6%	4	11,1%	0,9%	3	11,5%	0,6%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	11,5%	0,6%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	7	3,2%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,2%
Idade Média - Islâmica	3	1,4%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	119	55,1%	25,6%	22	61,1%	4,7%	4	15,4%	0,9%	76	42,5%	16,4 %
Idade Moderna	16	7,4%	3,4%	2	5,6%	0,4%	15	57,7%	3,2%	10	5,6%	2,2%
Sem informação	38	17,6%	8,2%	8	22,2%	1,7%	1	3,8%	0,2%	92	51,4%	19,8 %
	na) = 223		48,1%	na) = 36		7,8%	na) = 26		5,6%	na) = 179		38,6 %

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.X - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de sepultura" e "Divisão por época histórica".

Tipo de sepultura *vs* Divisão por época histórica	Covacho			Escavada na rocha			Delimitada por rocha			Argamassada			Sarcófago			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	37	17,2%	8,0%	0	0,0%	0,0%	10	23,3%	2,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	30,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	6	2,8%	1,3%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,1%	0,2%
Idade Média - Islâmica	1	0,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	2	4,7%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	117	54,4%	25,2%	45	59,2%	9,7%	16	37,2%	3,4%	0	0,0%	0,0%	9	47,4%	1,9%	0	0,0%	0,0%	34	37,4%	7,3%
Idade Moderna	17	7,9%	3,7%	4	5,3%	0,9%	1	2,3%	0,2%	2	20,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	19	20,9%	4,1%
Sem informação	37	17,2%	8,0%	27	35,5%	5,8%	13	30,2%	2,8%	5	50,0%	1,1%	10	52,6%	2,2%	10	100,0%	2,2%	37	40,7%	8,0%
	na) = 215		46,3%	na) = 76		16,4%	na) = 43		9,3%	na) = 10		2,2%	na) = 19		4,1%	na) = 10		2,2%	na) = 91		19,6%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Forma da sepultura" e "Divisão por época histórica".

Forma da sepultura *vs* Divisão por época histórica	Oval			Antropomórfica			Rectangular			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	12	17,65%	2,59%	0	0,0%	0,0%	35	10,0%	7,5%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	4,41%	0,65%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	0	0,00%	0,00%	6	54,5%	1,3%	1	0,3%	0,2%
Idade Média - Islâmica	0	0,0%	0,0%	2	10,0%	0,4%	0	0,00%	0,00%	0	0,0%	0,0%	1	0,3%	0,2%
Idade Média	3	20,0%	0,6%	7	35,0%	1,5%	39	57,35%	8,41%	3	27,3%	0,6%	169	48,3%	36,4%
Idade Moderna	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	2	2,94%	0,43%	0	0,0%	0,0%	40	11,4%	8,6%
Sem informação	12	80,0%	2,6%	9	45,0%	1,9%	12	17,65%	2,59%	2	18,2%	0,4%	104	29,7%	22,4%
	na) = 15		3,2%	na) = 20		4,3%	na) = 68		14,66%	na) = 11		2,4%	na) = 350		75,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Invólucro funerário" e "Divisão por época histórica",

Invólucro funerário *vs* Divisão por época histórica	**Ausente**			**Sudário**			**Caixão**			**Sem informação**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Indeterminada	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	12,9%	1,7%	39	10,3%	8,4%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	0,8%	0,6%
Antiguidade	2	13,3%	0,4%	0	0,0%	0,0%	4	6,5%	0,9%	2	0,5%	0,4%
Idade Média - Islâmica	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	0,8%	0,6%
Idade Média	12	80,0%	2,6%	1	11,1%	0,2%	32	51,6%	6,9%	176	46,6%	37,9%
Idade Moderna	1	6,7%	0,2%	5	55,6%	1,1%	6	9,7%	1,3%	31	8,2%	6,7%
Sem informação	0	0,0%	0,0%	3	33,3%	0,6%	12	19,4%	2,6%	124	32,8%	26,7%
	na) = 15		3,2%	na) = 9		1,9%	na) = 62		13,4%	na) = 378		81,5%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Dados relativos à variável "Gestos funerários"

Tabela B.XIII - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Posicionamento do membro superior" e "Posicionamento do membro inferior" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Categorias de análise	Variáveis	Dados informativos				Sem informação		Dados informativos				Sem informação	
		Direito						Esquerdo					
		Valores parciais		Valores totais		Valores totais		Valores parciais		Valores totais		Valores totais	
Posição do membro superior	Ausente	107	23,1%	**346**	**74,6%**	**118**	**25,4%**	125	26,9%	**352**	**88%**	**102**	**22%**
	Esticado	28	6,0%					24	5,2%				
	Sobre o peito (-90º)	65	14,0%					70	15,1%				
	Sobre o abdómen (+90º)	67	14,4%					80	17,2%				
	Flectido a 90º	79	17,0%					63	13,6%				
Posição do membro inferior	Ausente	79	17,0%	**347**	**74,8%**	**117**	**25,2%**	82	17,7%	**348**	**75%**	**116**	**25,0%**
	Estendido	249	53,7%					246	53,0%				
	Flectido	19	4,1%					20	4,3%				

Tabela B.XIV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Orientação" e "Contexto geográfico".

Orientação da inumação vs Contexto geográfico	N-S			NE-SO			E-O			S-N			SO-NE			O-E			NO-SE			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	7,4%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	3,3%	1,7%	0	0,0%	0,0%	2	4,3%	0,4%
Porto	0	0,0%	0,0%	2	7,4%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	9,9%	1,7%	4	1,7%	0,9%	0	0,0%	0,0%	6	13,0%	1,3%
Bragança	5	26,3%	1,1%	1	3,7%	0,2%	19	70,4%	4,1%	7	70,0%	1,5%	1	1,2%	0,2%	25	10,3%	5,4%	1	8,3%	0,2%	20	43,5%	4,3%
Viseu	7	36,8%	1,5%	0	0,0%	0,0%	4	14,8%	0,9%	0	0,0%	0,0%	2	2,5%	0,4%	50	20,7%	10,8%	0	0,0%	0,0%	6	13,0%	1,3%
Castelo Branco	1	5,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Leiria	1	5,3%	0,2%	5	18,5%	1,1%	0	0,0%	0,0%	3	30,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%	13	5,4%	2,8%	3	25,0%	0,6%	2	4,3%	0,4%
Santarém	3	15,8%	0,6%	7	25,9%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	61	75,3%	13,1%	14	5,8%	3,0%	2	16,7%	0,4%	5	10,9%	1,1%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	3,3%	1,7%	0	0,0%	0,0%	1	2,2%	0,2%
Setúbal	2	10,5%	0,4%	12	44,4%	2,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	4	4,9%	0,9%	91	37,6%	19,6%	0	0,0%	0,0%	1	2,2%	0,2%
Évora	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	7,4%	0,4%	0	0,0%	0,0%	5	6,2%	1,1%	28	11,6%	6,0%	6	50,0%	1,3%	3	6,5%	0,6%
	na) = 19		4,1%	na) = 27		5,8%	na) = 27		5,8%	na) = 10		2,2%	na) = 81		17,5%	na) = 242		52,2%	na) = 12		2,6%	na) = 46		9,9%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Orientação" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Orientação da inumação vs Divisão geográfica Norte-Sul	N-S			NE-SO			E-O			S-N			SO-NE			O-E			NO-SE			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	13	68,4%	2,8%	3	11,1%	0,6%	25	92,6%	5,4%	7	70,0%	1,5%	11	13,6%	2,4%	88	36,4%	19,0%	1	8,3%	0,2%	34	73,9%	7,3%
Sul	6	31,6%	1,3%	24	88,9%	5,2%	2	7,4%	0,4%	3	30,0%	0,6%	70	86,4%	15,1%	154	63,6%	33,2%	11	91,7%	2,4%	12	26,1%	2,6%
	na) = 19		4,1%	na) = 27		5,8%	na) = 27		5,8%	na) = 10		2,2%	na) = 81		17,5%	na) = 242		52,2%	na) = 12		2,6%	na) = 46		9,9%

a) Relativo aos dados da categoria em análise,
.b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XVI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e "Contexto geográfico".

Tipo de deposição vs Contexto geográfico	D. dorsal			D. ventral			D. lateral dir,			D. lateral esq,			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	11	2,7%	2,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%
Porto	16	3,9%	3,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	4	9,3%	0,9%
Bragança	78	19,1%	16,8%	0	0,0%	0,0%	1	11,1%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Viseu	57	13,9%	12,3%	0	0,0%	0,0%	2	22,2%	0,4%	0	0,0%	0,0%	10	23,3%	2,2%
Castelo Branco	1	0,2%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%
Leiria	25	6,1%	5,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	4,7%	0,4%
Santarém	67	16,4%	14,4%	1	100,0%	0,2%	1	11,1%	0,2%	1	50,0%	0,2%	22	51,2%	4,7%
Lisboa	8	2,0%	1,7%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%
Setúbal	106	25,9%	22,8%	0	0,0%	0,0%	3	33,3%	0,6%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,2%
Évora	40	9,8%	8,6%	0	0,0%	0,0%	2	22,2%	0,4%	1	50,0%	0,2%	1	2,3%	0,2%
	na) = 409		88,1%	na) = 1		0,2%	na) = 9		1,9%	na) = 2		0,4%	na) = 43		9,3%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XVII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Tipo de deposição vs Divisão geográfica Norte-Sul	D, dorsal			D, ventral			D, lateral dir,			D, lateral esq,			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	163	39,9%	35,1%	0	0,0%	0,0%	3	33,3%	0,6%	0	0,0%	0,0%	16	37,2%	3,4%
Sul	246	60,1%	53,0%	1	100,0%	0,2%	6	66,7%	1,3%	2	100,0%	0,4%	27	62,8%	5,8%
	na) = 409		88,1%	na) = 1		0,2%	na) = 9		1,9%	na) = 2		0,4%	na) = 43		9,3%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XVIII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do crânio" e "Contexto geográfico".

Posição do crânio *vs* Contexto geográfico	**Ausente**			**Sobre a base**			**Inclinado - direito**			**Inclinado - esquerda**			**Outra**			**Sem informação**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Braga	2	1,2%	0,4%	5	7,2%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	5	3,07%	1,08%
Porto	1	0,6%	0,2%	10	14,5%	2,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	9	5,52%	1,94%
Bragança	9	5,5%	1,9%	21	30,4%	4,5%	4	13,3%	0,9%	8	22,2%	1,7%	0	0,0%	0,0%	37	22,70%	7,97%
Viseu	41	25,2%	8,8%	7	10,1%	1,5%	6	20,0%	1,3%	3	8,3%	0,6%	2	66,7%	0,4%	10	6,13%	2,16%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,8%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	0,61%	0,22%
Leiria	8	4,9%	1,7%	6	8,7%	1,3%	1	3,3%	0,2%	3	8,3%	0,6%	1	33,3%	0,2%	8	4,91%	1,72%
Santarém	11	6,7%	2,4%	2	2,9%	0,4%	6	20,0%	1,3%	4	11,1%	0,9%	0	0,0%	0,0%	69	42,33%	14,87%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	2	2,9%	0,4%	1	3,3%	0,2%	1	2,8%	0,2%	0	0,0%	0,0%	5	3,07%	1,08%
Setúbal	79	48,5%	17,0%	8	11,6%	1,7%	8	26,7%	1,7%	14	38,9%	3,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,61%	0,22%
Évora	12	7,4%	2,6%	8	11,6%	1,7%	4	13,3%	0,9%	2	5,6%	0,4%	0	0,0%	0,0%	18	11,04%	3,88%
		na) = 163	35,1%		na) = 69	14,9%		na) = 30	6,5%		na) = 36	7,8%		na) = 3	0,6%		na) = 163	35,13%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XIX - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do crânio" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Posição do crânio *vs* Divisão geográfica Norte-Sul	**Ausente**			**Sobre a base**			**Inclinado - direito**			**Inclinado - esquerda**			**Outra**			**Sem informação**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Norte	53	32,5%	11,4%	43	62,3%	9,3%	10	33,3%	2,2%	12	33,3%	2,6%	2	66,7%	0,4%	62	38,0%	13,4%
Sul	110	67,5%	23,7%	26	37,7%	5,6%	20	66,7%	4,3%	24	66,7%	5,2%	1	33,3%	0,2%	101	62,0%	21,8%
		na) = 163	35,1%		na) = 69	14,9%		na) = 30	6,5%		na) = 36	7,8%		na) = 3	0,6%		na) = 163	35,1%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XX - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior direito" e "Contexto geográfico".

Posição do membro superior direito vs Contexto geográfico	Ausente			Estendido			Flectido sobre o peito			Flectido, sobre o abdomen			Flectido a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	3	2,8%	0,6%	0	0,0%	0,0%	1	1,5%	0,2%	1	1,5%	0,2%	5	6,33%	1,08%	2	1,7%	0,4%
Porto	1	0,9%	0,2%	2	7,1%	0,4%	3	4,6%	0,6%	0	0,0%	0,0%	8	10,13%	1,72%	6	5,1%	1,3%
Bragança	12	11,2%	2,6%	6	21,4%	1,3%	10	15,4%	2,2%	25	37,3%	5,4%	15	18,99%	3,23%	11	9,3%	2,4%
Viseu	38	35,5%	8,2%	2	7,1%	0,4%	3	4,6%	0,6%	3	4,5%	0,6%	13	16,46%	2,80%	10	8,5%	2,2%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	1	3,6%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,00%	0,00%	1	0,8%	0,2%
Leiria	5	4,7%	1,1%	1	3,6%	0,2%	5	7,7%	1,1%	7	10,4%	1,5%	4	5,06%	0,86%	5	4,2%	1,1%
Santarém	4	3,7%	0,9%	0	0,0%	0,0%	7	10,8%	1,5%	6	9,0%	1,3%	4	5,06%	0,86%	71	60,2%	15,3%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	1	3,6%	0,2%	1	1,5%	0,2%	1	1,5%	0,2%	0	0,00%	0,00%	6	5,1%	1,3%
Setúbal	37	34,6%	8,0%	6	21,4%	1,3%	27	41,5%	5,8%	12	17,9%	2,6%	28	35,44%	6,03%	0	0,0%	0,0%
Évora	7	6,5%	1,5%	9	32,1%	1,9%	8	12,3%	1,7%	12	17,9%	2,6%	2	2,53%	0,43%	6	5,1%	1,3%
	na) = 107		23,1%	na) = 28		6,0%	na) = 65		14,0%	na) = 67		14,4%	na) = 79		17,03%	na) = 118		25,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise,
b) Relativo à totalidade dos dados,

Tabela B.XXI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior direito" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Posição do membro superior direito vs Divisão geográfica Norte-Sul	Ausente			Estendido			Flectido sobre o peito			Flectido sobre abdomen			Flectido a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	54	50,5%	11,6%	11	39,3%	2,4%	17	26,2%	3,7%	29	43,3%	6,3%	41	51,9%	8,8%	30	25,4%	6,5%
Sul	53	49,5%	11,4%	17	60,7%	3,7%	48	73,8%	10,3%	38	56,7%	8,2%	38	48,1%	8,2%	88	74,6%	19,0%
	na) = 107		23,1%	na) = 28		6,0%	na) = 65		14,0%	na) = 67		14,4%	na) = 79		17,0%	na) = 118		25,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior esquerdo" e "Contexto geográfico".

Posição do membro superior esquerdo vs Contexto geográfico	Ausente			Estendido			Flectido sobre o peito			Flectido sobre o abdomen			Flectido a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	3	2,4%	0,6%	0	0,0%	0,0%	2	2,9%	0,4%	1	1,3%	0,2%	4	6,3%	0,9%	2	2,0%	0,4%
Porto	1	0,8%	0,2%	1	4,2%	0,2%	2	2,9%	0,4%	0	0,0%	0,0%	10	15,9%	2,2%	6	5,9%	1,3%
Bragança	11	8,8%	2,4%	5	20,8%	1,1%	17	24,3%	3,7%	30	37,5%	6,5%	7	11,1%	1,5%	9	8,8%	1,9%
Viseu	50	40,0%	10,8%	1	4,2%	0,2%	4	5,7%	0,9%	2	2,5%	0,4%	12	19,0%	2,6%	0	0,0%	0,0%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,6%	0,2%	1	1,0%	0,2%
Leiria	6	4,8%	1,3%	0	0,0%	0,0%	5	7,1%	1,1%	10	12,5%	2,2%	4	6,3%	0,9%	2	2,0%	0,4%
Santarém	6	4,8%	1,3%	0	0,0%	0,0%	7	10,0%	1,5%	6	7,5%	1,3%	3	4,8%	0,6%	70	68,6%	15,1%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	2	8,3%	0,4%	1	1,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	6	5,9%	1,3%
Setúbal	43	34,4%	9,3%	5	20,8%	1,1%	24	34,3%	5,2%	20	25,0%	4,3%	18	28,6%	3,9%	0	0,0%	0,0%
Évora	5	4,0%	1,1%	10	41,7%	2,2%	8	11,4%	1,7%	11	13,8%	2,4%	4	6,3%	0,9%	6	5,9%	1,3%
	na) = 125		26,9%	na) = 24		5,2%	na) = 70		15,1%	na) = 80		17,2%	na) = 63		13,6%	na) = 102		22,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXIII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior esquerdo" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Posição do membro superior esquerdo vs divisão geográfica Norte-Sul	Ausente			Estendido			Flectido sobre o peito			Flectido sobre o abdomen			Flectido a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	65	52,0%	14,0%	7	29,2%	1,5%	25	35,7%	5,4%	33	41,3%	7,1%	34	54,0%	7,3%	18	17,6%	3,9%
Sul	60	48,0%	12,9%	17	70,8%	3,7%	45	64,3%	9,7%	47	58,8%	10,1%	29	46,0%	6,3%	84	82,4%	18,1%
	na) = 125		26,9%	na) = 24		5,2%	na) = 70		15,1%	na) = 80		17,2%	na) = 63		13,6%	na) = 102		22,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXIV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior direito" e "Contexto geográfico".

Posição do membro inferior direito vs Contexto geográfico	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	1	1,3%	0,2%	9	3,6%	1,9%	0	0,0%	0,0%	2	1,7%	0,4%
Porto	0	0,0%	0,0%	12	4,8%	2,6%	0	0,0%	0,0%	8	6,8%	1,7%
Bragança	8	10,1%	1,7%	44	17,7%	9,5%	4	21,1%	0,9%	23	19,7%	5,0%
Viseu	32	40,5%	6,9%	32	12,9%	6,9%	4	21,1%	0,9%	1	0,9%	0,2%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	0,9%	0,2%
Leiria	6	7,6%	1,3%	18	7,2%	3,9%	0	0,0%	0,0%	3	2,6%	0,6%
Santarém	8	10,1%	1,7%	13	5,2%	2,8%	2	10,5%	0,4%	69	59,0%	14,9%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	8	6,8%	1,7%
Setúbal	23	29,1%	5,0%	83	33,3%	17,9%	4	21,1%	0,9%	0	0,0%	0,0%
Évora	1	1,3%	0,2%	36	14,5%	7,8%	5	26,3%	1,1%	2	1,7%	0,4%
	na) = 79		17,0%	na) = 249		53,7%	na) = 19		4,1%	na) = 117		25,2%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior direito" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Posição do membro inferior direito *vs* Divisão geográfica Norte-Sul	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	41	51,9%	8,8%	98	39,4%	21,1%	8	42,1%	1,7%	35	29,9%	7,5%
Sul	38	48,1%	8,2%	151	60,6%	32,5%	11	57,9%	2,4%	82	70,1%	17,7%
	na) = 79		17,0%	na) = 249		53,7%	na) = 19		4,1%	na) = 117		25,2%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXVI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior esquerdo" e "Contexto geográfico".

Posição do membro inferior esquerdo vs Contexto geográfico	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	1	1,2%	0,2%	9	3,7%	1,9%	0	0,0%	0,0%	2	1,7%	0,4%
Porto	0	0,0%	0,0%	12	4,9%	2,6%	0	0,0%	0,0%	8	6,9%	1,7%
Bragança	10	12,2%	2,2%	43	17,5%	9,3%	4	20,0%	0,9%	22	19,0%	4,7%
Viseu	33	40,2%	7,1%	32	13,0%	6,9%	3	15,0%	0,6%	1	0,9%	0,2%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	0,9%	0,2%
Leiria	6	7,3%	1,3%	18	7,3%	3,9%	0	0,0%	0,0%	3	2,6%	0,6%
Santarém	7	8,5%	1,5%	14	5,7%	3,0%	2	10,0%	0,4%	69	59,5%	14,9%
Lisboa	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	8	6,9%	1,7%
Setúbal	22	26,8%	4,7%	82	33,3%	17,7%	6	30,0%	1,3%	0	0,0%	0,0%
Évora	3	3,7%	0,6%	34	13,8%	7,3%	5	25,0%	1,1%	2	1,7%	0,4%
	na) = 82		17,7%	na) = 246		53,0%	na) = 20		4,3%	na) = 116		25,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXVII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior esquerdo" e "Divisão geográfica Norte-Sul".

Posição do membro inferior esquerdo vs Divisão geográfica Norte-Sul	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	44	53,7%	9,5%	97	39,4%	20,9%	7	35,0%	1,5%	34	29,3%	7,3%
Sul	38	46,3%	8,2%	149	60,6%	32,1%	13	65,0%	2,8%	82	70,7%	17,7%
	na) = 82		17,7%	na) = 246		53,0%	na) = 20		4,3%	na) = 116		25,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXVIII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Orientação" e "Contexto histórico".

Orientação da inumação vs Contexto histórico	N-S			NE-SO			E-O			S-N			SO-NE			O-E			NO-SE			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%1	%t	n	%1	%t	n	%1	%t	n	%1	%t
Indeterminada	1	5,3%	0,2%	3	11,1%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	8	9,9%	1,7%	32	13,2%	6,9%	3	25,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	2	4,3%	0,4%
Antiguidade	2	10,5%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	3,7%	0,6%	3	1,2%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média - Islâmica	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	1,2%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	12	63,2%	2,6%	1	3,7%	0,2%	23	85,2%	5,0%	7	70,0%	1,5%	8	9,9%	1,7%	141	58,3%	30,4%	1	8,3%	0,2%	28	60,9%	6,0%
Época moderna	3	15,8%	0,6%	12	44,4%	2,6%	2	7,4%	0,4%	0	0,0%	0,0%	1	1,2%	0,2%	18	7,4%	3,9%	0	0,0%	0,0%	7	15,2%	1,5%
Sem informação	1	5,3%	0,2%	11	40,7%	2,4%	2	7,4%	0,4%	3	30,0%	0,6%	61	75,3%	13,1%	44	18,2%	9,5%	8	66,7%	1,7%	9	19,6%	1,9%
	na) = 19		4,1%	na) = 27		5,8%	na) = 27		5,8%	na) = 10		2,2%	na) = 81		17,5%	na) = 242		52,2%	na) = 12		2,6%	na) = 46		9,9%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXIX - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e "Contexto histórico".

Tipo de deposição vs Contexto histórico	Decubito dorsal			Decubito ventral			Decubito lateral direito			Decubito lateral esquerdo			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	46	11,2%	9,9%	0	0,0%	0,0%	1	11,1%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	3	0,7%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	7	1,7%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,3%	0,0%
Idade Média - Islâmico	3	0,7%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	205	50,1%	44,2%	0	0,0%	0,0%	5	55,6%	1,1%	0	0,0%	0,0%	11	25,6%	0,1%
Modernidade	36	8,8%	7,8%	0	0,0%	0,0%	1	11,1%	0,2%	0	0,0%	0,0%	6	14,0%	0,0%
Sem informação	109	26,7%	23,5%	1	100,0%	0,2%	2	22,2%	0,4%	2	100,0%	0,4%	25	58,1%	0,1%
	na) = 409		88,1%	na) = 1		0,2%	na) = 9		1,9%	na) = 2		0,4%	na) = 43		0,2%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXX - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do crânio" e "Contexto histórico".

Posição do crânio vs Contexto histórico	Ausente			Sobre a base			Inclinado - direito			Inclinado - esquerda			Outra			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	25	15,3%	5,4%	14	20,3%	3,0%	3	10,0%	0,6%	5	13,9%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	2	1,2%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,2%
Antiguidade	1	0,6%	0,2%	1	1,4%	0,2%	3	10,0%	0,6%	2	5,6%	0,4%	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,2%
Idade Média - Islâmica	1	0,6%	0,2%	2	2,9%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	93	57,1%	20,0%	29	42,0%	6,3%	15	50,0%	3,2%	16	44,4%	3,4%	2	66,7%	0,1%	66	40,5%	14,2%
Época moderna	20	12,3%	4,3%	5	7,2%	1,1%	3	10,0%	0,6%	6	16,7%	1,3%	0	0,0%	0,0%	9	5,5%	1,9%
Sem informação	21	12,9%	4,5%	18	26,1%	3,9%	6	20,0%	1,3%	7	19,4%	1,5%	1	33,3%	0,1%	86	52,8%	18,5%
	na) = 163		35,1%	na) = 69		14,9%	na) = 30		6,5%	na) = 36		7,8%	na) = 3		0,2%	na) = 163		35,1%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXI - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior direito" e "Contexto histórico".

Posição do membro superior direito vs Contexto histórico	Ausente			Estendido			Felc, sobre o peito			Flec, sobre abdomen			Flec a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	12	11,2%	2,6%	3	10,7%	0,6%	9	13,8%	1,9%	6	9,0%	1,3%	17	21,5%	3,7%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	2	1,9%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	0,8%	0,2%
Antiguidade	1	0,9%	0,2%	5	17,9%	1,1%	0	0,0%	0,0%	1	1,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	0,8%	0,2%
Idade Média - Islâmico	1	0,9%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	1,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	1,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	66	61,7%	14,2%	18	64,3%	3,9%	23	35,4%	5,0%	41	61,2%	8,8%	45	57,0%	9,7%	28	23,7%	6,0%
Época moderna	12	11,2%	2,6%	1	3,6%	0,2%	18	27,7%	3,9%	3	4,5%	0,6%	2	2,5%	0,4%	7	5,9%	1,5%
Sem informação	13	12,1%	2,8%	1	3,6%	0,2%	14	21,5%	3,0%	16	23,9%	3,4%	14	17,7%	3,0%	81	68,6%	17,5%
	na) = 107		23,1%	na) = 28		6,0%	na) = 65		14,0%	na) = 67		14,4%	na) = 79		17,0%	na) = 118		25,4%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro superior esquerdo" e "Contexto histórico".

Posição do membro superior esquerdo vs Contexto histórico	Ausente			Estendido			Felc, sobre o peito			Flec, sobre abdomen			Flec a 90º			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	13	10,4%	2,8%	1	4,2%	0,2%	10	14,3%	2,2%	9	11,3%	1,9%	14	22,2%	3,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	1	0,8%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	2,0%	0,4%
Antiguidade	1	0,8%	0,2%	5	20,8%	1,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,6%	0,2%	1	1,0%	0,2%
Idade Média - Islâmico	1	0,8%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,3%	0,2%	1	1,6%	0,2%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	78	62,4%	16,8%	15	62,5%	3,2%	31	44,3%	6,7%	49	61,3%	10,6%	32	50,8%	6,9%	16	15,7%	3,4%
Época moderna	15	12,0%	3,2%	1	4,2%	0,2%	14	20,0%	3,0%	3	3,8%	0,6%	3	4,8%	0,6%	7	6,9%	1,5%
Sem informação	16	12,8%	3,4%	2	8,3%	0,4%	15	21,4%	3,2%	18	22,5%	3,9%	12	19,0%	2,6%	76	74,5%	16,4%
	na) = 107125		26,9%	na) = 10724		5,2%	na) = 10770		15,1%	na) = 10780		17,2%	na) = 10763		13,6%	na) = 107102		22,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXIII - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior direito" e "Contexto histórico".

Posição do membro inferior direito	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	11	13,9%	2,4%	35	14,1%	7,5%	1	5,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	0	0,0%	0,0%	2	0,8%	0,4%	0	0,0%	0,0%	1	0,9%	0,0%
Antiguidade	1	1,3%	0,2%	5	2,0%	1,1%	1	5,3%	0,2%	1	0,9%	0,0%
Idade Média - Islâmico	0	0,0%	0,0%	3	1,2%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	47	59,5%	10,1%	133	53,4%	28,7%	10	52,6%	2,2%	31	26,5%	0,2%
Época contemporânea	9	11,4%	1,9%	24	9,6%	5,2%	1	5,3%	0,2%	9	7,7%	0,1%
Sem informação	11	13,9%	2,4%	47	18,9%	10,1%	6	31,6%	1,3%	75	64,1%	0,5%
	na) = 79		17,0%	na) = 249		53,7%	na) = 19		4,1%	na) = 117		0,9%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXIV - Distribuição das frequências dos dados relativos ao cruzamento das variáveis "Posição do membro inferior esquerdo" e "Contexto histórico".

Posição do membro inferior esquerdo vs Contexto histórico	Ausente			Estendido			Flectido			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	11	13,4%	2,4%	34	13,8%	7,3%	2	10,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%
Pré-histórica	1	1,2%	0,2%	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	0,9%	0,2%
Antiguidade	1	1,2%	0,2%	5	2,0%	1,1%	1	5,0%	0,2%	1	0,9%	0,2%
Idade Média - Islâmico	0	0,0%	0,0%	3	1,2%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Idade Média	49	59,8%	10,6%	132	53,7%	28,4%	10	50,0%	2,2%	30	25,9%	6,5%
Época contemporânea	10	12,2%	2,2%	23	9,3%	5,0%	1	5,0%	0,2%	9	7,8%	1,9%
Sem informação	10	12,2%	2,2%	48	19,5%	10,3%	6	30,0%	1,3%	75	64,7%	16,2%
	na) = 82		17,7%	na) = 246		53,0%	na) = 20		4,3%	na) = 116		25,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Dados relativos à variável "Espólio funerário"

Tabela B.XXXV - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Indumentária" e "Contexto geográfico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Presença de vestígios de indumentaria vs Contexto geográfico	Ausente			Vestuário			Calçado			Botões/Colchetes/Fivelas			Vários elementos			Outro			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	12,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	11	8,1%	2,4%
Porto	5	1,8%	1,1%	1	9,1%	0,2%	0	0,0%	0,0%	6	33,3%	1,3%	1	12,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	7	5,1%	1,5%
Bragança	46	16,3%	9,9%	8	72,7%	1,7%	4	50,0%	0,9%	2	11,1%	0,4%	1	12,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	18	13,2%	3,9%
Viseu	56	19,9%	12,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	11,1%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	11	8,1%	2,4%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,5%	0,4%
Leiria	7	2,5%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	20	14,7%	4,3%
Santarém	52	18,4%	11,2%	1	9,1%	0,2%	0	0,0%	0,0%	6	33,3%	1,3%	3	37,5%	0,6%	1	100,0%	0,2%	29	21,3%	6,3%
Lisboa	7	2,5%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,5%	0,4%
Setúbal	100	35,5%	21,6%	1	9,1%	0,2%	3	37,5%	0,6%	2	11,1%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	4	2,9%	0,9%
Évora	9	3,2%	1,9%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	37,5%	0,6%	0	0,0%	0,0%	32	23,5%	6,9%
Total	na) = 282		60,8%	na) = 11		2,4%	na) = 8		1,7%	na) = 18		3,9%	na) = 8		1,7%	na) = 1		0,2%	na) = 136		29,3%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXVI - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Indumentária" e "Divisão geográfica Norte-Sul" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Presença de vestígios de indumentaria vs Divisão geográfica Norte-Sul	**Ausente**			**Vestuário**			**Calçado**			**Botões/Colchetes/Fivelas**			**Vários elementos**			**Outro**			**Sem informação**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Norte	107	37,9%	23,1%	9	81,8%	1,9%	5	62,5%	1,1%	10	55,6%	2,2%	2	25,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%	49	36,0%	10,6%
Sul	175	62,1%	37,7%	2	18,2%	0,4%	3	37,5%	0,6%	8	44,4%	1,7%	6	75,0%	1,3%	1	100,0%	0,2%	87	64,0%	18,8%
	na) = 282		60,8%	na) = 11		2,4%	na) = 8		1,7%	na) = 18		3,88%	na) = 8		1,7%	na) = 1		0,2%	na) = 136		29,3%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXVII - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Adorno" e "Contexto geográfico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Presença de adornos vs Contexto geográfico	Ausente			Brincos			Pulseiras			Colares			Outro			Vários adornos			Sem informação		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Braga	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	8,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	11	7,9%	2,4%
Porto	11	3,6%	2,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	8,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	8	5,8%	1,7%
Bragança	59	19,3%	12,7%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	16,7%	0,4%	0	0,0%	0,0%	18	12,9%	3,9%
Viseu	56	18,3%	12,1%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	33,3%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	11	7,9%	2,4%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Leiria	6	2,0%	1,3%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	21	15,1%	4,5%
Santarém	50	16,3%	10,8%	0	0,0%	0,0%	1	100,0%	0,2%	4	66,7%	0,9%	7	58,3%	1,5%	0	0,0%	0,0%	30	21,6%	6,5%
Lisboa	7	2,3%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Setúbal	105	34,3%	22,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	8,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	4	2,9%	0,9%
Évora	12	3,9%	2,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	32	23,0%	6,9%
Total	na) = 306		65,9%	na) = 0		0,0%	na) = 1		0,2%	na) = 6		1,3%	na) = 12		2,6%	na) = 0		0,0%	na) = 139		30,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXVIII - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Adorno" e "Divisão geográfica Norte-Sul" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados,

Presença de adornos vs Divisão geográfica Norte-Sul	**Ausente**			**Brincos**			**Pulseiras**			**Colares**			**Outro**			**Vários adornos**			**Sem informação**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Norte	126	41,2%	27,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	33,3%	0,4%	4	33,3%	0,9%	0	0,0%	0,0%	50	36,0%	10,8%
Sul	180	58,8%	38,8%	0	0,0%	0,0%	1	100,0%	0,2%	4	66,7%	0,9%	8	66,7%	1,7%	0	0,0%	0,0%	89	64,0%	19,2%
	n[a)] = 306		65,9%	n[a)] = 0		0,0%	n[a)] = 1		0,2%	n[a)] = 6		1,3%	n[a)] = 12		2,6%	n[a)] = 0		0,0%	n[a)] = 139		30,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XXXIX - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Espólio votivo" e "Contexto geográfico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Espólio votivo vs Contexto geográfico	Ausente			Numismas			Contas			Pingente			Vários elementos			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Braga	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	12	8,7%	0,0%
Porto	8	2,7%	1,7%	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	3	60,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%	8	5,8%	0,0%
Bragança	59	20,1%	12,7%	0	0,0%	0,0%	1	5,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	1	50,0%	0,2%	18	13,0%	0,0%
Viseu	47	16,0%	10,1%	0	0,0%	0,0%	10	50,0%	2,2%	1	20,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	11	8,0%	0,0%
Castelo Branco	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,0%
Leiria	3	1,0%	0,6%	1	20,0%	0,2%	2	10,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	21	15,2%	0,0%
Santarém	55	18,7%	11,9%	2	40,0%	0,4%	6	30,0%	1,3%	1	20,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	28	20,3%	0,0%
Lisboa	7	2,4%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,0%
Setúbal	104	35,4%	22,4%	2	40,0%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	4	2,9%	0,0%
Évora	11	3,7%	2,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	50,0%	0,2%	32	23,2%	0,0%
Total	na) = 294		63,4%	na) = 5		1,1%	na) = 20		4,3%	na) = 5		1,1%	na) = 2		0,4%	na) = 138		0,2%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XL - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Espólio votivo" e "Contexto geográfico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Espólio votivo vs Divisão geográfica Norte-Sul	Ausente			Numismas			Contas			Pingente			Vários elementos			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	114	38,9%	24,6%	0	0,0%	0,00%	12	63,2%	2,6%	4	80,0%	0,9%	1	50,0%	0,2%	2	50,0%	0,4%
Sul	179	61,1%	38,6%	5	100,0%	1,08%	7	36,8%	1,5%	1	20,0%	0,2%	1	50,0%	0,2%	2	50,0%	0,4%
	na) = 293		63,1%	na) = 5		1,08%	na) = 19		4,1%	na) = 5		1,1%	na) = 2		0,4%	na) = 4		0,9%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XLI - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Indumentária" e "Contexto histórico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Presença de indumentaria vs Contexto histórico	Ausente			Vestuário			Calçado			Botões/Colchetes/Fivelas			Vários elementos			Outro			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)		%1	%t
Inderterminada	41	14,5%	8,8%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	6	33,3%	1,3%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	1	0,4%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,5%	0,4%
Antiguidade	6	2,1%	1,3%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,5%	0,4%
Época medieval - Islâmica	3	1,1%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Época medieval	160	56,7%	34,5%	8	72,7%	1,7%	5	62,5%	1,1%	4	22,2%	0,9%	1	12,5%	0,2%	0	0,0%	0,0%	43	31,6%	9,3%
Época moderna	17	6,0%	3,7%	2	18,2%	0,4%	2	25,0%	0,4%	4	22,2%	0,9%	4	50,0%	0,9%	0	0,0%	0,0%	14	10,3%	3,0%
Sem informação	54	19,1%	11,6%	1	9,1%	0,2%	1	12,5%	0,2%	4	22,2%	0,9%	3	37,5%	0,6%	1	100,0%	0,2%	75	55,1%	16,2%
	na) = 282		60,8%	na) = 11		2,4%	na) = 8		1,7%	na) = 18		3,9%	na) = 8		1,7%	na) = 1		0,2%	na) = 136		29,3%

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela B.XLII - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Adorno" e "Contexto histórico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Presença de adorno vs contexto histórico	Ausente			Brincos			Pulseiras			Colares			Outro			Vários adornos			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Inderterminada	46	100,0%	9,9%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0%	0%	1	8,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	1	2,2%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0%	0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Antiguidade	6	13,0%	1,3%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0%	0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Época medieval - Islâmica	2	4,3%	0,4%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0%	0%	1	8,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Época medieval	174	378,3%	37,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	33%	0%	2	16,7%	0,4%	0	0,0%	0,0%	43	30,9%	9,3%
Época moderna	28	60,9%	6,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0%	0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	15	10,8%	3,2%
Sem informação	49	106,5%	10,6%	0	0,0%	0,0%	1	100,0%	0,2%	4	67%	1%	8	66,7%	1,7%	0	0,0%	0,0%	77	55,4%	16,6%
	na) = 306		65,9%	na) = 0		0,0%	na) = 1		0,2%	na) = 6		1%	na) = 12		2,6%	na) = 0		0,0%	na) = 139		30,0%

a) Relativo aos dados da categoria em análise,
b) Relativo à totalidade dos dados,

Tabela B.XLIII - Distribuição das frequências dos dados relativos à variável "Espólio votivo" e "Contexto histórico" de acordo com a informação contida ou omitida nos relatórios antropológicos de campo analisados.

Espólio votivo vs Contexto histórico	Ausente			Numismas			Contas			Pingente			Vários elementos			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Inderterminada	43	14,6%	9,3%	0	0,0%	0,0%	3	15,0%	0,6%	1	20,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	1	0,3%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Antiguidade	5	1,7%	1,1%	1	20,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	1,4%	0,4%
Época medieval - Islâmica	3	1,0%	0,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Época medieval	165	56,1%	35,6%	0	0,0%	0,0%	11	55,0%	2,4%	1	20,0%	0,2%	1	50,0%	0,2%	43	31,2%	9,3%
Época moderna	23	7,8%	5,0%	1	20,0%	0,2%	1	5,0%	0,2%	2	40,0%	0,4%	1	50,0%	0,2%	15	10,9%	3,2%
Sem informação	54	18,4%	11,6%	3	60,0%	0,6%	5	25,0%	1,1%	1	20,0%	0,2%	0	0,0%	0,0%	76	55,1%	16,4%
	na) = 294		63,4%	na) = 5		1,1%	na) = 20		4,3%	na) = 5		1,1%	na) = 2		0,4%	na) = 138		29,7%

Apêndice C:

Frequências dos dados recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo relativos à Paleodemografia

Tabela C.I – Distribuição da totalidade dos dados registados em função da estimativa da idade à morte.

Categorias de registo da estimativa da idade à morte		
Enquadramento etário		
	n	%
Não-adulto	94	20,3%
Adulto	325	70,0%
Sem informação	45	9,7%
	n=464	
Escalão etário		
	n	%
Feto	7	1,5%
Neonato	27	5,8%
Infante	39	8,4%
Juvenil	13	2,8%
Adulto jovem	72	15,5%
Adulto meia idade	90	19,4%
Adulto maduro	50	10,8%
Sem informação	166	35,8%
	n=464	

Tabela C.II – Distribuição da totalidade dos dados registados em função da diagnose sexual.

Diagnose sexual		
	n	%
Feminino	119	25,6%
Masculino	161	34,7%
Indeterminado	184	39,7%
	n=464	

Tabela C.III – Distribuição dos dados registados com boa conservação em função da estimativa da idade à morte.

Categorias de registo da estimativa da idade à morte		
Enquadramento etário		
	n	%
Não-adulto	45	21,6%
Adulto	154	74,0%
Sem informação	9	4,3%
	n=208	
Escalão etário		
	n	%
Feto	2	1,0%
Neonato	13	6,3%
Infante	16	7,7%
Juvenil	11	5,3%
Adulto jovem	41	19,7%
Adulto meia idade	65	31,3%
Adulto maduro	28	13,5%
Sem informação	32	15,4%
	n=208	

Tabela C.IV– Distribuição dos dados registados com boa conservação em função da diagnose sexual.

Diagnose sexual		
	n	%
Feminino	53	40,8%
Masculino	71	54,6%
Indeterminado	6	4,6%
	n=130	

Tabela C.V – Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis demográficas (diagnose sexual e dos escalão etário.

Escalão etário	Feminino			Masculino			Indeterminado		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Adulto jovem	18	34,0%	13,8%	19	26,8%	14,6%	2	33,3%	1,5%
Adulto meia idade	23	43,4%	17,7%	36	50,7%	27,7%	4	66,7%	3,1%
Adulto maduro	12	22,6%	9,2%	16	22,5%	12,3%	0	0,0%	0,0%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
				n_{total}=130					

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.VI - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Contexto histórico" e enquadramento etário.

Contexto histórico	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	5	11,1%	2,4%	23	14,9%	11,1%	0	0,0%	0,0%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	4	4,3%	1,9%	4	2,6%	1,9%	0	0,0%	0,0%
Época Medieval	21	22,3%	10,1%	69	44,8%	33,2%	6	66,7%	2,9%
Época Moderna	4	4,3%	1,9%	17	11,0%	8,2%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	11	11,7%	5,3%	40	26,0%	19,2%	3	33,3%	1,4%
	na)=45		21,6%	na)=154		74,0%	na)=9		4,3%
				n_{total}=208					

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.VII- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Divisão geográfica Norte-Sul" e enquadramento etário.

Divisão geográfica Norte-Sul	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	11	20,8%	5,3%	42	27,3%	20,2%	42	27,3%	20,2%
Sul	42	79,2%	20,2%	112	72,7%	53,8%	112	72,7%	53,8%
	na)=53		25,5%	na)=154		74,0%	na)=9		4,3%
				n_{total}=208					

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.VIII - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Contexto histórico" e escalão etário.

Contexto histórico	Sem informação			Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Indeterminada	1	3,1%	0,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	6,3%	0,5%	4	36,4%	1,9%	7	17,1%	3,4%	10	15,4%	4,8%	5	17,9%	2,4%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,5%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,0%	2	12,5%	1,0%	0	0,0%	0,0%	1	2,4%	0,5%	4	6,2%	1,9%	0	0,0%	0,0%
Época Medieval	21	65,6%	10,1%	1	50,0%	0,2%	5	38,5%	0,2%	8	50,0%	3,8%	6	54,5%	2,9%	17	41,5%	8,2%	30	46,2%	14,4%	8	28,6%	3,8%
Época Moderna	3	9,4%	1,4%	1	50,0%	0,2%	2	15,4%	0,1%	1	6,3%	0,5%	0	0,0%	0,0%	7	17,1%	3,4%	4	6,2%	1,9%	3	10,7%	1,4%
Sem informação	7	21,9%	3,4%	0	0,0%	0,0%	5	38,5%	0,2%	4	25,0%	1,9%	1	9,1%	0,5%	9	22,0%	4,3%	16	24,6%	7,7%	12	42,9%	5,8%
	na)=32		15,4%	na)=2		0,0%	na)=13		0,0%	na)=16		7,7%	na)=11		5,3%	na)=41		19,7%	na)=65		31,3%	na)=28		13,5%
	n_{total}=208																							

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.IX - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Divisão geográfica Norte-Sul" e escalão etário.

Divisão geográfica Norte-Sul	Sem informação			Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte	14	43,8%	6,7%	1	50,0%	0,5%	3	23,1%	0,1%	3	18,8%	1,4%	4	36,4%	1,9%	9	21,95%	4,33%	18	27,7%	8,7%	6	21,4%	2,9%
Sul	18	56,3%	8,7%	1	50,0%	0,5%	10	76,9%	0,4%	13	81,3%	6,3%	7	63,6%	3,4%	32	78,05%	15,38 %	47	72,3%	22,6%	22	78,6%	10,6%
	na)=32		15,4%	na)=2		0,0%	na)=13		0,0%	na)=16		7,7%	na)=11		5,3%	na)=41		19,7%	na)=65		31,3%	na)=28		13,5%
	n_{total}=208																							

Tabela C.XI – Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Divisão geográfica Norte-Sul" e diagnose sexual.

Divisão geográfica	Feminino			Masculino			Indeterminado		
Norte-Sul	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Norte	10	18,9%	7,7%	19	26,76%	14,6%	3	50,0%	2,3%
Sul	43	81,1%	33,1%	52	73,24%	40,0%	3	50,0%	2,3%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
	n_{total}=130								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XII - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Contexto histórico" e diagnose sexual.

Contexto histórico	Feminino			Masculino			Indeterminado		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Indeterminada	4	7,5%	3,1%	16	22,54%	12,3%	2	33,3%	1,5%
Pré-história	0	0,0%	0,0%	1	1,41%	0,8%	0	0,0%	0,0%
Antiguidade	2	3,8%	1,5%	2	2,82%	1,5%	0	0,0%	0,0%
Época Medieval	20	37,7%	15,4%	29	40,85%	22,3%	4	66,7%	3,1%
Época Moderna	7	13,2%	5,4%	7	9,86%	5,4%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	20	37,7%	15,4%	16	22,54%	12,3%	0	0,0%	0,0%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
	n_{total}=130								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XIII Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Cultura material" e enquadramento etário.

Cultura material	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Ausente	28	62,2%	13,5%	89	57,8%	42,8%	3	33,3%	1,4%
Presente	2	4,4%	1,0%	35	22,7%	16,8%	2	22,2%	1,0%
Sem informação	15	33,3%	7,2%	30	19,5%	14,4%	4	44,4%	1,9%
	na)=45		21,6%	na)=154		74,0%	na)=9		4,3%
	n_{total}=208								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XIV - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Cultura material" e escalão etário.

Cultura material	**Sem informação**			**Feto**			**Neonato**			**Infante**			**Juvenil**			**Adulto jovem**			**Adulto meia idade**			**Adulto maduro**		
	n	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**	**n**	**%a)**	**%b)**
Ausente	19	59,4 %	9,1 %	0	0,0 %	0,0 %	5	38,5 %	2,4 %	12	75,0 %	5,8 %	8	72,7%	3,8 %	28	68,3 %	13,5 %	32	49,2 %	15,4%	16	57,1 %	7,7 %
Presente	4	12,5 %	1,9 %	1	50,0 %	0,5 %	0	0,0 %	0,0 %	1	6,3 %	0,5 %	0	0,0 %	0,0 %	8	19,5 %	3,8 %	19	29,2 %	9,1 %	6	21,4 %	2,9 %
Sem informação	9	28,1 %	4,3 %	1	50,0 %	0,5 %	8	61,5 %	3,8 %	3	18,8 %	1,4 %	3	27,3%	1,4 %	5	12,2 %	2,4 %	14	21,5 %	6,7 %	6	21,4 %	2,9 %
	na)=32		15,4%	na)=2		0,96%	na)=13		6,3 %	na)=16		7,7 %	na)=11		5,3 %	na)=41		19,7 %	na)=65		31,3%	na)=28		13,5%
	n_{total}=208																							

a) Relativo aos dados da categoria em análise.

b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XIII- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Cultura material" e diagnose sexual.

Cultura material	Feminino			Masculino			Indeterminado		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Ausente	22	41,5%	16,9%	46	64,79%	35,38%	5	83,3%	3,8%
Presente	18	34,0%	13,8%	15	21,13%	11,54%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	13	24,5%	10,0%	10	14,08%	7,69%	1	16,7%	0,8%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
	n_{total}=130								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XIV- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Orientação" e enquadramento etário.

Orientação da sepultura	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte-Sul	0	0,0%	0,0%	9	5,8%	4,33%	1	11,1%	0,5%
NE-SO	2	3,7%	1,0%	11	7,1%	5,3%	0	0,0%	0,0%
Este-Oeste	1	1,9%	0,5%	5	3,2%	2,4%	0	0,0%	0,0%
Sul-Norte	2	3,7%	1,0%	1	0,6%	0,5%	1	11,1%	0,5%
SO-NE	8	14,8%	3,8%	26	16,9%	12,5%	0	0,0%	0,0%
Oeste-Este	29	53,7%	13,9%	93	60,4%	44,7%	7	77,8%	3,4%
NO-SE	9	16,7%	4,3%	4	2,6%	1,9%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	3	5,6%	1,4%	5	3,2%	2,4%	0	0,0%	0,0%
	na)=54		26,0%	na)=154		74,0%	na)=9		4,3%
	n_{total}=208								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XV - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Orientação da sepultura" e escalão etário.

Orientação da sepultura	Sem informação			Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte-Sul	3	9,4%	1,4%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	4,9%	1,0%	4	6,2%	1,9%	1	3,6%	0,5%
NE-SO	1	3,1%	0,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	4	9,8%	1,9%	4	6,2%	1,9%	3	10,7%	1,4%
Este-Oeste	2	6,3%	1,0%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,5%	0	0,0%	0,0%	1	9,1%	0,5%	2	4,9%	1,0%	1	1,5%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Sul-Norte	2	6,3%	1,0%	1	50,0%	0,5%	1	7,7%	0,5%	1	6,3%	0,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
SO-NE	2	6,3%	1,0%	1	50,0%	0,5%	10	76,9%	4,8%	4	25,0%	1,9%	1	9,1%	0,5%	8	19,5%	3,8%	11	16,9%	5,3%	6	21,4%	2,9%
Oeste-Este	20	62,5%	9,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	10	62,5%	4,8%	8	72,7%	3,8%	24	58,5%	11,5%	39	60,0%	18,8%	17	60,7%	8,2%
NO-SE	1	3,1%	0,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	3	4,6%	1,4%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	1	3,1%	0,5%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,5%	1	6,3%	0,5%	1	9,1%	0,5%	1	2,4%	0,5%	3	4,6%	1,4%	1	3,6%	0,5%
	na)=32		15,4%	na)=2		1,0%	na)=13		6,3%	na)=16		7,7%	na)=11		5,3%	na)=41		19,7%	na)=65		31,3%	na)=28		13,5%
	n_{total}=208																							

a) Relativo aos dados da categoria em análise.

b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XVI- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Orientação da sepultura" e diagnose sexual.

Orientação da sepultura	Femino			Masculino			Indeterminado		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Norte-Sul	2	3,8%	1,5%	4	5,6%	3,1%	1	16,7%	0,8%
NE-SO	6	11,3%	4,6%	4	5,6%	3,1%	0	0,0%	0,0%
Este-Oeste	0	0,0%	0,0%	3	4,2%	2,3%	0	0,0%	0,0%
Sul-Norte	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
SO-NE	11	20,8%	8,5%	13	18,3%	10,0%	0	0,0%	0,0%
Oeste-Este	32	60,4%	24,6%	42	59,2%	32,3%	5	83,3%	3,8%
NO-SE	1	1,9%	0,8%	2	2,8%	1,5%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	1	1,9%	0,8%	3	4,2%	2,3%	0	0,0%	0,0%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
	n_{total}=130								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XVII- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e enquadramento etário.

Tipo de deposição	Não-adulto			Adulto			Sem informação		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Dec, dorsal	39	86,7%	18,8%	147	95,5%	70,7%	9	81,8%	4,3%
Dec, ventral	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Dec, lat, direito	3	6,7%	1,4%	3	1,9%	1,4%	0	0,0%	0,0%
Dec, lat, esquerdo	0	0,0%	0,0%	1	0,6%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	3	6,7%	1,4%	2	1,3%	1,0%	2	18,2%	1,0%
	na)=45		21,6%	na)=154		74,0%	na)=11		5,3%
	n_{total}=208								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.
b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XVIII- Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e diagnose sexual.

Tipo de deposição	Feminino			Masculino			Indeterminado		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Dec, dorsal	50	94,3%	38,5%	68	95,8%	52,3%	5	83,3%	3,8%
Dec, ventral	0	0,0%	0,0%	1	1,4%	0,8%	0	0,0%	0,0%
Dec, lat, direito	1	1,9%	0,8%	1	1,4%	0,8%	1	16,7%	0,8%
Dec, lat, esquerdo	0	0,0%	0,0%	1	1,4%	0,8%	0	0,0%	0,0%
Sem informação	2	3,8%	1,5%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
	na)=53		40,8%	na)=71		54,6%	na)=6		4,6%
	n_{total}=130								

a) Relativo aos dados da categoria em análise.

b) Relativo à totalidade dos dados.

Tabela C.XIX - Distribuição dos dados após o cruzamento das variáveis "Tipo de deposição" e escalão etário.

Tipo de deposição	Sem informação			Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Dec, dorsal	31	96,9%	14,9%	2	100,0%	0,5%	11	84,6%	5,3%	13	81,3%	6,3%	11	100,0 %	5,3%	39	95,1%	18,8%	62	95,4%	29,8%	26	92,9%	12,5%
Dec, ventral	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	1,5%	0,5%	0	0,0%	0,0%
Dec, lat, direito	1	3,1%	0,5%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,5%	1	6,3%	0,5%	0	0,0%	0,0%	2	4,9%	1,0%	0	0,0%	0,0%	1	3,6%	0,5%
Dec, lat, esquerdo	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	3,6%	0,5%
Sem informação	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	7,7%	0,5%	2	12,5%	1,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	3,1%	1,0%	0	0,0%	0,0%
	na)=32		15,4%	na)=2		0,5%	na)=13		6,3%	na)=16		7,7%	na)=11		5,3%	na)=41		19,7%	na)=65		31,3%	na)=28		13,5%
	n_{total}=208																							

a) Relativo aos dados da categoria em análise.

b) Relativo à totalidade dos dados.

Apêndice D:

Frequências dos dados da paleopatologia recolhidos a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo

Tabela D.I – Distribuição das frequências dos dados relativos à avaliação da osteoartrose.

Avaliação dos registos	Registos relativos à osteoartrose			
	n	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**
Ausência	49	23,6%		
Presença	76	36,5%	139	66,8%
Não observável	14	6,7%		
Sem informação	69	33,2%		
	n_{total} = 208			

a) Valores relativos aos casos sobre os quais é feita referência à análise paleopatológica da osteoartrose

Tabela D.II – Distribuição das frequências dos registos relativos às alterações marcadores de stresse músculo-esquelético a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Avaliação dos registos	Registos relativos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos)			
	n	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**
Ausência	51	24,5%		
Presença	71	34,1%	137	65,9%
Não observável	15	7,2%		
Sem informação	71	34,1%		
	n_{total} = 208			

a) Valores relativos aos casos sobre os quais é feita referência à análise paleopatológica das alterações musculo-esqueléticas (entesófitos)

Tabela D.III – Distribuição das frequências dos registos relativos a patologia oral a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Avaliação dos registos	Cáries				Tártaro				Cavidades de abcesso			
	n	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**	**n**	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**	**n**	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**
Ausência	92	44,2%			102	49,0%			127	61,1%		
Presença	51	24,5%	171	82,2%	39	18,8%	170	81,7%	12	5,8%	168	80,8%
Não observável	28	13,5%			29	13,9%			29	13,9%		
Sem informação	37	17,8%			38	18,3%			40	19,2%		
	n_{total} = 208											

a) Valores relativos aos casos sobre os quais é feita referência à análise paleopatológica da patologia oral.

Tabela D.IV – Distribuição das frequências dos registos relativos à patologia infecciosa a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Avaliação dos registos	**Registos relativos à patologia infecciosa**			
	n	**%**	**n[a)]**	**%[a)]**
Ausência	69	33,2%	91	43,8%
Presença	11	5,3%		
Não observável	11	5,3%		
Sem informação	117	56,3%		
	n_{total} = 208			

a) Valores relativos aos casos sobre os quais é feita referência à análise da patologia infecciosa.

Tabela D.V – Distribuição das frequências relativas à avaliação da osteoartrose em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da osteoartrose	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,00%	0	0,0%	0,0%	12	42,9%	11,2%	34	79,1%	31,8%	19	95,0%	17,8%
Ausência	1	100,0%	0,9%	5	100,0%	4,7%	6	100,0%	5,61%	4	100,0%	3,7%	16	57,1%	15,0%	9	20,9%	8,4%	1	5,0%	0,9%
	na)=1		0,9%	na)=5		4,7%	na)=6		5,61%	na)=4		3,7%	na)=28		26,2%	na)=43		40,2%	na)=20		18,7%
	nb)=107																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.VI – Distribuição das frequências relativas à avaliação das marcadores de stresse músculo-esquelético em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação dos marcadores de stresse músculo-esquelético (entesófitos)	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,00%	0	0,0%	0,00%	0	0,0%	0,0%	14	51,9%	13,2%	32	76,2%	30,2%	15	75,0%	14,2%
Ausência	1	100,0%	0,94%	5	100,0%	4,72%	7	100,0%	6,60%	4	100,0%	3,8%	13	48,1%	12,3%	10	23,8%	9,4%	5	25,0%	4,7%
	na)=1		0,94%	na)=5		4,72%	na)=6		5,61%	na)=4		3,8%	na)=27		25,5%	na)=42		39,6%	na)=20		18,9%
	nb)=107																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.VII – Distribuição das frequências relativas à avaliação das alterações associadas a fracturas em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação das lesões traumáticas - fracturas	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,00%	0	0,0%	0,00%	1	25,0%	1,3%	4	22,2%	5,2%	11	36,7%	14,3%	10	83,3%	13,0%
Ausência	1	100,0%	1,3%	6	100,0%	7,79%	6	100,0%	7,79%	3	75,0%	3,9%	14	77,8%	18,2%	19	63,3%	24,7%	2	16,7%	2,6%
	na)=1		1,3%	na)=6		7,79%	na)=6		7,79%	na)=4		5,2%	na)=18		23,4%	na)=30		39,0%	na)=12		15,6%
nb)=77																					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.VIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação da *cribra orbitalia* em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da *cribra orbitalia*	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	2	33,3%	3,13%	2	22,2%	3,1%	2	22,2%	3,1%	1	25,0%	1,6%	3	23,1%	4,7%	6	27,3%	9,4%
Ausência	1	100,0%	1,6%	4	66,7%	6,25%	7	77,8%	10,9%	7	77,8%	10,9%	3	75,0%	4,7%	10	76,9%	15,6%	16	72,7%	25,0%
	na)=1		1,6%	na)=6		9,38%	na)=9		14,1%	na)=4		6,3%	na)=13		20,3%	na)=22		34,4%	na)=9		14,1%
nb)=64																					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.IX – Distribuição das frequências relativas à avaliação da hiperostose porotica em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da hiperostose porótica	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	1	16,7%	1,59%	1	11,1%	1,6%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	6	28,6%	9,5%	2	22,2%	3,2%
Ausência	1	100,0%	1,6%	5	83,3%	7,94%	8	88,9%	12,7%	4	100,0%	6,3%	13	100,0%	20,6%	15	71,4%	23,8%	7	77,8%	11,1%
	na)=1		1,6%	na)=6		9,52%	na)=9		14,3	na)=4		6,3%	na)=13		20,6%	na)=21		33,3%	na)=9		14,3%
nb)=63																					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.X – Distribuição das frequências relativas à avaliação da periostite em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação da periostite	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	3	33,3%	3,95%	3	42,9%	3,9%	5	83,3%	6,6%	10	58,8%	13,2%	15	55,6%	19,7%	8	88,9%	10,5%
Ausência	1	100,0%	1,6%	6	66,7%	7,89%	4	57,1%	5,3%	1	16,7%	1,3%	7	41,2%	9,2%	12	44,4%	15,8%	1	11,1%	1,3%
	na)=1		1,6%	na)=9		11,84%	na)=7		9,2%	na)=6		7,9%	na)=17		22,4%	na)=27		35,5%	na)=9		11,8%
nb)=76																					

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.XI – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cáries em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de cáries	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	22,2%	1,7%	2	33,3%	1,7%	14	46,7%	11,8%	19	40,4%	16,0%	7	33,3%	5,9%
Ausência	1	100,0%	0,8%	5	100,0%	4,2%	7	77,8%	5,9%	4	66,7%	3,4%	16	53,3%	13,4%	28	59,6%	23,5%	14	66,7%	11,8%
	na)=1		0,8%	na)=5		4,2%	na)=9		7,6%	na)=6		5,0%	na)=30		25,2%	na)=47		39,5%	na)=21		17,6%
	nb)=119																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D,XII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de tártaro em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de tártaro	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)	n	%a)	%b)
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	25,0%	1,7%	2	33,3%	1,7%	10	33,3%	8,5%	13	27,7%	11,0%	7	33,3%	5,9%
Ausência	1	100,0%	0,8%	5	100,0%	4,2%	6	66,7%	5,0%	4	66,7%	3,4%	20	66,7%	16,9%	34	72,3%	28,8%	14	66,7%	11,9%
	na)=1		0,8%	na)=5		4,2%	na)=8		6,7%	na)=6		5,1%	na)=30		25,4%	na)=47		39,8%	na)=21		17,8%
	nb)=118																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos da

Tabela D.XIII – Distribuição das frequências relativas à avaliação de cavidades de abcesso em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de cavidades de abcesso	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	1	3,4%	0,9%	7	14,9%	6,0%	3	15,8%	2,6%
Ausência	1	100,0%	0,9%	5	100,0%	4,3%	9	100,0%	7,8%	6	100,0%	5,2%	28	96,6%	24,1%	40	85,1%	34,5%	16	84,2%	13,8%
	n[a)]=1		0,8%	n[a)]=5		4,2%	n[a)]=8		6,7%	n[a)]=6		5,1%	n[a)]=30		25,4%	n[a)]=47		39,8%	n[a)]=21		17,8%
	n[b)]=116																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Tabela D.XIV - Distribuição das frequências relativas à avaliação de hipoplasias do esmalte dentário em função do escalão etário, a partir da análise dos relatórios antropológicos de campo.

Classificação de hipoplasias do esmalte dentário	Feto			Neonato			Infante			Juvenil			Adulto jovem			Adulto de meia idade			Adulto maduro		
	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]	n	%[a)]	%[b)]
Presença	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%	2	22,2%	2,6%	4	80,0%	5,3%	9	50,0%	11,8%	9	39,1%	11,8%	4	30,8%	5,3%
Ausência	1	100,0%	1,3%	7	100,0%	9,2%	7	77,8%	9,2%	1	20,0%	1,3%	9	50,0%	11,8%	14	60,9%	18,4%	9	69,2%	11,8%
	n[a)]=1		1,3%	n[a)]=7		9,2%	n[a)]=9		11,8%	n[a)]=5		6,6%	n[a)]=18		23,7%	n[a)]=23		30,3%	n[a)]=13		17,1%
	n[b)]=116																				

a) Percentagem relativa aos dados da categoria em análise.
b) Percentagem relativa à totalidade dos dados.

Apêndice E:

Proposta de ficha antropológica de campo

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Dados relativos à intervenção arqueo-antropológica

Identificação

Designação do sítio

_____

_____

Localidade

_____

Concelho

_____

Distrito

_____

Coordenadas

_____

Acrónimo escolhido

_____

Intervenção

Categoria A ☐ (acções de investigação programada)

Categoria B ☐ (projectos de estudo e valorização)

Categoria C ☐ (acções preventivas no âmbito de minimização de impactes)

Categoria D ☐ (acções de emergência a realizar em sítios arqueológicos que se encontrem em perigo ou acções pontuais determinadas pelas necessidades de conservação de sítios ou monumentos valorizados)

Motivação da intervenção

_____

_____

Entidades envolvidas

Solicita (entidade)

_____

_____

Executa (entidade)

_____

_____

Duração dos trabalhos

Data de início (dd/mm/aaaa) _____

Data do fim (dd/mm/aaaa) _____

Depósito do espólio exumado

_____

_____

Equipa técnica

Antropólogo(s)

_____

_____

_____

Técnico(s) de arqueologia

_____

_____

_____

Arqueólogos(s)

Director da escavação_____

_____

_____

Trabalhador(es) indiferenciado(s)

_____

_____

_____

Observações

(data/ocorrência/descrição)

_____

_____

_____

_____

_____

_____

**Elementos gerais da escavação, que deverão ser recolhidos junto das entidades envolvidas na intervenção, antes do início dos trabalhos e que deverão funcionar como folhas de rosto para as fichas de recolha de dados da Antropologia biológica.*

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Dados de identificação do enterramento

Ficha de campo no._____

Antropólogo_____

Data_____

Dados de campo

Sondagem/Quadrícula_____

Unidade estratigráfica_____

Designação da sepultura_____

Esqueleto no._____

Ossário/Contextos secundários: Ausente ☐ Presente ☐

_____

Reduções: Ausente ☐ Presente ☐

_____

Registo de campo

Desenhos arqueológicos: Ausente ☐

Presente ☐: Sepultura ☐ Esqueleto ☐ Outros ☐

Escala_____

Obs. _____

_____

Tipo de fotografia: Ausente ☐

Presente ☐: Analógica ☐ Digital ☐ [resolução]_____

Tipo de registo fotográfico

Prévio: Presente ☐ Ausente ☐ **Geral**: Presente ☐ Ausente ☐

Pormenor: Presente ☐ Ausente ☐

Zona pélvica: Presente ☐ Ausente ☐ Crânio Presente ☐ Ausente ☐

Obs._____

_____

_____

Elementos de datação

[Arquitectura; Artefactual; Documental]

Época

Indeterminada ☐ Pré-histórica ☐ Antiguidade ☐ Islâmica ☐

Medieval ☐ Moderna ☐ Contemporânea ☐ Outra ☐

Cronologia (indicar o intervalo cronológico/séculos)

_____

Cotas / Pontos X,Y,Z

(Assinalar os pontos na representação esquemática do esqueleto)

Base do crânio_____

Vértebras C_____ T_____ L_____

Costelas [6ª costela] E_____ D_____

Úmero

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Rádio/Ulna

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Mão [zona do carpo] E_____ D_____

Fémur

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

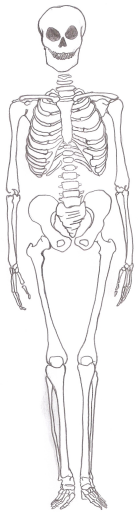
D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Tíbia/Fíbula

E [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

D [ep. prox.]_____ [ep. dist.]_____

Pé [zona do tarso] E_____ D_____



Obs.:_____

_____

_____

_____

Estrutura funerária

Classificação da sepultura

Simples ☐ Dupla ☐ Tripla ☐ Múltipla ☐ Indeterminada ☐ NO ☐

no. de enterramentos_____

Tipo de sepultura

Cova ☐ Escavada na pedra ☐ Delimitada ☐ Argamassada ☐

Sarcófago ☐ Indeterminada ☐ NO ☐ Outra ☐

Descrição_____

Forma da sepultura

Oval ☐ Antropomórfica ☐ Rectangular ☐ Indeterminada ☐ NO ☐

Outra ☐ Descrição_____

Dimensões

Comprimento_____ Largura_____ Profundidade_____

Material de construção_____

_____

Invólucro(s) funerário(s)

Sudário/Pano mortuário: Ausente ☐ NO ☐

Presente ☐ Alfinetes ☐ nr._____

Descrição _____

Caixão/Esquife: Ausente ☐ NO ☐

Presente ☐ Pregos ☐ nr. _____

Descrição _____

Comprimento_____ Largura_____ Profundidade_____

Orientação cardial

Crânio_____

Pés _____

Observações [religião] _____

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Posição do esqueleto

Decúbito:

Dorsal ☐ Ventral ☐ _____

Lateral E ☐ D ☐ Flectido E ☐ D ☐ Fetal E ☐ D ☐

Fortuita ☐ _____

Posição do crânio

Sobre a base ☐ Sobre a face E ☐ Sobre a face D ☐ Sobre o ombro E ☐ Sobre o ombro D ☐ Outra ☐

Obs. _____

Posição dos membros superiores

Ausente E ☐ D ☐ _____

Estendido E ☐ D ☐ Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[grau da articulação do cotovelo: <90º; 90º; >90º]

Descrição_____

Outra E ☐ D ☐ _____

Posição dos membros inferiores

Ausente E ☐ D ☐

Estendido E ☐ D ☐ Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[(grau da articulação do anca: <90º; 90º; >90º]

Flectido E ☐ _____ D ☐ _____

[grau da articulação do joelho: <90º; 90º; >90º]

Cruzados ☐ _____

Outra ☐ _____

Pés

Ausente E ☐ D ☐ Paralelos ☐ Cruzados ☐ _____

Outra ☐ _____

Representação esquemática dos membros superiores e inferiores

Espólio

Funerário

Indumentária: Ausente ☐

Presente: Vestuário ☐ Calçado ☐ Botões/Colchetes ☐ Fivelas ☐

Outros ☐ _____

Adornos: Ausente ☐

Presente: Brincos ☐ Pulseiras ☐ Colares ☐ Pendentes ☐ Anéis ☐

Outros ☐ _____

Votivos: Ausente ☐

Presente: Numismas ☐ Rosário/Terço/Contas ☐ Medalhas ☐

Crucifixos ☐ Símbolos religiosos ☐ Outros ☐ _____

Não Votivos: Ausente ☐

Presente: Utensílios/Utilitários: de metal ☐ de cerâmica ☐ de pedra ☐ de vidro ☐ Outra ☐ _____

Fauna

Ausente ☐ Presente: Artrópodes ☐ Aves ☐ Carnívoros ☐

Herbívoros ☐ Descrição _____

Flora

Ausente ☐ Presente: Detritos vegetais ☐ Sementes ☐ Polén ☐

Tipo de solo

Arenoso ☐ Argiloso ☐ Calcário ☐

Obs._____

_____

_____

Humidade

Sim ☐ Não ☐

Elevada ☐ Moderada ☐ Baixa ☐

Obs._____

_____

Dados indicativos do processo de decomposição

Espaço colmatado ☐ Espaço semicolmatado ☐ Espaço aberto ☐

Indeterminado ☐

Descrição:_____

_____

_____

_____

Representação esquemática da área de enterramento

N

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Conservação e tafonomia

Representatividade /Preservação

☐ Reduzida (0-25%) ☐

☐ Média (25%-50%) ☐

☐ Elevada (50%-75%) ☐

☐ Excelente (>75%) ☐

Obs._____

_____

_____

Tafonomia

Alterações de forma: Ausente ☐

Presente: Desidratação ☐ Acumulação de sais ☐ Calor ☐

Roedores ☐ Pressão do solo ☐

Outra ☐ _____

Obs._____

_____

_____

Alterações de textura: Ausente ☐

Presente: Calor ☐ Humidade ☐ Raízes ☐ Insectos ☐ Vermes ☐

Roedores ☐ Substrato ☐ Cal ☐

Outra ☐ _____

Obs. _____

_____

_____

Alterações de cor: Ausente ☐

Presente: Calor ☐ Metais ☐ Ritual funerário ☐ Substrato ☐ Cal ☐

Outra ☐ _____

Obs._____

_____

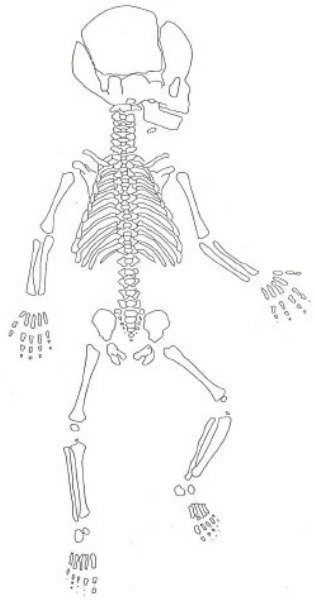
_____

_____

_____

_____

Representação esquemática da preservação e representatividade do esqueleto – Não-adulto



Paleodemografia – Estimativa da idade à morte

Erupção dentária (indicar a EIM)_____ NO ☐

Maxilar superior (indicar a EIM)_____ Mandíbula (indicar a EIM)_____

Fusão epifisiária (indicar a EIM) _____ NO ☐

Comprimento da diáfise dos ossos longos NO ☐:

Úmero E (comp.) _____ (EIM) _____ D (comp.)_____ (EIM) _____

Fémur E (comp.) _____ (EIM) _____ D (comp.)_____ (EIM) _____

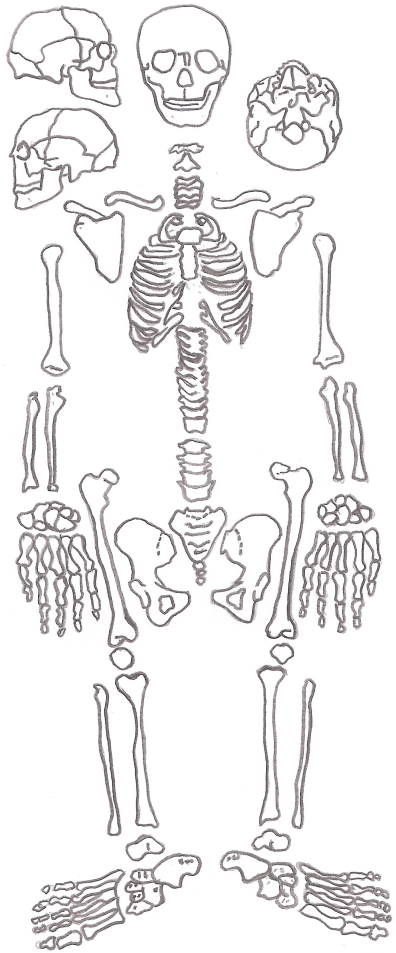
Tíbia E (comp.) _____ (EIM) _____ D (comp.)_____ (EIM) _____

EIM_____

Enquadramento etário: Feto (-0 anos) ☐ Neonato (0-3 anos) ☐

Infante (3-12 anos) ☐ Juvenil (12-18 anos) ☐ Indeterminado ☐

Representação esquemática da preservação e representatividade do esqueleto – Adulto



Preservado ☐ Fragmentado ☐ Ausente ☐

FICHA ANTROPOLÓGICA DE CAMPO

Paleodemografia – Estimativa da idade à morte

Adultos ☐

Erupção do 3º molar: Erupcinado ☐ Não-erupcionado ☐ NO ☐

Fusão ep. esternal clavícula: completa ☐ incompleta ☐ NO ☐

Avaliação da sínfise púbica ☐; NO ☐:

Estádio de desenvolvimento_____

Ossif. da cart. da tiróide: Fusão completa ☐ Fusão incomp ☐ NO ☐

Alterações deg. articulares severas: Ausentes ☐; Presentes ☐

Fusão das vértebras sagradas NO ☐ F. Incompl. (<20 – 34 anos) ☐

F. completa (>24 – 34 anos) ☐

Estimativa combinada final – Adultos

_____

Enquadramento etário

Adulto jovem (18-35 anos) ☐ Adulto meia idade (36-50 anos) ☐

Adulto maduro (+50 anos) ☐ Indeterminado ☐

Paleodemografia – Diagnose sexual

Crânio – análise morfológica: Ausente ☐

Glabela F ☐ M ☐ NO ☐

Arcadas supraciliares F ☐ M ☐ NO ☐

Arcadas zigomáticas F ☐ M ☐ NO ☐

Processo mastóide F ☐ M ☐ NO ☐

Ínion F ☐ M ☐ NO ☐

Eminência mentoniana F ☐ M ☐ NO ☐

Occipital F ☐ M ☐ NO ☐

Resultado análise morfológica craniana

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Pélvis – análise morfológica: Ausente ☐

Crista ilíaca F ☐ M ☐ NO ☐

Fossa ilíaca F ☐ M ☐ NO ☐

Arco composto F ☐ M ☐ NO ☐

Grande chanfradura ciática F ☐ M ☐ NO ☐

Ramo isquiopúbico F ☐ M ☐ NO ☐

Arco ventral F ☐ M ☐ NO ☐

Resultado análise morfológica à pélvis

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Ossos longos – análise métrica [<ponto de cisão>]

Úmero diâm. v.c.: F ☐ <42,36mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Úmero larg. epic.: F ☐ <56,63mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Fémur diâm. v.c.: F ☐ <43,23mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Ossos irregulares – análise métrica [<ponto de cisão>]

Calcâneo comp. max.: F ☐ < 75,5mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Astrágalo comp. max.: F ☐ <52,0mm> M ☐ NO ☐ Valor_____

Resultado final análise métrica

Feminino ☐ *Masculino* ☐ *Indeterminado* ☐

Dados morfométricos

Medidas do esqueleto *in situ*

Comp. máx. do esq.:_____ Larg. máx. do esq.:_____

Ossos longos – comprimento máximo *in situ*

Úmero E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Rádio/Ulna E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Fémur E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Tíbia E: Aus. ☐ Frag. ☐ _____ D:Aus. ☐ Frag. ☐ _____

Caracteres epigenéticos

Crânio _____Aus. ☐ NO ☐

Esqueleto pós-craniano _____Aus. ☐ NO ☐

Análise paleopatológica preliminar

Patologia oral

Cáries: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Quistos periapicais: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Tártaro: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Doença peridontal: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Desgaste dentário: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐ _____

_____

Obs.:_____

_____

Patologia degenerativa articular

C. vertebral: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

C. escapular: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Cotovelo Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

C. pélvica Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Joelho Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Obs._____

_____

Patologia degenerativa não articular

Esp laminares: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Memb. sup: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Memb. inf.: Ausente ☐ NO ☐ Presente ☐_____

Obs._____

_____

Indicadores de stress fisiológico

HED ☐ *Cribra orb.* ☐ Hiperostose porótica ☐ NO ☐ Ausente ☐

Obs.:_____

Lesões traumáticas

Fractura ☐

Descrição_____

Reacções do pereósteo

Localização: Esqueleto axial ☐ Esqueleto apendicular ☐

Obs.:_____

Lesões pouco frequentes

Metabólica ☐ Neoplásica ☐ Congénita ☐ NO ☐

Outras ☐ _____

Descrição_____

Observações:_____

_____

_____

_____

_____